

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Escola de Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura

DÉBORAH VEVIANI DA SILVA

Quando o político sempre é pessoal:
relatos da violência política de gênero no Brasil contemporâneo

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, linha de pesquisa Mídia e Mediações Socioculturais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Comunicação e Cultura.

Orientadora: Suzy dos Santos
Coorientador: Amaury Fernandes

Rio de Janeiro

2023

S586q Silva, Déborah Veviani da
Quando o político sempre é pessoal: relatos da
violência política de gênero no Brasil contemporâneo
/ Déborah Veviani da Silva. -- Rio de Janeiro, 2023.
235 f.

Orientadora: Suzy dos Santos.

Coorientador: Amaury Fernandes.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Escola da Comunicação, Programa de Pós
Graduação em Comunicação, 2023.

1. Violência Política. 2. Gênero. 3. Misoginia.
4. Neoconservadorismo. 5. Comunicação. I. Santos,
Suzy dos, orient. II. Fernandes, Amaury, coorient.
III. Título.

DÉBORAH VEVIANI DA SILVA

Quando o político sempre é pessoal:

relatos da violência política de gênero no Brasil contemporâneo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Comunicação e Cultura, aprovada em ____ de _____ de 2023, pela banca examinadora composta pelas seguintes professoras:

Suzy dos Santos – Orientadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Amaury Fernandes – Coorientador
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Ivana Bentes Oliveira
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Chalini Torquato Gonçalves de Barros
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Danieli Christovão Balbi
(Deputada - RJ)

Janaíne Sibelle Freires Aires
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Luanda Dias Schramm (suplente)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

*A Déborah de 14 anos de idade, por desbravar os caminhos até aqui,
ao meu pai José: minha grande inspiração,
em memória de minha mãe Janaina,
ao meu amado marido Marcos: meu parceiro na vida.*

Agradecimentos

Sempre tive o sonho de estudar comunicação na ECO, mas nunca tive a pretensão de chegar até aqui. Não venho do lugar que tradicionalmente vêm as pessoas da academia: sou mulher, filha de um paraibano – que precisou parar os estudos aos 9 anos de idade para sustentar seus irmãos – e de uma dona de casa que só tinha o ensino médio. Nasci, cresci e morei no subúrbio do Rio minha vida inteira e durante toda minha caminhada acadêmica era bem comum passar até 6 horas do meu dia entre baldeações, dentro de transportes públicos, para chegar seja na Praia Vermelha, ou no Fundão.

Em momentos mais difíceis, cheguei a pensar em desistir e trancar minha matrícula na graduação: estava exausta. Sensação e vontade que se repetiram no mestrado e no doutorado – com o agravante da morte da minha mãe, no primeiro, e da pandemia, no segundo.

Trabalhar nunca foi uma opção. E só estudar sempre foi, para mim, um luxo que nunca pude ter. Com um pé na academia e outro no mercado, me propus ser ponte: em algum momento comecei a encarar como positiva a possibilidade de transitar por mundos tão diferentes.

Gosto de dizer que me formei, acima de tudo, em travessias.

E por ter conseguido percorrer distâncias tão grandes, gostaria de abrir esta seção agradecendo primeiramente à Déborah, de 14 anos de idade, por traçar um plano lindamente mirabolante para driblar as adversidades da vida e segui-lo com uma coragem tão bonita, com um foco tão certo, com uma vontade imensa de realizar o seu maior sonho: fazer comunicação na UFRJ. Obrigada, menina! Obrigada pelos caminhos que abriu. Olhe só para nós: não bastasse sermos comunicadora, somos doutora. Em comunicação. Na UFRJ! (risos)

A caminhada até este momento foi muito dura, mas muito, muito potente. E, por isso, antes de prosseguir, preciso agradecer à Deus, que dentro da minha espiritualidade é energia pura de amor, compaixão e tolerância: sou grata pela vida, pela força, sabedoria e proteção até aqui. Aproveito também para agradecer a Nossa Senhora: figura que cultivo profundo amor, respeito e admiração – tenho a sensação de que ela está sempre me ouvindo. E olha que eu não falo pouco, não! (risos)

Depois, agradeço às pessoas que tornaram a trajetória mais doce, mais humana, mais possível. Gostaria de começar agradecendo a uma das pessoas mais importantes da minha trajetória acadêmica: Amaury Fernandes, que foi meu orientador de graduação e mestrado, meu professor, se tornou um amigo querido, quase um “pai adotivo” (risos). Amaury, muito obrigada

pela força e parceria para a conclusão deste ciclo! É um privilégio enorme ter sua amizade e estima.

A minha querida orientadora Suzy dos Santos: uma das professoras mais geniais que tive em todo percurso acadêmico, meus sinceros agradecimentos. Suzy, aprendi e ainda aprendo demais com você: obrigada!

Agradeço carinhosamente também às professoras Lilia Pougy e Chalini Torquato pelas trocas tão generosas e pelos aprendizados tão importantes durante o curso de doutorado.

Gostaria de agradecer às professoras e pesquisadoras que compõem a banca de defesa: Ivana Bentes, Chalini Torquato, Danieli Balbi, Janaíne Aires e Luanda Schramm. Sinto-me muito honrada e feliz pela presença de vocês. Obrigada!

Meu agradecimento especial à Amanda Gerhardt e Aline Santos, amigas de décadas, que estão comigo desde a época do ensino médio! Muito obrigada por se fazerem presentes, mesmo de longe: torcendo, vibrando e cuidando com tanto carinho de mim. Às amigas queridas que o doutorado me deu: Nicole Sanchotene, Ana Clara Gomes (a quem chamo carinhosamente de “gema”), de Goiânia, e Carla Serqueira (Carlinha), de Maceió, minha sincera gratidão! Obrigada, meninas, pelas partilhas, risadas, choros, desabafos, cuidado e dicas: tê-las na caminhada foi fundamental. Agradeço também a minha amiga Bárbara Freitas, a Babi, pelos nossos “call cafezinho”, pelas trocas intensas e afetivas de áudios via WhatsApp e pelo incentivo tão carinhoso nesta reta final.

Gostaria de agradecer também aos meus pais que, cada um a sua maneira, sempre me incentivaram a estudar. Eu conheço muitos (as) doutores (as) e alguns acadêmicos de renome, mas sabedoria de vida eu aprendi com meu pai, que mesmo diante da impossibilidade de seguir os estudos, sempre falou com um amor profundo sobre este universo, me incentivando a seguir estudando até o mais longe possível. Eu segui, pai. E cheguei: obrigada! Honro seus caminhos, suas mãos calejadas. Honro você. E dedico a você, e também a minha mãe, com todo coração, esta conquista.

Por fim, agradeço à pessoa mais importante da minha vida, meu amor, meu melhor amigo, meu maior incentivador, meu parceiro, meu marido: Marcos, obrigada por me acolher em cada crise de pânico ou de ansiedade, pelos abraços tão carinhosos, pelas risadas absolutamente necessárias. Obrigada por acreditar – às vezes até mais do que eu – que conseguiria chegar até aqui. Cheguei, amor. Somos realmente um time incrível! Obrigada por tudo, sempre!

Em tempo, agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa entre 2021 e 2022.

Resumo

Primeiro foram as ofensas de estupro, proferidas dentro da câmara, endereçadas a Maria do Rosário – inclusive, em mais de um episódio. Depois, o impeachment de Dilma Rousseff – cujo contexto é permeado por capas de revista fortemente misóginas, comercialização de adesivo incitando estupro da ex-presidenta, um livro dedicado exclusivamente a ridicularizá-la e, na ocasião da votação sobre seu afastamento, uma homenagem a um dos maiores torturadores da ditadura militar no Brasil, durante voto favorável a abertura do processo de *impeachment*. Em 2017, um governo interino com corpo ministerial composto apenas por homens e um presidente que faz um discurso machista no Dia Internacional das Mulheres. Em 2018, o assassinato de Marielle Franco. Nos anos seguintes, as ameaças de morte à Talíria Petrone e Duda Salabert (além de ataques transfóbicos a esta), uma eleição marcada por ofensas e calúnias destinadas a Manuela d'Ávila, o assédio sexual – dentro da ALESP, em plena sessão de trabalho – sofrido por Isa Penna. Todos estes fatos têm uma característica em comum: a violência política de gênero. Organizados em uma linha do tempo, eles corroboram ainda para a compreensão de aspectos do neoconservadorismo – fenômeno que investigado sob a perspectiva de gênero, proposta por Flávia Biroli, mostra-se fundamental para pensar a contemporaneidade dentro de uma acepção política. Esta tese consiste, portanto, em uma análise da violência política de gênero, no cenário contemporâneo brasileiro. Tendo como objeto de estudo o livro organizado por Manuela d'Ávila, intitulado *Sempre foi sobre nós: relatos de violência política de gênero no Brasil (2022)*, a pesquisa debruçou-se em textos escritos por diferentes mulheres candidatas e/ou ocupantes de cargos políticos para compreender de que maneira tal violação se desenvolve. Ao privilegiar o olhar das vítimas, o presente trabalho busca entender o *modus operandi* deste tipo de violência e seus impactos na perspectiva destas mulheres. Para elaboração de uma amostra diversa, foram elencadas autoras com diferentes marcadores sociais, contemplando representantes de grupos minorizados. Através de metodologia qualitativa – combinando análise documental, revisão bibliográfica e análise interpretativa dos relatos – a investigação buscou evidenciar, principalmente, a forma como a violência política de gênero afeta cada uma das mulheres nos relatos analisados, mostrando também eventuais nuances e singularidades nos episódios analisados e gerando contribuições teóricas importantes para o tema, através da visão das autoras. Propondo uma leitura interseccional, conjugando diferentes bases epistemológicas da teoria feminista e dos estudos raciais, a tese traz elucidacões de como a misoginia é instrumentalizada na esfera política – sendo utilizada como ferramenta para dissuadir e obstruir a trajetória de mulheres –, mostrando que é sobretudo no território da subjetividade, individualidade e intimidade onde elas são atacadas, para desistirem de ocupar e/ou permanecer nos espaços de poder. A fim de incrementar o empreendimento teórico do tema, buscou-se ainda classificar os episódios de violência identificados ao longo dos relatos de acordo com as principais formas de expressão da violência política de gênero, indicadas na cartilha *online* elaborada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nepem | UFMG).

Palavras-chave: Violência; Política; Gênero; Misoginia; Neoconservadorismo; Comunicação;

Abstract

First there were the offenses of rape, uttered inside the House of Representatives, addressed to Maria do Rosário – including, in more than one episode. Then, the impeachment of Dilma Rousseff – whose context is permeated by strongly misogynistic magazine’s covers, commercialization of stickers inciting rape of the former president, a book dedicated exclusively to ridicule her and, on the occasion of the vote on her removal, a tribute to one of the greatest torturers of the military dictatorship in Brazil, during a vote in favor of opening the impeachment process. In 2017, an interim government with a ministerial body composed only of men and a president who gives a sexist speech on International Women's Day. In 2018, the murder of Marielle Franco. In the following years, death threats to Talíria Petrone and Duda Salabert (as well as transphobic attacks on her), an election marked by insults and slander aimed at Manuela d'Ávila, sexual harassment – inside ALESP, in the middle of a working session – suffered by Isa Penna. All these facts have one characteristic in common: gender political violence. Organized in a timeline, they also corroborate the understanding of aspects of neoconservatism – a phenomenon that, investigated from the perspective of gender, proposed by Flávia Biroli, proves to be fundamental for thinking about contemporaneity within a political meaning. This thesis therefore consists of an analysis of political gender violence in the contemporary Brazilian scenario. Having as object of study the book organized by Manuela d'Ávila, entitled *Sempre foi sobre nós: relatos de violência política de gênero no Brasil (2022)*, the research focused on texts written by different women candidates and/or occupants of positions politicians to understand how such a violation develops. By privileging victim's perspective, the present work seeks to understand the *modus operandi* of this type of violence and its impacts from the perspective of these women. In order to create a diverse sample, authors with different social markers were listed, including representatives of minority groups. Through a qualitative methodology – combining documental analysis, bibliographical review and interpretative analysis of the reports – the investigation sought to highlight, mainly, the way in which political gender violence affects each of the women in the analyzed reports, also showing eventual nuances and singularities in the analyzed episodes and generating important theoretical contributions to the theme, through the vision of the authors. Proposing an intersectional reading, combining different epistemological bases of feminist theory and racial studies, the thesis elucidates how misogyny is instrumentalized in the political sphere – being used as a tool to dissuade and to obstruct the trajectory of women –, showing that it is mainly in the territory of subjectivity, individuality and intimacy where they are attacked, to give up occupying and/or remaining in spaces of power. In order to increase the theoretical development of the theme, an attempt was also made to classify the episodes of violence identified throughout the reports according to the main forms of expression of political gender violence, indicated in the online booklet prepared by the Nucleus of Studies and Research on the Woman (Nepem | UFMG).

Keywords: Violence; Policy; Gender; Misogyny; Neoconservatism; Communication;

Lista de figuras

Figura 1 - Linha do tempo representando o recorte temporal da tese.	14
Figura 2 - Publicação original no Instagram do deputado bolsonarista Jessé Lopes ao lado do ex-marido de Maria da Penha.....	38
Figura 3 - Imagem de candidatos com placa em homenagem a Marielle Franco quebrada.....	41
Figura 4 - Número de discursos em Plenário e em Comissões na Câmara dos Deputados nos quais aparece o termo ideologia de gênero.....	47
Figura 5 - Manifestação contra Judith Butler, no Sesc Pompéia/SP.	51
Figura 6 - Manifestantes colocam fogo em boneco de Judith Butler.	52
Figura 7 - Tuíte postado pelo Padre José Eduardo de Oliveira e Silva.	52
Figura 8 - Representação das definições gerais e específicas sobre as formas de Violência Política Contra as Mulheres (VPMC).....	75
Figura 9 - Exemplos de conteúdos da cartilha elaborada pelo Nepem.....	76
Figura 10 - Principais expressões da Violência Política de Gênero (VPG), contidas na cartilha.	77
Figura 11 – Captura de tela do vídeo do episódio de violência sofrido por Maria do Rosário e perpetrado por Bolsonaro, em 2003, no Salão Verde da Câmara.....	81
Figura 12 - Captura de tela do vídeo que mostra Bolsonaro manifestando-se diante de Maria do Rosário.....	84
Figura 13 - Momento em que Aécio Neves assiste pela TV o resultado das eleições atribuindo vitória a Dilma Rousseff.....	88
Figura 14 - Da esquerda para a direita fotografias 11 e 12, da série de imagens	89
Figura 15 - Capa da Revista IstoÉ, edição n° 2416, publicada em 06/04/2016.	103
Figura 16 - Adesivo para carros incitando estupro de Dilma Rousseff.....	104
Figura 17 - Capa do livro "Dilmês: o idioma da mulher sapiens".....	106
Figura 18 - Cunha na sessão em que a Câmara dos Deputados aprovou o impeachment de Dilma Rousseff, em 17 de abril de 2016.	110
Figura 19 - Captura de tela do vídeo que mostra o momento em que Bolsonaro declara seu voto na Câmara.	111
Figura 20 - Nuvem de palavras mostra principais termos usados durante a votação.....	112
Figura 21 – Foto da versão impressa da matéria sobre Marcela Temer.	117
Figura 22 – Um dos memes que circularam após publicação da matéria “Bela, recatada e do lar”.	121
Figura 23 - Foto de Dilma Rousseff em interrogatório durante a ditadura militar.....	124
Figura 24 - Infográfico sobre análise das postagens realizadas pelo MonitorA em 2022.....	133
Figura 25 - Post do General Augusto Heleno, então ministro do Gabinete de Segurança Institucional.	141
Figura 26 - Participação das Mulheres na Câmara Federal - 56a Legislatura - por raça/cor .	144
Figura 27 - Dados dos Assassinatos de pessoas trans no Brasil entre 2008 e 2021.	180
Figura 28 - Mapa de monitoramento do número de assassinatos de pessoas transgênero ao redor do mundo, reportados até setembro de 2022.....	181
Figura 29 - Mapeamento das categorias mais vistas no mundo.	182
Figura 30 - Gráfico presente na Edição 21 do InfoReggae – Encontro Além do Arco Íris. ..	187
Figura 31 - Reprodução na íntegra do citado e-mail, presente no relato de Duda Salabert (p. 68 e 69).	190
Figura 32 - Momento no qual Isa Penna é assediada pelo deputado Fernando Cury.....	193
Figura 33 - Momento em que o deputado Alex Madureira (PSD) parece tentar segurar Fernando Cury (Cidadania), antes deste se dirigir a deputada Isa Penna.....	195

Sumário

Introdução.....	11
PARTE I – Restabelecendo a ordem das coisas.....	25
Capítulo 1 – Neoconservadorismo, gênero e política: uma breve análise	26
1.1 – Notas sobre a chamada ideologia de gênero	32
1.2 – Neoconservadorismo e ideologia de gênero: reflexões sobre o Brasil contemporâneo	37
Capítulo 2 – Corpos femininos: um território desde sempre político.....	54
2.1 – Uma retórica feminicida	59
2.2 – A violência como ferramenta política.....	64
2.3 – Notas sobre o sufrágio feminino no Brasil.....	65
2.4 – Violência Política de Gênero (VPG).....	71
Capítulo 3 – Democracia e protagonismo feminino em vertigem	79
3.1 – A violência sobre Maria do Rosário e o prenúncio do golpe	79
3.2 – “Tchau, querida”: o golpe sob a perspectiva de gênero. E da vítima.....	87
3.2.1 – Votação do impeachment: um retrato do neoconservadorismo e da misoginia.....	102
PARTE II – Brasil acima de tudo, Deus acima de todas	116
Capítulo 4 – Bela, recatada e do lar: a dama Brasil.....	117
4.1 – Governo Temer: o retrato do patriarcado.....	125
4.2 – De Guajajara a Marielle Franco: a violência política de raça e gênero.....	129
4.2.1 – Sônia Bone de Sousa Silva Santos Guajajara	130
4.2.2 – Marielle está morta	145
Capítulo 5 – A maior fraquejada do Brasil.....	164
5.1 – Eu sou, porque nós somos: Marielle, presente!	168
5.2 – Brasil, o teu nome é Dandara	179
5.2.1 – Professora, Travesti, Lésbica e Vegana	183
5.3 – “Sou feminista, sou revoltada, indignada e sou rotulada assim: como puta!”	192
5.4 – “A última é sempre pior e perde apenas para a que virá”	197
Considerações finais.....	209
Referências Bibliográficas	225
Anexos	234
Anexo A – Quadro analítico dos episódios de VPG analisados.....	234

Introdução

Produzir intelectualmente é um ato político – assim como o é fazer pesquisa. Desde a escolha que fazemos sobre o objeto de estudo, até os caminhos metodológicos que optamos percorrer, estamos atuando ativamente na pesquisa que produzimos: produção esta que se desenvolve principalmente a partir dos atravessamentos que experimentamos. E, nesta perspectiva, quando o (a) autor (a) do projeto achar necessário, é permitido escrever em 1ª pessoa.

Quando comecei a pensar em como introduzir o tema central desta tese – mostrando *o quanto o político é, e sempre foi, pessoal para as mulheres* – entendi que havia uma razão prática, mas também subjetiva para a realização do projeto. Motivação cujas raízes são bastantes genuínas, sendo experimentadas, certamente, no coletivo: afinal, ao longo da vida, partilhámos de vivências marcadas por assédio, e toda sorte de violações, essencialmente por sermos mulheres.

Isto fica ainda mais claro nos territórios onde o poder sempre pertenceu historicamente aos homens. Seja na academia, ou no mercado de trabalho, é comum nós, mulheres – sobretudo negras, indígenas, pobres e periféricas –, experimentarmos a sensação de que não somos bem quistas, ou até de uma solidão concreta: que nos invade ao visualizarmos que somos poucas, às vezes as únicas, a ocupar certos espaços. Quando não somos, em muitos momentos, as primeiras.

Nesse contexto, a misoginia é uma barreira real – embora muitas vezes invisível – que nos impede de vivenciar nossas experiências em plenitude. Tolhidas e constrangidas vamos, pouco a pouco, nos sentindo acuadas, não pertencentes, estranhas, sozinhas, deslocadas. Aparentemente, a ideia é que retornemos aonde supostamente é o nosso lugar: à margem. Este incômodo, ou melhor, a recorrência dele, tornou-se base da motivação desta investigação acadêmica.

O projeto foi se remodelando ao longo da trajetória do Doutorado. A cada nova etapa e novas leituras, a pesquisa foi sendo reorganizada chegando a um arranjo metodológico mais sólido. Quando ingressei, a proposta era falar sobre o discurso jornalístico nos casos de feminicídio. No entanto, em julho de 2019, ao entrevistar Marisa Sanematsu – diretora de conteúdos e editora-chefe da Agência Patrícia Galvão – no escritório do Instituto Patrícia Galvão, em São Paulo, confirmei a ideia de que os feminicídios eram consequência de algo maior: frutos de uma engrenagem estruturalmente misógina. Em paralelo, em razão dos atravessamentos

experimentados – desde meu ingresso e durante o desenvolvimento do trabalho – fui sendo movida pela necessidade de refletir sobre o tempo presente.

Em 2018, ano que entrei no Doutorado, vivíamos o choque pelo assassinato de Marielle Franco, além de um grave desgaste político e social: naquele momento, vivenciávamos também o fim de um governo ilegítimo, que fora precedido de um golpe (em 2016) e sucedido pela ascensão de um candidato defensor de ideologias fascistas: Jair Messias Bolsonaro.

No ano de 2020, na metade do Doutorado, em razão da pandemia causada pelo coronavírus, qualifiquei durante um período de isolamento social, marcado por uma *política genocida*: chegando ao número de 4 mil mortes diárias, durante os momentos mais intensos do surto vi-rótico. A classificação da política adotada por Bolsonaro como *genocida* tem como respaldo o entendimento de que boa parte das mais de 700 mil mortes de pessoas, vítimas da doença no Brasil¹, poderia ter sido evitada não fossem as estratégias federais de disseminação da COVID-19 no país (BREDA, 2021)².

Neste cenário aterrador, as estatísticas em relação a violência contra a mulher tornaram-se ainda mais dramáticas: em função do isolamento social muitas foram obrigadas a permanecer em casa, convivendo com seus agressores – o que tornou o acesso aos canais de denúncia e rede de proteção às mulheres muito mais difícil, ou até inviável, como mostra a Nota Técnica emitida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)³. De acordo com o documento, desde o início da implementação das medidas de isolamento social verificou-se aumento nos índices de feminicídio em todos os meses e em todos os estados do Brasil.

Simultaneamente, observamos o avanço de um discurso de ódio perpetuado e autorizado pelo então presidente Jair Bolsonaro – que, desde sua campanha e durante seu mandato, protagonizou, recorrentemente, episódios racistas, homofóbicos e altamente misóginos.

Por tudo isso, o período entre 2016 e 2020 pode ser assim considerado um *recorte temporal singular na história do Brasil*. Embora reconheça o desafio analítico e metodológico de se pensar sobre o tempo presente, entendo que este intervalo é uma *síntese de espaço-tempo*

¹ Número total de óbitos confirmados pelo Painel Coronavírus até junho de 2023. Visto em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acessado em 23/04/2023.

² Partindo de uma linha do tempo que compreende todo o ano de 2020 até o primeiro semestre de 2021, a obra organizada por Tadeu Breda traz um compilado de atos normativos e propaganda federal veiculada com o intuito de disseminar a Covid-19 no Brasil, além das tentativas do Planalto de obstrução das medidas de contenção da pandemia. A incitação ao contágio tem como pilares principais a disseminação da falsa crença de um tratamento precoce para a doença e o constante estímulo ao desrespeito das medidas sanitárias, além da constante banalização do sofrimento e da morte – gerando um impacto desproporcional da doença sobre populações vulneráveis (como os indígenas, por exemplo). Disponível em: BREDA, Tadeu (org.). *Bolsonaro genocida*. São Paulo: Elefante, 2021.

³ Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-ed03-v2.pdf>. Acessado em 20/10/22.

única e muito relevante para refletir sobre violência de gênero, sobretudo a partir de uma perspectiva política.

Ao contemplar acontecimentos paradigmáticos para o cenário contemporâneo brasileiro, especialmente para as mulheres, é possível mapear, no citado período, episódios políticos que transbordam misoginia como, por exemplo: o golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff (primeira e única mulher eleita presidenta do Brasil), a exclusão das mulheres de todas as pastas ministeriais no governo Temer, o assassinato da vereadora Marielle Franco, discursos e agendas antifeministas advindos do próprio presidente e de autoridades do governo – como a ministra Damares Alves, por exemplo, durante a gestão de Bolsonaro.

Articulando estas observações, nasceu a pergunta de partida do projeto: *como se desenvolve a violência política de gênero na contemporaneidade brasileira?*

A urgência em estudar o tema pode ser *justificada* também pelo fato do Brasil aparecer em 142º lugar do ranking de participação de mulheres na política nacional. O estudo, publicado em 2021 e realizado pela União Interparlamentar⁴, organização internacional responsável pela análise dos parlamentos mundiais, evidencia a sub-representação feminina nestes territórios.

Tal disparidade traz efeitos pragmáticos, apontando para a necessidade de se ocupar estes lugares de poder: tão essenciais para os grupos minorizados/sub-representados⁵, como é o caso das mulheres. Afinal, é nesses espaços onde se definem garantia de direitos, limites legais e dignidade da pessoa humana. E foi nestes lugares que desde sempre, através do silenciamento e exclusão de vozes diversas, se realizou apagamentos sistemáticos de pautas relevantes aos interesses das mulheres.

Por isso a importância de não apenas entender como se dá na prática o fenômeno da *violência política de gênero*, mas também de *adotar uma perspectiva que privilegie a versão das vítimas* – tão comumente negligenciada nos diversos casos de violência contra a mulher. Dessa forma, analisar experiências de mulheres parlamentares, ou ocupantes de cargos políticos, narradas em primeira pessoa, nos fornece insumo para compreendermos, sobretudo subjetivamente, de que/quais maneira (s) a violência política de gênero as afeta.

Para tal, utilizou-se como objeto de estudo o livro *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*⁶. A obra, organizada por Manuela d'Ávila e publicada

⁴ Ver mais em: <https://news.un.org/pt/story/2021/03/1743972>. Acessado em 23/04/2023.

⁵ Buscando maior clareza conceitual, opta-se pelo uso dos termos minorizados ou sub-representados em referência aos grupos que estão em minoria representativa nos espaços de poder como, por exemplo: mulheres, pessoas negras e indígenas.

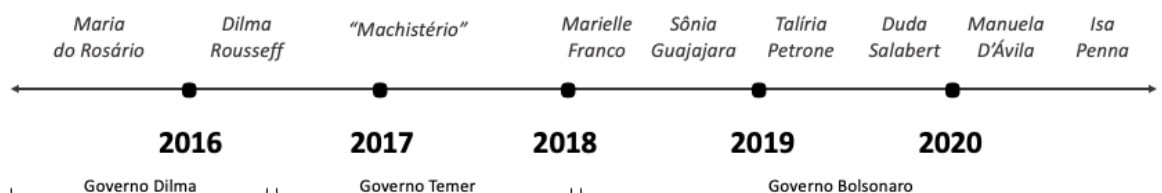
⁶ D'ÁVILA, Manuela (org). *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Edição Kindle. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

em 2022, traz em seus capítulos artigos⁷ escritos por diferentes mulheres vítimas de violência política de gênero no Brasil.

Com exceção do texto prefacial, da introdução e o do capítulo final, que aborda o conceito da violência política de gênero, ao todo são 14 relatos⁸ escritos por mulheres que transitam na esfera política. Destes, além do prefácio, foram analisados 7 artigos, correspondendo à metade dos relatos: um escopo amostral importante, considerando uma pesquisa qualitativa.

Como recorte temporal, foi adotado o já citado período, entre 2016 e 2020⁹, localizando na linha do tempo proposta (Figura 1), e a partir dos textos escolhidos, *os principais episódios*¹⁰ de violência política de gênero vivenciados pelas autoras.

Figura 1 - Linha do tempo representando o recorte temporal da tese.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A seleção dos artigos se deu intencionalmente, priorizando uma configuração amostral diversa, cujas autoras representassem diferentes grupos de mulheres, oportunizando assim a leitura de algumas nuances e aspectos singulares da violência política de gênero – que só é possível alcançar a partir de uma amostra que reflita diversidade.

Dessa forma, além do prefácio, de autoria de Anielle Franco, foram analisados os textos de Maria do Rosário, Dilma Rousseff, Sônia Guajajara, Talíria Petrone, Duda Salabert, Isa Penna e Manuela d'Ávila – possibilitando assim a análise da violência política de gênero também a partir do olhar de mulheres indígenas, negras, periféricas e trans.

⁷ Ao longo da tese, os textos escritos pelas mulheres citadas recebem algumas variações de nomes: texto, texto-relato, relatos, artigos – acompanhando a diversidade de termos presente no próprio livro para se referir a eles.

⁸ São elas: Áurea Carolina, Benedita da Silva, Bruna Rodrigues e Daiana Santos, Dilma Rousseff, Duda Salabert, Isa Penna, Jandira Feghali, Jô Moraes, Manuela d'Ávila, Maria do Rosário, Marina Silva, Sonia Guajajara, Tabata Amaral e Talíria Petrone, além do prefácio escrito por Anielle Franco e da Introdução, por Erika Hilton.

⁹ Embora dois dos episódios de violência política de gênero sofridos por Maria do Rosário sejam anteriores a 2016, o foco da análise residirá no recorte que compreende o intervalo de 2016 a 2020.

¹⁰ Quando relatam mais de um episódio em seus textos, opta-se por privilegiar aquele considerado mais emblemático para cada uma, a partir da análise interpretativa feita pela autora desta tese.

Tendo como *hipótese central* a ideia de que a misoginia é instrumentalizada na esfera política, entende-se que a mesma é utilizada como ferramenta para dissuadir e obstruir a trajetória política das mulheres, minando tanto a coragem, quanto a sensação de segurança delas nestes espaços – sendo a violência política de gênero a expressão máxima de tal fenômeno. A partir disso, infere-se que é no território das subjetividades – contemplando a individualidade e a intimidade – onde as mulheres são atacadas para desistirem de ocupar os espaços de poder. A misoginia não é apenas fim, mas também meio: um dispositivo de silenciamento e apagamento das mulheres não só na esfera social, mas também, e sobretudo, nos espaços políticos.

Considerando que o *objetivo principal* desta pesquisa é entender como se desenvolve na prática a violência política de gênero, através do relato de mulheres ocupantes de cargos políticos, entende-se que elencar a versão da vítima como prisma da análise é uma escolha metodológica que possibilita visualizar tanto o *modus operandi*, quanto o impacto na vida delas, alcançando também nuances subjetivas. Dessa forma, a pesquisa propõe como *objetivos específicos*:

- Analisar aspectos do cenário político brasileiro contemporâneo adotando como chave de leitura o neoconservadorismo, privilegiando a perspectiva de gênero;
- Realizar uma reflexão sobre a chamada ideologia de gênero, efetuando articulações dentro do contexto brasileiro contemporâneo;
- Avaliar como a violência contra as mulheres no Brasil funciona historicamente como ferramenta política – complementando a análise com uma leitura técnica sobre os meandros jurídicos utilizados por assassinos de mulheres em suas defesas, a partir de breve cronologia da evolução do Código Penal;
- Investigar os eventos que marcam o declínio do protagonismo feminino na cena política brasileira contemporânea – analisando, para isso, a conjuntura do golpe de 2016 sob a perspectiva de gênero –, evidenciando também conexões entre elementos presentes na votação para abertura do processo de *impeachment* e aspectos do neoconservadorismo;
- Introduzir, a partir do texto de Maria do Rosário, a análise dos relatos escritos pelas autoras elencadas, vítimas de violência política de gênero – interpretando-os sob a perspectiva das contribuições e visões das vítimas;

- Analisar aspectos trazidos por Rosário, ao longo de seu texto, conectando-os aos três episódios de violência política de gênero experimentados pela parlamentar – trazidos a partir da análise documental para ilustrar a análise;
- Examinar brevemente – articulando com a linha do tempo proposta para tese – como alguns elementos do governo Temer representam um retrocesso para a participação política das mulheres, focando a análise na reportagem da revista *Veja* sobre Marcela Temer, na composição ministerial do governo e na ocasião do discurso do Dia Internacional das Mulheres;
- Analisar os textos de Sônia Guajajara e Anielle Franco – e também a morte de Marielle Franco –, realizando uma conexão com o contexto social e político dos eventos citados por elas e acionando contribuições teóricas importantes para pensar a intersecção de raça e gênero na política;
- Investigar o relato de Talíria Petrone, articulando-o a aspectos trazidos nos relatos anteriores – sobretudo para pensar a *violência política de raça e gênero* e o chamado *efeito Marielle*;
- Analisar os relatos de Duda Salabert, Isa Penna e Manuela d’Ávila.
- Propor uma classificação dos principais episódios analisados, de acordo com as formas de expressão da violência política de gênero – a partir de cartilha elaborada pelo NEPEM | UFMG – gerando como resultado um quadro analítico dos eventos investigados;

A metodologia utilizada no projeto combina *análise documental*¹¹ – feita através do levantamento de manchetes, matérias, reportagens e documentos –, *revisão bibliográfica* e *análise interpretativa dos relatos* – efetuada com o propósito de atribuir protagonismo à perspectiva das autoras, identificando as situações de violência as quais foram expostas nos episódios analisados e, por fim, realizando uma observação subjetiva acerca dos impactos destas violações sobre elas.

Importante notar que as situações de violência mencionadas serão investigadas ao longo da pesquisa a partir de conexões com elementos presentes nos relatos analisados – descrevendo e detalhando tais situações sempre que possível. Ao retomá-las nas considerações finais,

¹¹ A análise documental privilegiou o uso de materiais digitais de veículos midiáticos importantes como, por exemplo: O GLOBO, G1, UOL, CARTA CAPITAL, PRAGMATISMO POLÍTICO, VEJA, EXAME.

propõe-se ainda classificá-las¹² de acordo com as cinco formas mais recorrentes de expressão da violência política de gênero, presentes na cartilha elaborada pelo Nepem | UFMG¹³ – tendo como resultado o quadro analítico presente no Anexo A deste trabalho.

Enquanto a citada *análise documental* objetivou tanto a corroboração dos fatos mencionados nos relatos, quanto apreensão do contexto nos quais eles estavam inseridos, a *revisão bibliográfica* se desenvolveu de modo a articular contribuições teóricas relevantes para pensar conceitos e abordagens pertinentes ao escopo investigativo do projeto.

O desafio metodológico de se pensar o tempo presente torna-se ainda maior diante da necessidade de se analisar subjetivamente as diferentes nuances das violações mencionadas nos relatos. Tal empreendimento impõe a adoção de um referencial teórico que reúna diferentes bases epistemológicas, fornecendo, assim, lentes adequadas para pensar as violências sofridas, não só no contexto da contemporaneidade, mas também da diversidade de mulheres representadas pelas autoras/vítimas.

Nesse sentido, enquanto Flávia Biroli fornece um aporte teórico robusto sobre o fenômeno neoconservador, Maria das Dores Campos Machado traz apontamentos importantes para pensá-lo sob a perspectiva cristã no cenário brasileiro. Dentro deste enquadramento, as contribuições teóricas de Judith Butler possibilitam maior aprofundamento de aspectos notáveis do neoconservadorismo – especialmente no que se refere à chamada ideologia de gênero, dentro do contexto neoconservador.

Considerando a reprodução social como produção de sujeitos, as reflexões propostas por Silvia Federici são fundamentais para respaldar os ataques que as mulheres sofreram ao longo do tempo no campo dos direitos humanos, sobretudo no que tange o controle dos seus corpos. Visando atualizar esta análise para o contexto brasileiro contemporâneo, e propondo também uma interlocução jurídica acerca de um suposto direito a estes corpos, a obra de Marcelo Sabino¹⁴ mostra-se de grande importância para a pesquisa.

Nela, o autor realiza uma análise de casos de feminicídio, efetuando também um estudo sobre a evolução da Lei Penal sobre estes crimes – fornecendo, assim, um respaldo técnico importante para a pesquisa, na medida em que, a partir disso, constrói-se uma compreensão prática sobre como assassinos de mulheres se beneficiam de meandros jurídicos para tentarem justificar suas ações. E, pensando gênero sob uma perspectiva política, ao se articular a visão

¹² Considerando que alguns relatos trazem um ou mais episódios de violência, para efeitos da classificação proposta serão considerados aqueles entendidos como principais.

¹³ Tanto as informações referentes à cartilha, quanto as definições das situações de violência mencionadas serão abordadas mais detalhadamente no item 2.4 do capítulo 2 (página 71).

¹⁴ SABINO, Marcelo. *Femicídio: uma tragédia brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

do autor acerca do contrato social com as reflexões de Carole Pateman, sobre o contrato sexual, oportuniza-se a visualização de nuances significativas para apreender de que maneira a *diferença sexual marca também uma diferença política* (PATEMAN, 1993).

Ainda dentro de uma acepção política, e considerando que o foco da análise está em casos de Violência Política de Gênero (VPG), Marlise Matos – coordenadora executiva do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nupem) da UFMG – ao trazer em seu artigo um mapeamento de conceitos relacionados a este tipo de violação, oferece insumos importantes para a caracterização teórica do termo e consequentes formulações a partir dele.

Tendo em conta a diversidade de mulheres representadas pelas autoras dos relatos, a pesquisa utilizou como abordagem metodológica as noções de interseccionalidade e matriz de dominação – na perspectiva proposta por Patrícia Hill Collins e articulando as ideias produzidas por Angela Davis e Kimberlé Crenshaw. Nesse sentido, a *análise interpretativa* – sobretudo de relatos que demandam uma leitura racial – contemplou também trabalhos de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Achile Mbembe, Silvio Almeida e Foucault.

Composto por cinco capítulos, organizados em duas partes – *Restabelecendo a ordem das coisas* e *Brasil acima de tudo, Deus acima de todas* –, o presente trabalho busca reproduzir em sua estrutura a ordenação cronológica dos principais episódios de violência política de gênero analisados, articulando-os à narrativa política dos acontecimentos que orbitam os relatos investigados. Dessa forma, os dois capítulos iniciais da pesquisa desenvolvem-se com o objetivo de relacionar acontecimentos políticos contemporâneos no Brasil a aspectos importantes para compreensão do fenômeno neoconservador – com destaque para a chamada *ideologia de gênero*.

O primeiro capítulo do trabalho foi elaborado com o objetivo de, a partir de uma breve análise do conceito de neoconservadorismo, identificar aspectos centrais do fenômeno fazendo uma interlocução com a realidade brasileira. Partindo da noção de que o fenômeno neoconservador, enquanto movimento político, desenvolve-se como uma reação ou resposta a situações de transformações na estrutura social e política, entende-se que o *neoconservadorismo* opera como uma chave de leitura importante, na medida em que permite localizar na contemporaneidade reações de setores conservadores ao avanço de pautas progressistas – principalmente aquelas relacionadas ao movimento feminista e LGBTQIA+.

Novamente, o livro organizado por Flávia Biroli¹⁵ traz um recorte de grande relevância para o trabalho, uma vez que analisa o neoconservadorismo privilegiando a perspectiva de gênero – apresentando-se como um importante guia para pensar a atual conjuntura política do Brasil. De acordo com a autora, o fenômeno neoconservador tem 5 dimensões características, sendo elas, resumidamente: 1. alianças e afinidades entre diferentes setores da sociedade, 2. acentuação da juridificação da moralidade (no sentido de uma implementação da regulamentação moral da sexualidade no campo do direito como artifício para enfrentar movimentos LGBTQIA+ e feminista), 3. o fato de operar em contextos democráticos, 4. um caráter transnacional e 5. uma clara relação com o neoliberalismo, sobretudo convergindo para garantir a centralidade social da família.

Ao longo do capítulo, as proposições realizadas a partir de recentes episódios da cena política brasileira contemporânea buscam visualizar de que maneira as forças neoconservadoras atuam no país – elencando-se, para tal, acontecimentos marcantes como os ataques a Judith Butler, a quebra da placa com o nome de Marielle Franco durante um comício de campanha eleitoral, além de outros eventos relacionados a indivíduos vinculados a extrema direita brasileira.

A proposta do segundo capítulo consiste no entendimento de que corpos femininos são, historicamente, territórios políticos – validando a ideia de que a violência contra as mulheres é a principal ferramenta para tal. Nesse sentido, Silvia Federici fornece importantes contribuições teóricas para cancelar tal formulação, sendo a conexão com as proposições de Carole Pateman fundamental para arrematar este raciocínio. Paralelo a isso, considerando que a juridificação da moralidade é uma das principais dimensões do neoconservadorismo de acordo com Biroli, o já citado livro de Marcelo Sabino – historiador e advogado de Direito Criminal – oportuniza inferir na análise da chamada *letra da lei* a institucionalização jurídica da misoginia. A partir de diferentes aspectos trazidos pelo autor sobre o assassinato de mulheres, o termo *retórica feminicida* – cunhado pela autora desta pesquisa – nasce da necessidade de se qualificar teórica e narrativamente os supostos argumentos utilizados para assassiná-las.

Introduzir a perspectiva da *violência política de gênero* também é um dos objetivos específicos do capítulo 2. Para tal, além de uma breve cronologia da participação política das mulheres no Brasil, o presente trabalho também traz contribuições importantes de Marlise

¹⁵ BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. Edição Kindle. Boitempo Editorial, 2022.

Matos para entender aspectos centrais a serem considerados em formulações teóricas e conceituais de tal violação.

A partir disso, no terceiro capítulo inicia-se a análise dos relatos com o artigo de Maria do Rosário que, embora não especifique ou detalhe as violações sofridas, traz em seu texto importantes apontamentos para pensar aspectos pragmáticos e subjetivos da violência política de gênero. Utilizando como exemplos três episódios de violência política de gênero sofridos pela parlamentar, percebe-se que tais ataques ocorreram, com recorrência, em espaços institucionais de poder. Paralelo a isso, além de validar as proposições de Biroli, Rosário também corrobora a ideia de que tal tipo de violação não é episódica, mas sim estrutural – adotando para isso o golpe sofrido por Dilma Rousseff, em 2016, como argumento central.

O capítulo seguinte mostra que mesmo antes do *impeachment*, o clima político hostil e misógino já se manifestava desde a vitória do segundo mandato de Rousseff. Tendo a mídia com um importante articulador político, a inconformidade com a reeleição da petista era fortemente fomentada através do discurso midiático – narrativa esta que, segundo a própria ex-presidenta Dilma Rousseff, tinha um tom altamente misógino. Na arena política, o discurso de ódio contra as mulheres também encontrou grande respaldo, tendo, neste caso, a figura de Eduardo Cunha um importante aliado – embora não o único.

Ao longo do capítulo, percebe-se que durante todo mandato Rousseff foi atacada amplamente em manchetes de jornais, matérias e capas de revista. A misoginia sobre a então presidenta da República foi inclusive comercializada através de adesivos para carros e livros. No entanto, a votação do *impeachment* tem um caráter altamente simbólico e muito importante para as formulações propostas na pesquisa: podendo ser lida como uma performance extremamente misógina, os argumentos centrais dos votos dos parlamentares organizaram-se em torno de aspectos e dimensões características do fenômeno neoconservador – sendo *Deus e família* os termos mais usados no discurso de justificativa dos votantes.

No penúltimo capítulo é analisada a reportagem publicada pela revista *Veja*, em 2016 – tendo ampla repercussão nas redes sociais, por conta de seu tom machista. A matéria sobre Marcela Temer intitulada *Bela, recatada e do lar* sinalizava, naquele momento, não apenas o apoio midiático à narrativa do golpe – na medida em que abordava Marcela como futura primeira-dama –, mas também, indiretamente, o endosso de uma retórica misógina contra Dilma Rousseff. Em paralelo, a citada reportagem, ao atribuir grande relevância a noção conservadora de *família*, a partir dos atributos comportamentais performados por Marcela Temer e altamente valorizados no texto jornalístico, também corroborou com aspectos característicos do fenômeno

neoconservador – servindo de insumo analítico para a elaboração inédita, fruto desta pesquisa, da persona¹⁶ *dama Brasil*.

Também foram avaliadas as ações imediatas do recém empossado presidente interino Michel Temer, que apesar de bastante simbólicas, geraram consequências muito pragmáticas para as mulheres. Com um corpo ministerial composto apenas por homens brancos, o governo de Temer constituiu, nas palavras de Renata Gonçalves e Suellen Abreu, um *machistério*¹⁷ – o primeiro ministério sem mulheres desde o término da gestão de Ernesto Geisel, em 1979. Marcado por inúmeros retrocessos acerca do combate contra a desigualdade de gênero no Brasil, o discurso realizado pelo então presidente na ocasião do Dia Internacional das Mulheres, ao condicionar a mulher única e exclusivamente à realidade do lar, ao papel de cuidadora e serviçal, conecta-se em muitas nuances à citada matéria da revista *Veja* – demonstrando simbólico e pragmaticamente a visão pessoal de Temer, que se refletiu aparentemente também no seu governo.

O relato de Sônia Guajajara aciona episódios de violência política de gênero que aconteceram marcadamente entre os anos de 2017 e 2018. Líder indígena com notório reconhecimento internacional, ela defende a necessidade de ocupar espaços institucionais por corpos que foram dizimados desde os tempos coloniais no Brasil – a fim de se construir um projeto genuíno de nação democrática, assegurando a participação política e os direitos dos povos originários.

Em seu relato, ela fala das diversas violações que experimentou: sendo estas, em grande parte, reações de atores conservadores diante da presença de grupos indígenas em territórios políticos. Apesar de ter no racismo a maior fonte das opressões que vivenciou ao longo de sua trajetória, por carregar múltiplos marcadores sociais – mulher, indígena, nordestina – ela mobiliza a necessidade de uma leitura interseccional, para compreensão dos efeitos subjetivos das violações que experimentou. E, embora a autora não verbalize esta classificação ao longo de seu relato, sua experiência impele a adição de um novo recorte à violência política da qual foi vítima – classificada como *violência política de raça e gênero*.

Falar em violência política de (raça e) gênero e não falar sobre o assassinato de Marielle Franco – do ponto de vista analítico – é inconcebível. No entanto, sob a perspectiva da proposta da pesquisa, deparei-me inicialmente com um problema metodológico: a vereadora não fazia parte do livro utilizado como objeto de estudo para este trabalho. Nesse sentido, a justificativa

¹⁶ No sentido da imagem apresentada por uma pessoa em público. Visto em:

< <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=persona>>. Acessado em 23/02/2023.

¹⁷ Visto em: GONÇALVES, Renata; ABREU, Suellen. *Do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres ao "machistério" de Temer*. REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS (UFMA), v. 22, p. 753-771, 2018.

para abordá-la na presente pesquisa organiza-se a partir de três argumentos principais: o primeiro é a dimensão pragmático-simbólica de seu assassinato – gerando inclusive a formulação do conceito *Feminicídio Político*, de autoria de Renata Souza. Já o segundo baseia-se no fato de Anielle Franco ter prefaciado a obra objeto da pesquisa, apresentando a morte de sua irmã, Marielle Franco, como argumento central de seu texto – justificando assim, inclusive metodologicamente, a abordagem do assassinato da então vereadora a partir de uma visão pessoalíssima. Em outras palavras, é como se as memórias e presença real de sua irmã – ao fazer parte do corpo de autoras do livro – justificasse a presença narrativa de Marielle Franco. O *terceiro e último* argumento desenvolve-se a partir da necessidade de pensar sua trajetória e morte sob a *perspectiva política de sua ausência*, no sentido proposto por Sueli Carneiro em seu texto *Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência*.

Compreender a trajetória política – e, inclusive, as formulações acadêmicas – de Marielle Franco exige a articulação de proposições fundamentadas, sobretudo, em bases epistemológicas de teorias e estudos raciais. Assim, as contribuições de Silvio Almeida mostram-se essenciais para a construção do entendimento acerca das três concepções do racismo (individualista, institucional e estrutural) – entendimento necessário para a apreensão da existência pragmática tanto de que as instituições são racistas, quanto do fato de que a razão principal para isso é a sociedade ser racista. Em suma, Almeida assinala que *as instituições são pragmaticamente materializações da estrutura social*.

Mobilizando formulações de Achile Mbembe, Silvio Almeida aciona o conceito de necropolítica estendendo-o ao cenário político contemporâneo brasileiro, encontrando eco tanto na visão de Marielle Franco, quanto nas possibilidades de fomento do chamado *efeito Marielle*, após o assassinato da vereadora.

Nesse sentido, o entendimento do *significado político* da morte de Marielle Franco se dá em grande parte através da compreensão da gravidade de sua ausência, ambos organizados a partir da perspectiva de sua representatividade, sobretudo para a coletividade de mulheres negras. Para tal, as contribuições de Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Patrícia Hill Collins mostraram-se fundamentais. O saldo teórico deste empreendimento se estabelece, talvez, na concepção da *ancestralidade* enquanto *estratégia retórica* para a mobilização de mulheres negras na luta por direitos, podendo ser lida também como uma importante *tecnologia do discurso*.

O capítulo final do trabalho é iniciado com a análise do relato de Talíria Petrone – mulher negra, mãe, além de correligionária e amiga pessoal de Marielle Franco. Seu texto parte da

lembrança do dia da morte da vereadora e se desenvolve a partir de dois episódios principais: um, no qual ela relata as ameaças que sofreu depois de se posicionar de forma solidária aos parentes e familiares das vítimas da chacina do Salgueiro, em 2017. E o segundo, ocorrido em 2019, que envolve possível plano de execução da parlamentar por milicianos, sendo caracterizado por ameaças de morte, de cunho extremamente racista e misógino, identificadas em um chat da *deep web* pela Polícia Federal – obrigando Talíria Petrone, naquele momento, a deixar o Rio de Janeiro, no meio de sua licença maternidade, com o seu marido e sua bebê de três meses: uma estratégia para, como ela mesma afirmou, *estar viva para fazer política* (2022).

Afirmando que sua experiência não é isolada e que a violência faz parte do seu cotidiano enquanto parlamentar – marcadamente através de interrupções, ameaças, calúnias e ataques sexistas e racistas – o relato de Petrone ajuda a dimensionar o que ela chama de *violência política de raça e de gênero*. Ao nomear tal violação, ela mobiliza uma leitura interseccional sobre a violência experimentada, visibilizando, tanto as mulheres quanto as camadas de subjetividade atingidas.

Enfatizando que a violência política de raça e de gênero se iniciou desde a invasão portuguesa, Talíria Petrone sinaliza que é preciso construir estratégias de sobrevivência e permanência nestes espaços, principalmente a partir da organização das mulheres, sobretudo mulheres negras – acionando retoricamente também a ideia simbólica da ancestralidade.

A análise do relato de Duda Salabert impele a necessidade de uma breve contextualização sobre a realidade de mulheres trans. Nesse sentido, percebe-se que apesar do Brasil ser o país que mais mata pessoas trans no mundo – mantendo-se no topo deste *ranking* por 14 anos consecutivos (ANTRA, 2023)¹⁸ – também é o país que mais consome pornografia trans. No entanto, de acordo com a transativista Bruna Benevides, este suposto paradoxo se dá em razão de um processo histórico de fetichização e hipersexualização de corpos trans – que são lidos como sem subjetividade (BENEVIDES, 2020). Nesse contexto, os estigmas sociais e a transfobia sentenciam mulheres trans à prostituição quase como atividade compulsória.

Destacando dois episódios de violência política de gênero em especial – além de tantas outras violações que experimenta no seu cotidiano – Salabert detalha em seu relato as particularidades dos ataques que sofreu, sobretudo em razão de sua identidade de gênero. Permeado por extrema violência, o segundo episódio narrado por ela, ocorrido em 2020, explicita o tom

¹⁸ Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acessado em 27/03/2023.

persecutório e transfóbico das ameaças das quais foi vítima: estendidas, inclusive, aos proprietários da escola na qual estava trabalhando.

Apesar de corpos de mulheres diversas – representantes de grupos minorizados – serem mais intensamente alvejados na esfera política, engana-se quem acha que o fato de ser uma mulher que se encaixe em determinados padrões sociais garanta alguma blindagem em relação a violência política. Prova disso é o que aconteceu com a Isa Penna: assediada sexualmente em plena sessão de trabalho, dentro de uma casa legislativa.

Em dezembro de 2020, durante uma sessão plenária na ALESP, a então deputada teve seus seios apalpadados pelo parlamentar Fernando Cury. Ao relatar as memórias daquele dia, Penna possibilita, através de seu texto, que acessemos o impacto da violência sofrida em sua subjetividade. Mais ainda: ao descrever o desenrolar do episódio, Penna traz pistas importantes sobre o quanto a misoginia é institucionalizada.

Arrematando a proposta do trabalho, o último capítulo do trabalho é finalizado com o relato de Manuela d'Ávila, organizadora e idealizadora do livro utilizado como objeto de estudo deste projeto. Dentre os diversos episódios de violência política que experimentou, choca em especial aquele ocorrido durante disputa eleitoral da Prefeitura de Porto Alegre, em 2020.

Em razão de seu caráter pessoalíssimo, o relato de d'Ávila impressiona e traz apontamentos relevantes de ser considerados para se dimensionar o alcance da violência política de gênero. Tendo sua moral e honra fortemente atacadas, Manuela d'Ávila escancara, a partir de sua experiência, que o *modus operandi* deste tipo de violência parte quase sempre de um histórico de violência anterior. Nas palavras da parlamentar, dentro da lógica misógina da violência política de gênero, toda vez que um limite é ultrapassado, um novo é colocado (D'ÁVILA, 2022).

PARTE I – Restabelecendo a ordem das coisas

Capítulo 1 – Neoconservadorismo, gênero e política: uma breve análise

Partindo da ideia de que “a noção de conservadorismo é posicional, e a ideologia e o movimento político conservadores se desenvolvem em resposta ou resistência a situações históricas de mudanças na estrutura social e política” (BIROLI, 2020), infere-se que, apesar do conceito ter vasto entendimento, ele pode ser caracterizado como corrente pragmático-teórica que busca a manutenção das instituições sociais tradicionais, tais como família e religião. Em outras palavras, o conservadorismo tende a se desenvolver quando determinados grupos sociais sub-representados fortalecem-se colocando em xeque tanto a ordem estabelecida, quanto os fundamentos ideais e materiais das instituições (BIROLI, 2020).

Nesse sentido, muitos analistas e teóricos políticos vêm observando o recrudescimento do neoliberalismo, assim como do conservadorismo religioso, tanto no âmbito mundial, quanto no contexto latino-americano – inserindo-se neste contexto os ataques acerca do gênero.

A partir de uma perspectiva genealógica, Sônia Correa – tece uma análise relevante sobre a trajetória da *política antigênero produzida pelo Vaticano*, no cenário das conferências das Nações Unidas dos anos 1990 ao começo dos anos 2000. A pesquisadora, que participou ativamente desses debates, sinaliza que há discrepância quanto à cronologia da preparação dos ataques centrados no gênero e que embora predomine a ideia de que estes se deram na IV Conferência Mundial das Mulheres de Pequim (IV CMM, 1995) é possível identificar tensões iniciais em duas ocasiões anteriores: na Conferência de População e Desenvolvimento do Cairo (CIPD, 1994) e na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro (ECO 92).

Isso decorre de que essas conferências se deram numa sequência intensa, na qual as definições sobre reprodução, gênero e sexualidade foram condensadas de maneira cumulativa, suscitando a cada etapa novos movimentos reativos e não é fácil rastrear esses meandros sem ter estado neles. (CORRÊA, não paginado, 2018)¹⁹

Mapeando as tensões presentes nestes eventos, Sônia Correa evidencia que embora não houvesse pautas centradas nas questões da sexualidade, ou gênero, por exemplo, nos acontecimentos que antecederam a Conferência de Pequim, as feministas perceberam durante a Rio 92, a necessidade de atuar de forma mais incisiva nas discussões da Conferência de Cairo, planejada para 1994. Isso se deu, porque o debate em torno do direito ao planejamento familiar e à saúde

¹⁹ Visto em: CORRÊA, Sônia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. Cadernos Pagu, n. 53, 2018. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653407/18506>>. Acessado em 02/02/2020.

reprodutiva, durante a referida Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro de 1992²⁰, havia suscitado:

[...] ataques e manobras políticas por parte dos representantes da Santa Sé, que reativaram a controvérsia histórica Norte vs. Sul em torno a políticas de controle populacional, produzindo uma oposição discursiva entre pobreza e direito ao desenvolvimento, de um lado, e controle da fecundidade de outro. (CORREA, não paginado, 2018)

Da mesma forma, a autora sinaliza que embora a trajetória de preparação para a Conferência de Cairo, realizada em 1994, tenha sido marcada por ações importantes – tais como o reconhecimento do aborto como grave problema de saúde pública, a afirmação das múltiplas configurações familiares, a gravação inédita do termo gênero em um documento intergovernamental e a legitimação do conceito de direitos reprodutivos – em nenhum momento o termo gênero foi objeto de maior polêmica. Isso se deu em parte porque, segundo a autora, “a Santa Sé e seus aliados foram tomados pela tarefa de conter o duplo reconhecimento do aborto como problema de saúde e das múltiplas formas de família”(CORREA, não paginado, 2018).

Além disso, sinaliza que naquele momento gênero estava sendo lido “como camada cultural sobreposta ao sexo biológico e que ordena papéis e esferas do masculino e do feminino””(CORREA, não paginado, 2018). Também durante a Conferência de Pequim, embora os ataques em torno de gênero tenham se organizado de uma forma distinta do sentido que o termo havia sido inscrito em Cairo, mais uma vez gênero não seria objeto de maior polêmica (CORREA, 2018).

No entanto, o suposto recuo da Santa Sé em relação a gênero foi temporário: Sônia Corrêa sinaliza que “nos processos de Revisão +5 da CIPD e da IV CMM, gênero seria frontalmente atacado do começo até o fim das negociações” (não paginado, 2018).

Sempre que o termo surgia no debate, questões eram levantadas quanto ao seu significado e as delegações mais diversas pediam sua eliminação dizendo que ele remetia a homossexualidade, pedofilia e outras “perversões sexuais”. Vale lembrar que, quando essas negociações ocorreram, dois textos fundacionais da cruzada contra gênero já haviam sido publicados em inglês: o Sal da Terra (Ratzinger, 1997) e a Agenda de Gênero (O’Leary, 1997, 2008). (CORRÊA, não paginado, 2018)

Um dos principais motivos para o aumento da tensão nestas novas negociações, se deu em grande parte pela mudança na forma de votação do Grupo dos 77 e China – bloco que reunia

²⁰ Na época, esses argumentos foram endossados por algumas redes ambientalistas que defendiam o controle demográfico como medida de proteção ao meio ambiente. Ver mais em: CORRÊA, Sônia. *A “política do gênero”: um comentário genealógico*. Cadernos Pagu, n. 53, 2018. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653407> >. Acessado em 20/04/2021.

países do Sul Global – uma vez que entre 1992 e 1999 o G77 votava só como bloco em relação a temas econômicos e já nas articulações da CIPD + 5 e da IVV CMM + 5 foi determinada votação em bloco acerca de todas as matérias: configurando um grande empecilho para as questões em torno do gênero. Porém novamente o Vaticano foi derrotado – sobretudo acerca da utilização do termo gênero, sendo este amplamente aplicado nos documentos finais das citadas negociações.

Convencida de que esta última derrota política da Santa Sé foi o que motivou o empreendimento contra gênero nos anos seguintes, Corrêa sinaliza que embora esses ataques tenham desde sempre um caráter transnacional, *na contemporaneidade esta cruzada manifesta-se de forma mais intensa na Europa e na América Latina.*

Evidenciando a articulação de ataques contra gênero na esfera macropolítica – como por exemplo no caso do Referendum de Paz na Colômbia, os ataques a Judith Butler, as eleições brasileiras de 2018 e as eleições presidenciais da Costa Rica – a autora afirma que é urgente compreender o que há de novo nessas disputas e sinaliza que a ênfase no caso da América Latina se deu em parte pelo fato de que, entre as feministas do chamado Sul global (participantes das conferências da década de 1990), as latinas eram as que estavam mais inteiradas das teorias críticas de gênero e sexualidade.

Mais importante, contudo, foi, ao meu ver, a alteração do jogo geopolítico. Desde as primeiras etapas do caminho ao Cairo ficou evidente que o “rebanho” dos Estados latino-americanos, a começar por Brasil e México, estava se desgarrando muito rapidamente da influência do Vaticano em relação a questões, para ele, viscerais como família, reprodução, gênero, sexualidade. (CORRÊA, não paginado, 2018)

Em artigo publicado na revista *The News Statesman*, a filósofa Judith Butler – professora de literatura comparada na Universidade da Califórnia e um dos nomes mais relevantes da teoria feminista contemporânea – assinala que foi em 2004,

[...] quando o Pontifício Conselho da Família escreveu uma carta aos Bispos da Igreja Católica sinalizando o potencial do “gênero” para destruir valores femininos importantes para a Igreja; estopim do conflito entre os sexos; e como um termo usado para contestar a distinção natural e hierárquica entre homem e mulher sobre a qual se baseiam os valores familiares e a vida social. (tradução minha – BUTLER, online, 2019)²¹

A filósofa explica ainda que em 2016, o Papa Francisco aumentou ainda mais o tom:

“Vivemos um momento de aniquilação do homem como imagem de Deus”. O Papa incluiu nesta desfiguração “[a ideologia do] ‘gênero’” e exclamou: “Hoje crianças – crianças! – são ensinados na escola que todos podem escolher seu sexo!” Finalmente,

²¹ Disponível em <https://www.newstatesman.com/culture/2019/01/judith-butler-backlash-against-gender-ideology-must-stop>. Acessado em 21/03/22.

Francisco deixou claro o que estava teologicamente em jogo: “Deus criou o homem e a mulher; Deus criou o mundo de uma certa maneira... e nós estamos fazendo exatamente o oposto.” (tradução minha – BUTLER, online, 2019)

Resgatando a análise cronológica proposta por Corrêa e articulando-a com os apontamentos de Butler, chega-se em uma leitura importante para compreensão dos caminhos que configuram a lógica persecutória sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres na contemporaneidade, sobretudo no campo religioso.

No entanto, se antes essa disputa era protagonizada pela Igreja Católica, hoje ela acontece através de coalizões entre católicos e evangélicos, contemplando também atores não religiosos – marcando novas articulações contemporâneas que caracterizam a atualização dos ataques à agenda de gênero, *tendo na chamada ideologia de gênero uma importante estratégia retórica.*

Nas últimas quatro décadas, temos observado o fortalecimento político de atores coletivos com agendas conflitantes na América Latina: os movimentos feministas e LGBTQI, por um lado, e os segmentos católicos carismáticos e evangélicos pentecostais, por outro. Enquanto os primeiros atuam para promover a igualdade de gênero e pela extensão dos direitos sexuais e reprodutivos, os setores pentecostal e católico também adotam uma política de identidade e representação, mas com uma agenda de defesa da liberdade religiosa, da família e da moral sexual cristã. (BIROLI, 2020)

Dessa forma, a “temporalidade das disputas em torno do conceito de gênero está diretamente relacionada a diferentes moralidades” (BIROLI, 2020) e também a um processo de “res-significação da agenda de direitos humanos e da própria noção de cidadania, em um período de consolidação das democracias liberais em diversas partes do mundo” (Idem).

Nesse sentido, importante frisar que embora a primeira década do século XXI tenha sido marcada pela ascensão de governos de esquerda em parte da América Latina – como Hugo Chávez e Nicolás Maduro, na Venezuela, Evo Morales, na Bolívia, Néstor e Cristina Kirchner, na Argentina e Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, no Brasil – a partir de 2010, pode-se observar o desmantelamento desses regimes.

Da destituição de Fernando Lugo (Paraguai, 2012) e Dilma Rousseff (Brasil, 2016) ao golpe de Estado contra Evo Morales (Bolívia, 2019), passando pelas eleições de Pedro Pablo Kuczynski (Peru, 2016), Sebastián Piñera (Chile, 2010 e 2018) e Jair Bolsonaro (Brasil, 2018), uma parcela importante das sociedades latino-americanas vem enfrentando processos marcados, a um só tempo, por grande instabilidade política e pelo recrudescimento do conservadorismo religioso e do neoliberalismo. (BIROLI, 2020)

Dessa maneira, configurações e arranjos característicos desse novo conservadorismo demandam atualização de quadros teóricos, perspectivas e formulações capazes de dimensionar e evidenciar as tensões, atores e disputas que marcam tanto o fenômeno em si, quanto sua temporalidade.

Em seu artigo intitulado “*American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization*”²², Wendy Brown – cientista política e professora da *University of California* – analisa de que forma neoliberalismo e neoconservadorismo convergem em uma política des-democratizadora no atual contexto norte-americano. Lendo o *neoconservadorismo enquanto uma racionalidade política regulada pela moralidade*, Brown o conceitua não como um projeto intelectual, mas como uma “racionalidade política emergente que tanto extrai como produz uma cultura política e sujeito político” (tradução minha – BROWN, p. 696, 2017).

Ainda segundo a autora, embora o neoconservadorismo seja composto por uma grande variedade de atores (religiosos e não religiosos), *ele tem na religião um lugar oportuno tanto para seu fortalecimento entre as bases populares, como também como meio garantidor da receptividade do seu característico autoritarismo*.

O neoconservadorismo inclui intelectuais e anti-intelectuais, judeus seculares e cristãos evangélicos, músicos de câmara transformados em soviétologistas, professores de teoria política transformados em fanáticos por políticas, brancos raivosos e negros justos. Em suma, o neoconservadorismo nasce de uma aliança literalmente profana, que é apenas desigual e oportunamente religiosa, embora mais tarde assumamos a importância da religião para facilitar o apelo do neoconservadorismo a uma base popular e, especialmente, para construir uma recepção para seu autoritarismo. (tradução minha – BROWN, p. 696, 2017)

Em *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia*, Flávia Biroli, Juan Marco Machado e Maria das Dores Campos Machado trazem importantes apontamentos para pensar as relações entre gênero, religião, direitos e democracia. De acordo com Biroli, a cronologia conceitual do termo neoconservadorismo inicia-se nos Estados Unidos, mais precisamente na segunda metade do século XX, onde ele teria sido elaborado inicialmente associando as reações de intelectuais conservadores dos anos 1970 aos movimentos de contracultura.

No entanto, a partir disso, o conceito começou a ser usado não somente para explicar a maneira como as ideias conservadoras se desenvolviam na conjuntura norte-americana, mas também para evidenciar “os tipos de coalizões políticas estabelecidas entre diferentes atores – religiosos e não religiosos – visando manter a ordem patriarcal e o sistema capitalista, expressando-se com força no contexto latino-americano” (BIROLI, 2020). Segundo a autora:

Conceitualmente, permitiu uma aproximação entre conservadorismo cristão e individualismo liberal, assim como entre antipluralismo e neoliberalismo. Na América Latina, é na análise de cristãos conservadores, particularmente evangélicos, que alguns autores têm explorado as afinidades eletivas com políticas neoliberais na forma da “teologia da prosperidade”, de uma ênfase ampliada no mérito individual e no “empreendedorismo”. (2020)

²² Disponível em < <https://sxpolitics.org/wp-content/uploads/2018/05/Wendy-Brown-American-Nightmare.pdf>>, acessado em 21/03/2022.

A partir de uma investigação transnacional – realizada entre 2018 e 2019 – a obra desenvolve um quadro teórico bastante afinado com as reflexões propostas na presente pesquisa, principalmente por apontar a maneira como a qual o atual “conservadorismo latino-americano está relacionado a uma temporalidade marcada pelos avanços dos movimentos feministas e LGBTQI” (BIROLI, 2020), expressando assim “coalizões políticas de grupos cristãos com setores não religiosos da direita” (Idem).

Dialogando com as proposições de Wendy Bronw, entende-se que é nesta multiplicidade de atores que a adoção do neoconservadorismo como conceito-chave para pensar as tensões contemporâneas, sobretudo no campo político, faz-se pertinente na medida em que “permite caracterizar o fenômeno em sua emergência no momento político atual, ressaltando as coalizões diversas que o sustentam em um contexto específico” (BIROLI, 2020).

Do ponto de vista das religiões, e dentro da conjuntura latino-americana, em 2018, de acordo com dados do Latinobarômetro²³, os indivíduos declarados católicos somam 60% da população, enquanto aqueles dos segmentos evangélicos atingiram cerca de 20%. Comparando com dados da mesma pesquisa referentes a 2013, observa-se que nos últimos anos houve uma queda no número de católicos e aumento no quantitativo de evangélicos.

Além dessas variações quantitativas no âmbito das citadas religiões, Maria das Dores Campos Machado sinaliza ainda que o neoconservadorismo se propaga na América Latina em um “contexto de mudanças na correlação de forças no campo religioso e que tais mudanças favoreceram a política de alianças de católicos e evangélicos conservadores contra a agenda de gênero em vários países” (MACHADO, 2020).

Nesse sentido, utilizar o conceito de neoconservadorismo – como chave teórica para entender de que maneira essas coalizões organizam os ataques à agenda de gênero – possibilita também visualizar as ações reativas do campo religioso, especialmente em relação às novas formas de regular a sexualidade (BIROLI, 2020).

Conquistas e avanços importantes dos movimentos LGBTQIA+ e feminista – tais como, a implementação de leis sobre identidade de gênero, o reconhecimento legal do casamento homoafetivo, a ampliação da permissão para o aborto – resultaram no surgimento de novas tensões, suscitando atualização das articulações e estratégias discursivas para aumentar a atuação desses atores religiosos.

Portanto, a identidade política desse novo conservadorismo se estabelece a partir da diferenciação desses movimentos, ou seja: tendo o movimento feminista e LGBTQIA+ como

²³ Dados disponíveis em: < <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acessado em 21/03/2020.

inimigos em comum, diferentes atores passam a compartilhar um mesmo projeto e dividir uma mesma identidade. Em outras palavras:

Caracterizando seus antagonistas como movimentos ideológicos que deveriam ser rejeitados, os neoconservadores dão continuidade à lógica ativada por rótulos como “feminismo radical”, “agentes de uma cultura da morte” e “hedonistas”. (BIROLI, 2020).

Entretanto, dentre os rótulos acionados, a noção de *ideologia de gênero* merece ser analisada com mais atenção tanto por seu caráter contemporâneo, quanto por seu efeito inovador: enquanto “estratégia política consistiu em uma novidade que permitiu coalizões amplas desde os anos 1990 e aumentou a mobilização popular nos anos 2000, adquirindo centralidade política na América Latina na segunda década deste século” (BIROLI, 2020).

1.1 – Notas sobre a chamada ideologia de gênero

A expressão *ideologia de gênero* já aparecia em obras de “intelectuais estadunidenses e argentinos desde meados dos anos 1990” (BIROLI, 2020), sendo que o primeiro registro dessa expressão ocorreu em 1998, em um documento da Igreja Católica – “com a divulgação do informe ‘*Ideologia de gênero: seus perigos e alcances*’ pela Comissão da Mulher da Conferência Episcopal Peruana” (grifos meus – Idem).

De acordo com Biroli, o referido informe tinha como base “o livro *The Gender Agenda: Redefining Equality*, publicado em 1997 pela jornalista Dale O’Leary” (2020), cuja atuação como representante de organizações da direita católica norte-americana, durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher promovida pela ONU em Pequim (1995), recebeu importante destaque .

No entanto, também segundo Flávia Biroli, *foi na década de 2010 que a expressão ideologia de gênero “se difundiu como estratégia política eficaz”* (grifos meus – 2020) atuando como uma espécie de “cola simbólica”, tornando possível a atuação das chamadas coalizões, representadas por atores que possuem interesses distintos (Idem).

Católicos e evangélicos conservadores têm se unido para bloquear avanços no campo dos direitos sexuais, redefinir o sentido dos direitos e das políticas públicas e, em alguns casos, legitimar a censura. Contam com profissionais das áreas de direito, ciência política e psicologia, entre outras, e com políticos cuja identidade pública não é necessariamente de cunho religioso. (BIROLI, 2020)

Tal expressão vem sendo amplamente contestada, tendo sido atribuída especialmente à filósofa Judith Butler²⁴, sendo importante pontuar que parte essencial da reflexão proposta por Judith Butler orbita em torno da palavra *identidade* e não *ideologia*. Portanto é preciso deixar claro que a autora questiona fundamentalmente:

[...] em que medida as práticas reguladoras de formação e divisão do gênero constituem a identidade, a coerência interna do sujeito, e, a rigor, o status autoidêntico da pessoa? Em que medida é a “identidade” um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência? E como as práticas reguladoras que governam o gênero também governam as noções culturalmente inteligíveis de identidade? (BUTLER, p. 42-43, 2018)²⁵

Butler reforça ainda que a identidade é avalizada por “conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, de forma que a própria noção de ‘pessoa’ se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é ‘incoerente’ ou ‘descontínuo’” – referindo-se àqueles que aparentam ser pessoas, “mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas” (BUTLER, p. 42-43, 2018).

Assim, a potencialidade da expressão ideologia de gênero – elaborada de forma leviana, tanto em relação ao seu significado, quanto em razão da distorção que representa do sentido original – reside justamente na capacidade de unir, discursiva, retórica e, por fim, politicamente, poderosos atores distintos em prol de um mesmo objetivo, uma vez que essas coalizões defendem eminentemente a ideia de que a expressão representa uma ameaça contra a família, mas também contra valores cristãos, associando-a a uma ideia de promiscuidade e, em muitos casos, a pedofilia.

O perigo, do ponto de vista de estratégia discursiva, está justamente na facilidade com a qual não apenas descolam a expressão das reflexões propostas por Butler, preenchendo-a com conceitos e assimilações totalmente equivocados, mas especialmente na facilidade com a qual ela se torna uma expressão simbólica que endereça de maneira assertiva o ódio aos movimentos feministas e LGBTQIA+, na medida em que os coloca como coautores de um hipotético conceito nefasto (na perspectiva promovida pelos neoconservadores).

É, principalmente, perigosa do ponto de vista político, pois ao associarem a expressão ideologia de gênero diretamente a esses movimentos, instituem no discurso social uma perspectiva maniqueísta: vilanizando segmentos, movimentos e entidades progressistas, que

²⁴ Ver mais em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41820744>>. Acessado em 21/03/2020.

²⁵ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Edição Kindle. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

normalmente extrapolam a lógica cisgênero e heteronormativa e que também costumam pleitear agendas e espaços feministas.

Mais ainda: chancelada pelos defensores da família – normalmente representados por católicos e evangélicos conservadores, mas também por outros atores seculares – como uma expressão cujo simbolismo é forjado a partir da destruição dos valores familiares, a ideologia de gênero vai ganhando cada vez mais espaço na narrativa neoconservadora, que tem como uma das estratégias originais frear avanços dos movimentos feministas e LGBTQIA+.

Lida pelos setores mais conservadores da atualidade como algo a ser combatido, a chamada *ideologia de gênero* é utilizada de forma cada vez mais enfática e repetitiva no discurso destes atores. Ao lado de outras expressões como, por exemplo, *cultura de morte* (usada para se referir ao aborto) e *marxismo cultural* (comumente associada a um suposto plano de grupos de esquerda que visa “converter, a partir de valores culturais, a sociedade em um modelo comunista”²⁶), a ideologia de gênero também opera como elemento intrínseco a essas outras ideologias: no caso da cultura de morte, ela funciona como argumento em favor do aborto. Já no marxismo cultural, ela surge como uma causa a ser implementada através dele.

Estabelece-se assim uma lógica discursiva retroalimentar e simbiótica: acionando uma das citadas ideologias, acaba-se mobilizando um potente aparato neoconservador que se utiliza de todo simbolismo imputado nessas terminologias para garantir – pelo empenho da repetição e distorção de conceitos – uma eficaz perpetuação de suas ideias.

Faz-se necessário, no entanto, realizar uma breve análise sobre alguns aspectos relativos tanto ao comportamento, quanto ao *modus operandi*, adotados pelas citadas coalizões de atores (religiosos ou não), que representam a atuação desse novo conservadorismo.

Nesse sentido, é importante pontuar que na era das redes sociais, onde as informações são criadas, emitidas e acessadas num volume e velocidade sem precedentes, novos recursos – sobretudo discursivos – podem ser comparados, metaforicamente, a armamentos letais, de grosso calibre e com poder de aniquilação²⁷.

Pensando sob a perspectiva da polarização política, vale lembrar que desde 2018 uma equipe de pesquisa do Facebook alertou a empresa de que seus “algoritmos exploram a atração do cérebro humano pela divisão” (tradução minha – THE WALL STREET JOURNAL, online,

²⁶ Ver mais em <<https://www.politize.com.br/marxismo-cultural/>>. Acessado em 19/01/2022.

²⁷ Aniquilação no sentido dos efeitos em relação ao Estado Democrático de Direito. Através do espalhamento das *fakes news*, via mídias sociais, por exemplo, a indústria da informação impacta a opinião pública de forma consideravelmente mais amplificada. E veloz.

2020)²⁸. Em 2021, o estudo intitulado *Out-group animosity drives engagement on social media*, realizado por pesquisadores da *University of Cambridge* e *New York University* e publicado no *Proceedings of the National Academy of Science (PNAS)*²⁹, partindo da análise de mais de 2,5 milhões de postagens de contas de canais de notícias e de membros do Congresso dos EUA, verificou-se que conteúdos de ataque de um partido sobre o outro eram compartilhados 67% mais do que um *post*³⁰ valorizando o próprio partido. Sendo assim, pode-se inferir que o ódio é a linguagem que garante um amplo alcance e uma maior visibilização e interesse de determinado conteúdo pelos usuários das redes³¹.

É, portanto, sabido que interações via *Twitter* ou *Instagram* normalmente impactam mais pessoas a que um megaevento. É de amplo conhecimento também que o algoritmo que opera essas redes sociais dá mais visibilidade às notícias e *posts* que recebem mais interações. A partir disso, não é difícil imaginar que os conteúdos que têm maior engajamento são, em geral, aqueles que despertam ódio, ou que se imbuem de um discurso de ódio para alcançar a maior quantidade de pessoas possível.

Pesquisadores (as) têm cada vez mais se debruçado sobre o tema³² para entender os meandros e o que está em jogo na arena política dessa nova indústria de informação. Ao se aproveitarem de sistemas democráticos ainda frágeis e jovens, do ponto de vista histórico, as tensões sociais criadas por estes agentes, e acionadas através das citadas redes, contribuem de forma significativa para ampliar as erosões da democracia.

As chamadas *fake news* são conteúdos feitos a partir de informações falsas, criados muitas vezes por agentes de diferentes ideologias políticas. No entanto, um grupo de *Cybersecurity For Democracy*, da *New York University* – que já vinha compilando dados de engajamento no Facebook meses antes da tentativa de invasão do Capitólio nos EUA, por indivíduos pró-Trump, em 6 de Janeiro de 2021 – observou, a partir deste acontecimento, um fenômeno preocupante: mesmo diante de um dos episódios mais críticos na história política contemporânea

²⁸ Para ver mais, acessar: < <https://www.wsj.com/articles/facebook-knows-it-encourages-division-top-executives-nixed-solutions-11590507499>>. Acessado em 24/04/2022.

²⁹ O estudo está disponível em: < <https://doi.org/10.1073/pnas.2024292118>>. Acessado em 24/02/2022.

³⁰ Referindo-se a postagem, publicação de conteúdo.

³¹ Ver mais em: < <https://gizmodo.uol.com.br/estudo-posts-raiva-geram-mais-engajamento-cliques/>>. Acessado em 24/4/2022.

³² Vários estudos atuais têm como foco compreender o *modus operandi* das redes sociais e das *fake news*, entendendo o impacto, sobretudo político, dessas tensões e articulações na sociedade contemporânea. Para maior aprofundamento no assunto recomenda-se as obras: ZUBOFF, S. *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. New York: Public Affairs, 2019; LEVITSKY, S; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018; RESSA, M. *Como enfrentar um ditador: a luta pelo nosso futuro*. 4.ed. Companhia das Letras, 2022; além do filme *The Social Dilemma*, disponível na plataforma de streaming Netflix.

dos EUA, Laura Edelson afirmou que “o conteúdo de fontes que espalham desinformação era mais envolvente do que o conteúdo de fontes confiáveis” (tradução minha – THE WASHINGTON POST, online, 2021)³³.

Depois de coletar dados de 8,6 milhões de postagens públicas entre 10 de agosto e 11 de janeiro, a equipe concluiu que as fontes de extrema direita designadas como disseminadoras de desinformação tiveram uma média de 426 interações por mil seguidores por semana, em comparação com a média de 259 interações semanais por mil seguidores de “fontes não desinformadas”. *As fontes identificadas como de centro ou de esquerda normalmente tinham um limite inferior de envolvimento se as fontes de notícias não fossem confiáveis, o que é chamado de “penalidade por desinformação” no estudo.* (tradução e grifos meus – THE WASHINGTON POST, online, 2021)

Embora não seja o objetivo desta pesquisa, estes dados trazem apontamentos importantes que podem caracterizar não só o comportamento dos grupos extremistas, mas também da chamada *nova direita* brasileira. Sobre ela, Benjamin Cowan³⁴ afirma que esta pode ser caracterizada como “[...] uma combinação de reação moral e cultural, oposição ao desenvolvimento e/ou manutenção do Estado de bem-estar social” (p. 105, 2014). Corroborando as ideias de Brown e Biroli acerca da centralidade da moralidade para pensar o neoconservadorismo, o autor afirma que desde o processo de redemocratização nacional e de politização evangélica, na década de 1970, a “direita política evangélica tornou-se presuntiva” de maneira que “[...] os líderes de várias denominações religiosas adotaram a linguagem de uma crise moral aguda, lançando as bases para uma direita evangélica” (grifos meus – COWAN, p.101, 2014)

Combinando estas informações com os dados e aspectos trazidos anteriormente, chama atenção a construção narrativa que marca, *como uma espécie de assinatura*, os discursos e conteúdos elaborados especialmente pelos neoconservadores. Conhecedores do poder das mídias – sobretudo das redes sociais –, sabem que o tempo necessário para as agências de checagem de notícia, e/ou a própria rede social, receber uma denúncia de *fake news*, averiguá-la e invalidá-la é mais que o suficiente para esta mesma informação já estar circulando com novas camadas de sentido – que vão sendo coladas ao bel prazer dos grupos e sujeitos que as utilizam, injetando nelas novos significados – construindo assim uma perigosa retórica política, que tem como objetivo principal confundir a opinião pública.

³³ Disponível em: < <https://www.washingtonpost.com/technology/2021/03/04/far-right-extreme-study-facebook/>>. Acessado em 24/04/2022.

³⁴ Visto em: VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, v. 30, n° 52, p.101-125, 2014. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/vh/a/PXDGNyTGFbCvRs7z46k35rm/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em 24/04/2022.

1.2 – Neoconservadorismo e *ideologia de gênero*: reflexões sobre o Brasil contemporâneo

Em 2017, durante a passagem de Judith Butler no Brasil, as manifestações contra a filósofa – que é considerada *mãe da ideologia de gênero* pelos setores mais conservadores e de direita (THE INTERCEPT, online, 2017) – foram marcadas por um tom medieval: “Empunhando crucifixos, manifestantes atearam fogo em uma boneca vestida de bruxa com o rosto de Butler aos gritos de ‘queimem a bruxa!’” (Idem)³⁵.

Operando como argumento central da obra de Biroli, a ideia de que o neoconservadorismo latino-americano se expressa a partir das “coalizões políticas de grupos cristãos com setores não religiosos da direita”(BIROLI, 2020) apresenta-se como uma chave de leitura importante para analisar as citadas manifestações contra Judith Butler. Assim, de acordo com reportagem do *The Intercept*³⁶, a campanha contra a filósofa aconteceu na esteira de polêmicas ideológicas fomentadas em grande parte pelo MBL³⁷ e parlamentares como Alexandre Frota³⁸, que contribuíram para aumentar ainda mais o tom na ocasião das manifestações contra Butler.

Segundo a matéria, o então deputado afirmou: “*Hoje* queimamos o boneco dessa *escrota* que está aqui no Brasil *falando de ideologia de gênero*” (grifos meus – THE INTERCEPT, online, 2017). É interessante como a partir desta curta fala do parlamentar pode-se observar o aspecto da temporalidade, enquanto assinatura do tempo presente, *do hoje*. Por outro lado, a partir de um exercício interpretativo, a verbalização do citado recorte temporal conota uma suposta vontade reprimida, no sentido de sugerir implicitamente o desejo, aqui (re)velado³⁹, em concretizar a continuidade da ação num possível futuro.

Analisando brevemente o histórico do parlamentar, é impossível não pensar minimamente nas contradições – essencialmente lógicas, mas também morais – de se ter um ex-ator

³⁵ Ver mais em < <https://theintercept.com/2017/11/07/judith-butler-bruxa-manifestacoes-sao-paulo-ideologia-genero/>>. Acessado em 21/04/2022.

³⁶ O Intercept Brasil é uma premiada agência de notícias dedicada à responsabilização dos poderosos por meio de um jornalismo destemido e combativo. Suas investigações e análises se concentram em política, corrupção, meio ambiente, segurança pública, tecnologia, mídia e outros. Informações disponíveis no próprio site da agência: < <https://theintercept.com/brasil/staff/>> . Acessadas em 24/04/2022.

³⁷ Surgindo em 2014, o MBL (Movimento Brasil Livre) se tornou símbolo da “nova direita” – conectando-se diretamente com as formulações propostas por Biroli, sobretudo acerca das coalizões características do neoconservadorismo, uma vez que marcadamente durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff o movimento se articulou a membros da igreja evangélica e representantes do agronegócio para promover a derrubada da presidenta. Ver mais em: < <https://www.jb.com.br/pais/2019/11/1019844-livro-mostra-como-mbl-virou-simbolo-da-nova-direita-e-da-polarizacao.html>>. Acessado em 21/04/2022.

³⁸ Frota é ator e político, tendo realizado diversos trabalhos em novelas e participado de reality show. A partir de 2004, passou a trabalhar na indústria pornográfica. Em 2008 foi eleito deputado federal por São Paulo com grande apoio de Jair Bolsonaro. Ver mais em: < <https://natelinha.uol.com.br/famosos/tudo-sobre/alexandre-frota>>. Acessado em 21/04/2022.

³⁹ O uso do prefixo “re” entre parêntesis se dá com o objetivo de reproduzir no texto as intenções implícitas na mensagem.

pornô, investigado na época por apologia ao estupro⁴⁰, defendendo os valores da família a partir do linchamento moral de uma filósofa feminista.

Falar do tempo presente impõe-se, portanto, como desafio necessário e urgente para pensar articulações e repostas a violações do campo dos direitos humanos, sobretudo para os grupos minorizados que desafiam a ordem estabelecida – representados principalmente pelo movimento feminista, negro e LGBTQIA+. Essas violências mostram-se estruturais e estruturantes das instituições que fundam a sociedade, tais como a Igreja/religião, o Estado e a mídia. Entendendo estas entidades como mediadoras, mas também reguladoras das trocas sociais, mostra-se imprescindível pensá-las enquanto tripé balizador das disputas de narrativas na arena político-social, especialmente no caso dos citados grupos, uma vez que estes são marcados por uma visibilidade ainda recente na esfera política – da mesma forma que é bastante novo o uso e circulação de conceitos identitários: tão caros a estas comunidades, sobretudo no ambiente político-institucional.

Sobre o tom utilizado por Frota ao se dirigir a Judith Butler, chamando-a de *escrota* e incitando os ataques à filósofa, do ponto de vista do fenômeno neoconservador, esta parece ser a tônica de boa parte dos embates contemporâneos no cenário político brasileiro: ora, não é incomum ver no Brasil políticos usufruindo do espaço público e da visibilidade que têm para atacarem – de forma mais ou menos explícita – vítimas da misoginia e de diferentes tipos de violência contra a mulher. Prova disso foi a visita do ex-marido da Maria da Penha ao então deputado Jessé Lopes (PSL – SC), na Câmara, em 2021 (Figura 2).

Figura 2 - Publicação original no Instagram do deputado bolsonarista Jessé Lopes ao lado do ex-marido de Maria da Penha



Fonte: Catraca Livre, 2021.

⁴⁰ Ver mais em < <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/mp-arquiva-acusacao-contralexandre-frota-por-apologia-ao-estupro/>>. Acessado em 24/04/22.

Posando ao lado de Marco Antonio Heredia Viveros, o parlamentar afirmou que o ex-marido da mulher que dá nome à principal ferramenta legislativa contra a violência doméstica do país foi até seu gabinete *para contar a sua versão “sobre o caso que virou lei no Brasil”* (grifos meus – CATRACA LIVRE, online, 202) ⁴¹. Ao ser bastante criticado nas redes sociais, o parlamentar comentou: “Os militontos estão indignadinhos com a visita do ex-esposo da Maria da Penha em meu gabinete. Os berros e xingamentos desse pessoal só me fazem acreditar que há uma ‘*verdade sufocada*’ por trás disso tudo” (Idem).

Antes de prosseguirmos, vale lembrar que Maria da Penha sobreviveu a uma dupla tentativa de feminicídio – por parte do homem que posa na foto ao lado do parlamentar. Primeiro, Marco Antônio lhe deu um tiro nas costas enquanto ela dormia, resultando em uma paraplegia “devido a lesões irreversíveis na terceira e quarta vértebras torácicas, laceração na dura-máter e destruição de um terço da medula à esquerda” (INSTITUTO MARIA DA PENHA, *online*)⁴². Após quatro meses de internações, cirurgias e tratamentos, ao voltar para a casa, “ele a manteve em cárcere privado durante 15 dias e tentou eletrocutá-la durante o banho” (Idem).

Voltando à análise das palavras usadas pelo deputado, além do escárnio com o qual Jessé Lopes se dirige àqueles que manifestaram críticas ao episódio, gostaria de chamar atenção para a expressão *verdade sufocada* utilizada para se referir a uma suposta versão verídica do ocorrido, neste caso pertinente a Marco Antônio. Em paralelo, também gostaria de enfatizar o texto que o parlamentar utilizou como legenda para a foto: “Conhecem este senhor? Seu nome é Marco Antônio, o marido da Maria da Penha. Visitou meu gabinete e contou a *sua* versão sobre o *caso que virou lei no Brasil*. Sua história é, no mínimo, *intrigante*” (grifos meus – INSTAGRAM, 2021)⁴³.

A partir de uma simples análise interpretativa deste conteúdo, pode-se inferir alguns apontamentos: considerando a ordem cronológica dos textos aqui apresentados, em primeiro lugar proponho concentrar a análise no texto da citada legenda. Ele é introduzido por uma pergunta cuja função é apresentar o tema e a pessoa da foto. Na sequência, o deputado atribui não só o nome do homem que posa ao seu lado, mas também apresenta supostamente seu estado

⁴¹ Ver mais em < <https://catracalivre.com.br/cidadania/deputado-bolsonarista-maria-da-penha/>>. Acessado em 25/04/2022.

⁴² Disponível em < <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>>. Acessado em 27/04/2022.

⁴³ Transcrição da legenda utilizada para a referida foto do deputado Jesse Lopes ao lado do ex-marido da Maria da Penha, Marco Antônio, postado em seu perfil no Instagram através do recurso chamado stories – forma rápida de compartilhar conteúdo, sendo que este fica disponível apenas por 24 horas. Para saber mais, acessar: <https://about.instagram.com/pt-br/features/stories#:~:text=O%20recurso%20Stories%20%C3%A9%20uma,dar%20vida%20%C3%A0%20sua%20hist%C3%B3ria..> Visto em 25/04/22.

civil vinculando-o nominalmente a Maria da Penha. Analisando este trecho inicial, deduz-se que a partir de uma literal apresentação de Marco Antônio, Jesse lhe concede visibilidade.

É sabido, sobretudo nos estudos de gênero, a importância retórica de nomear para visibilizar. Dar nome é atribuir existência. E, neste caso, o deputado optou não apenas por dar o nome quase completo, mas também por explicar que se tratava do então *marido* de Maria da Penha, o que faz o leitor incorrer no erro de achar que eles ainda estão casados, ou tendo um relacionamento amoroso.

Mais adiante, no mesmo texto, ele se utiliza do pronome possessivo *sua* em dois momentos, indicando respectivamente que havia uma *versão* e uma *história* pertinentes a Marcos Antônio, e que não eram do conhecimento do público. Seguindo com a interpretação proposta, pode-se inferir ainda que a expressão *sua versão* corresponde simetricamente ao trecho *sobre o caso que virou lei no Brasil*, assim como *sua história* equivale narrativamente a frase *no mínimo, intrigante*. A partir disso, é importante avaliar que se há supostamente uma versão oculta de um dos casos mais emblemáticos de violência doméstica no Brasil – tanto que serviu de base para a construção de relevante ferramental legislativo para coibir e prevenir este tipo de violação –, isso significa que a versão que predominou, a da vítima, pode não ser verdadeira. Mais ainda: ao insinuar que existe uma outra versão do *caso que virou lei no Brasil* e ao afirmar que está convencido da existência de uma *verdade sufocada* – expressão utilizada no outro trecho analisado, correspondente à resposta do deputado aos críticos da foto – Jessé deslegitima, retoricamente, a própria Lei.

Corroborando a ideia apresentada inicialmente – de que homens políticos brasileiros usufruem do espaço e da visibilidade que têm para atacar mulheres – torna-se oportuna e relevante uma breve apresentação de outro exemplo contemporâneo, sobretudo em razão do seu aspecto institucional e político. Trata-se do episódio da quebra da placa com o nome de Marielle Franco.

Em outubro de 2018 – meses após a morte de Marielle –, no domingo anterior às eleições, Daniel Silveira apareceu em um vídeo⁴⁴ gravado durante ato da campanha de Wilson Witzel para governador, mostrando a placa com o nome da vereadora Marielle Franco quebrada para o público presente, enquanto sorri.

Para fins de contextualização, vale lembrar que Daniel Lucio da Silveira, ex-policia militar eleito deputado federal pelo PSL-RJ em 2019, é apoiador declarado do presidente Jair

⁴⁴ O vídeo foi checado por agências de notícia da época e averiguado como um fato. Disponível em < <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/08/e-fato-que-deputados-eleit-os-pelo-psl-quebraram-placa-com-nome-de-marielle-franco-em-comicio-de-wilson-witzel.ghtml>>. Acessado em 26/04/2022.

Bolsonaro. Apresentando como bandeira a *defesa da família*⁴⁵, o parlamentar é um dos militantes bolsonaristas mais famosos (BBC, 2022)⁴⁶, ganhando grande notoriedade por protagonizar outro episódio marcante: a quebra da placa Rua Marielle Franco, que homenageia a vereadora psolista assassinada em 2018.

Figura 3 - Imagem de candidatos com placa em homenagem a Marielle Franco quebrada.



Fonte: G1, 2018.

Como mostra a Figura 3, ainda na mesma imagem, Silveira, que está ao lado do deputado Rodrigo Amorim (seu então correligionário), empunha o celular (parecendo registrar a situação) com uma das mãos, enquanto simula um soco com a outra. O então candidato a governador Wilson Witzel também aparece no registro ao lado de Amorim: aparentemente discursando, o candidato segura o microfone com uma das mãos e levanta o punho cerrado com a outra.

Há uma outra imagem⁴⁷ do ato que também circulou nas redes – originada do mesmo vídeo – na qual Silveira aparece novamente ao lado de Amorim, mas agora o ex-policia militar está sorrindo em direção ao público, enquanto simula um soco com uma das mãos, posando ao lado da placa quebrada, apresentada por Rodrigo Amorim, que também sorri.

⁴⁵ Disponível em <https://www.deputadodanielsilveira.com.br/>. Acessado em 26/04/2022.

⁴⁶ Ver mais em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61252710>>. Acessado em 26/04/2022.

⁴⁷ Algumas imagens provenientes do vídeo circularam nas redes sociais, representando cenas estáticas do registro em vídeo feito da ocasião do ato. Ver mais em < <https://www.uol.com.br/universa/colunas/nina-lemos/2021/02/17/daniel-silveira-que-quebrou-placa-de-marielle-representa-odio-a-mulhere.htm>>. Acessado em 26/04/22.

Daniel Silveira também chamou atenção ao protagonizar recentemente outro episódio bastante simbólico, do ponto de vista político: o indulto⁴⁸ concedido a ele pelo presidente Jair Messias Bolsonaro. Naquele momento, Silveira era deputado federal e membro da mesma ala conservadora de Jessé Lopes, Alexandre Frota e do próprio presidente.

Para uma breve genealogia do caso, vale lembrar que em abril de 2022 Daniel Silveira foi condenado pelo STF a 8 anos e 9 meses de prisão, “por crimes de ameaça ao Estado Democrático de Direito e coação no curso do processo” (PORTAL STF, 2022)⁴⁹. Sobre a condenação, o ministro Alexandre de Moraes – relator da Ação Penal (AP) 1044 – sinalizou ainda que a “PGR comprovou, por meio de vídeos e registros de sessões da Câmara dos Deputados e da audiência de instrução, a materialidade delitiva e a autoria criminosa das condutas relatadas pela acusação” (Idem). O relator reforçou ainda que durante interrogatório, Silveira teria confirmado “o teor das falas criminosas apontadas na denúncia, reafirmando as ameaças efetivamente proferidas” (Idem).

Importante contextualizar que as referidas ameaças proferidas por Daniel Silveira, atacando os ministros do STF, foram registradas em um vídeo publicado⁵⁰ nas redes sociais do próprio parlamentar em 2021. Com mais de 15 minutos de duração, o deputado começa a gravação comentando acerca da reação de Edson Fachin sobre o teor original do tuíte⁵¹ feito pelo general Eduardo Villas Bôas – revelado em trecho do livro-depoimento, publicado pela Fundação Getúlio Vargas⁵². Na época, como “resposta à revelação de que a cúpula do Exército, então comandado pelo general Eduardo Villas Bôas, articulou um tuíte de alerta ao Supremo antes do julgamento de um *habeas corpus* que poderia beneficiar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2018” (FOLHA DE S. PAULO, 2021)⁵³, Fachin afirmou ser “intolerável e inaceitável qualquer tipo de pressão injurídica sobre o Poder Judiciário”.

O portal Poder 360 transcreveu na íntegra⁵⁴ as falas de Daniel Silveira, presentes no vídeo gravado e divulgado pelo próprio parlamentar. Nele, o deputado não apenas xinga os

⁴⁸ Ver mais em < <https://blogs.oglobo.globo.com/vera-magalhaes/post/indulto-de-bolsonaro-silveira-e-mais-um-insulto-ao-stf.html>>. Acessado em 25/04/2022.

⁴⁹ Disponível em < <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=485660&ori=1>>. Acessado em 27/04/2022.

⁵⁰ Embora conste como indisponível, o endereço eletrônico do vídeo é < <https://www.youtube.com/watch?v=jMfInDBItog>>.

⁵¹ Refere-se a publicação de mensagem em uma conta da rede social Twitter. Fonte: <<https://dicionario.priberam.org/tu%C3%ADte>>. Acessado em 29/09/2022.

⁵² Ver mais em < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/02/livro-de-ex-chefe-do-exercito-expoe-a-volta-da-politica-aos-quarteis.shtml>>. Acessado em 29/04/2022.

⁵³ Ver mais em < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/02/fachin-reage-a-revelacoes-sobre-tuite-de-villas-boas-e-diz-que-pressao-no-judiciario-e-intoleravel-e-inaceitavel.shtml>>. Acessado em 27/04/2022.

⁵⁴ Disponível em < <https://www.poder360.com.br/congresso/leia-a-transcricao-do-que-disse-daniel-silveira-e-o-que-levou-o-stf-a-prende-lo/>>. Acessado em 28/04/2022.

magistrados, como endereça muitas das ofensas nominalmente. Estendendo os insultos a outros ministros e políticos – inclusive a ex-presidenta Dilma Rousseff – mas dirigindo-se inicialmente ao ministro Edson Fachin ele dispara:

Seu moleque, seu menino mimado, mau-caráter, marginal da lei, militante da esquerda, lecionava em uma faculdade, sempre militando pelo PT, pelos partidos narcotraficantes, nações narcoditadoras (...) Fachin, você integra, tipo assim, a nata da bosta do STF, certo? (...) Militante idiotizado, lobotomizado, *que atacava militares junto com a Dilma [Rousseff], aquela ladra, vagabunda*. Com o multirriminoso Luiz Inácio Lula da Silva, de 9 dedos, vagabundo, cretino, canalha. O que acontece, Fachin, é que todo mundo já está cansado dessa sua cara de filho da puta que tu tem. (...) Por várias e várias vezes já te imaginei tomando uma surra [...] O que você vai falar? Que eu tô fomentando a violência? Não. Eu só imaginei. [...] Você é um jurista píffio. Vai lá e prende o Villas Bôas, rapidão, só pra gente ver um negocinho. Se tu não tem coragem, porque tu não tem, *tu não tem colhão roxo pra isso*. (grifos meus – PODER 360, online, 2021)⁵⁵

Com palavras de baixo calão, o deputado vai construindo uma narrativa fantasiosa⁵⁶ sobre os personagens que menciona. Sem apresentar prova alguma, Silveira nem mesmo ensaia qualquer tipo de argumento para as acusações que profere e, embora seja bastante constrangedor revisitar essas falas – em razão do tom vulgar e agressivo –, a análise interpretativa do discurso odioso⁵⁷ produzido pelo deputado é importante para a construção da dimensão pragmático-simbólica que caracteriza não apenas sua retórica, mas as ações do parlamentar – e todas as tensões que as orbitam.

Aquilo que à primeira vista parecem ser frases, injúrias e ameaças tão aleatórias quanto incivilizadas, oriundas de um ex-policial militar, ao se somar a elas outros aspectos que caracterizam a visão política do mesmo deputado, surgem novas camadas de sentido para a análise.

Tendo como lema “Não é uma festa democrática, é uma guerra contra a corrupção”⁵⁸ (SILVEIRA, *online*), o comportamento agressivo e violento de Daniel Silveira parece ser sua assinatura. Prova disso é seu próprio histórico enquanto servidor da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), tendo sido preso ao menos 90 vezes durante sua carreira policial⁵⁹.

O parlamentar também protagonizou outros episódios marcadamente arbitrários, que ferem garantias constitucionais – como, por exemplo, a *vistoria* realizada por ele e pelo

⁵⁵ Trechos transcritos do vídeo mencionado e publicados no portal Poder 360. Disponível em <https://www.poder360.com.br/congresso/leia-a-transcricao-do-que-disse-daniel-silveira-e-o-que-levou-o-stf-a-prende-lo/>. Acessado em 26/04/2022.

⁵⁶ Fantasiosa no sentido de realizar afirmações sem provas, elaborando assim uma narrativa imaginária – como no caso do Fachin estar sempre militando em prol de partidos narcotraficantes e nações “narcoditadoras”, por exemplo.

⁵⁷ No sentido literal, algo repulsivo.

⁵⁸ Visto em < <https://www.deputadodanielsilveira.com.br/o-deputado/>>. Acessado em 27/04/2022.

⁵⁹ Fonte: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/de-policial-truculento-a-reu-no-stf-entenda-quem-e-daniel-silveira/>. Acessado em 26/04/2022.

deputado Rodrigo Amorim⁶⁰ no Colégio Pedro II, em outubro de 2019⁶¹, causando enorme confusão, repúdio de alunos, pais, professores e resultando no registro de queixa junto à Polícia Federal, além da entrada de representações nos Conselhos de Ética da ALERJ e da Câmara dos Deputados em Brasília, pelo então reitor da unidade Oscar Halac⁶². Vale dizer que durante a suposta vistoria, os deputados fizeram fotos de tudo que consideravam ter *conotação política*.

A expressão utilizada na ocasião para definir o foco dos ataques dos deputados – conotação política – vai ganhando novos significados, e maior clareza, quando se soma a ela informações contidas na própria biografia de Daniel Silveira, presentes em seu endereço eletrônico oficial, onde o deputado afirma que “É preciso salvar o Brasil da *ideologia de gênero* e acabar com a *doutrinação em sala de aula*” (grifos meus – SILVEIRA, online)⁶³. No momento que ele nomeia supostamente as grandes *vilãs* do país, fica mais claro sobre o se refere a conotação política, mencionada anteriormente.

Adotando como chave de leitura as formulações propostas por Biroli, a fim de evidenciar as articulações entre gênero e o movimento neoconservador, e entendendo o uso da noção de ideologia de gênero como estratégia política (BIROLI, 2020), pode-se apontar não apenas congruências entre as ações, postura e discurso dos atores políticos (representantes da extrema direita) mencionados⁶⁴, mas sobretudo de que forma os ataques aos movimentos feministas e LGBTQIA+ pautam estas coalizões contemporâneas.

Nesse sentido, vale resgatar a participação de Luís Roberto Barroso, ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), durante o VII Congresso Brasileiro do Direito Eleitoral, em 2020. Na ocasião, Barroso falou sobre o fenômeno da *erosão democrática contemporânea* – que, segundo ele, acontece em todo mundo, sendo originada a partir de três aspectos principais: o populismo, *o conservadorismo radical* e o autoritarismo.

A erosão não vem de golpes, mas de líderes eleitos. Uma vez eleitos, invocando respaldo popular direto, passam a desconstruir os pilares da democracia, perseguem líderes de oposição, depreciam a imprensa e colonizam as cortes constitucionais com juízes que lhe sejam submissos. Esse é o fenômeno desta quadra: o das democracias iliberais. (IPRADE, online, 2020)⁶⁵

⁶⁰ O mesmo parlamentar que estava com Daniel Silveira na ocasião da quebra da placa de Marielle Franco.

⁶¹ Ver mais em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/blog/edimilson-avila/noticia/2019/10/11/deputados-tentam-fazer-vistoria-no-colegio-pedro-ii-e-provocam-confusao-com-reitoria.ghtml>. Acessado em 28/04/22.

⁶² Ver mais em <https://odia.ig.com.br/colunas/informe-do-dia/2019/10/5812949-conselho-de-etica-da-alerj-analisara-ida-de-deputado-do-psl-ao-pedro-ii.html>. Acessado em 28/04/2022.

⁶³ Disponível em <https://www.deputadodanielsilveira.com.br/>. Acessado em 28/04/2022.

⁶⁴ Em referência a Alexandre Frota, Rodrigo Amorim, Wilson Witzel, Jair Bolsonaro e Daniel da Silveira.

⁶⁵ Disponível em: < <https://www.iprade.com.br/portal/a-erosao-da-democracia-contemporanea-nao-vem-de-golpes-mas-de-lideres-eleitos-diz-ministro-barroso/>>. Acessado em 26/04/2022.

A partir deste raciocínio, infere-se que Jair Messias Bolsonaro e o deputado Daniel da Silveira partilham das mesmas posições políticas e, por isso, dividem um mesmo projeto. Bolsonaro também já protagonizou vários episódios polêmicos nos quais utilizou conceitos como *marxismo cultural*, *doutrinação marxista*⁶⁶ e *ideologia de gênero* para justificar boa parte dos ataques que efetuou ao longo de sua carreira política – seja dentro ou fora de casa legislativas, muitas vezes endereçando as ofensas às mulheres parlamentares.

Em 2021, o teólogo Rodolfo Capler publicou uma matéria na revista *Veja* na qual chama o marxismo cultural de fetiche, explicando que no Brasil o segmento evangélico “é dominado por uma narrativa paranoica ultraconservadora” (VEJA, 2021, *online*)⁶⁷. De acordo com as palavras do teólogo, “os líderes evangélicos brasileiros vivem uma ferrenha *guerra cultural* lutando contra um *inimigo imaginário* que se levanta com o objetivo de destruir a família, corromper moralmente a juventude e desvirtuar o caráter das crianças” (grifos meus – Idem).

Considerando os apontamentos realizados por Capler, a natureza dessa guerra estaria relacionada a cultura, cujo objetivo seria a destruição dos valores familiares – pilar fundamental da ala conservadora. Dialogando com a explanação de Biroli, na qual conceitua a *ideologia de gênero* como uma estratégia política, o teólogo também define o marxismo cultural enquanto *estratégia político-ideológica*.

A partir da leitura de que ambas as expressões trafegam nos mesmos territórios e, por isso, têm entre si uma clara simetria, infere-se que ao transitarem nas esferas política e ideológica, ganham ênfase e chancela no discurso cristão dos neoconservadores, circulando e reverberando de forma potente na sociedade.

Nesse sentido, adotando um olhar de classe, Maria das Dores Campo Machado sinaliza que “como no restante da América Latina, os grupos evangélicos que mais crescem no Brasil são os pentecostais, que recrutam fiéis preferencialmente nos setores mais vulneráveis da população” (MACHADO, 2020).

Sobre isso vale dizer que em 2020 foi publicada pesquisa do Datafolha mostrando que “a cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra”(FOLHA DE S. PAULO, online, 2020)⁶⁸. De acordo com o estudo, as mulheres correspondem a 58% das pessoas evangélicas, enquanto as pessoas negras, 59%.

⁶⁶ Para ler mais, acessar < <https://www.cartacapital.com.br/educacao/se-houvesse-o-marxismo-cultural-uma-pessoa-como-bolsonaro-nao-teria-sido-eleita/>>. Acessado em 26/04/2022.

⁶⁷ Visto em < <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/os-evangelicos-e-o-fetiche-do-marxismo-cultural/>>. Acessado em 27/04/2022.

⁶⁸ Visto em < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml?origin=folha> > . Acessado em 27/04/2022.

Trazendo um paralelo interessante para a presente análise, a matéria afirma que embora os rostos mais conhecidos do movimento evangélico sejam masculinos e “o mais comum seja encontrar um pregador homem nos cultos” (FOLHA DE S. PAULO, online, 2020), as mulheres dominam os outros espaços da igreja: seja nos cultos, nos ofertórios (entrega dos dízimos) ou para pedir bênçãos (Idem). Essa diferença proporcional é relevante para se pensar a complexidade da análise acerca das disputas ideológicas em torno da agenda de gênero, na medida em que:

[...] embora a liderança cristã continue sendo majoritariamente do sexo masculino, são as mulheres que enchem os templos, assumem a tarefa de transmitir os valores religiosos para as novas gerações e vêm sendo mais mobilizadas para o ativismo conservador contra a “ideologia de gênero”. (MACHADO, 2020)

A dimensão do empenho analítico necessário para pensar o neoconservadorismo está na grande complexidade das tessituras que ele age e aciona: seja a partir dos atores que mobiliza, ou dos indivíduos que alveja – sendo que no caso da chamada ideologia de gênero, as mulheres acabam ocupando os dois papéis.

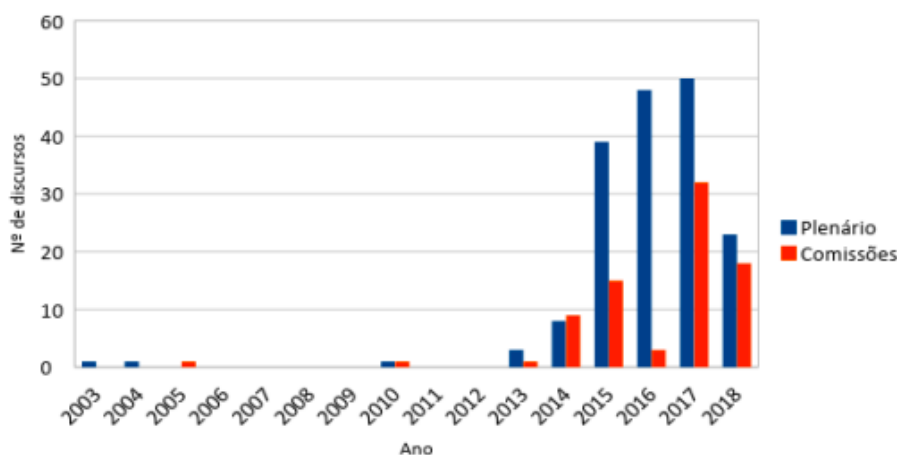
Machado sinaliza ainda que a expressão ideologia de gênero vem sendo utilizada “para justificar propostas conservadoras no Congresso Nacional desde a primeira década do século XXI”⁶⁹ (2020).

Um estudo realizado por Raniery Teixeira sobre a menção da terminologia nos discursos parlamentares no país – tanto no Plenário, quanto nas Comissões da Câmara dos Deputados – mostra que *a partir de 2003 o termo ideologia de gênero vai ganhando grande notoriedade, sendo que a partir de 2013 ele passa a “compor o vocabulário dos parlamentares”* (grifos meus – TEIXEIRA, p. 101, 2019)⁷⁰. Vale frisar ainda que em 2017 a expressão alcança seu pico de citações.

⁶⁹ Ver mais em BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. Gênero, neoconservadorismo e democracia. Edição Kindle. Boitempo Editorial, 2022. Ver também: ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas, Gênero: uma questão incômoda para as religiões. In: SOUSA, Sandra Duarte; SANTOS, Naira Pinheiro dos. *Estudos feministas e religião: tendências e debates*. Curitiba: Prismas/Universidade Metodista, 2014, p. 129-47.

⁷⁰ TEIXEIRA, Raniery Parra. “*Ideologia de gênero*”? : *as reações à agenda política de igualdade de gênero no Congresso Nacional*. Orientadora: Flávia Millena Biroli Tokarski. 2019. Dissertação (Mestrado). Curso do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Univerisdade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em < <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35044>> . Acessado em 21/05/2021.

Figura 4 - Número de discursos em Plenário e em Comissões na Câmara dos Deputados nos quais aparece o termo ideologia de gênero.



Fonte: Raniery Teixeira, UNB, 2019.

O gráfico (Figura 4) acaba funcionando assim também como metáfora visual dos acontecimentos no cenário político, na medida em que a análise sugere, de forma concreta, que o acionamento do conceito acompanha cronologicamente a intensificação dos ataques à agenda de gênero, juntamente com o avanço das alas conservadoras na cena política brasileira.

Dessa forma, é importante lembrar os episódios que marcam os anos citados. Em 2013, quando o termo passa a fazer parte do léxico dos parlamentares, tem-se um ano marcado por manifestações sociais (estrategicamente apropriadas pela extrema direita). Já em 2017, quando as menções a ideologia de gênero atingem seu auge, vivencia-se no Brasil o governo de Michel Temer, pivô na articulação do *impeachment* de Dilma Rousseff e antecessor de Bolsonaro.

A ideia de que o gráfico proposto se trata de uma metáfora opera também no sentido de que ele acompanha, literalmente, por meio de sua curva, a tônica da narrativa política que estávamos experimentando no país: marcada pela ascensão da extrema direita eficazmente apoiada pelos setores religiosos, mas também por empresários e militares – aspecto que define o caráter neoconservador do período analisado.

Em outras palavras, através do mapeamento das menções do termo ideologia de gênero, proposta na investigação de Raniery Teixeira, pode-se também visualizar o quanto a terminologia – expressão-símbolo de uma agenda antigênero apoiada pela ala conservadora – estava sendo amplamente acionada, sendo o período que antecede a eleição de Jair Messias Bolsonaro marca, de forma enfática, a chegada do combate a agenda de gênero no poder executivo.

Bolsonaro é um ator de grande relevância para pensar a cruzada antigênero no cenário brasileiro contemporâneo, tendo inclusive utilizado dela como estratégica política desde seus tempos como deputado, mas sobretudo enquanto *componente de sua plataforma política durante a campanha para as eleições presidenciais*. Mesmo em seu discurso de posse, Jair Messias Bolsonaro trata do combate contra ideologia de gênero como forma de valorização e manutenção dos valores familiares:

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, *combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores*. O Brasil voltará a ser um país livre de amarras ideológicas. (grifos meus – UOL NOTÍCIAS, *online*, 2019)⁷¹

Em maio de 2020, Bolsonaro afirmou ainda que o governo formularia em breve “um projeto de lei para impedir o ensino de ideologia de gênero nas escolas”(GAZETA DO POVO, *online*, 2020)⁷². No mesmo dia da declaração do presidente, o deputado federal Filipe Barros (PSL-PR) encaminhou um projeto contra a chamada ideologia de gênero. Afirmando se tratar de uma coincidência, em relação à manifestação de Bolsonaro, o deputado sinalizou que:

O grande diferencial desse projeto é o conteúdo dele. Ao contrário de outros projetos, ele não proíbe a ideologia de gênero. Ele simplesmente conceitua o que é gênero, de acordo com o sexo biológico”, afirma. “Gênero é igual a sexo biológico. É um projeto muito simples. (GAZETA DO POVO, *online*, 2020)

É importante atentar não só para algumas confusões possivelmente intencionais, mas principalmente para como elas se retroalimentam e são perpetuadas através do campo político – que as reproduz também em seu discurso, encontrando, na própria circulação, eco no discurso social. Primeiro chama atenção a forma leviana com a qual o parlamentar se apropria da terminologia ideologia de gênero: sem se comprometer em defini-la, ele a usa como algo óbvio para, a partir dela, destituir uma proposição central na teoria de gênero – a ideia de gênero enquanto constructo social.

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BUTLER, p. 20 – 21, 2018)

⁷¹ Disponível em < Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/01/bolsonaro-fala-em-combater-ideologia-de-genero-veja-integra-do-discurso.htm?cmpid=copiaecola> > . Acessado em 27/04/2022.

⁷² Ver mais em < <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ideologia-de-genero-lei-bolsonaro-congresso/>> . Acessado em 27/04/2022.

Mais ainda: ao efetuar uma falsa simetria entre os dois conceitos (gênero e sexo), o proponente não apenas esvazia de sentido conceitos-chave que ancoram teorias de gênero – como a teoria *queer*, por exemplo – mas também contribui para desarticular disputas e agendas de grande relevância para os principais atores envolvidos: mulheres e população LGBTQIA+.

Como já citado anteriormente, Judith Butler é um dos principais nomes da teoria de gênero na contemporaneidade. Em artigo publicado no *Sexuality Policy Watch* (SPW), vale notar como ela acaba abordando de forma indireta algumas das confusões comentadas no parágrafo anterior:

A igualdade de gênero é entendida como uma “*ideologia* diabólica” por esses críticos precisamente porque eles veem a diversidade de gênero como uma “construção social” historicamente contingente, que tem sido imposta à diferença sexual determinada pela ordem divina. E, embora seja verdade que teóricos de gênero rejeitem a ideia de que gênero seja determinado pelo sexo designado no nascimento, o discurso de que a construção social do gênero é uma destruição deliberada da realidade estabelecida por Deus é uma interpretação que distorce o campo dos estudos de gênero e a noção de construção social, com consequências nefastas. (grifos meus – BUTLER, online, 2019)⁷³.

A filósofa reforça ainda que a teoria de gênero nada tem de doutrinadora ou destrutiva, consistindo em proposições que refletem uma “*forma de liberdade política* para viver em um mundo mais vivível e igualitário” (grifos meus – BUTLER, online, 2019). Ao tipificar a liberdade que a teoria se propõe pensar, Butler chega numa constatação relevante, uma vez que é através de conquistas no campo político que garantiremos não apenas liberdades performativas, mas principalmente segurança e proteção contra violações e crimes de ódio.

Em um artigo anterior, publicado na Folha de S. Paulo logo após os ataques que sofreu no Brasil, Butler se dirige de forma mais direta ao obscurantismo com a qual abordam a questão da ideologia de gênero. Fazendo um resgate da sua pesquisa no campo da teoria de gênero, a filósofa explica sua proposição centrada na descrição do caráter performativo do gênero, sinalizando que em seu livro *Gender Trouble* ela defende que:

A cada um de nós é atribuído um gênero no nascimento, o que significa que somos nomeados por nossos pais ou pelas instituições sociais de certas maneiras. Às vezes, com a atribuição do gênero, um conjunto de expectativas é transmitido: esta é uma menina, então ela vai, quando crescer, assumir o papel tradicional da mulher na família e no trabalho; este é um menino, então ele assumirá uma posição previsível na sociedade como homem. No entanto, muitas pessoas sofrem dificuldades com sua atribuição —são pessoas que não querem atender aquelas expectativas, e a percepção que têm de si próprias difere da atribuição social que lhes foi dada.

⁷³ Disponível em: < <https://sxpolitics.org/ptbr/judith-butler-precisamos-parar-o-ataque-a-ideologia-de-genero/9094>>. Acessado em 27/04/2021.

A dúvida que surge com essa situação é a seguinte: em que medida jovens e adultos são livres para construir o significado de sua atribuição de gênero? (BUTLER, online, 2017)⁷⁴

Eis a referida liberdade política referida por Judith Butler. A autora ainda reforça que sua obra não nega a diferença natural entre os sexos, ao mesmo tempo que defende que a sexualidade se manifesta de maneiras diferentes e, por isso, não devemos pressupor que o gênero determine a orientação sexual. Ao explicar que feminino e masculino não possuem significados fixos, variando de acordo com a cultura, Butler enfatiza que o objetivo da citada teoria é “gerar mais liberdade e aceitação para a gama ampla de identificações de gênero e desejos que constitui nossa complexidade como seres humanos” (BUTLER, online, 2017)

A filósofa desenvolve colocações ainda mais incisivas contra a intenção obscura em relacioná-la à chamada ideologia de gênero – terminologia ampla e intensamente usada pela ala conservadora para justificar ataques a atores progressistas, como visto até aqui.

A teoria da performatividade de gênero busca entender a formação de gênero e subsidiar a ideia de que a expressão de gênero é um direito e uma liberdade fundamentais. Não é uma "ideologia".

Em geral, uma ideologia é entendida como um ponto de vista que é tanto ilusório quanto dogmático, algo que "tomou conta" do pensamento das pessoas de uma maneira acrítica.

Meu ponto de vista, entretanto, é crítico, pois questiona o tipo de premissa que as pessoas adotam como certas em seu cotidiano, e as premissas que os serviços médicos e sociais adotam em relação ao que deve ser visto como uma família ou considerado uma vida patológica ou anormal. (BUTLER, online, 2017)

Questionando o determinismo dos papéis sociais a partir do sexo biológico, Butler desenvolve uma importante reflexão na defesa da liberdade de relações que se diferenciam daquelas hegemonicamente aceitas pela sociedade, como famílias travestis e mães solteiras.

Ao revisitar o episódio dos ataques que sofreu também em Congonhas, a autora relembra que uma das pessoas que a ofendeu gritava algo sobre pedofilia. Esse ponto é importante para compreendermos *de que forma a ideologia de gênero foi se tornando um recipiente abstrato de imoralidades, preenchendo-a com ideias pavorosas e nefastas* – como a própria pedofilia, mas também assassinato de crianças, estímulo de sexo entre crianças – que embasam boa parte do pânico moral acionado por quem a utiliza. Sobre isso, Butler faz uma crítica ácida e contundente à Igreja ao questionar:

[...] por que um movimento a favor da dignidade e dos direitos sexuais e contra a violência e a exploração sexual é acusado de defender pedofilia se, nos últimos anos, é a Igreja Católica que vem sendo exposta como abrigo de pedófilos, protegendo-os

⁷⁴ Visto em < <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>>. Acessado em 28/04/2021.

contra processos e sanções, ao mesmo tempo em que não protege suas centenas de vítimas? (BUTLER, online, 2017)

Tão importante quanto identificar os atores que acionam essas terminologias – para justificarem uma suposta guerra contra os valores familiares –, é também compreender a quem eles endereçam seus ataques. E o porquê.

Como mencionado anteriormente, em um dos ataques que sofreu no Brasil, Butler foi retratada como bruxa (Figura 5)⁷⁵, tendo sua efígie queimada durante a manifestação (Figura 6)⁷⁶. Numa associação direta à caça às bruxas do período medieval, a violência simbólica e psicológica impelidas contra Judith Butler assusta em diferentes níveis e matizes, sobretudo quando pensamos que isto aconteceu em 2017.

Figura 5 - Manifestação contra Judith Butler, no Sesc Pompéia/SP.



Fonte: UOL, 2017.

É ainda mais impactante considerar que o principal motivo para esses ataques seja a ideologia de gênero: conceito que além de não pertencer à autora, distorce suas proposições teóricas. Por fim, também impressiona o ódio verificado em palavras, cartazes, ofensas e gritos dirigidos a Butler.

⁷⁵ Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/11/07/manifestantes-protestam-contra-filosofo-americana-judith-butler-em-sao-paulo.htm>>. Acessado em 28/04/2021.

⁷⁶ Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/07/politica/1510085652_717856.html>. Acessado em 28/04/2021.

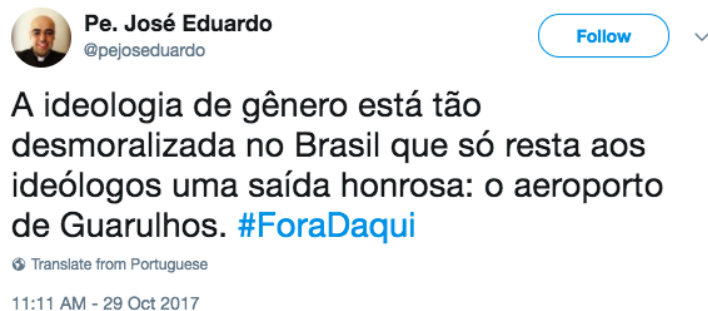
Figura 6 - Manifestantes colocam fogo em boneco de Judith Butler.



Fonte: El País, 2017.

No contexto dos ataques sofridos no Brasil, as críticas realizadas por Butler sobre a Igreja encontram respaldo pragmático, uma vez que na ocasião o padre José Eduardo de Oliveira e Silva, da diocese de Osasco, comemorou em suas redes sociais (Figura 7)⁷⁷ a violência direcionada à filósofa, reforçando a conexão entre ela e a suposta ideologia de gênero.

Figura 7 - Tuíte postado pelo Padre José Eduardo de Oliveira e Silva.



Fonte: Diário do Centro do Mundo, 2017.

Embora em um primeiro momento possa gerar estranheza pensar que essas pessoas tentaram – através de abaixo assinado – impedir a participação da filósofa em um evento que na verdade era sobre democracia⁷⁸, isto acaba fazendo sentido, na medida em que a própria autora sinaliza que “talvez o foco em ‘gênero’ não tenha sido, no final, um desvio da pergunta de nosso seminário: quais são os fins da democracia?” (FOLHA DE S. PAULO, online, 2017). Sendo o

⁷⁷ Disponível em < <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/padre-covarde-que-comemorou-agressao-a-judith-butler-e-incitou-fieis-apaga-postagens-no-twitter/>>. Acessado em 27/04/2021.

⁷⁸ Ver mais em < <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,judith-butler-vem-ao-brasil-participar-de-seminario-sobre-democracia,70002061618>>. Acessado em 27/04/2021.

ódio e a violência passíveis de serem instrumentalizados à serviço da política e moral religiosa, “então a democracia é ameaçada por aqueles que pretendem rasgar o tecido social, punir as diferenças e sabotar os vínculos sociais necessários” (FOLHA DE S. PAULO, online, 2017), tão caros e fundamentais ao nosso convívio: sobretudo para a comunidade LGBTQIA+ e para as mulheres.

Capítulo 2 – Corpos femininos: um território desde sempre político

Entendendo narrativa enquanto território de disputa de poder – e levando em consideração a perspectiva de Foucault sobre a ideia de discurso como não sendo “simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (p.10, 2012) – ao se analisar a forma como certos espaços são ocupados, percebe-se que a ausência de determinadas identidades na construção do discurso desvela um vácuo permanente na representação de parte da sociedade, enquanto sujeitos políticos e também narrativos.

Disputar narrativas é pleitear espaços, o que do ponto de vista político significa reivindicar a visibilidade de pautas e identidades para assegurar a garantia de direitos, principalmente a grupos historicamente marginalizados, indivíduos socialmente excluídos. Por esse viés, entende-se que é no campo político onde se define a construção de caminhos que atribuam mais centralidade a quem por muito tempo esteve à margem das decisões centrais sobre suas próprias vidas. É nos debates sobre políticas públicas que pensamos meios de redução das desigualdades sociais. Ocupar esses espaços com corpos que encarnem identidades historicamente marginais significa construir projetos que contemplem as subjetividades desses grupos, através de indivíduos que, por pertencerem a eles, conhecem suas realidades, dores e agendas.

Localizando estas disputas no contexto latino-americano, percebe-se portanto que as recentes conquistas de setores progressistas – embora tímidas diante das demandas dos movimentos feministas e LGBTQIA+ – são suficientes para perturbarem a ordem social (e política) historicamente estabelecida. Mais ainda: alguns desses avanços desenham no contexto latino-americano um cenário paradigmático para a agenda de gênero. Exemplo disso é a descriminalização do aborto na Argentina, México e, mais recentemente, na Colômbia.

O caso colombiano chama atenção tanto em razão da sua natureza contemporânea, mas principalmente por ter sido o primeiro da América Latina “a descriminalizar o aborto em um período equivalente a seis meses, tornando-se o que tem o prazo mais longo para abortar livremente na região” (GÊNERO E NÚMERO, online, 2022)⁷⁹. Outro ponto importante de se considerar no caso da Colômbia é o fato do país ser um território de maioria católica.

Nesse contexto, o portal de informação da Santa Sé, em um comunicado logo após a divulgação da decisão da Corte colombiana, afirmou que a deliberação se tratava de “uma

⁷⁹ Visto em: <https://www.generonumero.media/aborto-america-latina/>. Acessado em 26/04/2022.

afronta à dignidade humana” (VATICAN NEWS, online, 2022)⁸⁰, classificando-o como um ato imoral e uma prática violenta.

Apesar da reação do setor católico não ser surpreendente, chama atenção a fala da Conferência Episcopal Colombiana (CEC) ao sinalizar que “tutelar o suposto direito de suprimir uma vida humana inocente coloca em risco o próprio fundamento de nossa ordem social e o *estado de direito*” (grifos meus – VATICAN NEWS, online, 2022).

Embora não seja o objetivo deste trabalho realizar uma análise profunda sobre a deliberação da Corte colombiana, é interessante avaliar a retórica dos atores seculares sobre ela: associando-a a uma suposta ameaça ao Estado Democrático de Direito, acabam delineando e reiterando, de maneira enfática, o caráter político e institucionalmente misógino da questão, evidenciando assim o vínculo entre erosões democráticas e reações às conquistas de gênero.

As campanhas contra o gênero colaboram para a erosão das democracias na medida em que comprometem valores e requisitos institucionais fundamentais como pluralidade, laicidade, proteção a minorias, direito à livre expressão e à oposição. A segunda razão é que elas têm servido para legitimar alternativas e lideranças autoritárias em tempos de antipolítica. (BIROLI, 2020)

Assim, a descriminalização do aborto, a garantia legal do casamento homoafetivo e a implementação de leis sobre identidade de gênero constituem avanços que afetam diretamente a concepção de família, enquanto instituição-chave para a histórica manutenção do poder nas mãos de setores conservadores. Nesse sentido, entendendo a erosão da democracia como correspondente a erosão do público e o neoliberalismo como vetor de uma nova racionalidade – instituindo novos formatos de regulação favoráveis ao mercado e redefinindo “a institucionalidade estatal diante da financeirização da economia global” (BIROLI, 2020) –, este acaba por reivindicar à democracia que atenda a lógica de mercado (Idem).

Dessa forma, a “expansão do econômico em detrimento do social e do privado em detrimento do público expande também a ‘esfera pessoal protegida’”, colocando a família “no centro da dinâmica de privatização” (BIROLI, 2020).

Lendo a questão a partir do prisma de gênero, nota-se que, embora atual, a centralidade da família nas disputas em torno do gênero é bastante antiga – sua importância se estabelece sobretudo em razão de seu caráter enquanto instituição-chave para “assegurar a transmissão da propriedade e a reprodução da força de trabalho” (FEDERICI, p. 173, 2017).

⁸⁰ Visto em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2022-02/colombia-aprovacao-aborto-reacao-conferencia-episcopal.html>. Acessado em 26/04/2022.

Sobre isso vale lembrar do importante empenho teórico realizado por Silvia Federici, em seu livro *O Calibã e a Bruxa – Mulheres, corpo e acumulação primitiva*⁸¹. Utilizando-se do materialismo histórico para analisar como as mulheres sofreram ao longo dos séculos repetidas violações no campo dos direitos humanos, principalmente no que tange o controle dos seus corpos, a autora considera – do ponto de vista da desvalorização do trabalho das mulheres – a acumulação primitiva um processo permanente, ainda em curso, ao passo que para Marx este funciona como o ponto de partida do modo capitalista de produção.

Aqui ele apela a uma questão crucial para a compreensão do processo de criação de valor no capitalismo: a força de trabalho, a nossa capacidade de trabalhar, não nos é dada. Consumida todos os dias no processo de trabalho, deve (re)produzir-se constantemente, e essa (re)produção é tão essencial para a valorização do capital como é “a limpeza das máquinas”, uma vez que “é a produção dos meios de produção mais preciosos dos capitalistas: o próprio trabalhador” (MARX, 1990, p. 718, apud FEDERICI, p. 95, 2017)

Pensando a reprodução social como produção de sujeitos, percebe-se em vários momentos do citado trabalho da intelectual o controle sobre o corpo da mulher por parte do grupo dominante, onde a partir do controle social do corpo feminino vislumbra-se também uma expropriação da mulher de si mesma, caracterizada também pela exclusão do seu protagonismo enquanto sujeito – sobretudo dentro de uma acepção política.

Para efeitos deste capítulo, é importante resgatar aqui a dimensão eminentemente política que envolve a agenda de gênero e as disputas que ela aciona – contemplando, nesse sentido, a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, como também as pautas do movimento LGBTQIA+.

No caso das mulheres, a dominação dos corpos femininos é real e histórica, manifestando-se em circunstâncias ordinárias, mas também legais. Dentro do contexto brasileiro, pode-se considerar que a misoginia vem sendo historicamente instrumentalizada e utilizada como ferramenta de violência contra as mulheres, inclusive em espaços institucionais.

Exemplo disso é o caso Ângela Diniz, no qual durante o primeiro julgamento (ocorrido em 18 de outubro de 1979) o famoso advogado criminalista Evandro Lins e Silva a descreveu como uma “Vênus Lasciva”, “‘dada a amores anormais’ – referência a um caso homossexual que teria tido” (O GLOBO, online, 2013)⁸². Na ocasião, a maioria dos jurados entendeu que Doca Street, assassino de Ângela, agiu em “legítima defesa da honra” (Idem), absolvendo-o.

⁸¹ Ver mais em FEDERICI, Silvia. *O calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação produtiva*. São Paulo: Elefante Editora, 2017.

⁸² Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/angela-diniz-morta-tiros-em-buzios-em-1976-pelo-playboy-doca-street-10125920?GLBID=11d8902a91000267b08b40ce13d>

A postura adotada pelo então advogado de Doca Street pode soar estarrecedora sob a perspectiva contemporânea, mas engana-se quem pensa que se trata de uma conduta ultrapassada. No início do mês de novembro, em 2020, chegou ao fim “o julgamento do empresário André de Camargo Aranha, acusado de estuprar a jovem promotor catarinense Mariana Ferrer, de 23 anos, durante uma festa em 2018” (THE INTERCEPT, online, 2020)⁸³.

Segundo o promotor responsável pelo caso, não havia como o empresário saber, durante o ato sexual, que a jovem não estava em condições de consentir a relação, não existindo, portanto, intenção de estuprar – ou seja, uma espécie de ‘estupro culposo’. O juiz aceitou a argumentação (grifos meus – THE INTERCEPT, online, 2020).

Não bastasse a tese de “estupro culposo” (THE INTERCEPT, online, 2020), Mariana foi submetida a um enorme desrespeito por parte de todos os integrantes do julgamento do caso, durante a citada audiência, chegando em alguns momentos a implorar por respeito.

A defesa do empresário mostrou cópias de fotos sensuais produzidas pela jovem enquanto modelo profissional antes do crime como reforço ao argumento de que a relação foi consensual. O advogado Cláudio Gastão da Rosa Filho analisou as imagens, que definiu como “ginecológicas”, sem ser questionado sobre a relação delas com o caso, e afirma que “jamais teria uma filha” do “nível” de Mariana. Ele também repete o choro de Mariana: “não adianta vir com esse teu choro dissimulado, falso e essa lábia de crocodilo” (THE INTERCEPT, online, 2020).

Corpos femininos são diariamente alvejados, em diferentes níveis, de maneira que o ódio às mulheres se reflete em alarmantes dados estatísticos. Prova disso é o Atlas da Violência de 2019 que revela um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, sendo esse o maior número registrado desde 2007 (IPEA, online, 2019)⁸⁴. No entanto, para efeito do trabalho, um caso de feminicídio em especial torna-se bastante simbólico, sobretudo em razão não apenas pela violência (já conhecida) desse tipo de crime, mas principalmente por apontamentos que revelam a perspectiva jurídica do delegado responsável pelo caso.

Mayara Amaral foi assassinada no dia 25 de julho de 2017, a golpes de martelo depois de ter sido estuprada por dois homens em um motel, numa emboscada criada pelo então companheiro da musicista, segundo apuração do jornal local (CAMPO GRANDE NEWS, online,

7f0f3c64795338686161634b4f616a34335253476d4c55694e6f452d496a3557666e33556f7068716844336a76363247384e7451545478637a6d5f436a4b446d665353663048395663626655422d706e6d4b324d6a553068513d3d3a303a64652e323031362e3239. Acessado em 01/10/2020.

⁸³ Ver mais em <<https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>>. Acessado em 04/11/2020.

⁸⁴ Disponível em

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432>. Acessado em 19/07/2021.

2017)⁸⁵ – em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. O crime inicialmente tipificado como latrocínio repercutiu de maneira intensa, sobretudo em diversas entidades relacionadas ao movimento feminista – como demonstra matéria publicada no Jornal do Brasil, em 03 de agosto deste mesmo ano, intitulada “Feminicídio contra Mayara Amaral mobiliza ativistas em todo país” (JORNAL DO BRASIL, online, 2017)⁸⁶.

No entanto, sobre o assassinato de Mayara, o delegado Tiago Macedo sinalizou que “No Brasil, tipificar um crime como feminicídio, além de não termos provas ainda para sustentá-lo, significa abrandar a pena. *É uma porta aberta para a defesa explorar a memória da vítima*” (grifos meus – JORNAL DO BRASIL, online, 2017)⁸⁷. Através da fala de Tiago, percebe-se, portanto, uma dupla preocupação por parte do delegado: primeiramente a tipificação do crime não estaria evidente, ou seja, de acordo com Tiago Macedo, a ausência de indícios seria um dos empecilhos para a classificação do crime como feminicídio. Por outro lado, ainda segundo ele, caso o crime em questão fosse tipificado como feminicídio isso significaria tanto o abrandamento da pena, quanto também um caminho para se explorar a memória de Mayara. Essa última afirmação sugere que há uma dificuldade jurídica, e também retórica, de se abordar os feminicídios. Como se nesses casos houvesse uma grande dificuldade de se elaborar uma sustentação narrativa.

Pouco a pouco, a dificuldade alegada pelo então delegado responsável pelo caso de Mayara Amaral vai ganhando contornos reais. O caso de Mariana Ferrer, assim como de Mayara Amaral, Ângela Diniz, e milhares de outras mulheres⁸⁸ vítimas de abusos e violências mostram que para se acusar um homem, seja por estupro, ou por feminicídio, é preciso desafiar inúmeras esferas institucionais.

⁸⁵ Disponível em < <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/mayara-foi-morta-em-motel-e-depois-jogada-no-inferninho-diz-policia>>. Acessado em 12/10/2017.

⁸⁶ Disponível em http://www.jb.com.br/pais/noticias/2017/08/03/femicidio-contra-mayara-amaral-mobiliza-ativistas-em-todo-pais/?from_rss=sol-maior. Acessado em 20/10/17.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Importante salientar que nos três casos citados como exemplos as mulheres são/eram brancas e de classe média/alta, o que significa, em termos práticos, que para as mulheres negras o cenário é, sem dúvida, muito mais grave – haja vista os números do mais recente Atlas da Violência, de julho de 2020. Exemplo disso começa pela própria falta de visibilidade dos feminicídios e abusos em relação às mulheres negras. Os casos que ganham notoriedade na mídia são, em sua grande maioria, de mulheres brancas, geralmente com alto grau de instrução e membros da elite, ou da classe média.

2.1 – Uma *retórica feminicida*⁸⁹

Marcelo Sabino, que é historiador e advogado com experiência em Direito Criminal – tendo atuado no Tribunal do Júri como assistente de acusação contra assassinos de mulheres – publicou uma análise de casos de feminicídio na qual realiza um estudo legislativo sobre a evolução da Lei Penal, além de aspectos das técnicas mais utilizadas pela Defesa dos acusados (SABINO, 2018)⁹⁰.

Trazendo como marco temporal a realização da “Campanha Moral para acabar com a tolerância dos ‘crimes de paixão’” (SABINO, p. 13, 2018) – iniciada em 1925 pelo Conselho Brasileiro de Higiene Social, fundado no Rio de Janeiro pelos promotores de justiça Roberto Lyra, Carlos Sussekind Mendonça, Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Lourenço de Mattos Borges, com a colaboração do Juiz de Direito Nelson Hungria – Sabino sinaliza que “já naquele período o assassinato de mulheres era crime corriqueiro e comum” (Idem).

Fazendo uma breve cronologia da evolução legislativa sobre o tema, destacando as mudanças mais importantes ocorridas na Lei, o autor explica ainda que o “Código Penal de 1890 tornava inimputável o criminoso que agia sob forte emoção” (SABINO, p. 13, 2018). Em termos práticos, um homem que suspeitava de traição e assassinava sua esposa, alegava que estava com os sentidos perturbados, em razão desta forte emoção, e era comumente absolvido.

Em 1940 o Código Penal é alterado: este tipo de ação (provocada por forte emoção) deixa de gerar absolvição direta, mas é “mantida no código para atenuar a pena daquele que agia motivado por uma emoção perturbadora” (SABINO, p. 13, 2018).

A criminalização do adultério (Artigo 240, do Código Penal) “tipificava como crime a relação amorosa de pessoas casadas com terceiros ‘fora’ do casamento” (Idem), sendo que só em 2005 este artigo foi revogado pela Lei 11.106⁹¹, o que significa dizer que até então “a criminalização daquele ato gerava uma escapatória para maridos que, traídos, justificavam o homicídio com o ‘crime’ praticado pela assassinada” (SABINO, p. 29, 2018). Em termos práticos, “sendo o adultério considerado crime até 2005, o marido que flagrava a esposa praticando este tipo de delito poderia matá-la, e ao amante, acobertado pelo manto da legítima defesa” (Idem).

⁸⁹ Expressão cunhada pela autora desta tese e que deve ser entendida aqui como os argumentos normalmente utilizados pelos assassinos de mulheres para persuadir a opinião pública de que o crime foi resultado de uma suposta violação anterior, cometida pelas mulheres. Violação esta que só faz sentido se consideramos as tarefas e escusas utilizadas como justificativa por eles como obrigações morais e sociais das mulheres.

⁹⁰ SABINO, Marcelo. *Feminicídio: uma tragédia brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

⁹¹ Ver mais em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11106-28-marco-2005-536218-norma-pl.html>>. Acessado em 20/09/20.

No entanto, permanece no Código Penal o homicídio privilegiado, no qual o sujeito comete um assassinato “após sofrer injusta ofensa ou agressão”. Sobre isso, Marcelo Sabino acrescenta ainda que “nossos tribunais admitem que o adultério, ainda que não mais seja considerado crime, constitui ofensa que atenuaria a pena do assassino traído” (SABINO, p. 29, 2018), o que ainda segundo o autor consiste em “resquícios da ‘privação de sentidos pela forte emoção’ do Código Penal de 1890 que absolvía o criminoso, ou do Código Penal de 1940 que atenuava sua pena” (Idem).

Realizando uma breve análise de alguns julgamentos, Sabino mostra como criminosos lançam mão desse entendimento para tentarem justificar suas ações, uma vez que na moderna jurisprudência a “reação à injusta ofensa deve ser imediata e deve ser justificada para ser acolhida como atenuante de pena” (SABINO, p. 30, 2018). Ainda segundo ele, “é um absurdo que um entendimento retrógrado como este da ‘violenta emoção motivada por ciúmes ou traição’ conviva com a Lei 11.340 de 2006, a Lei Maria da Penha⁹²” (SABINO, p. 30, 2018).

No caso das mulheres assassinadas por seus companheiros, Marcelo Sabino aponta ainda para uma lógica jurídica cruel, sobretudo para as mulheres. Nesse sentido, o autor explica que o direito brasileiro protege uma série de bens, sendo o principal deles a vida humana, no entanto, a legislação também tutela o patrimônio, a honra, as liberdades individuais e coletivas, além de outros. Em termos práticos, isso pode significar que na letra da Lei já se tem de antemão uma proteção ao assassino:

[...] a violação de um bem juridicamente protegido acarreta uma pena ao violador. E quando o assassino violou o bem da vida de sua companheira, apresenta a defesa de que a acusadora do evento criminoso foi a própria vítima, que antes daquele crime lhe violou a honra (SABINO, p. 30, 2018).

Nada mais clichê no patriarcado que culpar uma mulher. Nada é mais perverso do que responsabilizá-la pelo próprio assassinato. E nada é mais misógino do que usar a defesa da honra como argumento para tal. Sabino considera esse entendimento técnico absurdo e ainda acrescenta:

Só é admissível se partirmos da premissa de que os cônjuges, casados ou em união estável, namorados ou participantes de relacionamento eventual e esporádico *tenham direito à propriedade do corpo um do outro. Só se pode reconhecer que o cônjuge que interrompe algum relacionamento feriu algum “direito” do outro se aceitarmos a tese machista de que o homem é dono do corpo e dos sentimentos de sua parceira.* (grifos meus – SABINO, p. 30, 2018)

⁹² Ver mais em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acessado em 20/09/20.

O autor afirma ainda que é comum a absolvição de assassinos nos tribunais brasileiros e atribui ao *poder legislativo* a responsabilidade pela elaboração de leis que beneficiam esses sujeitos. Ele ainda cita o Contrato Social, proposto por Rousseau, para reforçar o absurdo que acontece nesses casos sinalizando que “[...] se temos na Lei que a vida é um bem juridicamente tutelado, aquele que viola esta lei deverá sofrer uma sanção” (SABINO, p. 31, 2018).

No entanto, o entendimento de que lançando mão do Contrato Social prova-se a existência de uma Lei que regule, efetiva e indistintamente, a vida de homens e mulheres é no mínimo ingênuo.

Como em muitas das regras que existem na sociedade, as supostas garantias e promessas presentes no Contrato Social não se estendem igualmente a homens e mulheres. Nesse sentido, Carole Pateman, crítica atroz do silêncio dispensado ao contrato sexual, é categórica ao afirmar que “o contrato original é um pacto sexual-social” (PATEMAN, p. 15, 1993).

A história do contrato sexual também trata da gênese do direito político e explica por que o exercício desse direito é legitimado; porém, essa história trata o direito político, enquanto direito patriarcal, ou instância do sexual (PATEMAN, p. 16, 1993).

Ela explica que no início dos anos 70 houve um significativo ressurgimento sobre o interesse pela teoria do contrato, porém sinaliza que a discussão prescinde de algo muito relevante: “o *contrato sexual* (grifos meus) nunca é mencionado” (PATEMAN, p. 11, 1993). A autora explica ainda que “o contrato original, como em geral é entendido, é apenas uma parte do ato da gênese política descrito nas páginas dos teóricos do contrato clássico dos séculos XVII e XVIII” (Idem).

[...] os teóricos do contrato pretendem mostrar como as principais instituições políticas devem ser compreendidas. A cidadania, o trabalho e o casamento são todas contratuais, mas como são vistas pela ótica de uma teoria do contrato extremamente mutilada – de fato uma teoria que foi literalmente castrada –, o contrato social e o de trabalho são sistematicamente deturpados e o de casamento é ignorado [...] os teóricos clássicos deixaram um legado de problemas sobre a incorporação das mulheres e de seus compromissos na sociedade civil, os quais não eram reconhecidos pelas discussões contemporâneas (PATEMAN, p. 12-13, 1993).

Dessa forma, “a nova sociedade civil criada através do contrato original é uma ordem social patriarcal” (PATEMAN, p. 13, 1993). O que, em outras palavras, também significa dizer que “*A diferença sexual é uma diferença política*” (PATEMAN, p. 21, 1993).

As considerações de Pateman dialogam diversas vezes com as ideias defendidas por Federici, uma vez que ambas veem na base da sociedade capitalista a potencialização de toda uma engrenagem misógina e sexista, responsável pela sujeição, exploração e morte das mulheres ao longo dos séculos, até os dias de hoje.

De fato, a morte parece acometer as mulheres em todos os sentidos e metáforas que ela possui. Vai desde a literalidade de seus assassinatos, cometidos na maior parte das vezes por seus companheiros e maridos, até a morte de suas subjetividades, efetuada por um trabalho doméstico (e reprodutivo) ininterrupto, que nos mata aos poucos e todos os dias, em prol do lucro e da reprodução contínua de mão de obra. Mão de obra essa que se retroalimenta, na medida em que também geramos e capacitamos mão de obra para formar ainda mais mão de obra: um exército de meninos, mas também de meninas, preparadas e educadas para servir, agradar e cuidar de todas as próximas gerações.

Nós, mulheres, também morremos de amor: que aqui deve ser lido como codinome capitalista do exercício contínuo do cuidado com os outros, com a casa, o lar, o marido, os filhos, os nossos pais e os pais dos outros também. “O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago” (GELEDES, online, 2019)⁹³, já disse Federici. Trabalho esse que é doméstico e também reprodutivo e que gera um enorme desgaste físico, mental, emocional e psicológico para as mulheres.

Diversas vezes os assassinos de mulheres veem nestes supostos *trabalhos mal realizados* uma justificativa para o crime que cometeram. É comum encontrar em seus relatos a alegação de que ficaram *perturbados* por conta da comida que estava fria ou insossa, ou em função da agitação das crianças, ou ainda por conta da casa que estava uma bagunça. Dentro da *retórica feminicida*, muitas vezes essas mulheres passam a ser agredidas, violentadas e mortas por *culpa delas mesmas*, já que *não cumpriram seu papel de esposa*, o que em termos práticos significa dizer que não souberam satisfazer, inclusive sexualmente, seus maridos.

A violência doméstica, que obviamente não deve ser justificada, encontra nessas escusas uma pretensa explicação, que na verdade serve apenas para ilustrar o que habita no imaginário social⁹⁴, sobretudo masculino: somos corpos feitos para serem explorados (em vários e diferentes níveis de exploração), e quando o resultado é insatisfatório somos passíveis de ser abatidas.

Seja na visão do delegado sobre as brechas (morais e jurídicas) geradas a partir da tipificação do crime (como feminicídio), ou na constatação das inúmeras possibilidades de manobras legais, sabidamente eficazes no meio jurídico – apontadas a partir da breve cronologia da

⁹³ Disponível em <https://www.geledes.org.br/o-que-eles-chamam-de-amor-nos-chamamos-de-trabalho-nao-pago-diz-silvia-federici/#:~:text=todos%20os%20resultados-,O%20que%20eles%20chamam%20de%20amor%2C%20n%C3%B3s%20chamamos%20de,n%C3%A3o%20pago%2C%20diz%20Silvia%20Federici&text=%E2%80%9CEles%20abriram%20as%20portas%20das,o%20casamento%20era%20a%20solu%C3%A7%C3%A3o>. Acessado em 18/11/20.

⁹⁴ Expressão que deve ser entendida na sua literalidade: senso comum – lugar onde habitam construções historicamente pautadas em papéis sociais de gênero.

evolução legislativa sobre o tema –, estes elementos apontam para uma visão sistêmica, histórica, cultural, estrutural e estruturante⁹⁵ de que parece sempre haver uma explicação para se assassinar uma mulher.

Mais ainda: a partir do que foi discutido até aqui, infere-se que o campo político é central para compreensão das engrenagens e mecanismos que perpetuam e autorizam as violações sofridas pelas mulheres.

Com o objetivo de enfatizar o entendimento do território político como principal arena de disputas em torno da agenda de gênero, faz-se necessário resgatar as contribuições teóricas dos autores citados anteriormente.

Nesse sentido, vale lembrar que Marcelo Sabino atribui ao *poder legislativo* a responsabilidade pela elaboração de leis que beneficiam assassinos de mulheres. Somado a isso, Carole Pateman mostra como o próprio contrato social é um arranjo sexual-social, sinalizando que a gênese do direito político, abordada na história do contrato sexual, obedece uma lógica patriarcal, na medida que opera a partir de uma instância sexual. Por fim, reforçando ainda mais a proposta de uma chave de leitura política, o trabalho de Silvia Federici, ao trazer considerações sobre o tratamento dado a gênero em *O Capital*, demonstra de forma paradigmática que a força de trabalho – essencial para o entendimento do processo de criação de valor no capitalismo – jamais foi algo dado. Nas palavras da autora, “a reprodução do trabalhador é parte essencial e condição da acumulação de capital” (FEDERICI, p. 96, 2017), sendo que “em nenhuma parte de *O Capital*, Marx reconhece que a reprodução da força de trabalho envolve o trabalho não remunerado das mulheres” (Idem) como, por exemplo, “preparar comida, lavar a roupa, criar os filhos, fazer amor” (Idem).

Pelo contrário, ele insiste em retratar o assalariado como um reprodutor de si mesmo. Mesmo quando considera as necessidades que o trabalhador deve satisfazer, ele o retrata como um comprador de mercadorias autossuficiente, enumerando entre suas necessidades vitais os alimentos, abrigos, roupas, mas omitindo estranhamente o sexo, seja obtido dentro da configuração familiar ou comprado, o que sugere que a vida do trabalhador é imaculada e somente a mulher é moralmente manchada pelo trabalho industrial. (MARX, 1990, p. 275 apud FEDERICI, p. 96, 2017)

Federici afirma, ainda, que embora tenha analisado o trabalho de Marx sob a perspectiva de gênero, é importante destacar que os hiatos presentes em sua obra “não são descuido, mas o sinal do limite que seu trabalho teórico e político não pode superar” (FEDERICI, p.107, 2017), cabendo a nós – mulheres – fazê-lo. Ao afirmar isso, infere-se que Federici esteja efetivamente

⁹⁵ Tanto no sentido de que sustenta a sociedade capitalista como a conhecemos hoje, quanto na acepção de que é através dele que se garante a manutenção do *status quo*.

acenando para a necessidade de ocuparmos os espaços políticos a fim de realizarmos mudanças essenciais para a agenda de gênero.

2.2 – A violência como ferramenta política

Política não é entendida como lugar de mulher, porque poder não é para mulher. Mulher não pode. Porque o espaço público não é para mulher. O lar e o cuidado são reservados para nós. Quando corpos como os nossos decidem trabalhar pela retomada de poder para o povo, a elite teme. E, acuada, faz o que sabe. Ameaça. Intimida. Mata.

(Talíria Petrone)

A história do Brasil é, em si, uma história de violência, subjugação, estupro e assassinato sobretudo de mulheres negras e indígenas por homens brancos europeus. E esta não é uma constatação sustentada apenas por relatos, evidências e documentos históricos, mas também pelo próprio DNA do povo brasileiro.

Lançado em 2019, o projeto batizado como *DNA do Brasil* foi capitaneado por cientistas da Universidade de São Paulo e coordenado pela pesquisadora Lygia da Veiga Pereira – chefe do Departamento de Genética e Biologia Evolutiva do Instituto de Biociências (IB) da USP. O principal objetivo do projeto é “desvendar a receita genética do povo brasileiro” (JORNAL DA USP, online, 2019)⁹⁶ a fim de “corrigir um viés racial e geográfico das informações depositadas até agora nos bancos de dados genômicos internacionais”(Idem)⁹⁷.

No entanto, a partir dos primeiros resultados divulgados tem-se o respaldo genético da violência histórica perpetrada principalmente durante o período da colonização. Mais ainda: os dados iniciais divulgados pelo estudo podem corroborar a violência física e sexual impelida por homens brancos europeus sobre mulheres negras e indígenas.

De acordo com os dados, 75% dos cromossomos Y na população são herança de homens europeus. 14,5% são de africanos, e apenas 0,5% são de indígenas. Os outros 10% são metade do leste e do sul asiáticos, e metade de outros locais da Ásia. Com o DNA mitocondrial foi o contrário: 36% desses genes são herança de mulheres

⁹⁶ Ver mais em <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-da-saude/cientistas-querem-desvendar-receita-genetica-do-povo-brasileiro/>. Acessado em 06/01/2022.

⁹⁷ Considerando que quase 80% de todos os dados genômicos disponíveis em bancos de dados internacionais são de pessoas de origem europeia (caucasiana) e apenas 1% são de origem hispânica ou latino-americana, através do projeto busca-se implementar mudanças paradigmáticas na chamada medicina de precisão, que utiliza informações do DNA para otimizar processos de diagnóstico, sobretudo para os brasileiros.

africanas, e 34% de indígenas. Só 14% vêm de mulheres europeias, e 16% de mulheres asiáticas. (HYPENESS, online, 2020)⁹⁸

O que os dados apontam, basicamente, é que “somando as porcentagens femininas, temos que 70% das mães que deram origem à população brasileira são africanas e indígenas – mas 75% dos pais são europeus” (HYPENESS, online, 2020). Em termos práticos, isso significa que “*o estupro de mulheres negras e indígenas escravizadas era o padrão*” (grifos meus – Idem).

Nesse sentido, entendendo a violação e estupro de mulheres como principal ferramenta de subjugação implementada durante o período da colonização, pode-se inferir que *a misoginia não apenas faz parte das nossas instituições: ela é a linguagem, meio e ferramenta utilizada para construção do país. A subjugação e dominação de corpos femininos fazem parte da formação política do Brasil enquanto nação*. Em outras palavras, isso significa que a violência contra a mulher foi ferramenta política para construção do Estado brasileiro. Por isso, é possível deduzir que antes mesmo de falarmos em violência política de gênero é preciso entender que *a violência de gênero é a política predominante e fundante da sociedade brasileira*.

2.3 – Notas sobre o sufrágio feminino no Brasil

Historicamente as mulheres sempre foram marginais no espaço político. Os primeiros países no mundo a reconhecer o direito das mulheres ao voto foram Nova Zelândia, em 1893, e a Finlândia, em 1906, sendo que o início do século XX foi marcado pela luta em prol do direito ao sufrágio feminino⁹⁹, gerando grande polêmica na época.

O direito de votar foi entendido, durante muito tempo, como um privilégio de poucos, e estes poucos sendo exclusivamente do gênero masculino, brancos e possuidores de bens. A historiografia costuma vincular o termo universal ao tipo de sufrágio que se estabeleceu em 1848, na França, quando caiu a exigência monetária para ser eleitor. Esse fato difundiu no mundo a concepção dos homens como politicamente iguais, através de um novo princípio eleitoral, o do sufrágio direto sem qualquer limitação de censo, mas a cidadania que surgiu com a abolição do sufrágio censitário fez com que emergisse uma visibilidade sem precedentes até então quanto à separação política entre homens e mulheres. Falando de modo específico das mulheres a imagem mais recorrente da época é que elas deveriam se manter a margem da comunidade política, na segurança de seus lares e sob o governo dos homens. (KARAWJCZYK, p. 328, 2014)¹⁰⁰

⁹⁸ Visto em <https://www.hypeness.com.br/2020/10/brasil-e-nacao-construida-em-estupro-de-mulheres-negras-e-indigenas-por-brancos-europeus-aponta-estudo/>. Acessado em 20/01/2022.

⁹⁹ Ver mais em: KARAWJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)*. Porto Alegre: UFRGS, 2013. Disponível em < <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72742/000884085.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acessado em 29/04/2021.

¹⁰⁰ Disponível em < <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20768> >. Acessado em 29/04/2021.

De acordo com Mônica Karawejczyk, o Brasil “é um dos países pioneiros na concessão do voto para as mulheres na América Latina, pois o reconheceu em 24 de fevereiro de 1932” (p. 329, 2014). Porém é importante frisar que apesar de ser um direito garantido através de legislação governamental – instituído no Código Eleitoral Brasileiro pelo decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932¹⁰¹, sendo só “consolidado na Constituição de 1934” (POLITIZE, online, 2016)¹⁰² – “esse não foi uma concessão do governo de Vargas, mas sim fruto de um processo que se iniciou em meados do século XIX se estendendo até a conquista do sufrágio feminino no início da década de 1930” (KARAWEJCZYK, p. 329, 2014).

Nesse contexto, é preciso destacar o papel de alguns nomes que contribuíram e marcaram a luta pelo direito ao voto feminino – direta ou indiretamente – como é o caso, por exemplo, de Nísia Floresta (pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto), cuja vida foi dedicada à busca pela educação plena para as mulheres¹⁰³. Em 1832 Nísia divulgou a versão em português do livro *Vindications of the rights of woman*, da autora inglesa Mary Wollstonecraft. Sob o título *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, a versão de Nísia “não era uma simples tradução do livro de Mary, mas sim uma adaptação para a realidade nacional brasileira” (KARAWEJCZYK, p. 36, 2013). E embora tal feito tenha atribuído a Nísia a posição de “precursora do feminismo, não somente no Brasil, mas também na América Latina [...] em nenhuma de suas obras [...] ela pugnou pelo direito do voto às mulheres” (KARAWEJCZYK, p. 36, 2013).

O movimento sufragista brasileiro operou, portanto, a partir “de um interesse específico das mulheres que, como um grupo organizado, tinham uma demanda específica: o reconhecimento da sua cidadania através do direito de votar e serem votadas”. (KARAWEJCZYK, p. 330, 2014). Tal aspecto marcou a chamada *primeira onda do feminismo*, que tinha como principal objetivo a reivindicação do voto como caminho para a igualdade de direitos no exercício da vida pública.

Dentro do contexto brasileiro de luta pelo sufrágio feminino, vale destacar ainda alguns nomes como o de Leolinda de Figueiredo Daltro¹⁰⁴ – baiana, professora, fundadora do primeiro partido feminino em 1910 : Partido Republicano Partido Republicano Feminino (PRF), “o

¹⁰¹ Para ler o decreto na íntegra, ver em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 29/04/2021.

¹⁰² Disponível em <https://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/>. Acessado em 29/04/2021.

¹⁰³ Para saber mais sobre a trajetória de Nísia Floresta, ver: DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: UFRN, 1995.

¹⁰⁴ Para ler mais sobre a vida de Leolinda Daltro, ver: ROCHA, E.; SAMARA, E. *Entre a pena e a espada: a trajetória de Leolinda Daltro (1859-1935)- patriotismo, indigenismo e feminismo*. 2002. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

primeiro com esse perfil montado no Brasil e não formalmente reconhecido como partido, já que nem direito a voto as mulheres tinham ainda” (BBC, online, 2022)¹⁰⁵.

Outro nome que merece destaque é o da bióloga Bertha Maria Júlia Lutz: formada pela Universidade de Sorbonne, filha de médico, enquanto cientista percebeu de perto o monopólio dos homens em seu campo de atuação, sendo este “um dos fatores, inclusive, que a impele para a atividade política” (BBC, online, 2022), fundando em 1919 a “Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM), que tinha, entre seus objetivos, articular a aprovação do sufrágio feminino”(Idem). Em 1922, a LEIM se torna a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), organizando o Primeiro Congresso Internacional Feminista do Brasil, no Rio de Janeiro.

Apesar de haver outros nomes importantes para o movimento brasileiro do sufrágio feminino – como, por exemplo, Almerinda Gama, Carmen Portinho, Maria Luisa Bittencourt, Josefina Álvares de Azevedo, Jerônima Mesquita, Chiquinha Gonzaga e Natércia da Silveira (SCHUMARER, online, 2012)¹⁰⁶ –, Mônica Karawejczyk sinaliza que:

As representantes máximas desse movimento no Brasil foram Leolinda de Figueiredo Daltro à frente do Partido Republicano Feminino (PRF) e Bertha Lutz, líder tanto da Liga para Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM) quanto da sua sucessora, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), ambas responsáveis pela articulação do movimento organizado feminino e sufragista no Brasil. ” (KARAWEJCZYK, p. 330, 2014).

É fundamental frisar que a conquista do voto feminino em 1932 não se estendeu às mulheres negras, visto que, “de acordo com a decisão, apenas mulheres alfabetizadas poderiam votar e, em um Brasil pós-abolição, essa não era uma realidade para todas” (ALMA PRETA, online, 2022)¹⁰⁷. Vale destacar ainda que num primeiro momento a obrigatoriedade do voto abrangeu apenas as mulheres servidoras públicas (KARAWEJCZYK, p. 301, 2013). Nesse sentido, Najara Costa – socióloga e ativista, além de ex-candidata à Prefeitura Municipal de Taboão da Serra (PSOL) – destaca que:

[...] a onda feminista, sob a lógica da hegemonia branca, não tratava das especificidades das pautas de luta das mulheres negras, que no Brasil, em 1932, viviam em situação de extrema dificuldade, sem qualquer política de integração, em uma sociedade que começava a se industrializar a partir da exclusão negra e incorporação da mão de obra de imigrantes brancos europeus. (ALMA PRETA, online, 2022).

¹⁰⁵ Visto em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60501066>. Acessado em 30/05/2021.

¹⁰⁶ Visto em <https://www.geledes.org.br/2012-80-anos-do-voto-feminino-por-schuma-schumajer/>. Acessado em 01/06/2021.

¹⁰⁷ Ver mais em <https://almapreta.com/sessao/politica/90-anos-do-sufragio-feminino-no-brasil-onde-estavam-as-mulheres-negras>. Acessado em 01/06/2021.

Por outro lado, a socióloga reforça que o movimento político pelo sufrágio contou com a participação de mulheres negras, sinalizando que houve um apagamento sistemático de vozes relevantes, referindo-se a Almerinda Farias da Gama e Antonieta de Barros¹⁰⁸ – esta última eleita, em 1934, primeira deputada estadual negra da história de Brasil e autora do projeto de Lei nº 145, de 12 de outubro de 1948¹⁰⁹ que criou o Dia do Professor em Santa Catarina.

Há diversos trabalhos acerca da trajetória e conquista do voto feminino no Brasil e, embora este não seja o objetivo desta pesquisa, tampouco exaurir o tema, a importância de se revisitar brevemente esta parte da nossa história se dá a fim de dimensionar e localizar no contexto democrático a luta das mulheres brasileiras para ocuparem esses espaços.

Luta esta que permanece necessária ainda nos dias de hoje: segundo a União Interparlamentar (UIP), a paridade de gênero em Parlamentos só será atingida em 2071, o que significa que hoje “75% dos assentos em Parlamentos pelo globo permanecem sob poder dos homens” (ONU, online, 2021)¹¹⁰. De acordo com o relatório da UIP, Cuba e Emirados Árabes Unidos aparece como dois maiores exemplos de “sucesso na paridade de gênero, com as parlamentares ocupando metade ou mais dos assentos” (Idem). Já o Haiti, que não possui mulheres na Casa Legislativa, encontra-se em último lugar do relatório anual.

Ainda segundo o estudo, o Brasil aparece em 142º lugar – “com 15,2% de mulheres no Congresso e 12,4% no Senado” (ONU, online, 2021). Em termos de ranking isso significa que dentro do cenário dos países latino-americanos, o Brasil está atrás apenas do Haiti, que ocupa o último lugar na lista.

Considerando que as mulheres representam 51,5% da população do país, a partir do cruzamento desses dados, a sub-representatividade feminina na política fica evidente. Esta falta de representação reflete-se em diversos aspectos, principalmente na falta de pluralidade no espaço político e no debate parlamentar. Em entrevista para a BBC, o cientista político e doutor em direito Geraldo Tadeu afirma que “há mais homens que mulheres, pois os próprios partidos não incentivam tanto essa pluralidade” (BBC, online, 2021)¹¹¹. Ainda de acordo com ele, “Eles cumprem a cota de vagas, que é de 30%, mas não incentivam essas candidaturas” (Idem) – lembrando que a referida legislação consiste na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997¹¹².

¹⁰⁸ Ver mais em < <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2021/10/4955458-quem-e-antonieta-de-barros-primeira-deputada-negra-que-criou-o-dia-do-professor.html>>. Acessado em 01/06/2021.

¹⁰⁹ Disponível em < http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1948/145_1948_Lei.html>. Acessado em 01/06/2021.

¹¹⁰ Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2021/03/1743972> . Acessado em 01/06/2021.

¹¹¹ Visto em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/brasil-e-142-na-lista-internacional-que-aponta-participacao-de-mulheres-na-politica/>. Acessado em 09/06/2021.

¹¹² Alterado em 2009, o terceiro parágrafo, do artigo 10 da legislação citada prevê que “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por

Historicamente corpos femininos são regulados pelo Estado, que é uma instituição originalmente patriarcal em boa parte do mundo. No Brasil não é diferente: de acordo com o próprio projeto original do Código Civil¹¹³, “as mulheres eram incapazes de exercer certos direitos e promover atos legais, restando tuteladas pelos maridos” (MARQUES; MELO, p. 469, 2008)¹¹⁴.

Nesse sentido, ao analisar o período entre a segunda metade do século XIX até os anos 1950, sob a perspectiva do poder que os maridos detinham enquanto tutores de sua esposa, Teresa Marques e Hildete Melo trazem apontamentos importantes para pensar tanto a participação das mulheres na vida pública, quanto os direitos civis das mulheres nessa época.

Considerando família e casamento, o texto aprovado definiu as esposas como pessoas jurídicas relativamente incapazes e o marido como cabeça da família. Por um lado, o homem representava a família na Justiça e detinha todas as prerrogativas econômicas já mencionadas. Por outro, o homem tornou-se, pelo Código, obrigado a proteger, defender e sustentar financeiramente sua esposa e prole. (MARQUES; MELO, p. 469, 2008)

Ainda de acordo com elas, Clóvis Beviláqua¹¹⁵ – autor da primeira versão do Código Civil – explicou que esta organização dos deveres conjugais se deu:

[...] em função dos papéis sociais distintos entre homens e mulheres, cabendo aos primeiros ocupar o espaço social público, enquanto a mulher estaria à frente do *domus* como responsável pelo bem-estar emocional dos membros da família. (MARQUES; MELO, p. 469, 2008)

O mesmo código previa que os direitos dos homens sobre os filhos eram predominantes, ao passo que “se uma mulher viúva, com filhos, voltasse a se casar, ela perderia os direitos sobre os filhos tidos no casamento anterior” (MARQUES; MELO, p. 470, 2008).

Ainda, com consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que ocorreu em 1943, o trabalho das mulheres foi parcialmente protegido – quando comparado ao previsto na Constituição de 1934. Em termos práticos, isso significava que de acordo com a CLT, pressupunha-se que uma mulher casada tinha prévia autorização do seu marido para exercer atividade assalariada, porém “a lei oferecia ao homem o direito de exigir o fim do contrato de trabalho de sua esposa,

cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”. Visto em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm>. Acessado em 09/06/2021.

¹¹³ A primeira versão do Código Civil brasileiro foi promulgada em 1º de janeiro de 1916. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071imprensa.htm. Acessado em 09/06/2021.

¹¹⁴ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. *Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil, 1916 a 1962. Ou, como são feitas as leis*. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), v. 16, p. 463-488, 2008. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200008/8756>> Acessado em 09/06/2021.

¹¹⁵ Autor do primeiro Código Civil brasileiro, promulgado em 1916 e vigente até o advento do novo Código civil, Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

caso julgasse que a ordem familiar estivesse ameaçada ou considerasse o trabalho dela perigoso”. (MARQUES; MELO, p. 475, 2008).

Embora os direitos civis das mulheres tenham sido ampliados desde a promulgação do Estatuto das Mulheres Casadas de 1962¹¹⁶, mesmo na contemporaneidade, observa-se cerceamentos sobretudo em relação aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, de maneira que só muito recentemente algumas dessas restrições estão sendo superadas. Prova disso é a aprovação pela Câmara de um projeto de lei “que retira da legislação a exigência de consentimento do cônjuge para a esterilização voluntária”¹¹⁷ (G1, online, 2022). Em outras palavras, de acordo com a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996¹¹⁸, uma mulher casada precisa da autorização do marido para a realização de laqueadura tubária.

Apesar da citada legislação referir-se a homens e mulheres, não é necessário um grande empenho analítico para compreender a importância desta decisão para nós, mulheres. Desde do ponto de vista biológico, fisiológico, passando pela perspectiva social e, também, subjetiva, a gestação é algo que impacta incomparavelmente mais a vida das mulheres, afinal, o abandono parental¹¹⁹ é algo real, histórico e crescente: em 2021, quase 100 mil crianças foram registradas sem o nome do pai na certidão de nascimento no país e, de acordo com dados da Arpen-Brasil (Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais)¹²⁰, “o índice de crianças sem o nome do pai na certidão de nascimento cresceu pelo quarto ano consecutivo” (CNN, online, 2021)¹²¹.

Esse cenário acaba também escancarando a diferença sobre as obrigações legais entre homens e mulheres acerca dos filhos. De um lado, enquanto para nós, mulheres, no caso de uma gestação indesejada é vetado o direito ao aborto – além de todo o julgamento moral e social que uma gestação oriunda de uma relação casual acarreta –, aos homens não apenas a assunção da paternidade é uma escolha, como também a realização do exame de DNA¹²².

Para se comprovar a paternidade, não só cabe à mulher abrir o processo de investigação de paternidade, como também – caso o homem não queira fazer o exame de DNA – ela fica responsável em reunir provas que comprovem a existência de um relacionamento com o suposto

¹¹⁶ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm. Acessado em 09/06/2021.

¹¹⁷ Visto em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/08/camara-retira-exigencia-de-autorizacao-do-marido-para-que-mulher-faca-laqueadura.ghtml>. Acessado em 09/06/2021.

¹¹⁸ Disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/127240/lei-9263-96>. Acessado em 09/06/2021.

¹¹⁹ Ver mais em: <https://www.geledes.org.br/o-aborto-masculino/>. Acessado em 18/12/2021.

¹²⁰ Ver mais em <https://arpenbrasil.org.br/>. Acessado em 18/12/2021.

¹²¹ Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/numero-de-criancas-sem-o-nome-do-pai-na-certidao-cresce-pelo-4-ano-seguido/>. Acessado em 20/01/2022.

¹²² Para saber mais, consultar <https://arpen-sp.jusbrasil.com.br/noticias/2526385/investigacao-de-paternidade-tire-suas-duvidas>. Acessado em 28/12/2021.

pai da criança. Do ponto de vista jurídico, o homem pode se recusar a fazer o exame, porque ninguém é obrigado a fabricar provas contra si. Do ponto de vista retórico, é como se neste caso a responsabilidade para comprovação da paternidade fosse apenas da mulher. E considerando que a criança possa ser fruto de um relacionamento casual, a dificuldade de se reunir as tais provas dialoga com uma lógica essencialmente patriarcal, que não apenas contribui para reforçar o julgamento moral, mas também escancara o abandono dessa mulher pelas próprias instituições sociais¹²³ – que muitas vezes se dizem *pró-vida*¹²⁴.

Há outros diversos exemplos de violações e abusos que atravessam nossa rotina enquanto mulheres – violência doméstica, psicológica, assédio em transporte público, feminicídio, violência obstétrica – que embora estejam sendo tipificados, ainda possuem uma abordagem investigativa bastante insuficiente, já que muitas vezes nestas ocasiões acaba-se reproduzindo as mesmas violações que caracterizam nossas denúncias. Seja no momento de fazer um boletim de ocorrência, seja na forma que somos tratadas nos julgamentos sobre crimes dos quais fomos vítimas: vivas ou mortas quase sempre nos colocam no banco dos réus¹²⁵.

Nesse sentido, resgatando a perspectiva de Silvia Federici acerca do controle sobre o corpo da mulher por parte do grupo dominante e alinhavando-a com o ponto de vista trazido por Marcelo Sabino – que atribui ao *poder legislativo* a responsabilidade pela elaboração de leis que beneficiam assassinos e agressores – vislumbra-se com clareza a dimensão política da subjugação das mulheres. Ora, se é na arena política onde decidem sobre nossos corpos e direitos, é exatamente este o território que nossos corpos devem ocupar.

2.4 – Violência Política de Gênero (VPG)

Marlise Matos – coordenadora executiva do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nupem) da UFMG – afirma que, levando em consideração o contexto latino-americano, “nossas estruturais desigualdades nas relações de poder [...] desde a colonização, levaram à

¹²³ Embora não seja objeto da tese, é essencial localizar a criminalização do aborto – central para a agenda de gênero – como discurso predominante das referidas instituições sociais, representadas pela Igreja, Estado e também a mídia.

¹²⁴ Designação amplamente utilizada por movimentos conservadores, que também opera como objeto compartilhado das coalizões características do fenômeno neoconservador.

¹²⁵ Há diversos exemplos que respaldam essa afirmação, sendo os casos da Ângela Diniz, Mayara do Amaral e Mariana Ferrer – apresentados neste capítulo – entendidos como suficientemente ilustrativos.

naturalização de práticas sociais e culturais em que essas violências se manifestam constante e cotidianamente” (MATOS, 2022)¹²⁶.

Fazendo uma breve cronologia, vale lembrar que as temáticas do assédio e da violência política com base no gênero foram debatidas na Décima Conferência Regional de Mulheres da América Latina e Caribe – realizada em agosto de 2007, em Quito. Contando com a participação de 24 países signatários, durante o encontro foram acordados compromissos de grande relevância para o combate da violência de política de gênero, como:

Adotar medidas legislativas e reformas institucionais para prevenir, sancionar e erradicar o assédio político e administrativo contra as mulheres que acessam cargos de decisão por via eleitoral ou por designação, tanto a nível nacional como local, bem como como nos partidos e movimentos políticos; (tradução minha – CEPAL, online, 2007)¹²⁷

Marlise recorda que “em termos normativos e conceituais, *a região da América Latina foi pioneira em todo o mundo na delimitação, no reconhecimento público e na busca por iniciativas legais para penalizar a VPCM*¹²⁸” (grifos meus – MATOS, 2022). Nesse sentido, reforça ainda que “é notável o protagonismo das mulheres bolivianas”(Idem), valendo destacar que “a designação *violência e assédio políticos contra as mulheres surgiu, assim, pela primeira vez, no ano 2000*, quando um grupo de vereadoras convocou reunião sobre o tema na Câmara de Deputados da Bolívia” (grifos da autora – MATOS, 2022). O objetivo central da reunião foi “*discutir relatos de violência dirigidos contra as mulheres candidatas e eleitas em alguns municípios rurais naquele ano*” (grifos meus – MATOS, 2022).

Em 2012, o país já estava adotando a lei sobre violência e assédio político contra as mulheres, que, em 2016, foi regulamentada por meio do Decreto n. 2935. Outros países da região, como Costa Rica, Equador, Honduras, México e Peru, apresentaram também projetos de lei versando sobre o fenômeno para consideração de seus parlamentos. (MATOS, 2022)

Avaliando brevemente os avanços acerca da prevenção, punição e erradicação da VPCM (Violência Política Contra a Mulher), Marlise sinaliza que em 2014 a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), juntamente com o Mecanismo de Acompanhamento da Convenção de Belém do Pará (Mesecvi) “estabeleceram acordos para se avançar também na prevenção, punição e erradicação da VPCM” (MATOS, 2022), de modo que durante reunião em Lima, no

¹²⁶ MATOS, Marlise. A violência política, sexista, racista e interseccional: mapeando conceitos da violência política contra as mulheres. In: *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Edição Kindle. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

¹²⁷ Disponível em <https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/consensodequito.pdf>. Acessado em 21/01/2022.

¹²⁸ Abreviação de Violência Política Contra a Mulher.

ano de 2015, esse processo foi consolidado através da formulação de um “projeto de fortalecimento das capacidades institucionais de autoridades políticas e eleitorais para mitigar a violência e o assédio político contra as mulheres” (Idem). Nesse sentido, o principal objetivo foi “contribuir com Estados que fazem parte da Convenção de Belém do Pará, para que possam responder efetivamente a esse tipo de violência (MATOS, 2022).

Em outubro de 2015, a Sexta Conferência dos Estados Partes da Convenção de Belém do Pará aprovou a Declaração sobre Violência e Assédio Políticos Contra Mulheres, selando “o primeiro acordo regional (em todo globo) especificamente sobre o assunto” (grifos meus – MATOS, 2022). Tomando como base a Convenção de Belém do Pará, “a violência e o assédio político contra as mulheres foram reconhecidos na declaração” (Idem), que definiu *violência contra a mulher* como: “[...] qualquer ação ou conduta baseada em gênero que cause morte ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público quanto no privado” (grifos meus – Idem). Nesse sentido, os países signatários – como o Brasil – “deverão adotar políticas orientadas à prevenção, sanção e erradicação da discriminação desse tipo de violência” (Idem). A relevância da declaração se dá sobretudo em reconhecer:

Que tanto a violência como o assédio político contra mulheres, podem incluir qualquer ação, conduta ou omissão entre outros, com base em seu gênero, em um indivíduo ou grupo, que tenha por objeto ou como resultado prejudicar, anular, impedir, dificultar ou restringir seus direitos políticos, *violando o direito das mulheres de uma vida livre de violência e o direito de participar dos assuntos políticos e públicos em igualdade de condições com os homens*; (grifos meus – CEPAL, online, 2015)¹²⁹

Que a violência política e o assédio contra as mulheres *impedem que elas sejam reconhecidas como sujeitos políticos* e portanto, *desencorajam o exercício e a continuação de carreiras políticas de muitas mulheres*; (grifos meus – Idem)

Mona Lena Krook e Juliana Restrepo Sanín¹³⁰ são nomes importantes nos debates sobre violência política de gênero, sendo pioneiras em associarem este tipo de violência a uma “debilidade na constituição dos Estados democráticos” (MATOS, 2022), na medida em que “estes discriminam e inviabilizam as demandas das mulheres, refletindo, mais uma vez, processos frágeis e inacabados de consolidação democrática” (Idem), de tal forma que “*a violência política é uma ferida aberta no coração de todo projeto democrático*” (grifos meus – Idem). Tais apontamentos conectam-se diretamente a duas das cinco dimensões propostas por Flávia Biroli

¹²⁹ Disponível em: < <https://www.cepal.org/sites/default/files/news/files/declaracionviolenciapoliticaweb.pdf>>. Acessado em 24/01/2021.

¹³⁰ Ler mais em KROOK, M; SANÍN, J. *Gender and political violence in Latin America – Concepts, debates and solutions*. Política y gobierno. Volume: XXIII, número: 1. P. 125-157. México: 2015 < <http://www.politicaygobierno.cide.edu/index.php/pyg/article/view/737/592> >. Acessado em 24/01/2021.

para caracterizar o neoconservadorismo, na medida em que além dele possuir um caráter transnacional (2020), o fenômeno também “opera em contextos democráticos” (2020).

Da mesma forma, o projeto *Gênero & Política en América Latina* (G&PAL) – um marco para o programa de Análises Estratégicas Transnacionais do Observatório de Sexualidade e Política¹³¹ (SPW – sigla em inglês) – tendo como principal motivação a construção de um olhar transnacional sobre os ataques antigênero, os identifica como “um forte traço da dinâmica de desdemocratização” (tradução minha – CORREA, KALIL, 2020, p.5)¹³² – dialogando, por sua vez, diretamente também com pontos centrais nos trabalhos de Flávia Biroli e Maria das Dores Campos Machado.

Tendo como proposta analisar aspectos da violência política de gênero no contexto brasileiro, a notável interlocução entre as formulações propostas por Flávia Biroli, Marlise Matos, Maria das Dores Campos Machado, Sônia Corrêa e Isabela Kalil garantem não apenas uma análise mais rica, como também mais afinada com a complexidade desta perspectiva nos estudos de gênero.

[...] este tipo de violência impacta de forma decisiva a forma como os Estados lidam de modo efetivo com os direitos humanos (e as perdas e os ataques fundamentalistas a eles) e, principalmente, com a necessária busca por mais justiça, igualdade e equidade de gênero/sexualidade e raça/etnia. (MATOS, 2022)

Utilizando como base conceitual para o desenvolvimento da análise as proposições de Marlise Matos¹³³, verifica-se que a Violência Política Contra Mulher (VPCM) consiste em “violências de caráter físico, psicológico, moral e sexual (a Lei Maria da Penha também inclui a violência patrimonial/econômica) *que tenham o intuito de limitar ou até impedir a participação da mulher na vida pública, política e partidária*” (grifos meus – MATOS, 2022). Nesse sentido, Matos afirma ainda que

Essas manifestações de Violência possuem, então, objetivo comum – já que descrevem comportamentos agressivos que *tem seu alvo nas mulheres (negras e indígenas, ainda mais fortemente) – e o intuito de fazê-las abandonar a política pressionando-as a desistir. Primeiro, quando candidatas e, depois de eleitos, permanece a pressão para forçá-las a se demitirem ou abandonarem o cargo político específico.* (grifos meus – MATOS, 2022)

Dessa forma, a VPG (Violência Política de Gênero) “e, mais especificamente, a VPMC revelam-se por meio de atos ou omissões que produzem danos à inserção e à permanência de

¹³¹ Ver mais em < <https://sxpolitics.org/ptbr/analises-estrategicas>>. Acessado em 29/04/2021.

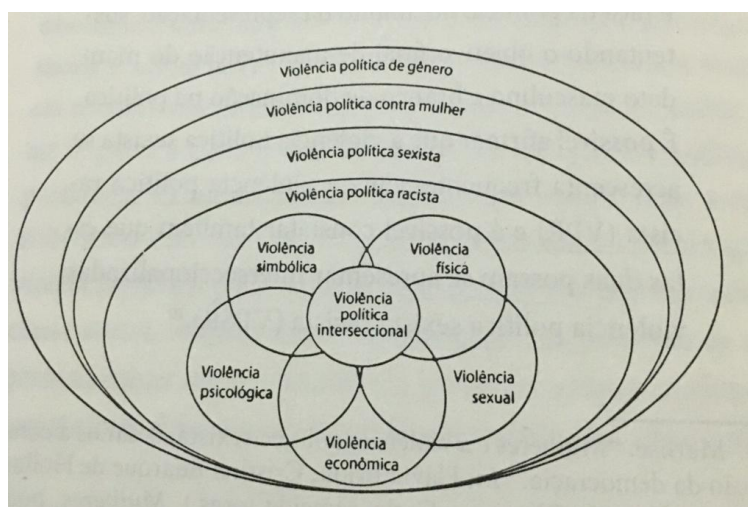
¹³² Visto em < <https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/Ebook-Brasil%2020200204.pdf>>. Acessado em 29/04/2021.

¹³³ Entende-se como uma escolha coerente privilegiar neste trabalho a adoção das formulações de Marlise Matos, tanto em razão de sua relevância científica, quanto também por denotar que sua contribuição serviu de aporte teórico para as produções presentes no livro, utilizado como objeto de estudo da tese – uma vez que a autora publicou artigo sobre violência política de gênero na citada obra.

mulheres nos espaços de poder” (MATOS, 2022), de maneira que tais danos “violam os direitos políticos do grupo das mulheres (tanto individual quanto coletivamente)” (Idem).

Articulando estas acepções com as formulações propostas em seu artigo – publicado no livro organizado por d’Ávila –, a professora Marlise Matos indica ainda que há várias possibilidades de desdobramentos e experimentações da Violência Política Contra a Mulher (Figura 8).

Figura 8 - Representação das definições gerais e específicas sobre as formas de Violência Política Contra as Mulheres (VPMC).



Fonte: MATOS, Marlise, 2022.

Explicando acerca destas múltiplas reproduções, Matos afirma que dentre elas pode-se verificar a:

[...] violência política sexista – VPS (quando o que induz a agressão é o ódio misógeno); violência política racista – VPR (quando o que induz a agressão é o ódio etnoracial); violência política homofóbica- VPH (quando o que induz a agressão é o ódio homofóbico); ou aquela que envolve essas duas e/ou mais daquelas motivações para a agressão descritas, caracterizando-se, afinal, como violência política interseccional – VPI. (2022)

As definições propostas estão presentes também, utilizando uma linguagem mais simples, em uma cartilha *online* (Figura 9)¹³⁴: fruto de um “mapeamento nacional sobre eventos de violência política dirigida às mulheres nas eleições municipais” (MATOS, 2022), realizado em 2020. A iniciativa faz parte do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nepem), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o objetivo do material era conseguir “alcançar

¹³⁴ Disponível em

<https://www.canva.com/design/DAEL6NtqcRA/1YUMR2F6kXK50OweOxVgrg/view?utm_content=DAEL6NtqcRA&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=sharebutton#8>. Acessado em 20/02/2022.

o maior número possível de candidatas nas eleições de 2020 e sensibilizar a opinião pública” (MATOS, 2022).

Figura 9 - Exemplos de conteúdos da cartilha elaborada pelo Nepem.



Fonte: Nepem | UFMG, 2020.

Nesse sentido, dada a complexidade das designações, para uma melhor organização analítica do trabalho, *será adotada a definição mais geral de Violência Política de Gênero (VPG)*, identificando a partir dela as *cinco expressões mais recorrentes deste tipo de violação*¹³⁵ – presentes na citada cartilha (Figura 10)¹³⁶, sendo elas:

1. *Violência física* – abrange danos corpóreos que podem resultar em ameaça a vida ou a integridade física, como ameaças de morte, assassinato, tentativa de assassinato, espancamento, tortura, etc. pode ser considerada a última instância das demais violências

¹³⁵ As cinco definições foram inteiramente retiradas da cartilha *online* elaborada pelo Nepem | UFMG, assim como as possíveis situações de violência: todas disponíveis no endereço da nota anterior

¹³⁶ Entendendo que o objetivo da cartilha foi também tornar acessível termos e designações da Violência Política de Gênero, adotando assim uma linguagem bastante didática, opta-se por seguir com estas acepções a fim de facilitar e otimizar assimilações presentes ao longo da tese.

chegando a assassinatos, como no caso do feminicídio político da vereadora Marielle Franco (PSOL) em 2018.

2. Violência psicológica e moral – a *violência psicológica* é entendida como qualquer atitude que cause dano emocional e diminuição da autoestima que lhe prejudique o desenvolvimento ou que vise controlar suas ações e decisões mediante ameaça, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância, perseguição, ridicularização, violação da sua intimidade, etc. A *violência moral* é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

3. *Violência sexual* é a violação da intimidade das mulheres, coagindo as candidatas das seguintes formas: incitação ao estupro, estupro corretivo, assédio sexual, lesbofobia (no âmbito afetivo das relações pessoais), registro e divulgação de fatos não autorizados relacionados à vida sexual e afetiva da candidata, elaboração e divulgação de fotos íntimas ou montagens com conteúdo sexual ou pornográfico.

4. *Violência simbólica*, na política, pode ser disseminada na mídia e nas redes sociais, por meio de *fake news* e desinformação. Nessa categoria entram palavras, imagens e linguagens corporais usadas para inferiorizar as mulheres. Compreende estereótipos negativos que rotulam a mulher e questionam sua competência na política. São mais destinadas à opinião pública no nível de representação simbólica e coletiva.

5. A *violência econômica* inclui qualquer ato de destruição de bens, objetos, documentos, instrumentos de trabalho e direitos vir ou extorsão e retenção de valores e recursos econômicos. Já a *violência econômica na política* se dá pelo não cumprimento da legislação eleitoral e da recusa em direcionar as mulheres os recursos destinados para as suas candidaturas. Impõe diferentes dificuldades econômicas e privações com objetivo de controlar as mulheres.

Figura 10 - Principais expressões da Violência Política de Gênero (VPG), contidas na cartilha.



Fonte: Nepem | UFMG, 2020.

Embora a linha do tempo proposta para organização dos relatos finde-se em 2020, vale reforçar que o ano de 2022 estabelece-se como um marco temporal importante no cenário político brasileiro, na medida em que esta foi a primeira eleição em que a violência política de gênero está tipificada criminalmente (D'ÁVILA, 2022).

Dessa forma, a Lei 14.192, de 4 de agosto de 2021¹³⁷, prevê em seu texto:

[...] normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais. (BRASIL, 2021)

Apesar desta pesquisa não contemplar episódios de violência política de gênero ocorridos em 2022, gostaria de mais uma vez reforçar a importância em se analisar esses acontecimentos pela ótica de suas protagonistas – evidenciando assim, múltiplos desdobramentos da VPG. Dentro da perspectiva interseccional, se por um lado todas elas constituem mulheres, parlamentares, eleitas, por outro – em razão dos diferentes marcadores sociais que carregam (negras, lésbicas, trans, indígenas, oriundas de diferentes classes sociais) – a análise pode oportunizar a mensuração qualitativa e articulação dessas violações em relação ao grupo de mulheres que as vítimas representam.

Se o pessoal é político, talvez para mulheres eleitas esta fronteira – já tão tênue – não seja uma linha, mas sim uma porta: livre passagem para experimentarem na pele as consequências de seus corpos ocuparem espaços de poder historicamente masculinos e cis-heteronormativos. Se o pessoal é político, o relato desses episódios em primeira pessoa, a partir das próprias protagonistas, pode cancelar não apenas as violações em si, mas como elas se desenvolvem também na subjetividade dessas mulheres – e como essas dores se retroalimentam. Dessa forma, articulando análise documental com informações contidas em seus relatos, busca-se identificar as violações sofridas, trazendo nas considerações finais deste trabalho uma proposta de classificação *de acordo com as formas de expressão mais recorrentes da violência política de gênero – presentes na cartilha elaborada pelo NEPEM/UFMG*¹³⁸ – resultando no quadro analítico exposto no Anexo A.

¹³⁷ Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14192.htm#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20estabelece%20normas,os%20crimes%20de%20divulga%C3%A7%C3%A3o%20de>. Acessado em 22/02/2022.

¹³⁸ Mencionadas no Capítulo 2, item 2.4 (página 71).

Capítulo 3 – Democracia e protagonismo feminino em vertigem¹³⁹

A eleição de Dilma Rousseff e, sobretudo o início de seu primeiro mandato (2012-2014), teve uma representatividade muito importante para as mulheres: ter um corpo feminino ocupando o cargo máximo do Poder Executivo, representado literalmente a imagem do Brasil, foi um marco, um evento paradigmático na histórica política do país.

Entretanto, tanto a democracia quanto a suposta ascensão do protagonismo feminino, em dado momento, parecem começar a ruir: eventos de natureza política, embalados por uma retórica misógina, começam a colocar em xeque a conquista da ocupação das mulheres em espaços de poder.

Adotando como foco acontecimentos protagonizados por Maria do Rosário e pela então presidenta da República do Brasil, Dilma Rousseff, percebe-se como as violações experimentadas por ambas as parlamentares possuem alguns aspectos em comum.

Embora sejam vítima de diferentes episódios de violência política de gênero ao longo de suas trajetórias, tanto Rosário, quanto Rousseff, em diferentes momentos, foram alvo do mesmo agressor: Jair Messias Bolsonaro. Ambas também foram violadas dentro de casas legislativas e, portanto, espaços institucionais de poder.

Tais coincidências permitem que seus relatos ilustrem, de forma didática, o tratamento direcionando a corpos femininos quando ocupam territórios políticos. Mais ainda: possibilitam evidenciar o claro endereçamento dos ataques não ao desempenho político, ou proposições defendidas por estas mulheres, mas sim, genuinamente, às suas subjetividades.

Bolsonaro instrumentaliza a misoginia para tentar desqualificar e desacreditar as *personas* de Maria do Rosário e Dilma Rousseff – não apenas no seu discurso, mas também nos trejeitos, sorrisos, gestos e tom de voz, inclusive manipulando fatos sobre suas histórias, ou, no caso de Rousseff, regozijando-se ao homenagear o torturador que a violou durante a ditadura militar.

3. 1 – A violência sobre Maria do Rosário e o prenúncio do golpe

Tendo sofrido diversos episódios de violência durante sua vida parlamentar, Maria do Rosário traz apontamentos que corroboram não só com o argumento da personalidade em relação

¹³⁹ Título inspirado no documentário dirigido pela cineasta Petra Costa e indicado ao Oscar em 2020, intitulado “Democracia em vertigem”. Ver mais em: < <https://oglobo.globo.com/cultura/filmes/quem-petra-costa-diretora-de-democracia-em-vertigem-documentario-indicado-ao-oscar-24188766?>>. Acessado em 22/02/2022.

às violações experimentadas pelas mulheres parlamentares, mas também de que maneira ambos os aspectos – político e pessoal – são acionados para perpetrar tais violações.

Em minha experiência política e na observação da vida parlamentar, percebo que *a violência política de gênero nessas instituições tem sido exercida por processos que se combinam. De um lado, um ambiente em que se tenta desconsiderar e apagar argumentos políticos e a atuação das mulheres no parlamento. De outro, ataques feitos à “pessoa mulher” mais do que ao seu ideário ou a iniciativas políticas.* (grifos meus – ROSÁRIO, 2022)

Como se verá nos próximos capítulos, esta percepção trazida por Rosário aparece também nos textos, nas vivências e nas violências sofridas por outras mulheres parlamentares, sugerindo, a partir da repetição, que existe um padrão: um método, ou *modus operandi*, para destituir mulheres dos espaços de poder e, conseqüentemente também, desencorajá-las a pleiteá-los futuramente. O título do texto escrito por Maria do Rosário – “*Violência Política de Gênero, no singular e no plural*” (grifos meus – 2022)¹⁴⁰ – também reforça a ideia de que este método é percebido na coletividade de mulheres que se lançam na vida política.

Ao longo do artigo, embora a parlamentar não especifique ou elenque as violações sofridas, para efeitos da pesquisa serão considerados *três* episódios de violência política protagonizados por Rosário: em 2003, no Salão Verde da Câmara dos Deputados, em 2014 e 2016, ambos durante sessões plenárias na Câmara – todos perpetrados pelo então deputado federal: Jair Messias Bolsonaro.

Embora o primeiro episódio (ocorrido em 2003) não esteja contemplado na cronologia proposta para o presente trabalho, faz-se necessário abordá-lo brevemente a fim de apreender o contexto das outras violações sofridas pela ex-Ministra de Direitos Humanos¹⁴¹.

A circunstância do citado episódio se dava em torno da discussão sobre a redução da maioria penal para 16 anos de idade¹⁴². Abordado nos corredores da Câmara pela equipe de reportagem da Rede TV, Bolsonaro inicia uma discussão com Maria do Rosário, que se encontrava próxima a ele (Figura 11)¹⁴³.

¹⁴⁰ Visto em: ROSÁRIO, Maria do. Violência política de gênero no singular e no plural. In: D’ÁVILA, Manuela (org). *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Edição Kindle. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

¹⁴¹ Maria do Rosário é professora, mestre em Educação e doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande Sul (UFRGS). Foi ministra de Direitos Humanos durante o governo da presidenta Dilma Rousseff. Filiada ao Partido dos Trabalhadores, é deputada federal pelo Rio Grande do Sul, tendo ainda sido vereadora e deputada estadual. Atualmente é secretária nacional de Formação do PT. Disponível em: (D’ÁVILA, p. 137, 2022). Ver também: <<https://www.camara.leg.br/deputados/74398/biografia>>. Acessado em 29/08/2022.

¹⁴² Ver mais em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2003/03/10/ccj-analisa-reducao-da-maioridade-penal-para-16-anos>>. Acessado em 29/08/2022.

¹⁴³ Para análise do citado episódio foram considerados respectivamente vídeos disponibilizados no portal do UOL, no canal da Revista ISTO É, no YouTube, e a transcrição realizada pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara, disponibilizado no site do órgão – disponíveis respectivamente em :

Enquanto Bolsonaro sustenta sua posição favorável à medida, Rosário declara que ele promove estupro – referindo-se ao tipo de discurso, postura e posicionamento fomentado pelo deputado. Na sequência, o parlamentar afirma que *jamais a estupraria, porque ela não merece*. Visivelmente chocada, a deputada responde que espera que ele não o faça, de fato, porque senão lhe daria uma bofetada (sic): imediatamente Bolsonaro a provoca repetindo por diversas vezes “Dá, que eu te dou outra” (sic), enquanto empurra Rosário, chamando-a de *vagabunda*, com o dedo em frente ao seu rosto. Visivelmente abalada, Rosário se emociona e Jair Bolsonaro ordena em tom imperativo: – *Chora, agora. Chora!* (sic).

Figura 11 – Captura de tela do vídeo do episódio de violência sofrido por Maria do Rosário e perpetrado por Bolsonaro, em 2003, no Salão Verde da Câmara.



Fonte: UOL, 2014.

Em 2014, Maria do Rosário sofreu novamente outro episódio marcante de violência, que chama atenção tanto por sua própria natureza, quanto pela repetição que sugere, já que novamente foi perpetrado pelo mesmo parlamentar, proferindo as mesmas ofensas e violações e, mais uma vez, dentro de um espaço legislativo.

Em 10 de dezembro celebra-se o Dia Internacional dos Direitos Humanos¹⁴⁴, sendo que em 2014 a data também foi marcada pela entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade à Presidenta Dilma Rousseff – sobre a investigação de crimes ocorridos durante a

<https://www.uol.com.br/carnaval/videos/?id=exclusivo-veja-discussao-entre-bolsonaro-e-maria-do-rosario-em-2003-04020C983372C0995326> ; <<https://www.youtube.com/watch?v=LD8-b4wvIjc>>; <<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&nmComissao=Outros%20Eventos&tpReuniaoEvento=&dtReuniao=11/11/2003&hrInicio=14:00:00&hrFim=14:10:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=2102/03&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:00&sgFaseSessao=&Data=11/11/2003&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=14:00&txEtapa=>>> . Acessados em 29/08/2022.

¹⁴⁴ Visto em: https://www.geledes.org.br/dia-internacional-dos-direitos-humanos-uma-data-para-ser-lembrada-todos-os-dias-do-ano/?gclid=EAIaIQobChMI2Oew0NTM_AIV6xXUAR0U0A0ZEAYAiAAEgKIRPD_BwE. Acessado em 01/09/22.

ditadura militar (1964-1985). Na ocasião, Rosário não só elogiou o trabalho da Comissão, como também realizou duras críticas ao regime militar, chamando o período de “vergonha absoluta” (G1, online, 2014)¹⁴⁵. Logo após sua explanação, Jair Bolsonaro utilizou da sua fala para atacar novamente a deputada: “Fica aí, Maria do Rosário, fica. Há poucos dias, tu me chamou de estuprador, no Salão Verde, e *eu falei que não ia estuprar você porque você não merece. Fica aqui pra ouvir*” (sic – grifos meus – G1, online)¹⁴⁶. E continuou:

Maria do Rosário saiu daqui agora correndo... por que não falou da sua chefe Dilma Rousseff? Cujo primeiro marido sequestrou um avião e foi para Cuba. Participou da execução do major alemão. Que o segundo marido confessou publicamente que apropriava bancos, roubava bancos, pegava armas de quartéis e assaltava caminhões de carga na Baixada Fluminense. Por que não fala isso? [...] Tão preocupados com direitos humanos... vai catar coquinho! Mentirosa, deslavada e covarde! Eu ouvi ela falando aqui as asneiras dela e fiquei aqui. Fala do teu governo! O governo mais corrupto da história do Brasil [...]. (EXTRA, online, 2014)¹⁴⁷

Afirmando que a data se tratava do *Dia Internacional da Vagabundagem*, o então militar da reserva lançava ofensas não só a Maria do Rosário, mas as endereçava também à chefia máxima do Poder Executivo – que na ocasião era ocupada por uma mulher: Dilma Rousseff. Diversos parlamentares, sobretudo mulheres, reagiram às falas de Jair Bolsonaro. Após a ocasião, duas pastas federais – representadas pelas secretarias de Políticas para as Mulheres e de Direitos Humanos da Presidência – divulgaram nota conjunta em repúdio às declarações de Bolsonaro (EXTRA, online, 2014)¹⁴⁸.

A bancada do PT no Rio Grande do Sul, domicílio eleitoral da deputada federal Maria do Rosário, reagiu contra o deputado Jair Bolsonaro. Em nome do partido, o deputado estadual Valdecir Oliveira repudiou a manifestação e afirmou que Bolsonaro deveria ser alvo de um processo por quebra do decoro parlamentar e incitação à violência. (EXTRA, online, 2022)¹⁴⁹

No mesmo evento, outras parlamentares como Iriny Lopes (então deputada federal PT/ES) e Jandira Feghali (então deputada federal PCdoB/RJ) reagiram imediatamente¹⁵⁰ reforçando nas suas falas a gravidade do que havia acabado de acontecer.

¹⁴⁵ Ver mais em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/12/maria-do-rosario-desabafa-e-diz-que-vai-processar-bolsonaro-apos-ofensas.html>. Visto em 01/09/2022.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Transcrição de minha autoria, realizada a partir do vídeo disponível em: < <https://extra.globo.com/noticias/brasil/jair-bolsonaro-repete-insulto-deputada-maria-do-rosario-so-nao-te-estupro-porque-voce-nao-merece-14781338.html>>. Acessado em 01/09/22.

¹⁴⁸ Ver mais em: < <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/12/maria-do-rosario-desabafa-e-diz-que-vai-processar-bolsonaro-apos-ofensas.html>>. Acessado em 01/09/22.

¹⁴⁹ Visto em: < <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/12/maria-do-rosario-desabafa-e-diz-que-vai-processar-bolsonaro-apos-ofensas.html>>. Acessado em 01/09/22.

¹⁵⁰ Visto em: < <https://www.youtube.com/watch?v=vzNva866hiw>>. Acessado em 01/09/2022.

A ofensa realizada por Bolsonaro pode ser entendida como *ameaça de estupro*, uma vez que, ao afirmar que não a estupraria por entender que a parlamentar não merece, infere-se que para o então deputado os estupros podem ser realizados desde que a pessoa mereça, sendo a ponderação sobre o suposto merecimento, no mínimo, extremamente subjetiva. A partir desta construção retórica, percebe-se, por fim, a naturalização da prática a partir de dois aspectos principais: na sua fala, uma vez que em nenhum momento Bolsonaro trata o estupro como crime; e na sua visão, ao gerar, em paralelo, o entendimento de que há mulheres que merecem ser estupradas. É muito importante também atentar para os espaços institucionais e políticos nos quais ocorreram os referidos ataques. Sobre isso, a então ministra de Direitos Humanos Ideli Salvatti, enfatizou que:

Então, a gente espera que o Congresso Nacional dê uma resposta à altura para que alguém com mandato não fique incitando crimes hediondos no Parlamento brasileiro. *Desta vez, foi gravíssimo, porque foi da tribuna [da Câmara]. Das outras vezes, tinha sido no corredor, no meio do plenário. Desta vez, não, ele estava no exercício indiscutível do seu mandato.* (grifos meus – AGÊNCIA BRASIL, online, 2014)¹⁵¹

Em 2016, durante outra sessão plenária na Câmara dos Deputados, presidida por Maria do Rosário, na qual se debatia acerca da violência contra a mulher, houve outro episódio de violência protagonizado por ela e perpetrado por Jair Bolsonaro (Figura 12).

Após Ana Cláudia Macedo, “representante de um grupo de mulheres lésbicas” (G1, online, 2016)¹⁵² ter afirmado “que há na Câmara um deputado que usa a tribuna para fazer ‘apologia ao estupro’, numa referência a Jair Bolsonaro (PSC-RJ)” (Idem), o parlamentar ficou bastante alterado “contra a oradora, querendo que a fala de Ana Cláudia fosse interrompida” (Idem) e ao mesmo tempo acusando Maria do Rosário, com dedo em riste, de defensora de estuprador (AGÊNCIA BRASIL, online, 2016)¹⁵³.

Se o debate de ideias é um dos principais atos da política, é importante frisar o quanto os segmentos mais atrasados que exercem o poder no Brasil atuam para *roubar das mulheres o direito à apresentação de argumentos toda vez que utilizam o espaço das instituições com agressões e estereótipos absurdos para coesão de sua base populista machista.* (grifos meus – ROSÁRIO, 2022)

¹⁵¹ Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-12/maria-do-rosario-recebe-solidariedade-de-ministras-por-ofensas-de-bolsonaro>>. Acessado em 07/09/2022.

¹⁵² Visto em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/09/bolsonaro-e-convidados-batem-boca-em-comissao-geral-da-camara.html>> . Acessado em 07/09/2022.

¹⁵³ Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-09/ataques-e-insultos-tumultuam-sessao-da-camara-sobre-violencia-contramulher>>. Acessado em 07/09/2022.

Apesar do acontecido, Rosário garantiu a conclusão da fala da representante, afirmando no microfone que a “Câmara dos Deputados assegura seu pronunciamento como uma mulher lésbica.” (G1, online, 2016)¹⁵⁴.

Figura 12 - Captura de tela do vídeo que mostra Bolsonaro manifestando-se diante de Maria do Rosário.



Fonte: G1, 2016.

Minutos após este primeiro tumulto, depois de Daniela Teixeira – convidada da Comissão e vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no DF – pedir punição a agressores de mulheres, citando o deputado Jair Bolsonaro”(G1, online, 2016), houve outra confusão no plenário.

Enquanto os agressores não forem punidos, a violência não vai diminuir. Eles devem ser punidos. Sejam quem for. Seja o marido da vítima [...], seja o promotor que está abusando de uma vítima em uma audiência, ou seja um deputado que é réu, sim, numa ação já recebida no STF”, afirmou Daniela Teixeira.

“Aponta o nome dele!”, esbravejou Bolsonaro fora dos microfones.

“É o senhor, Jair Bolsonaro, réu no inquérito já admitido pelo STF”, respondeu a oradora. (G1, online, 2016)¹⁵⁵

A sessão foi suspensa e ao ser retomada Maria do Rosário acatou o pedido de concessão da palavra a Jair Bolsonaro. Em sua fala, o parlamentar afirmou que “a sessão se tratava de *‘desserviço à mulher vítima de violência’* (grifos meus – G1, online, 2016).

Vamos agora aos fatos. Esta sessão está sendo um desserviço à mulher vítima de violência. De início, um representante do Ministério Público do Distrito Federal afirmou que não se garantem direitos humanos violando-se direitos humanos. Ou seja, como ele mesmo disse aqui, ele é contra a castração química, por defender os direitos humanos do estuprador — a estuprada que se exploda! [...] Há pouco tempo atrás, a Sra. Deborah Duprat, em nota técnica para a Câmara, posicionou-se contra o Programa Escola Sem Partido. Diz ela no arrazoado que defende que se opine em sala de aula sobre questões de ideologia de gênero. Ou seja, criancinhas de 6 anos de idade

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Visto em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/09/bolsonaro-e-convidados-batem-boca-em-comissao-geral-da-camara.html>>. Acessado em 07/09/2022.

passam agora a ser massificados, de acordo com a vontade da Sra. Duprat, de que o menino não nasceu menino e de que a menina não nasceu menina. Ao estimular o sexo, homo ou hetero, precocemente, a Sra. Deborah Duprat está escancarando as portas para a pedofilia. (grifos meus – CÂMARA, online, 2016)¹⁵⁶

A partir destas declarações de Bolsonaro, verifica-se um exemplo flagrante não apenas da distorção intencional da teoria da performatividade de gênero (proposta por Butler e comentada anteriormente), como também da promoção de falsa simetria entre ideologia de gênero e pedofilia – que acaba por elucidar os verdadeiros alvos do parlamentar. Além disso, durante seu discurso, Bolsonaro ataca de novo e nominalmente Maria do Rosário.

Para completar, Sra. Deputada Maria do Rosário, já que falamos sobre estupro, quero lembrar aqui o caso do seu cunhado [...]. Em 2003, V.Exa., então integrante da CPI da Pedofilia, programou um flagrante em Porto Alegre para combater a pedofilia. Ao se fazer o flagrante de estupro de vulnerável, quem sai do carro? Saem um barbado e uma menina de 13 anos de idade. Quem era o barbado, Deputada Maria do Rosário? O seu cunhado. [...] Fale sobre o seu cunhado, Deputada. Mostre que V.Exa. quer realmente combater a violência contra mulheres e a pedofilia dando o exemplo de casa, não buscando aqui outros exemplos. Afinal de contas, como disse aqui a Sra. Beatriz Kicis, não há, no Brasil, a cultura do estupro — há a cultura da impunidade. Explique, Deputada, por que V.Exa. votou contra a PEC da redução da maioridade penal para menores praticantes de estupro. *A verdade é que V.Exa. tem defendido o menor estuprador — essa tem sido sua vida pregressa. Foi uma vergonha...* (grifos meus – CÂMARA, online, 2016)

De acordo com diferentes matérias e reportagens jornalísticas¹⁵⁷, em 2003 um ex-cunhado de Maria do Rosário foi flagrado com “outro homem e duas meninas, de 11 e 15 anos, em um carro na avenida Farrapos, reduto da prostituição em Porto Alegre, durante uma blitz” (FOLHA DE S. PAULO, online, 2003)¹⁵⁸. Na ocasião, a própria parlamentar, então relatora da CPI mista da Exploração Sexual de Menores, enviou uma carta “ao secretário estadual José Otávio Germano (Justiça e Segurança) pedindo que o episódio seja investigado” (Idem).

No entanto, é importante notar como Bolsonaro se utiliza deste fato para construir uma narrativa capciosa, na medida em que omite o fato de que ela agiu de forma ética, dura e correta, dando a entender que Rosário acobertou um possível crime (neste caso, de pedofilia) – forjando aqui também, de maneira indireta e ilógica, uma possível motivação para a posição contrária da parlamentar acerca da redução da maioridade penal. Esta construção retórica acontece a partir

¹⁵⁶ Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=224.2.55.O&nu-Quarto=82&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=12:28&sgFaseSessao=CG%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=14/09/2016&txApelido=JAIR%20BOLSONARO&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>>. Acessado em 07/09/2022.

¹⁵⁷ Ver mais em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/me-engana-que-eu-posto/jean-wyllys-e-maria-do-rosario-que-rem-descriminalizar-pedofilia/>> ; <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0811200318.htm>>. Acessados em 07/09/2022.

¹⁵⁸ Visto em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0811200318.htm>>. Acessado em 07/09/2022.

de dois aspectos narrativos principais: primeiro, quando, após elucidar fatos supostamente obscuros, ele afirma se tratar de uma *vergonha*. Depois, na mesma fala, ao utilizar a expressão *vida pregressa* para atacar Rosário, Bolsonaro aciona simbolicamente a ideia de que a deputada está sentada no banco dos réus. Este movimento revela um aspecto importante sobre violência política de gênero, inclusive destacado pela própria Maria do Rosário em seu artigo:

Na era da informação, os ataques desqualificados feitos presencialmente são ligados à divulgação massiva de imagens, manipulação, *fake news*, múltiplos caminhos com o objetivo de destruir. *O núcleo central da violência política de gênero, seja qual for seu veículo, é desvalorizar a mulher, destruir sua imagem pública, minar a confiança que inspira nos demais. E também marcar publicamente sua vida familiar e sua existência com valores que rivalizam com grupos determinados [...].* (grifos meus – ROSÁRIO, 2022)

Como dito anteriormente, no artigo escrito por Maria do Rosário – *Violência política de gênero, no singular e no plural* – não se verifica uma menção direta às violações sofridas, no sentido de detalhar os episódios de violência que ela viveu ao longo da sua trajetória enquanto parlamentar. No entanto, resgatar o contexto destas violações tão emblemáticas – pormenorizando as tensões e, conseqüentemente, disputas estabelecidas nestes eventos – mostra-se essencial para um dos objetivos deste trabalho, que é, a partir de experiências contemporâneas de violência política de gênero – narradas pelas próprias vítimas –, realizar assimilações com importantes formulações acerca do neoconservadorismo no cenário brasileiro, evidenciando assim uma agenda antigênero.

Sobre a violência política de gênero, Rosário explica ainda que ela pode ser considerada “a *matriz* sobre a qual as demais expressões violentas, que são as graves e sistemáticas violações aos direitos humanos em natureza diversa que ocorrem no Brasil, atingem a sociedade e destroem a vida das pessoas” (grifo meu – 2022). Nesse sentido, a parlamentar explica ainda que embora a violência cotidiana necessite

[...] ser compreendida em cada uma de suas expressões, para vir a ser culturalmente enfrentada e estruturalmente desmantelada [...] *reconhecer na violência política a matriz de onde partem suas expressões implica estabelecer em grau de prioridade o seu enfrentamento no exercício do poder político e a defesa efetiva da democracia.* (grifos meus, 2022)

Mencionando Flávia Biroli, Rosário explica que quando as mulheres ocupam os espaços de poder – com uma perspectiva de transformação social em prol de toda a coletividade das mulheres – “mais a violência política se revela como misoginia, como ódio, como pulsão e movimento organizado para nossa morte política [...]” (2022). Nesse sentido, ainda de acordo com a parlamentar:

O golpe contra Dilma Rousseff, com suas características de ódio político e de gênero, escancara o quanto a extrema direita e a própria direita clássica no Brasil, além de desprezarem a democracia como regras instituídas, utilizaram-se de valores reacionários, estigmatizantes e opressivos contra a mulher, para disputar sua agenda política e econômica para o país e levar a cabo seu objetivo de poder. (2022)

O golpe de 2016, nas palavras de Maria do Rosário, revelou algo equivocadamente percebido até então como “episódico e não como estrutural: a violência política de gênero e a histórica exclusão das mulheres das decisões políticas e dos espaços de poder” (2022).

3.2 – “Tchau, querida”¹⁵⁹: o golpe sob a perspectiva de gênero. E da vítima.

Nas eleições de 2014, com uma vitória apertada, Dilma Rousseff foi reeleita Presidenta do Brasil. No entanto, o processo de apuração teve uma grande carga dramática: naquele dia, às 17h40¹⁶⁰ Aécio havia aberto uma ampla vantagem em relação a Rousseff. Tem-se registros de que por volta das 19h30 já estava circulando em grupos de WhatsApp¹⁶¹ a notícia de que o tucano recebeu um telefonema informando que havia ganhado as eleições. Os desdobramentos a partir dessa falsa informação fornecem pistas importantes para se apreender o clima político naquele momento.

O então apresentador Danilo Gentili postou em seu perfil no *Twitter* a seguinte mensagem: “Tchau, Dilma. Está desempregada. Só não vai voltar a assaltar banco, hein. Pode ir pra Cuba curtir seu amorzinho” (PRAGMATISMO POLÍTICO, online, 2014)¹⁶². Capturas de tela de grupos de WhatsApp mostram empresários e amigos de Aécio comemorando, por meio de textos e *selfies*¹⁶³ com o candidato, a suposta vitória do tucano. Em uma destas capturas é possível ler a mensagem: “Deu 45 pode comemorar [...] Salim Mattar dono da Localiza¹⁶⁴

¹⁵⁹ Expressão utilizada por Lula ao se despedir de Dilma Rousseff em uma conversa telefônica que foi grampeada e divulgada com autorização do juiz Sérgio Moro. A divulgação do trecho contou com ampla repercussão midiática, sendo que a expressão se tornou motivo de camisetas e materiais gráficos utilizados tanto durante a votação do impeachment, quanto em manifestações contrárias a Rousseff. A frase também foi amplamente utilizada por grandes veículos de imprensa em capas com tom jocoso. Ver mais em:

<https://www.meioemensagem.com.br/comunicacao/criadores-comemoram-viralizacao-do-tchau-querida>. Acessado em 20/10/20.

¹⁶⁰ Ver mais em <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/10/aecio-familiares-e-convidados-comemoraram-vitoria-antes-tempo.html>. Acessado em 18/01/2021.

¹⁶¹ Aplicativo de mensagens instantânea.

¹⁶² Ver mais em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/10/apresentador-comemorou-derrota-de-dilma-antes-da-hora.html>. Acessado em 18/01/2021.

¹⁶³ Termo que designa uma fotografia normalmente digital realizada por uma pessoa de si mesma (podendo ou não aparecer outras pessoas na imagem).

¹⁶⁴ Rede de lojas especializada em aluguel de carros. Ver mais em <<https://www.localiza.com/brasil/pt-br>>

escreveu agora no grupo dele. Está na mesma casa do Aécio em MG. Dono do Ibope ligou p Aécio p dar parabens!” (sic – PRAGMATISMO POLÍTICO, online, 2014)¹⁶⁵.

No entanto, uma foto divulgada no portal do Pragmatismo Político (Figura 13)¹⁶⁶ registrou supostamente o exato em que Aécio Neves assiste à divulgação oficial do resultado da eleição e o anúncio de sua derrota pela TV. Com as mãos na altura dos quadris, sobrancelhas levemente arqueadas e olhar aparentemente focado na tela, Aécio conota, no mínimo, frustração.

Figura 13 - Momento em que Aécio Neves assiste pela TV o resultado das eleições atribuindo vitória a Dilma Rousseff.



Fonte: Pragmatismo Político, 2014.

A imagem tem o poder¹⁶⁷ de suspender a percepção de tempo. É como se conseguisse guardar em si não apenas o registro estético, mas ao capturar feições e posturas, também, a energia do momento. E aquele momento, para Aécio Neves, claramente não era bom.

Ao se analisar brevemente a imagem, percebe-se a presença de importantes apoiadores do então candidato à Presidência. À direita da fotografia, ao lado de Aécio, está o então presidente nacional do DEM, senador Agripino Maia. Atrás de Aécio também pode-se ver o apresentador de TV Luciano Huck.

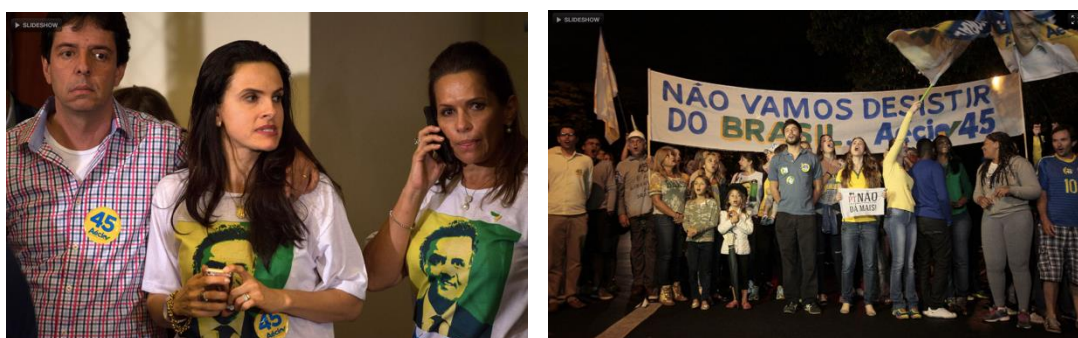
¹⁶⁵ Texto transcrito da captura de tela que aparece na referida matéria. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/10/aecio-familiares-e-convidados-comemoraram-vitoria-antes-tempo.html>. Acessado em 18/03/2021.

¹⁶⁶ Ver mais em < <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/10/foto-aecio-e-o-exato-momento-anuncio-da-derrota.html> > . Acessado em 19/01/2020.

¹⁶⁷ Muitos são os trabalhos que analisam a fotografia, sobretudo no contexto do fotojornalismo. Recomenda-se a leitura de: SONTAG, Susan. *Sobre a fotografia*. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Posteriormente, na mesma noite, o portal G1 divulgou uma coletânea de imagens mostrando reações de apoiadores. Com o título “ELEIÇÕES 2014: Lamento da derrota de Aécio Neves” (G1, online, 2014)¹⁶⁸, a reportagem traz fotografias de eleitores chorando, enxugando as lágrimas na bandeira, com as mãos no rosto, mãos cruzadas, alguns vestidos com camisas estampadas com o rosto de Aécio, sendo que a maioria usava cores da bandeira do Brasil.

Figura 14 - Da esquerda para a direita fotografias 11 e 12, da série de imagens ELEIÇÕES 2014: Lamento da derrota de Aécio Neves.



Fonte: G1, 2014.

Na segunda imagem (da esquerda para a direita) na Figura 14, é possível ver uma mulher branca, cabelos lisos, vestida aparentemente com a blusa da seleção brasileira de futebol, segurando um cartaz com a mensagem *PT não dá mais*, sendo que nesta mesma imagem, atrás dela, é possível ler em uma faixa: *Não vamos desistir do Brasil. Aécio – 45*.

De fato, não desistiram. Fazendo uma associação direta entre misoginia e neoconservadorismo, logo nas primeiras linhas de seu artigo¹⁶⁹ – presente no livro objeto desta pesquisa –, Dilma Rousseff traz também um elemento fundamental para pensar os contornos de sua experiência enquanto vítima de violência política de gênero: a mídia.

No Brasil, vários recursos são usados para desqualificar e interditar *lideranças políticas, que não são tratadas como adversários, mas como inimigos que devem ser destruídos, em especial aqueles contrários à agenda neoliberal e ao conservadorismo de direita*. As fake news e outros diferentes tipos de manipulação midiática tornaram-se uma das maneiras de disseminar ódio, violência e todas as formas de preconceito, um instrumento por excelência de ataque nesta época de grande predomínio das redes sociais. Nesse contexto, *a misoginia na sociedade, nas instituições e na mídia vem sendo uma poderosa arma de controle e dissuasão da atividade política das mulheres e se manifesta principalmente em períodos eleitorais, durante governos e na atividade parlamentar*. (grifos meus – ROUSSEFF, 2022)

¹⁶⁸ Visto em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/fotos/2014/10/eleicoes-2014-lamento-da-derrota-de-aecio-neves.html#F1398758>. Acessado em 18/03/2021.

¹⁶⁹ HOUSSEFF, Dilma. A misoginia e manipulação da vítima. In: D’ÁVILA, Manuela (org). *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Edição Kindle. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

O uso da expressão *arma de controle* soa bastante eficaz para dimensionar a letalidade – literal e metafórica – do ódio direcionado às mulheres que ocupam espaços de poder. Dilma Rousseff prossegue em seu texto trazendo sua visão – enquanto ex-presidenta, mas sobretudo, mulher – sobre o golpe de 2016. A misoginia, segundo ela, foi ferramenta fundamental para perpetrá-lo.

Escancarando o apoio midiático sobre os acontecimentos que antecederam o *impeachment* até à eleição de Bolsonaro, Rousseff afirma que “a mídia – os três maiores jornais do país – agiu deliberadamente, por meio da manipulação de informações, para: tentar impedir a quarta vitória presidencial consecutiva do PT, em 2014 [...]” (ROUSSEFF, 2022). Além disso, a ex-presidenta ainda sinaliza que a narrativa midiática também atuou com o objetivo de:

[...] buscar desestabilizar o governo que havia sido reeleito; sustentar a farsa jurídica e política que levou a um golpe de Estado disfarçado de impeachment; tentar minar a imagem do Partido dos Trabalhadores junto ao povo brasileiro e a reputação de Lula como maior líder popular da história, interditando sua candidatura à Presidência em 2018; e *reconduzir ao poder o neoliberalismo*, eleger e dar suporte a um neofascista desqualificado. (grifos meus – ROUSSEFF, 2022)

Quanto aos recursos utilizados pela mídia, Dilma Rousseff elenca uma série de estratégias discursivas e retóricas para exemplificá-los, como “mentiras, falsificações, facciosismo, inversão dos fatos, pressão sobre autoridades e instituições, teorias da conspiração, preconceitos de classe” (ROUSSEFF, 2022), sendo que em seu caso especificamente ela percebe o uso explícito e deliberado da misoginia “[...] por meio de notas, reportagens, manchetes, fotos e capas indisfarçavelmente misóginas, para impor os grilhões do patriarcado à primeira mulher presidenta do Brasil”(2022). A ex-presidenta ainda assinala que:

[...] uma manipulação cometida de manhã pela edição impressa do jornal de maior circulação no Rio de Janeiro estará sem dúvida nos telejornais da mesma rede, será repetida e comentada ad nauseam em seu canal pago de notícias, será notícia o dia todo na sua rádio, copiada e repetida pelos demais meios de comunicação, circulará intensamente nas redes sociais e terá o seu momento culminante, às oito da noite, em intermináveis minutos no seu principal telejornal, que reúne a maior audiência do país. (ROUSSEFF, 2022).

Assim, de acordo com Dilma Rousseff, a partir de transcrições das principais reportagens e notícias dos jornais impressos estas eram “[...] citadas, comentadas e ampliadas em todas as mídias: nas versões eletrônicas do próprio jornal, nas rádios, na internet e, de forma mais impactante, nos telejornais” (ROUSSEFF, 2022).

Organizando os acontecimentos a partir de uma cronologia, desde sua reeleição em 2014 até a eleição de Bolsonaro, em 2018, Dilma Rousseff enfatiza que todo este processo foi orquestrado:

[...] pelo maior conglomerado de mídia de nosso país, com seus jornais, rádios e emissoras de televisão e com ampla e incondicional cumplicidade ativa das demais grandes empresas de comunicação, todas elas pertencentes, em regime de oligopólio, à meia dúzia de famílias bilionárias que sempre se beneficiaram de todos os regimes que ajudaram a erguer e sustentar. (2022)

Citando o artigo “*How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff*”¹⁷⁰, de Teun Adrianus van Dijk¹⁷¹, Rousseff explica que o trabalho de Van Dick revelou que “a manipulação se deu pela insistência de apresentar suspeitas como fatos, sem as ressalvas que se deve fazer a acusações não julgadas” (ROUSSEFF, 2022).

Vimos que a crítica generalizada ao impeachment de Dilma foi efetivamente sintetizada pelo slogan Golpe (golpe), também usado em todo o mundo por muitos jornais. Não é surpreendente, então, que essa mesma noção tenha provocado reações furiosas da Globo, uma vez que lembra faz uma associação do grupo com o golpe e os militares da ditadura de 1964. Mas talvez uma das principais razões para essas reações é que o termo indica com bastante precisão que as ações financeiras de Dilma foram apenas um pretexto para seu impeachment, e que o que realmente aconteceu foi um golpe parlamentar contra uma presidente eleita, uma conspiração na qual a própria Globo teve um papel importante. Não é de estranhar portanto que praticamente não haja comentários nos editoriais sobre os muitos argumentos contra a legalidade do impeachment. (tradução minha – VAN DIJK, p. 221, 2017)

O vocábulo *golpe* pode soar exagerado ou inadequado, principalmente às vistas do cidadão comum – lacuna que em si gera uma boa oportunidade àqueles que tentam deslegitimá-lo – afinal, no contexto histórico brasileiro, nos habituamos a relacionar a ideia de golpe a uma conjuntura que dialoga com uma lógica bélica e beligerante, materializada no imaginário social através de aparatos militares.

Um entendimento comum a esses estudos é que a erosão de valores e instituições democráticas pode ocorrer sem a necessidade de rupturas, como os golpes de Estado que levaram muitos países da América do Sul a ditaduras militarizadas nas décadas de 1960 e 1970. O “autoritarismo moderno” não deixa necessariamente de lado os

¹⁷⁰ Disponível em: < <https://discourses.org/wp-content/uploads/2022/07/Teun-A.-van-Dijk-2017-How-Globo-media-manipulated-the-impeachment-of-Brazilian-President-Dilma-Rousseff.pdf>>. Acessado em 22/02/2022.

¹⁷¹ *Diretor-fundador do Centre of Discourse Studies*, Barcelona, desde 2017, e professor de Estudos do Discurso na Universidade Pompeu Fabra, Barcelona, desde 1999. Foi professor de Estudos do Discurso na Universidade de Amsterdã, depois de estudar Teoria Literária e Língua e Literatura Francesa, também em Amsterdã. É um dos fundadores dos Estudos Críticos do Discurso, com mais de 30 livros publicados sobre teoria de literatura, gramática do texto, pragmática do discurso, psicologia cognitiva do discurso, discurso racista, análises de notícias, ideologia, contexto, conhecimento e história do discurso antirracista. Pesquisa atualmente sobre movimentos sociais, discurso e cognição. Possui 3 doutorados *honoris causa* e deu palestras em mais de 60 países. É autor dos livros *Racismo e discurso na América Latina*, *Discurso e poder*, *Discurso e contexto*, *Discurso e desigualdade social*, *Cognição, discurso e interação* e *Discurso antirracista no Brasil* todos publicados pela Contexto. Visto em: < <https://www.editoracontexto.com.br/categoria/autores/t1/teun-a-van-dijk>>. Acessado em 20/02/2022.

processos eleitorais, além de prejudicar a oposição sem aniquilá-la e manter sua aprovação popular ao longo do tempo. (BIROLI, 2020)

Ivana Jinkings – editora da Boitempo e da revista Margem Esquerda – é categórica ao afirmar que naquele momento o Brasil vivia efetivamente um golpe de Estado, explicando que:

Trata-se de uma ruptura de novo tipo, distinta das observadas nos países sul-americanos entre os anos 1960-1980. Naqueles tempos, aparecia um roteiro que se tornou clássico: as forças armadas se dividiam, um setor se aliava com o grande capital, com os monopólios da mídia e com a embaixada estadunidense. O enredo era previsível: o palácio de governo era sitiado, o mandatário eleito era encarcerado ou expulso do país – quando não assassinado – e triturava-se a institucionalidade vigente. (JINKINGS, p. 12, 2016)¹⁷²

Dentro desta trama, o próximo passo seria “legalizar o ardil”, ou nas palavras de Jinkings, “Juristas inescrupulosos eram chamados para dar tinturas de normalidade constitucional à ditadura estabelecida e, ato contínuo, sufocavam-se com truculência usual as vozes dissonantes” (p. 12, 2016). Jinkings também afirma que em 2016 Dilma Rousseff foi derrubada

[...] por um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como lícito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras. (p. 12-13, 2016)

Retornando ao relato de Rousseff, ela prossegue em seu artigo argumentando sobre como a manipulação midiática aconteceu não apenas durante o processo do *impeachment*, mas também o antecedendo – quiçá o introduzindo – durante sua campanha para as eleições presidenciais durante o ano de 2013 e logo após sua vitória.

Citando o trabalho de pesquisa que deu origem ao livro *Gramática da manipulação*¹⁷³, de Leticia Sallorenzo, Dilma Rousseff explica que a pesquisa realizou a “análise de 340 manchetes e títulos dos jornais O Globo e Folha de S.Paulo, publicados nas quatro semanas finais da campanha do segundo turno”¹⁷⁴ (2022), evidenciando “*forte conteúdo misógino na escolha das palavras e na sintaxe dos títulos*” (Idem).

Quando os títulos relatavam alguma crítica feita por mim a adversários, a forma gramatical mais usada era “Dilma ataca”, jamais “Dilma critica”. Aécio, por sua vez, nunca era identificado em títulos com o verbo “atacar”. *O tratamento diferenciado caracteriza misoginia disfarçada, para induzir o leitor. “Atacar” é um verbo*

¹⁷² Disponível em: JINKINGS, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

¹⁷³ SALLORENZO, L. *Gramática da manipulação: como os jornais trabalham as manchetes em tempos de eleições (e em outros tempos também)*. Belo Horizonte: Quintal Edições, 2018.

¹⁷⁴ Os títulos mencionados a partir da fala de Dilma Rousseff referem-se a: *Folha de S.Paulo*, “Debate acalorado tem ataques pessoais; no fim, Dilma passa mal”, ano 94, n. 31.243, 17 out. 2014, Primeira página. e *O Globo*, “Dilma parte para ataque pessoal e acusa Aécio de uso da máquina”, ano XC, n. 29.651, 12 out. 2014, Caderno Eleições 2014.

agressivo, desumanizado, indica ação típica de quem perde o controle. Para os misóginos, coisa de mulher. Já “criticar”, verbo destinado a Aécio nos títulos, pressupõe raciocínio e equilíbrio. Coisa de homem. Um dos títulos analisados – “Debate acalorado tem ataques pessoais; no fim, Dilma passa mal” – repete o mantra misógino. Os ataques não foram mútuos, partiram apenas de Aécio, que é poupado no título. Mas a manchete sugere que eu tive um mal-estar após o debate, por não ter resistido aos ataques pessoais que sofri. De novo, a imposição da tradição patriarcal, que relaciona as mulheres à fragilidade, à delicadeza e ao despreparo. A manchete convida o leitor a pensar dessa forma. (grifos meus – ROUSSEFF, 2022)

Neste trecho, chama atenção a retórica proposta na manchete citada por Dilma Rousseff – indicando falaciosamente que ela não teria resistido aos ataques *pessoais* que sofreu – de modo que, a partir disto, pode-se visualizar a confirmação da *hipótese central* deste trabalho: de que *é principalmente no território da subjetividade, individualidade e intimidade das mulheres que as violações se desenvolvem*.

Embora a crise política da história contemporânea do Brasil tenha o *impeachment* de Dilma Rousseff como um de seus momentos mais graves, sua trama vinha sendo desenvolvida – e cuidadosamente trabalhada – por grupos e atores conservadores nos dois anos anteriores. Nesse sentido, pode-se considerar o mês de junho de 2013¹⁷⁵ como um marco temporal importante neste cenário. Enquanto o mundo assistia os desdobramentos da Primavera Árabe¹⁷⁶, no Brasil o movimento das Jornadas de Junho¹⁷⁷ eclodiu por todo país, à princípio, contra a alta nas tarifas de transporte (ônibus e metrô).

O movimento das Jornadas de Junho começou como um protesto legítimo com pauta e atores bastante delineados: contra o aumento da tarifa de ônibus e o Movimento Passe Livre (MPL). Em alguns dias, de alguns milhares de pessoas na capital paulista, após forte repressão policial, os protestos passaram a ocorrer aos milhões de participantes por diversas cidades pelo país. Resultado: a pauta definida em torno de uma demanda específica por determinado movimento foi por água abaixo. Havia muita gente ali, mas pouca definição de seus motivos, com a pauta contrária ao aumento da passagem deslocada para um segundo plano. (BRASIL DE FATO, online, 2021)¹⁷⁸

¹⁷⁵ Há diversos trabalhos que abordam os acontecimentos de 2013, sob diferentes perspectivas. Em formatos múltiplos (textos, reportagens, trabalhos acadêmicos, livros, produções audiovisuais), eles buscam identificar no desenvolvimento da trama da crise política estabelecida, atores, motivações e projetos. Dentre os trabalhos audiovisuais, sugere-se consultar “Junho” (documentário de 2014 produzido pela Folha de S. Paulo, dirigido por João Wainer), disponível na plataforma Globoplay e também em < <https://www.youtube.com/watch?v=9qcrPve51qo>>, acessado em 20/10/2021; “Democracia em Vertigem” (filme de 2019, dirigido pela cineasta Petra Costa), disponível na plataforma Netflix.

¹⁷⁶ Termo popularizado pela mídia ocidental, refere-se às revoltas e protestos populares que ocorreram em diversos países do Oriente Médio e norte da África a partir de 2010. A maior parte dos protestos centrou-se no descontentamento da população em relação às altas taxas de desemprego e a falta de qualidade de vida, bem como a corrupção, a existência de governos autoritários e as más condições de vida. Ver mais em: https://www.politize.com.br/10-anos-da-primavera-arabe/?https://www.politize.com.br/&gclid=EAIAIQobChMIteTci5L8_AIVE-xXUAR1JkAgaEAAYASAAEgLKePD_BwE. Acessado em 09/10/2021.

¹⁷⁷ Nome adotado sobretudo pela mídia para se referir aos protestos e manifestações que ocorreram no período.

¹⁷⁸ Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/18/impeachment-5-anos-a-relacao-entre-junho-de-2013-e-a-ascensao-da-extrema-direita>>. Acessado em 20/10/2022.

Mesmo não sendo o objetivo desta pesquisa estudar com profundidade os acontecimentos do citado ano, faz-se necessário entender que a diversidade de tensões e atores dão tom da complexidade da crise política no Brasil. As pautas eram diversas e, muitas vezes, genéricas – aspecto amplamente apropriado pela classe conservadora para a execução do seu projeto político.

Depois que os protestos contra a alta nas tarifas de ônibus e metrô tomaram o país, em junho de 2013, uma juventude que não costumava se manifestar nas ruas começou a aparecer nos jornais. Os novos integrantes, logo apelidados “coxinhas” pela juventude de esquerda repudiavam as bandeiras vermelhas a pretexto de impedir a “partidarização” do, e a sua verde amarelo de todos os brasileiros. Condenavam os *black blocks* e exaltavam a polícia militar, que reprimia com violência os protestos convocados pelo Movimento Passe Livre. Suas principais bandeiras eram contra a “roubalheira” e contra “tudo isso que está aí”, paulatinamente substituídos por um simples “Fora PT”. (AMARAL, p. 49, 2016)¹⁷⁹

No centro da efervescência das manifestações – que caminhavam em um ritmo vertiginosamente crescente – a pauta frágil, do ponto de vista retórico, mas também político – começa a ser sequestrada por grupos elitizados e associados a direita como, por exemplo o *Movimento Brasil Livre* (MBL, fundado em novembro de 2014), o *Vem Pra Rua* e o *Revoltados Online*. Grupos que posteriormente não só apoiaram o *impeachment* de Dilma Rousseff, mas se engajaram fortemente para tal.

Mapeando brevemente a rede de poder e coalizões destes grupos de direita, pode-se visualizar pistas importantes para os contornos não só da crise política vivenciada naquele momento, mas o prenúncio do *impeachment* e de que forma o golpe de 2016 fora orquestrado. Mais ainda: através deste rápido mapeamento, torna-se cada vez mais evidente a instrumentalização e uso do discurso de ódio e da misoginia enquanto ferramentas políticas para perpetrá-lo.

Alguns grupos eram fáceis de rastrear, como o *Vem Pra Rua*, de Rogério Chequer, ligado à juventude do PSDB e ao senador Aécio Neves. Ou o *Revoltados Online*, francamente autoritário, que pedia a volta da ditadura militar enquanto faturava com a venda online de camisetas e bonecos contra o PT. *O mais obscuro deles era o Movimento Brasil Livre (MBL), que parecia ter brotado da terra para assumir a liderança daquele que se tornaria o movimento pró-impeachment nos anos seguintes.* (grifos meus – AMARAL, p. 49-50, 2016)

Além de não questionar a origem do MBL, “descrito como espontâneo” (Idem) pela mídia, aparentemente os principais veículos midiáticos também não questionaram a legitimidade do seu líder público, Kim Kataguari – “um estudante de economia de dezenove anos que

¹⁷⁹ Disponível em: AMARAL, Marina. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. . In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

fazia sucesso postando vídeos engraçadinhos no portal YouTube, foi alçado à condição de celebridade” (AMARAL, p.50, 2016).

De cabelos compridos e barbinha, cultivando uma imagem irreverente, *Kim pretendia simbolizar a juventude “que saiu do Facebook para as ruas”*, apesar da absoluta falta de novidade de suas propostas: liberdade absoluta para o mercado, privatizações, Estado mínimo e o fim das políticas públicas distributivas. Ou seja, o velho neoliberalismo, acrescido de toques “libertaristas” (libertarians, em inglês), expressos em faixas com dizeres enigmáticos como “Menos Marx, mais Mises”, referindo-se ao economista Ludwig von Mises, da Escola Austríaca, pouco conhecido até entre os acadêmicos. (grifos meus – AMARAL, p. 50, 2016)

Apesar de inicialmente negar a relação com os irmãos Koch¹⁸⁰ – “megaempresários americanos do setor petrolífero identificados com a extrema direita e que estariam interessados em desestabilizar o governo Dilma para se apossar do Pré-Sal” (AMARAL, p. 50, 2016) –, posteriormente esta ligação seria comprovada em investigação realizada pela Agência Pública, que desde 2015 passou a estudar as origens do MBL.

Intitulada “A nova roupa da direita”¹⁸¹, a matéria de Marina Amaral para a Pública mostra como uma rede de conservadores dos EUA financia “jovens latino-americanos para combater governos de esquerda da Venezuela ao Brasil e defender velhas bandeiras com um nova linguagem” (AGÊNCIA PÚBLICA, online, 2015).

Por meio de entrevistas e documentos, a reportagem revelava que o MBL havia sido gerado por uma rede de fundações de direita sediada nos Estados Unidos, a Atlas Network, da qual fazem parte onze organizações ligadas aos irmãos Koch, como a Charles G. Koch Charitable Foundation, o Institute of Human Studies (IHS) e o Cato Institute. Em duas décadas, essas fundações haviam despejado 800 milhões de dólares na Atlas Network, conforme informações obtidas na série de Formulários 990 entregues ao IRS (a Receita Federal americana). (AMARAL, p. 50, 2016)

Além de muitos recursos financeiros e uma fortíssima rede de contato – tanto na esfera política, quanto no mercado – a nova direita também usufruía não só da potência das redes sociais, mas também de vozes e espaços midiáticos de massa para fazer reverberar sua ideologia e projeto. Nesse sentido, resgatando apontamentos trazidos por Dilma Rousseff em seu artigo, a ex-presidenta lembra a tese de doutorado realizada pela “professora de Estudos Linguísticos Perla Haydee da Silva” (ROUSSEFF, 2022), na qual:

[...] analisou três mil comentários direcionados a mim na página oficial do Movimento Brasil Livre (MBL), grupo de extrema direita que, no processo de impeachment, teve suas manifestações políticas legitimadas, toleradas e acolhidas pelo Grupo Globo e os demais grandes grupos de mídia. Segundo a pesquisadora, *os ataques pessoais giravam em torno de expressões insultuosas, como “louca, burra, prostituta e nojenta”*,

¹⁸⁰ Ver mais em < <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/01/em-livro-bilionario-que-ajudou-a-impulsionar-extrema-direita-dos-eua-faz-mea-culpa.shtml>>. Acessado em 20/10/2022.

¹⁸¹ Disponível em: < <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acessado em 20/08/2021.

e frases do tipo “Dilma, vai pra casa”, “Vai lavar roupa”, “Vai vender Jequití”. A ideia era sempre associar “a imagem da mulher a um espaço doméstico, como se ela não fosse capaz de estar em um cargo de poder ou de mando. Ela é para esse espaço, e o homem que ocupe o espaço público”¹⁸². (grifos meus – ROUSSEFF, 2022)

Considerado por muitos cientistas políticos como um mês que ainda não acabou – em razão dos reflexos do período ainda hoje – as manifestações de junho de 2013 trouxeram naquele momento consequências imediatas para o sistema político brasileiro. A aprovação de Rousseff caiu 27 pontos, segundo pesquisa realizada pelo Datafolha¹⁸³: em três semanas a aprovação da então Presidenta saiu de 57 para 30% – notícia amplamente divulgada pela mídia¹⁸⁴. De forma geral, o projeto político instaurado se nutriu em grande parte dos recuos do governo:

O ajuste fiscal aplicado no início do segundo mandato de Dilma traiu a expectativa dos 53 milhões de eleitores que foram seduzidos pelas promessas de sua campanha de manutenção dos empregos e dos direitos trabalhistas. À crise de popularidade de seu segundo governo somou-se o descontentamento dos setores médios tradicionais insatisfeitos com a diminuição das desigualdades entre as classes sociais. Quando a operação Lava Jato da Polícia Federal decidiu focar exclusivamente nos políticos petistas envolvidos em esquemas de corrupção na Petrobras, esses setores foram às ruas exigir a queda do governo. (BRAGA, p. 60, 2016)¹⁸⁵

Nesse sentido, vale lembrar ainda que entre o fim de seu primeiro mandato até sua derubada, em 2016, alguns fatores protagonizados pelo próprio governo também contribuíram para o acirramento dos ânimos. À exemplo dos citados ajustes fiscais, em 2015 Dilma Rousseff sancionou lei que limita acesso aos direitos trabalhistas – a Medida Provisória (MP) 665, convertida na Lei 13.134¹⁸⁶ – como o abono salarial, seguro-desemprego e o seguro-defeso¹⁸⁷: contrariando e frustrando boa parte de seu eleitorado.

Em seu primeiro e segundo mandatos (antes das Jornadas de Junho, em 2012 e pouco antes do *impeachment*, em 2015)¹⁸⁸ Dilma Rousseff diminuiu os juros dos bancos – cujos

¹⁸² Ver mais em < <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/06/louca-burra-prostituta-pesquisa-escancara-machismo-contra-dilma>>. Acessado em 22/02/22.

¹⁸³ Disponível em: < <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1303659-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-27-pontos-em-tres-semanas.shtml>>. Acessado em 10/10/2021.

¹⁸⁴ Ver mais em

<<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml?cmpid=menupe>> ; < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/aprovacao-governo-dilma-cai-e-fica-em-30-aponta-datafolha.html>>; . Acessado em 10/10/2021.

¹⁸⁵ Disponível em: BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

¹⁸⁶ Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113134.htm>. Acessada em 20/10/2021.

¹⁸⁷ Ver mais em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2015/06/17/internas_economia,486877/presidente-dilma-sanciona-lei-que-limita-acesso-a-direitos-trabalhistas.shtml>. Acessado em 20/10/2021.

¹⁸⁸ Disponível em < <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/04/13/brasil-precisa-de-juros-nos-países-internacionais.htm>> e em < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/10/dilma-sanciona-lei-que-eleva-tributo-de-bancos.html>>. Acessados em 20/02/2022.

valores, de acordo com reportagem de 2014 do The New York Times, “fariam um agiota americano sentir vergonha” (tradução minha – THE NEW YORK TIMES, online)¹⁸⁹. Dentro deste contexto, importante lembrar ainda do pronunciamento que a ex-Presidenta fez na ocasião do Dia do Trabalho¹⁹⁰, em 2012, no qual criticou fortemente as altas taxas de juros praticadas pelos bancos chamando a prática de *lógica perversa*¹⁹¹.

Nosso sistema bancário é um dos mais sólidos do mundo. Está entre os que mais lucraram e isso tem lhe dado força e estabilidade, o que é bom para toda a economia, mas isso também permite que eles dêem crédito mais barato aos brasileiros. [...] O setor financeiro, portanto, não tem como explicar esta lógica perversa aos brasileiros. A Selic baixa, a inflação permanece estável, mas os juros do cheque especial, das prestações ou do cartão de crédito não diminuem. (PORTAL G1, online, 2013)

Por fim, a aprovação de uma série de medidas contra a corrupção – alinhavada com a crescente tensão com Eduardo Cunha – pode ter sido o fator mais decisivo para o *impeachment*.

Promessa de campanha, o chamado *pacote anticorrupção* “foi sugerido pela presidente pela primeira vez, em 2013, como uma resposta à onda de manifestações que tomou conta do país durante a Copa das Confederações” (PORTAL G1, online, 2015)¹⁹².

Diante da repercussão das manifestações do último domingo (15), que levaram milhares de pessoas às ruas para protestar contra a presidente e pedir o fim da corrupção no país, o governo decidiu acelerar o envio ao parlamento de propostas feitas anteriormente. (PORTAL G1, online, 2015)

Dentre os principais pontos do pacote anunciado, estavam: criminalização da prática de caixa 2, aplicação da Lei da Ficha Limpa para todos os cargos, alienação antecipada dos bens apreendidos, responsabilização criminal de agentes públicos, confisco de bens dos servidores públicos, assinatura do decreto que regulamenta a Lei Anticorrupção que “dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências” (BRASIL, 2013)¹⁹³.

Meses depois do anúncio do pacote anticorrupção, Eduardo Cunha, do PMDB-RJ, então presidente da Câmara, foi denunciado no Conselho de Ética do órgão¹⁹⁴. Em agosto de 2015, o

¹⁸⁹ Disponível em < <https://archive.nytimes.com/dealbook.nytimes.com/2014/12/03/for-brazilians-pawnshops-are-the-antidote-to-soaring-interest-rates/>>. Acessado em 21/10/2022.

¹⁹⁰ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=TYTFNINKP5U>. Acessado em 21/10/2022.

¹⁹¹ Visto em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/dilma-critica-altas-taxas-de-juros-e-diz-que-bancos-tem-logica-perversa.html>. Acessado em 21/10/2021.

¹⁹² Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-encaminha-ao-congresso-nacional-pacote-anticorrupcao.html> e <https://www.camara.leg.br/radio/programas/453179-dilma-envia-ao-congresso-pacote-com-medidas-de-combate-a-corrupcao-no-pais/?pagina=91>. Acessados em 20/10/2022.

¹⁹³ Ver mais em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112846.htm. Acessado em 21/10/2022.

¹⁹⁴ Ver mais em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/10/13/cunha-e-denunciado-ao-conselho-de-etica-da-camara.htm>. Acessado em 21/10/22.

pemedebista já havia sido denunciado “sob a acusação de participar do esquema de corrupção investigado pela operação Lava Jato” (PORTAL UOL, online, 2015)¹⁹⁵.

Na trama e retórica do golpe de 2016, Eduardo Cunha foi, de acordo com a própria Dilma Rousseff, personagem fundamental. Em *Democracia em vertigem*¹⁹⁶, quando questionada sobre o suposto erro na aliança política com o PMDB pela cineasta Petra Costa (diretora do documentário), a então presidenta afirma que:

Nós erramos em não perceber que a hegemonia pela direita foi crescente ela não estava posta inteiramente em 2014, quando nós fizemos o acerto, e quando é que ela fica posta? *Quando ele, o Cunha, – porque o chefe é o Cunha, não é o Temer – quando o Cunha se elege presidente da Câmara, ele monta toda a estrutura, ele monta a estrutura do golpe, ele monta a estrutura do cerco ... eu quero te dizer: eu não governei durante 2015 (sic). (transcrição minha – DEMOCRACIA EM VERTIGEM, 2019)*¹⁹⁷

Cunha carrega em si alguns marcadores importantes de serem considerados para pensar as tensões protagonizadas por ele. Por isso, embora não seja o objetivo do trabalho, faz-se necessário entender brevemente sua trajetória social e política para visualizar os discursos e disputas organizados em torno do então parlamentar.

Eduardo Cunha começou sua carreira na política trabalhando “[...] nas campanhas de Eliseu Resende, do Partido Democrático Social (PDS), para governador de Minas, em 1982, e de Moreira Franco (PMDB-RJ), para governador do Estado do Rio, em 1986” (O GLOBO, online, 2016)¹⁹⁸. Mais tarde, com a ajuda de Paulo César Farias, o PC Farias, então “tesoureiro da campanha presidencial do candidato Fernando Collor de Mello” (Idem), Cunha ingressou de fato na vida política, sendo nomeado presidente da Telerj – empresa estatal de telecomunicações do Rio, em 1991.

Sua passagem pela Telerj foi pontuada por denúncias de irregularidade em licitação, negadas por Cunha, que apresentou números positivos de sua administração, qualificando-a de transparente. Com a queda de Collor, o presidente Itamar Franco o substituiu por José de Castro Ferreira, em 1993. Carioca, nascido em 20 de setembro de 1958, Cunha trabalhou por algum tempo como corretor na Bolsa de Valores do Rio e consultor de empresas. (O GLOBO, online, 2016)

¹⁹⁵ Ver mais em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2015/08/20/procuradoria-denuncia-cunha-seis-perguntas-sobre-o-que-acontece-agora.htm>. Acessado em 21/10/2022.

¹⁹⁶ A partir de memórias pessoais da cineasta, misturadas com episódios políticos contemporâneos – inclusive entrevistas e falas de muitos parlamentares –, o documentário traz uma análise sobre a ascensão e queda de Lula e Dilma Rousseff e a polarização da nação. A obra está disponível na plataforma Netflix : <https://www.netflix.com/watch/80190535?trackId=14277281&tctx=-97%2C-97%2C%2C%2C%2C%2C%2C%2C80190535%2CVideo%3A80190535> . Acessado em 21/10/2022.

¹⁹⁷ Trecho referente presente no intervalo 1’10”. Disponível em: <https://www.netflix.com/watch/80190535?trackId=14277281&tctx=-97%2C-97%2C%2C%2C%2C%2C%2C%2C80190535%2CVideo%3A80190535> . Acessado em 21/10/2022.

¹⁹⁸ Visto em: <https://oglobo.globo.com/acervo/em-destaque/a-trajetoria-de-eduardo-cunha-da-telerj-presidencia-da-camara-cassacao-prisao-20110995>. Acessado em 21/10/2022.

Em 1995, Eduardo Cunha se filiou ao Partido Progressista Brasileiro (PPB), atual Partido Progressista (PP) – aproximando-se de Francisco Dornelles, que na época era ministro da Fazenda e deputado federal, sendo apadrinhado pelo empresário Francisco Silva, “[...] deputado federal mais votado no Rio e dono da rádio evangélica Melodia” (O GLOBO, online, 2016). Ainda de acordo com a reportagem, “Silva o levou para cultos evangélicos e para a sua rádio, na qual Cunha lançou o bordão ‘*O nosso povo merece respeito*’” (grifos meus – Idem).

A carreira política passou, então, a ser impulsionada pela participação como radialista da Rádio Melodia FM, em que tinha apresentações diárias para falar sobre assuntos diversos. Com a maior popularidade e o apoio de Garotinho, conseguiu uma cadeira na Câmara dos Deputados, nas eleições de 2002. (CORREIO BRAZILIENSE, online, 2016)¹⁹⁹

Tendo estreitado relações com o então governador do Rio de Janeiro – Anthony Garotinho (1998 – 2002) – que também era ligado ao empresário Francisco Silva, Cunha foi convidado para presidir a Cehab (Companhia Estadual de Habitação).

Sua gestão, entre 1º de outubro de 1999 e 10 de abril de 2000, foi cercada por denúncias de irregularidades. Em março de 2000, reportagens das revistas “Época” e “Veja” mostraram que parte da área administrativa do governo estadual estava envolvida em acusações de tráfico de influência e licitações fraudulentas até desvios de taxas cobradas por cartórios. Em 6 de abril, O GLOBO noticiou que os deputados estaduais Paulo Melo (PSDB), Solange Amaral (PTB) e Chico Alencar (PT) haviam recebido um dossiê anônimo descrevendo irregularidades na Cehab, num esquema de propinas que arrecadaria R\$ 1 milhão por mês. A proposta de se realizar uma CPI da companhia foi derrotada na Alerj, tendo o apoio de apenas 14 dos 65 deputados presentes. Graças a articulações de Garotinho, Cunha, então suplente de deputado estadual, assumiu uma cadeira na Alerj, obtendo imunidade contra as investigações das irregularidades pelo Ministério Público, denunciadas em 2001 pelo Tribunal de Contas do Estado. (O GLOBO, online, 2016)²⁰⁰

Os anos seguintes foram marcados por manobras e episódios políticos polêmicos protagonizados por Eduardo Cunha: em 2009, graças a uma mudança regimental, ele impediu a votação das propostas dos *royalties* – sendo reeleito no ano seguinte com uma votação expressiva. Tal habilidade política lhe rendeu o cargo de líder do PMDB na Câmara, em 2013. Tempo depois prestou queixa-crime por injúria e difamação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra seu antigo aliado Anthony Garotinho – que na época, utilizando seu *blog*, o chamou de deputado-lobista, referindo-se a supostas movimentações favoráveis de Cunha em relação a

¹⁹⁹ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/09/13/interna_politica,548364/o-apogeu-e-a-decadencia-de-um-ex-deputado.shtml. Acessado em 21/10/2022.

²⁰⁰ Ver mais em < <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/a-trajetoria-de-eduardo-cunha-da-telerj-presidencia-da-camara-cassacao-prisao-20110995#ixzz7sud4AjJASstest> >. Acessado em 21/10/2022.

empresas de setores de construção civil, telefonia e energia. Reeleito deputado federal, em 2015, Cunha é eleito presidente da Câmara.

Sua eleição para a presidência da Câmara, em fevereiro de 2015, logo após a posse de Dilma Rousseff em seu segundo mandato, contrariou a presidente e o PT, que negaram apoio à sua candidatura, piorando uma relação já difícil. Mas seus adversários não estavam parados: no dia 3 de novembro, o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados instaurou processo disciplinar com o objetivo de pedir a sua cassação. Em reação, aliados de Cunha começaram a tramitar no Congresso as chamadas pautas-bomba, com poder para desestabilizar o governo, e, finalmente, em 2 de dezembro de 2015, acolheu o pedido de impeachment de Dilma. A aceitação ocorreu horas após os três petistas integrantes do Conselho de Ética se recusarem a apoiá-lo contra um processo de cassação de mandato por quebra de decoro parlamentar, por ter mentido à CPI da Petrobras ao negar ter contas no exterior. Mas investigações indicaram que ele e a mulher, a jornalista Cláudia Cruz, eram titulares de quatro contas na Suíça. Em abril de 2016, comandou o procedimento de impeachment de Dilma na Câmara, que decidiu pelo afastamento temporário da presidente, até seu julgamento definitivo pelo Senado. (O GLOBO, online, 2016)

É importante ressaltar que o então deputado não foi apenas o pivô do golpe de 2016 – de acordo com a visão comentada anteriormente da ex-presidenta Dilma Rousseff –, mas também grande opositor da agenda feminista. Em outubro de 2015, ao ter o PL (projeto de lei) 5.069/2013²⁰¹, de sua autoria, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), Cunha deixa explícito seu conservadorismo.

Em linhas gerais, originalmente o objetivo do citado PL é incluir no Código Penal o artigo 147-A, “que regula a interrupção voluntária da gravidez e tipifica como crime a venda e anúncio de meios abortivos, prevendo penas específicas para o que considera indução da gestante à prática do aborto” (FIO CRUZ, online, 2015)²⁰² – trazendo como consequências: alteração do entendimento de violência sexual (na medida em que condiciona a violência a danos físicos e psicológicos comprovados por exames de delito); necessidade da mulher comprovar a violência para ter acesso a políticas públicas de saúde; criminalização dos métodos contraceptivos; penalização dos profissionais de saúde; aumento da criminalização das mulheres que querem abortar (FIO CRUZ, 2015). Houve em todo país diversas manifestações organizadas por mulheres contra o PL 5.069/13, de autoria de Eduardo Cunha.

Em paralelo, também é importante analisar brevemente a cronologia de alguns fatos: no mesmo dia em que o texto do projeto de lei foi aprovado pela CCJ²⁰³ (21/10/2015), a oposição do governo entregou a Eduardo Cunha “o pedido de impeachment da presidenta Dilma,

²⁰¹ Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>. Acessado em 21/10/2022.

²⁰² Para ver mais, consultar: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/337>. Acessado em 22/10/2022.

²⁰³ Disponível em < <https://www.camara.leg.br/noticias/473569-CCJ-APROVA-MUDANCA-NO-ATENDIMENTO-A-VITIMAS-DE-VIOLENCIA-SEXUAL>>. Acessado em 22/10/2022.

assinado pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior e pela advogada Janaína Paschoal” (BLOG DA BOITEMPO, online, sem data)²⁰⁴.

Logo depois, o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados instaurou processo para investigar o então presidente da Câmara: naquele momento, Cunha era alvo da operação Lava Jato e foi “acusado pelo PSOL e pela Rede, autores do requerimento, de ter mentido em depoimento à CPI da Petrobras, em março, quando disse não possuir contas no exterior” (G1, online, 2015)²⁰⁵. Semanas depois, Eduardo Cunha publica artigo na Folha de S.Paulo sobre o PL 5.069/13 intitulado “*Fizeram de mim o inimigo nº 1 das mulheres*”²⁰⁶ (grifos meus – FOLHA DE S. PAULO, 2015).

Todos conhecem minha posição contra o aborto. *Discordo frontalmente da tese de que o feto faz parte do corpo da mulher e dele ela pode dispor*, como se uma vida fosse um fio de cabelo que pode ser retirado por vontade própria. *A vida começa na concepção, não no nascimento.* (grifos meus – FOLHA DE S.PAULO, online, 2015)

Ainda na tentativa de defender sua suposta isenção, Cunha afirma que é necessário deixar claro que não existe uma pauta conservadora, mas sim “[...] *a pauta da maioria da sociedade brasileira, que é conservadora e tem representantes que formam a maioria no Parlamento*” (grifos meus – FOLHA DE S.PAULO, online, 2015).

Resgatando os apontamentos trazidos por Dilma Rousseff em seu relato, ela fala reiteradamente sobre a retórica e cumplicidade midiáticas no que tange a instrumentalização do discurso de ódio, com destaque para a misoginia. Dessa forma, após avaliar trechos do citado artigo de Eduardo Cunha, publicado em um dos maiores jornais do país (logo após as intensas manifestações das mulheres contra a adoção de uma agenda que representa retrocessos), pode-se inferir que *a institucionalização do ódio às mulheres é estrutural, organizando-se em diferentes esferas: pública, política, privada e, também, midiática*. De acordo com Biroli:

É o caso da promoção da participação política das mulheres, que enfrenta pressões renovadas, desafiada também pela violência política contra as mulheres. É o caso, ainda, da prevenção e criminalização da violência doméstica. “Valores familiares” estão sendo utilizados para justificar censuras e retrocessos em leis e políticas públicas [...]. (2020)

Arrematando a breve cronologia aqui proposta para pensar as articulações centradas em Eduardo Cunha, vale lembrar ainda de dois fatos importantes: a bancada do PT decidiu votar

²⁰⁴ Ver mais sobre a cronologia do golpe em < <https://blogdaboitempo.com.br/cronologia-do-golpe/>>. Acessado em 22/10/2022.

²⁰⁵ Disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/conselho-de-etica-instaura-processo-para-investigar-eduardo-cunha.html>>. Acessado em 22/10/22.

²⁰⁶ Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/11/1710087-fizeram-de-mim-o-inimigo-n-1-das-mulheres.shtml>>. Acessado em 22/10/2022.

favoravelmente à cassação do então deputado, no Conselho de Ética da Câmara. Horas depois, agindo como forma de retaliação, de acordo com matéria da Carta Capital²⁰⁷, Cunha autoriza a abertura do processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff.

As tensões em torno dos acontecimentos e as decisões tomadas evidenciam as múltiplas nuances das disputas políticas expostas: sob uma perspectiva macro, o país vivenciava um golpe parlamentar. Já sob a perspectiva micro, as mulheres eram punidas, junto com Rousseff, ao terem seus direitos atacados e pautas importantes cerceadas.

Nesse sentido também, a percepção de Dilma Rousseff sobre Cunha ser o chefe – protagonista na organização da estrutura do golpe – é confirmada ao se analisar os fatos sob uma ótica cronológica: a cada ação, conotando uma inflexibilidade do Governo (que aqui pode ser lida como a desobediência de uma mulher, literalmente), correspondia uma reação – muitas vezes soando como punição, sobretudo às mulheres. A lógica punitivista – tão característica das sociedades patriarcais – pode ser também verificada nos últimos acontecimentos políticos do Brasil contemporâneo, sendo o *impeachment* talvez o maior exemplo dela.

3.2.1 – Votação do *impeachment*: um retrato do neoconservadorismo e da misoginia

Antes de focar nos discursos proferidos pelos parlamentares na ocasião da votação do *impeachment*, faz-se necessário contextualizar, sob a perspectiva de gênero, aspectos importantes a serem considerados durante o governo Dilma Rousseff, sobretudo em seu segundo mandato.

Dilma Vana Rousseff, filiada ao Partido dos Trabalhadores, foi a primeira mulher eleita Presidenta da República²⁰⁸ e também protagonista do segundo processo de *impeachment* vivido no Brasil. Processo este que, diferentemente daquele sofrido por Fernando Collor, foi considerado golpe parlamentar por muitos, em razão da forma como se deu e de todas as articulações políticas que culminaram na saída da Presidenta²⁰⁹.

Além disso, Dilma Rousseff teve, como ela mesma afirmou em seu artigo (sinalizado anteriormente), sua imagem midiática construída a partir de uma narrativa muitas vezes

²⁰⁷ Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-retaliacao-ao-pt-cunha-acolhe-pedido-de-impeachment-contra-dilma-5647/>. Acessado em 22/10/2022.

²⁰⁸ Ver mais em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/biografia>. Acessado em 22/10/22.

²⁰⁹ São muitas as razões sobre as quais se argumenta o entendimento de que o *impeachment* sofrido por Dilma consiste em um golpe parlamentar, sendo alguns aspectos expostos no tópico 3.2. Para saber mais, recomenda-se a leitura de: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

misógina, cujas manchetes, títulos e capas²¹⁰ ora eram manipulados a fim de representá-la como uma histérica, ora como alguém incapaz de liderar .

No caso de outra capa daquela época, da revista IstoÉ, nem era preciso recorrer a analogias históricas para perceber a forte agressão misógina. A revista inventou, da foto de capa à última linha de texto, a acusação de que eu havia me tornado emocionalmente desequilibrada. A imagem da capa era uma fraude para sustentar o insulto: uma foto em que eu gritava, de fato, comemorando em um estádio um gol da seleção brasileira, e que, cortada em close no meu rosto, fazia com que parecesse uma reação histórica de descontrole em outro ambiente. (ROUSSEFF, 2022)²¹¹

A razão para isso talvez se desse pelo fato de que, parafraseando os versos de Martinho da Vila²¹², *ela não passasse de uma mulher*.

Figura 15 - Capa da Revista IstoÉ, edição n° 2416, publicada em 06/04/2016.



Fonte: Acervo IstoÉ, 2016.

Os meses finais de seu mandato foram marcados por uma polarização política que pode ser percebida ainda hoje, no momento em que esse trabalho está sendo escrito. No entanto, avaliando suas últimas entrevistas, enquanto Presidenta da República, uma declaração em especial chama atenção – por seu caráter extremamente simbólico.

²¹⁰ Ver mais em <<https://catracalivre.com.br/cidadania/capa-de-jornais-e-revistas-com-dilma-rousseff-gera-polemica-nas-redes-sociais/>>. Acessado em 20/11/19

²¹¹ Dilma Rousseff faz referência à capa da Figura 16, disponível em: < <https://istoe.com.br/edicoes/page/8/>>. Acessado em 20/11/2019.

²¹² Ver mais em <https://g1.globo.com/musica/rock-in-rio/2017/noticia/martinho-da-vila-fala-de-rock-in-rio-diz-que-mudou-letras-machistas-e-comenta-censura-na-ditadura.ghtml> . Acessado em 20/11/19.

Durante entrevista dada a Agência Pública²¹³, Rousseff afirmou: “*Eu fui feminista. Hoje eu sou presidenta*” (online, 2016). O verbo *ser* recebe na mesma frase duas flexões de tempo: pretérito e presente. O feminismo fica assim no passado de Dilma Rousseff, já que seu presente, naquele momento, é ocupado pela Presidência.

A frase sugere uma aparente impossibilidade de se ocupar esses dois lugares ao mesmo tempo. Como se fosse inviável ocupar uma função executiva e ter um posicionamento de gênero – o que não faz nenhum sentido pragmaticamente, uma vez que, como pontuado anteriormente, bispos e pastores atuam como prefeitos e deputados; militares ocupam cargos de vereadores e, até, de presidente. Então por que uma mulher não poderia ser feminista e também Presidenta? Principalmente sendo esta mulher alguém como Dilma Rousseff, cujo histórico de luta política é inquestionavelmente claro, forte e de conhecimento público? A aparente relação dialética entre feminismo e a ocupação de um cargo político no Brasil ajudam a dar corpo ao imbróglio que é ser mulher e preencher espaços de poder.

Figura 16 - Adesivo para carros incitando estupro de Dilma Rousseff.



Fonte: Terra, 2015.

A misoginia apresenta nuances ainda mais cruéis no contexto da trajetória de Rousseff: a mesma parlamentar, que foi alvo de enorme violência de gênero (Figura 17)²¹⁴, sancionou em

²¹³ Disponível em <https://apublica.org/2016/06/eles-nao-me-tiraram-nao-eu-continuo-sendo-presidenta/>. Acessado em 21/11/19.

²¹⁴ Incluindo a simulação e incitação de estupro a partir da circulação e comercialização do material gráfico apresentado na tese, no qual a Presidenta está de pernas abertas, dando a ideia, no momento do abastecimento, de que ela estava sendo penetrada.

2015, ano anterior ao golpe, a Lei 13.104²¹⁵, incluindo o feminicídio no rol dos crimes hediondos: um avanço sem precedentes no combate à violência contra a mulher, atestado por especialistas e entidades feministas. A própria Dilma Rousseff sinaliza que:

A misoginia não foi por si só o único instrumento ou mesmo a dimensão de um golpe de Estado como o que aconteceu no Brasil em 2016. *Serviu aos golpistas e foi usada pela mídia para construir um ambiente de rejeição à primeira mulher presidenta da República.* (ROUSSEFF, 2022)²¹⁶

Dessa forma, percebe-se que os ataques à Dilma Rousseff eram organizados inclusive – e, talvez, sobretudo – por profissionais de comunicação e pela própria imprensa. Nesse sentido, um exemplo-síntese da narrativa misógina e persecutória direcionada a Presidenta Dilma Rousseff e organizada por Celso Arnaldo Araújo pode ser encontrada no livro chamado “Dilmês: O idioma da Mulher Sapiens”²¹⁷, disponível atualmente para compra em *sites* e livrarias.

De acordo com matéria publicada meses antes do *impeachment*, na Livraria da Folha de S. Paulo, o citado livro consiste em “uma ‘análise sintática e política’ da língua falada pela presidente” (FOLHA DE S. PAULO, online)²¹⁸. Dentro desse raciocínio, Dilma Rousseff é uma figura definitivamente estranha, tanto que tem dialeto próprio. Tão esquisita que inaugura uma nova espécie: a mulher sapiens.

Eventuais escorregadelas na forma e no conteúdo da fala humana são comuns no processo de comunicação entre pessoas, em qualquer nível. Um se expressam melhor do que outras, simples assim. Mas alguns meses de exposição diuturna ao dilmês logo me permitiram concluir que aquela língua estranha falada pela presidenciável Dilma tinha método, tinha regras. *Tinha até estilo - que, para um iniciado, podia ser facilmente reconhecido a partir de outro planeta.* (grifos meus – FOLHA DE S.PAULO, online)

A capa do livro (Figura 18) também chama atenção: a cor vermelha, em alusão ao Partido dos Trabalhadores (e também ao próprio comunismo), predomina. No centro, a letra D – inicial de Dilma Rousseff – é rotacionada em um ângulo de 90°, sendo inserido em sua curva um elemento na cor branca similar a um sinal matemático de igualdade (=), mas que também pode aludir aos dois dentes da frente. Na haste superior da letra D, há dois pontos brancos que remetem a um esboço de olhos. Analisando a totalidade da capa novamente, não resta dúvida:

²¹⁵ Ver mais em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acessado em 12/10/17.

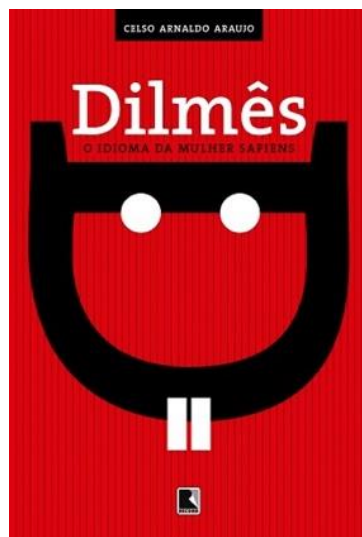
²¹⁶ Disponível em: D'ÁVILA, Manuela (org). *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Edição Kindle. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

²¹⁷ Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2016/04/1723921-em-dilmes-jornalista-interpreta-discursos-de-dilma-lista-gafes-e-relembra-memes.shtml>> . Acessado em 21/09/19.

²¹⁸ Idem nota anterior.

trata-se de uma manipulação visual em clara alusão a aparência de Rousseff com objetivo de ridicularizá-la.

Figura 17 - Capa do livro "Dilmês: o idioma da mulher sapiens".



Fonte: Amazon, 2023.

Como mencionado anteriormente, Perla Haydee também já havia monitorado a violência endereçada a Rousseff, que segundo ela funciona também como um reflexo da exclusão da mulher nos espaços públicos. Em 2019, Perla defendeu a tese intitulada “De Louca a Incompetente: Construções Discursivas em Relação à Ex-Presidente Dilma Rousseff em uma rede social”²¹⁹. Focando a análise nos comentários feitos na página do MBL²²⁰, na rede social Facebook, semanas antes e após o *impeachment*, Haydee contou com a ajuda de um aluno de engenharia de computação para filtrar os comentários que mencionavam as letras DILM, descartando aqueles que não faziam referência direta a Dilma Rousseff. A partir disso, elaborou quatro eixos de observação:

²¹⁹ A tese consta nas referências bibliográficas, para efeito de leitura futura, pois até o momento da escrita deste trabalho a mesma ainda não está publicada. Disponível em <<https://www.olharconceito.com.br/noticias/exibir.asp?id=18649¬icia=tese-de-doutorado-na-ufmt-analisa-discurso-contra-dilma-a-violencia-comeca-na-linguagem&edicao=1>> ; <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/tese-de-doutorado-analisa-a-misoginia-do-golpe-contra-dilma-e-seus-efeitos/>>. Acessados em 19/11/20.

²²⁰ Sigla do Movimento Brasil Livre, cujos manifestantes eram fervorosos apoiadores do *impeachment* de Dilma Rousseff, atuando fortemente na cena política desde 2015, contribuindo de sobremaneira para o contexto do golpe. Ver mais em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/05/manifestantes-entregam-na-camara-pedido-de-impeachment-de-dilma.html>>. Acessado em 19/11/20.

Ou estavam chamando a Dilma de *louca*, ou de *burra*, ou de *devassa* – associando ao estereótipo da prostituta – ou *associando a Dilma ao nojento, ao abjeto*. Diziam “Ela é nojenta”; “Ela só fala merda”; tem um comentário que a pessoa fala “ela tem um coágulo na cabeça, e esse coágulo se formou porque ela apanhou na época da ditadura, bateram tanto nela que formou merda na cabeça dela” (grifos meus – OLHAR CONCEITO, online, 2019)²²¹.

Perla Haydee sinaliza ainda que “estes discursos se repetem na sociedade a respeito das mulheres em geral, e que não era algo unicamente endereçado à Dilma” (OLHAR CONCEITO, online, 2019) concluindo que “naturaliza-se o discurso de que a mulher é louca, com diversas palavras para dizer isso e, assim, deslegitimar sua atuação” (Idem). No entanto, no caso de Rousseff, nota-se uma “referência frequente ao insulto de ‘burrice’” (Idem), sendo o livro de Celso Araújo um sólido exemplo deste tipo de pensamento.

Vale destacar ainda que numa breve análise dos títulos dos artigos que o compõe já é possível verificar vários adjetivos e construções frasais extremamente depreciativos em relação à imagem de Dilma Rousseff, como, por exemplo: “A ‘*bichinha palanqueira*’ e a ‘imensa capacidade’ do dilmês – que controla até avião”; “A única mulher que *hesitou entre o balé e o Corpo de Bombeiros* – e se tornou presidente”; “Dilmês é como a gripe de Dilma: ‘*Uma doença que ataca cada um de nós*’”; “Dilmês: um *serial killer* das letras alheias”; “A volta ao mundo em dilmês: do soldado búlgaro desconhecido ao *dentifrício* mágico” (grifos meus – ARAUJO, p. 5 e 6, 2016)²²².

O escárnio com o qual o jornalista se dirige a dicção e/ou aos dentes de Dilma Rousseff, tona-se ainda mais perverso quando se sabe que além dela ter sido torturada durante a ditadura militar, em depoimento a Comissão Nacional da Verdade em 2014, ela contou que teve um dente arrancado a socos durante uma sessão de tortura:

Uma das coisas que me aconteceu naquela época é que meu dente começou a cair e só foi derrubado posteriormente pela Oban. Minha arcada girou para outro lado, *me causando problemas até hoje*, problemas no osso do suporte do dente. Me deram um soco e o dente deslocou-se e apodreceu. Tomava de vez em quando Novalgina em gotas para passar a dor. Só mais tarde, quando voltei para São Paulo, o Albernaz completou o serviço com um soco arrancando o dente (grifos meus – PORTAL TERRA, online, 2014)²²³.

Há, portanto, inúmeros indícios que respaldam a ideia de que Dilma Rousseff não apenas era perseguida, mas violada. Não era só sua dicção ou discurso que incomodavam, mas sua

²²¹ Disponível em: <https://www.olharconceito.com.br/noticias/exibir.asp?id=18649¬icia=tese-de-doutorado-na-ufmt-analisa-discurso-contradilma-a-violencia-comeca-na-linguagem&edicao=1>. Acessado em 19/11/20.

²²² Títulos referentes respectivamente aos artigos/tópicos 1, 4, 7, 9 e 11, presentes no sumário do citado livro. Disponível em: ARAUJO, Celso Arnaldo. *Dilmês: o idioma da mulher sapiens*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

²²³ Disponível em < <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/dilma-conta-como-teve-dente-arrancado-a-socos-por-torturador,bc0dc17c8e93a410VgnVCM4000009bceeb0aRCRD.html>> . Ver mais em 20/07/20.

aparência também. E não era apenas seu manequim que gerava piadas jocosas, mas sua forma de andar, se expressar, seu sorriso, sua idade, seu corte de cabelo, sua personalidade: para estes, ela era uma mulher reprovável.

No documentário *Democracia em Vertigem*²²⁴, curiosamente surgem sinais desta mesma reprovação nos argumentos e explicações de alguns parlamentares. Ao falar sobre Dilma Rousseff, o senador Roberto Requião, do PMDB, argumenta a partir da personalidade da então presidenta, explicando que:

Ela não é boa de trato, mas isso é secundário. Se a economia tivesse bem isso não tinha importância [...] ela brigou com parlamento, ela brigou com o judiciário, ela brigou com o Tribunal de Contas, ela brigou com o mercado, ela brigou com os seus eleitores. (transcrição minha – DEMOCRACIA EM VERTIGEM, 2019)

Já o deputado Carlos Henrique Gaguim (PTN), quando indagado sobre qual teria sido os principais erros da Rousseff, traz uma explicação que remete a uma suposta *insensibilidade* da parte dela, argumentando que “[...] ela nunca teve contato...tem deputados do PT que fala [...] que *a Dilma nunca deu um abraço neles, nunca pegou na mão [...]*”²²⁵ (transcrição e grifos meus – DEMOCRACIA EM VERTIGEM, 2019). Por fim, Paulo Maluff aplica na construção de seu argumento uma metáfora bastante simbólica e misógina pelo caráter sexista que carrega:

Eu posso dizer também que *Dilma era honesta, mas a boa cozinheira não é aquela que faz a comida ao seu gosto, a boa cozinheira é aquela que faz a comida a gosto de quem ia comer.* (transcrição e grifos meus – DEMOCRACIA EM VERTIGEM, 2019)

Dilma Rousseff, a então presidenta da República Federativa do Brasil, na metáfora construída por Maluff, torna-se uma cozinheira ruim. Retirada do cenário político, do cargo da Presidência – espaço conquistado por ela – Rousseff é colocada na cena ordinária do cotidiano, mais especificamente no território doméstico, encarnando o papel, neste caso, de uma cozinheira reprovável, uma vez que não atende o desejo/gosto de quem tem autoridade sobre ela: personagem este que Maluff não explicita em sua fala, mas que pode ser interpretado, pela simetria social que evoca, como sendo um cliente, marido, ou patrão.

Sob a perspectiva do neoconservadorismo, se o pessoal é político, no caso das mulheres parlamentares – representadas aqui pela figura de Dilma Rousseff – isso fica ainda mais

²²⁴ Os trechos aqui citados foram transcritos por mim e podem ser assistidos na plataforma Netflix, disponível em: <<https://www.netflix.com/watch/80190535?trackId=14277281&tctx=-97%2C-97%2C%2C%2C%2C%2C%2C%2C80190535%2CVideo%3A80190535>>. Acessado em 20/02/22.

²²⁵ DEMOCRACIA EM VERTIGEM. Direção: Petra Costa. Produção: Joanna Natasegara, Shane Boris e Tiago Pavan. Netflix. 2019. 121 min. Disponível em: <<https://www.netflix.com/watch/80190535?trackId=14277281&tctx=-97%2C-97%2C%2C%2C%2C%2C%2C%2C80190535%2CVideo%3A80190535>>. Acesso em: 20/02/2022.

evidente. Os supostos argumentos presentes nas falas acima impõem a pergunta urgente: eles serviriam de fundamento se Rousseff fosse homem (sobretudo um homem branco, cisgênero e hétero)? Trata-se, é claro, de uma pergunta retórica, mas necessária para enfatizar o caráter misógino da narrativa organizada em torno da figura da ex-presidenta.

O neoconservadorismo defende as tradições morais, mas o faz de modo a instrumentalizá-las na disputa política. Um dos aspectos dessa defesa é o louvor a uma antiga ordem na qual os papéis de gênero seriam “mais claros” e as mulheres cuidavam das demandas da vida familiar cotidiana enquanto os homens podiam “assumir os encargos da masculinidade”. Os defensores das tradições morais aderem em graus distintos a abordagens repressivas à diversidade e mobilizam visões antipluralistas, nas quais a aceitação e a naturalização de papéis e desigualdades sexuais funcionariam como respostas a um suposto declínio da ordem moral. (grifos meus – BIROLI, 2020)

Retomando os principais acontecimentos que marcaram a cronologia do golpe²²⁶, a votação na Câmara dos Deputados é talvez o momento mais simbólico em razão do caráter e tom extremamente conservador das justificativas de voto dos parlamentares. Em 17 de abril de 2016, 511 deputados votaram sobre a instauração de processo *impeachment* – dos quais 367 deram o aval para que o mesmo seguisse para o senado²²⁷.

Cartazes com a frase “Tchau, querida!” (Figura 19)²²⁸, eram exibidos de forma extremamente sarcástica no Plenário. De certa forma, a própria votação do *impeachment* pode ser considerada uma reprodução da interdição e censura sofridas por Dilma Rousseff, uma vez que as mulheres parlamentares votantes (independente de suas orientações políticas) eram interrompidas, silenciadas, corrigidas e ironizadas²²⁹.

²²⁶ Tendo como referência a cronologia do golpe disponível no *blog* da editora Boitempo. Visto em < <https://blogdaboitempo.com.br/cronologia-do-golpe/>> . Acessado em 22/08/22.

²²⁷ Disponível em < <https://www.camara.leg.br/noticias/485947-camara-autoriza-instauracao-de-processo-de-impeachment-de-dilma-com-367-votos-a-favor-e-137-contra/>>. Acessado em 22/10/2022.

²²⁸ Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/opiniao/2021-05-02/tchau-querida-o-impeachment-de-dilma-na-versao-do-diretor.html>>. Acessado em 22/08/2022.

²²⁹ Ver mais em: <<https://www.hypeness.com.br/2016/04/tchau-querida-e-as-mulheres-interrompidas-na-votacao-do-impeachment/>>. Acessado em 20/10/20.

Figura 18 - Cunha na sessão em que a Câmara dos Deputados aprovou o impeachment de Dilma Rousseff, em 17 de abril de 2016.



Fonte: El País, 2021.

Não bastasse esses impropérios, a cena mais emblemática (e aterradora) desta votação – que poderia até ser interpretada como uma metáfora narrativa da Santa Inquisição – , foi a justificativa de voto do então deputado Jair Messias Bolsonaro.

Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o *pavor de Dilma Rousseff*, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim. (BBC, online, 2016)²³⁰

Sorrindo, Bolsonaro vota favorável ao *impeachment* e em homenagem ao homem que estuprou e matou várias mulheres durante a ditadura militar: Brilhante Ustra é o nome de seu herói – militar que tinha como prática introduzir ratos nas vaginas das mulheres presas²³¹. Bolsonaro ri (Figura 20) e com um enorme ar de satisfação verbaliza sua misoginia, endereçando seu ódio com precisão: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o *pavor de Dilma Rousseff*” (grifos meus – REVISTA GALILEU, online, 2016).

Tal ressentimento já havia sido copiosamente exibido na infame sessão plenária da Câmara que deu andamento ao impeachment. Foi ali que, em meio a tantas manifestações grosseiras e abjetas, um deputado do baixo clero cometeu a ignomínia de prestar homenagem ao homem que, segundo ele, foi o meu “terror” porque teria me torturado durante a minha prisão na ditadura militar. (ROUSSEFF, 2022)

²³⁰ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb>. Acessado em 21/07/20.

²³¹ Ver mais em <https://revistagalileu.globo.com/blogs/buzz/noticia/2016/04/movimento-virtual-homenageia-mulheres-que-foram-torturadas-na-ditadura.html> . Acessado em 20/10/20.

O discurso e homenagem de Bolsonaro a um dos nomes mais temidos da repressão da ditadura militar brasileira: Carlos Alberto Brilhante Ustra²³², “primeiro militar reconhecido pela Justiça como torturador” (GAZETA DO POVO, online, 2018)²³³, deixou cidadãos e ativistas completamente estarecidos.

Figura 19 - Captura de tela do vídeo que mostra o momento em que Bolsonaro declara seu voto na Câmara.



Fonte: Band, Jornalismo, 2019.

Em nota, o presidente da OAB/RJ, Felipe Santa Cruz, anunciou que iria pedir a cassação do deputado Jair Bolsonaro junto ao Superior Tribunal Federal, explicando que “houve apologia a uma figura que cometeu tortura e também desrespeito à imagem da própria presidente” (OAB, online, 2016) e reforçou:

A imunidade é uma garantia constitucional fundamental à independência do parlamento, mas não pode servir de escudo à *disseminação do ódio e do preconceito*. Houve apologia a uma figura que cometeu tortura e também desrespeito à imagem da própria presidente. Além de uma falta ética, que deve ser apreciada pelo Conselho de Ética da Câmara, é preciso que o STF julgue também o crime de ódio. [...] A apologia de um parlamentar à tortura, considerada mundialmente um crime de lesa-humanidade, ao fascismo e a tudo que é antidemocrático é uma degeneração política. É inadmissível que um membro do Congresso Nacional abuse da sua prerrogativa de função, em total afronta ao artigo 55, II e § 1º da CRFB, para homenagear a memória de um notório torturador, declarado e condenado como tal pela Justiça brasileira. (gri-fos meus – OAB, online, 2016)²³⁴

Certamente não era só Dilma Rousseff que deveria ter pavor deste assassino. Ela e outras mulheres sofreram os mais diversos tipos de tortura nas mãos dele (e de outros torturadores).

²³² Imagem da Figura 20 é uma captura de tela do vídeo que está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2VvQxCcIJ9w>>. Acessado em 20/07/2020.

²³³ Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/quem-foi-brilhante-ustra-o-primeiro-militar-reconhecido-como-torturador-pela-justica-504br0rh121rxfxsjkqjygv79/>>. Acessado em 20/07/2020.

²³⁴ Disponível em: <<https://www.oabRJ.org.br/noticias/oabRJ-vai-ao-stf-cassar-mandato-jair-bolsonaro>>. Acessado em 20/07/2020.

“jamais viu e ouviu tantas afrontas ao segundo mandamento da lei de Deus” – o que prega que seu nome não seja tomado em vão. (G1, online, 2016),

Ainda de acordo com a matéria, a “palavra ‘família’ também foi bastante proferida assim que teve início a votação (mais de 110 vezes)” (G1, online, 2016).

Os filhos foram utilizados como justificativa para o voto por 72 parlamentares, que também fizeram homenagens a pais, esposas e netos. [...] O deputado Marcelo Álvaro Antônio (PR-MG) chegou a voltar ao microfone, quatro deputados após sua fala, para dizer que havia esquecido de “mandar um abraço” para o filho.(G1, online, 2016)

Dentro de uma perspectiva histórica, sendo Dilma Rousseff a primeira mulher a ocupar o cargo da Presidência, sua destituição significa o restabelecimento da ordem patriarcal vigente, ou em outras palavras, o retorno da tradição de homens presidentes. Nesse sentido, o uso da *família* como argumento e justificativa para o *impeachment* pode ser entendido também sob uma perspectiva da economia política, na medida em que, segundo Biroli:

A apologia à “família convencional” também está relacionada à maneira como é percebida a divisão do trabalho e das responsabilidades – em outras palavras, à reprodução social. Ainda que as mulheres continuem a ser as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado, sua presença na força de trabalho remunerado se ampliou, assim como seu acesso à educação formal e às mais diversas profissões. Isso significa que o trabalho gratuito que desempenharam historicamente entra em tensão com suas funções na vida pública, mesmo em uma perspectiva bastante prática: o tempo disponível para o trabalho doméstico e o tempo disponível para o trabalho remunerado, o tempo destinado ao cuidado e o tempo destinado à profissionalização e aos vínculos laborais entram frequentemente em conflito. (BIROLI, 2020)

Para além do tom conservador, estabelecido em grande parte pela repetição do uso dos vocábulos nas justificativas de voto – reforçando a existência de um padrão retórico –, outras manifestações de voto chamam atenção em razão do escárnio que evocam. Exemplo disso está na votação de Paulinho Força, do partido Solidariedade (SP): em clima de Carnaval, o deputado declarou seu voto parodiando a canção *Para não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré²³⁶. A postura e escolha da canção revelam outras nuances de misoginia e crueldade, já que se trata originalmente de “um dos maiores hinos de resistência”²³⁷ contra o regime da ditadura militar brasileira.

Os acontecimentos naquele abril de 2016 não seguiram uma ordem aleatória, pelo contrário: podem ser lidos pela perspectiva de uma reação da direita (ultradireita) a reeleição da

²³⁶ Paulinho da Força declarou seu voto parodiando a canção de Geraldo Vandré: “Dilma vai embora que o Brasil não quer você e leve o Lula junto e os vagabundos do PT” – cantou o deputado, enquanto um colega a seu lado fazia uma chuva de papel picado. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160417_momentos_marcantes_impeachment_ru>. Acessado em 20/10/22.

²³⁷ Visto em <<https://www.culturagenial.com/musica-pra-nao-dizer-que-nao-falei-das-flores-de-geraldo-vandre/>>. Acessado em 20/10/22.

primeira mulher a ocupar o cargo da Presidência do país. A partir disso, pode-se inferir também que a eleição, reeleição e as mudanças implementadas por Dilma Rousseff, principalmente no que tange a pauta das mulheres²³⁸, incomodaram de sobremaneira aqueles que tentaram – muitas vezes a qualquer custo – interditar o exercício do poder de uma mulher democraticamente eleita.

As ofensas destinadas a ela, o prazer em ofendê-la, a homenagem a um dos maiores torturadores do regime militar na Casa do Povo, não deixam dúvidas: quando uma mulher chega ao poder a estrutura de todo o sistema estremece. E a reação foi instantânea: imediatamente após derrubarem Rousseff da Presidência um novo governo interino era estabelecido – composto exclusivamente por homens, é claro. De acordo com as palavras da própria Rousseff:

Desfechado o golpe, a foto oficial do ministério nomeado pelo golpista-chefe, Michel Temer, é praticamente um retrato da ordem misógina: um numeroso grupo de homens, exclusivamente, e não por acaso, também, todos brancos, nenhum deles jovem, sucedendo o governo de uma mulher, num período no qual houvera crescido a participação feminina na política, em postos de poder e em direitos. Claramente, o tablado em que se exibiam era o pódio da vitória do patriarcado neoliberal. Segundo o jurista Lucas Correia de Lima, que escreveu a respeito da cena, a misoginia, o repúdio à mulher e a exclusão de gênero estiveram na origem e no desenvolvimento do processo de perturbação política e institucional que levaram ao golpe e, seria possível acrescentar, que nos conduz ainda hoje ao colapso do Brasil como nação civilizada. Para ele, o impeachment é tão carente de justificativa jurídica quanto é farto de ódio misógino. (grifos meus – ROUSSEFF, 2022)

A narrativa do golpe é, em si, misógina em múltiplos aspectos. Imaginar que ela tenha se iniciado em 2016, a partir do processo de *impeachment* da Dilma Rousseff, é desconsiderar todos os acontecimentos que pavimentaram o caminho para uma destituição tão vazia de argumentos da primeira mulher presidenta da República do Brasil. É, também, ignorar a própria história do Brasil, que tem na misoginia a primeira e, por muito tempo, única política destinada às mulheres.

Da mesma forma, achar que o golpe de 2016 foi o desfecho de uma narrativa misógina é desconsiderar que ele, na verdade, é um marco paradigmático contemporâneo dos ataques

²³⁸ De acordo com ativistas e cientistas políticas, em relação a pautas feministas, apesar de poder ter sido melhor, o saldo do governo Dilma foi positivo. Entre os pontos de destaque estão: a representatividade da mulher na política, já que Dilma nomeou o maior número de ministras mulheres na história do país (foram 18 em diferentes momentos de seus cinco anos e meio de governo); maior presença das mulheres no mercado de trabalho formal (segundo relatório da ONU Mulheres Brasil de 2015, as mulheres são maioria entre as beneficiárias de programas sociais); os avanços na questão do combate à violência doméstica (colocando todas as ações previstas na Lei Maria da Penha em prática, tipificando o crime de feminicídio – aumentando as penas previstas no Código Penal –, além de inaugurar os centros de acolhimento de vítimas de violência, as Casas da Mulher Brasileira). Ver mais em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37226797>. Acessado em 22/11/23.

políticos às mulheres no Brasil. Veja bem: um marco, não um último evento. E sim, talvez, o primeiro grande sinal do neoconservadorismo no cenário brasileiro.

Ao seguirmos a cronologia proposta na linha do tempo elaborada para esta pesquisa, apesar da proximidade histórica, percebe-se que o *impeachment* pode ser considerado um exemplo-síntese da violência política de gênero no Brasil atual. Porém a narrativa do golpe, que tem na misoginia sua retórica, não terminou no golpe. Tampouco com a destituição da presidenta. Miraram em Dilma Rousseff e acertaram em todas nós. Depois do golpe, houve outros golpes. E, antes dele, o caminho já vinha sendo preparado com uma forte ajuda do discurso midiático.

PARTE II – Brasil acima de tudo, Deus acima de todas

Capítulo 4 – Bela, recatada e do lar: a dama Brasil

Meses antes do golpe, circulou uma matéria publicada na revista Veja intitulada: “*Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’*”²³⁹ (grifo meu – VEJA, online, 2016).

Figura 21 – Foto da versão impressa da matéria sobre Marcela Temer.



Fonte: BuzzFeed/Veja, 2016.

Levando em consideração os dados que o Brasil possui no que tange violência e abusos contra as mulheres, a reportagem em questão, além de ser um desserviço, opera dentro de um contrassenso, na medida em que reforça papéis sociais e estereótipos de gênero historicamente reservados às mulheres, ajudando assim a ratificar a ideia de que a mulher *perfeita* é casta, dona de casa, objetificada e obediente ao marido.

O atlas da violência de 2019 revela que houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, sendo esse o maior número registrado desde 2007²⁴⁰. Esses dados alarmantes apontam para a urgência de se discutir e implementar políticas públicas que garantam os direitos – mais básicos – das mulheres no Brasil. No entanto, *desde o golpe de 2016, o campo dos direitos das*

²³⁹ Disponível em <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acessado em 19/07/2019.

²⁴⁰ Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432>. Acessado em 19/07/2019.

mulheres vem sendo constantemente atacado e claramente se percebe uma maior ênfase no avanço, a partir de então, de uma onda ultraconservadora – que tem na liberdade e garantia de direitos das mulheres um de seus principais alvos.

Publicada na revista *Veja*, em abril de 2016, e assinada pela jornalista Juliana Linhares, a matéria traz em seu subtítulo (Figura 22) aspectos centrais de se considerar para a análise: “*A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice*”²⁴¹ (grifos meus – *VEJA*, online, 2016). Dividindo a citação em três eixos, pode-se perceber que cada parte reforça, semântica e retoricamente, os três adjetivos elencados para dar título à matéria, vejamos: o texto menciona inicialmente a grande diferença de idade entre Michel e Marcela Temer já conotando a ideia de que a *jovem* se trata, na verdade, de uma *bela* jovem. O fato de *aparecer pouco*, dialoga com a ideia de que a jovem, além de bela, é casta, *recatada*. Por fim, o subtítulo termina com aquele que pode ser entendido como o grande sonho de Marcela: ter mais um filho com Michel Temer, o que reforça a ideia de que a *bela e recatada* jovem nasceu, definitivamente, para ser *do lar*.

A narrativa construída ao longo da reportagem é em muitos momentos piegas e se edifica a partir de uma perspectiva ostensiva e romantizada.

Marcela Temer é uma mulher de sorte. Michel Temer, seu marido há treze anos, continua a lhe dar provas de que a paixão não arrefeceu com o tempo nem com a convulsão política que vive o país [...]. Há cerca de oito meses, por exemplo, o vice-presidente, de 75 anos, levou Marcela, de 32, para jantar na sala especial do sofisticado, caro e badalado restaurante Antiquarius, em São Paulo. Blindada nas paredes, no teto e no chão para ser à prova de som e garantir os segredos dos muitos políticos que costumam reunir-se no local, a sala tem capacidade para acomodar trinta pessoas, mas foi esvaziada para receber apenas “Mar” e “Mi”, como são chamados em família. Lá, protegido por quatro seguranças (um na cozinha, um no toailete [sic], um na entrada da sala e outro no salão principal do restaurante), o casal desfrutou algumas horas de jantar romântico sob um céu estrelado, graças ao teto retrátil do ambiente. (*VEJA*, online, 2016)²⁴²

É interessante perceber como o texto se desenvolve a partir da máxima de que Marcela Temer é uma mulher de sorte. O fato do marido levá-la para jantar em um restaurante aparentemente caríssimo parece ser o argumento principal para tal afirmação.

O conteúdo da reportagem traz ainda outros detalhes sobre a suposta rotina do casal e enfatiza em vários momentos informações acerca de Marcela Temer que ajudam a construir uma ideia da dona de casa, esposa, mãe e (por que não?) futura primeira-dama perfeitas. Ainda

²⁴¹ Disponível em <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acessado em 10/07/2020.

²⁴² Disponível em <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Acessado em 20/07/2020.

segundo a reportagem, Marcela Temer “é uma vice-primeira-dama do lar” (VEJA, online, 2016), sendo que “[...] seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também” (Idem), explicando que “nas últimas três semanas” ela “foi duas vezes à dermatologista tratar da pele” (Idem). O texto segue ainda trazendo detalhes da rotina de beleza e cuidados de Marcela Temer, complementados com informações burlescas sobre suas supostas predileções, gostos e estilo. Abaixo alguns trechos para ilustrar:

Pedia luzes bem fininhas e era ‘educadíssima’[...]. *Na opinião do cabeleireiro*, Marcela “tem tudo para se tornar a nossa Grace Kelly [...]”. (grifos meus – VEJA, online, 2016)

“Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada”, *diz sua irmã mais nova*, Fernanda Tedeschi. (Idem)

“Ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras”, *conta a estilista Martha Medeiro*. (Idem)

A imagem que se tenta construir de Marcela Temer ao longo do texto, recebe respaldo técnico²⁴³: cabeleireiro, irmã e estilista chancelam a ideia de que de fato ela é uma mulher *bela* e *recatada*. Em outras palavras, a dama Brasil²⁴⁴ é a dona de casa totalmente comprometida com os afazeres domésticos, marido e filhos, mas que sempre encontra tempo para cuidar do corpo, o que reforça para além de estereótipos de gênero, papéis sociais historicamente reservados às mulheres.

Aparentemente a jornalista falou com o cabeleireiro, a irmã mais nova, a tia, a estilista, os amigos do casal, mas curiosamente ela não conversou com Marcela Temer: tema central da sua própria matéria. Ao ler a reportagem não sabemos as opiniões dela, seus sonhos, sua visão de mundo, ou ao menos do Brasil que estava prestes a representar: não há sequer uma citação direta, em primeira pessoa, creditada à Marcela. Ela parece ser incapaz de falar sobre si, precisa que falem por ela. O apagamento narrativo em uma pretensa narrativa íntima sobre si pode ser entendido como uma constatação da total subalternização da figura da mulher. Embora Marcela Temer sirva para ser tema central, essa suposta centralidade se dá à margem. Alijada de voz,

²⁴³ Comumente o texto jornalístico traz opiniões de especialistas para ratificar determinada informação. No caso da matéria analisada, é interessante perceber que houve a preocupação de se conversar, por exemplo, com o cabeleireiro e com a estilista de Marcela na tentativa de se respaldar através do ponto de vista desses profissionais a ideia de que – seja através do procedimento que ela fazia no cabelo, ou dos modelos de vestido que escolhia – Marcela, de fato, era bela e recatada.

²⁴⁴ Cunhei essa expressão como uma forma de realizar uma associação entre a figura da mulher que a revista Veja buscou chancelar como exemplo de dama/mulher na sociedade brasileira e o futuro cargo que viria a ser ocupado por Marcela Temer após o golpe: o de primeira-dama da República Federativa do Brasil.

ela inexistente dentro de um texto que fala sobre sua própria intimidade e sobre si mesma. Talvez seja casta, porque antes é castrada: de protagonismo, de opinião, de existência – eis a dimensão política da matéria.

Trazendo uma análise interseccional, embora exista uma distância de quase 60 anos no espaço de tempo entre Marcela Temer e as típicas mulheres da elite europeia na segunda metade do século XX, impossível ler o título da reportagem e não o aludir às considerações de Simone Beauvoir sobre as mulheres de sua classe (que podem ser consideradas personas de Marcela de sua época)²⁴⁵.

A própria mulher reconhece que o universo em seu conjunto é masculino; os homens modelaram-no, dirigiram-no e ainda hoje o dominam; ela não se considera responsável; está entendido que é inferior, dependente; não aprendeu as lições de violência, nunca emergiu, como um sujeito, em face dos outros membros da coletividade; fechada em sua carne, em sua casa, apreende-se como passiva em face desses deuses de figura humana que definem seus fins e valores. Nesse sentido, há verdade no *slogan* que a condena a permanecer “uma eterna criança”; também se dizia dos operários, escravos negros, dos indígenas colonizados que eram “crianças grandes”, enquanto não os temerem; isso significava que deviam aceitar, sem discussão, verdades e leis que outros homens lhe propunham: *o quinhão da mulher é a obediência e o respeito* [...]. (grifos meus – BEAUVOIR, p. 408, 2016)

No ano anterior à publicação da reportagem, o Mapa da Violência²⁴⁶ mostrava que o Brasil ocupava a 5ª posição no ranking dos países com maior taxa de homicídio de mulheres no mundo, ficando atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Federação Russa²⁴⁷. Diante desse cenário aterrador para as mulheres, mais do que nunca se faz necessária a resistência aos mais diversos tipos de ataques misóginos, cujos objetivos contemplam a promoção de uma engrenagem narrativa responsável também por fazer circular a ideia de que a mulher é inferior ao homem, resumindo-a apenas em termos de beleza e obediência.

Considerados em conjunto, entretanto, todos estes códigos e bajulações, estes murmúrios e ameaças e mitos, levam irreversivelmente numa única direção: tentar mais uma vez prender a mulher aos seus papéis “aceitáveis” – seja como filhinha de papai ou criaturazinha romântica, seja como procriadora ativa ou passivo objeto sexual (FALUDI, p. 21, 2001).

²⁴⁵ A correspondência aqui se dá pelo fato de Marcela ser também uma mulher, branca, heterossexual e, hipoteticamente, membro da elite (paulistana), assim como as mulheres que estavam na mesma classe social que Beauvoir, em sua época, na Europa.

²⁴⁶ Ver mais em:

<http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acessado em 17/11/19.

²⁴⁷ Ver mais em <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/>>. Acessado em 17/11/19.

Luiz Gonzaga Motta traz ricos apontamentos no que tange a concepção de narrativa, abordando a construção de personagens e ações na narrativa, sendo essas representações de condutas humanas (MOTTA, 2013). Ora, se “narrar é uma técnica de enunciação dramática da realidade” (MOTTA, p. 74, 2013), uma narrativa midiática que encontra forte equivalência no real histórico faz recair sobre si toda uma potência retórica. No caso da citada reportagem, a intenção da matéria foi tão clara, que não deixava dúvidas: tratava-se de um texto publicitário, dissimulado como texto jornalístico, sobre a futura primeira-dama do Brasil, que segundo a matéria, representava a mulher perfeita, ou ideal.

A reação nas redes sociais foi imediata, fazendo com que o tema ficasse no *trending topic*²⁴⁸ do Twitter²⁴⁹. O tom da repercussão que a matéria alcançou foi jocoso. Banhados a críticas e extrema ironia, os efeitos da reportagem foram chamados de “fúria cômica das brasileiras (e brasileiros)”²⁵⁰, tal foi a quantidade de memes²⁵¹ resultantes da matéria – como exemplificado na Figura 23. Várias mulheres, membros da sociedade civil, entidades e coletivos feministas ironizaram a reportagem publicada pela revista Veja, muitas vezes através de imagens de mulheres trabalhando, ou ainda em poses sensuais, como forma de protesto²⁵².

Figura 22 – Um dos memes que circularam após publicação da matéria “Bela, recatada e do lar”.



Fonte: Museu dos Memes, 2016.

²⁴⁸ Expressão utilizada pelo senso comum como referência aos assuntos mais comentados no momento nas redes sociais.

²⁴⁹ Ver mais em <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/20/politica/1461175399_885009.html>. Acessado em 18/11/19.

²⁵⁰ Expressão usada na reportagem de Camila Moraes, do *El País*, sobre a repercussão da citada matéria da revista Veja. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/20/politica/1461175399_885009.html>. Acessado em 17/11/20.

²⁵¹ Segundo o Museu dos Memes, projeto da Universidade Federal Fluminense, atualmente os memes são definidos como um fenômeno típico da internet, podendo se apresentarem como imagens legendadas, vídeos virais ou expressões difundidas pelas mídias sociais. Ver mais em <<https://www.museudememes.com.br/o-museu-de-memes/>>. Acessado em 18/11/20.

²⁵² O Museu dos Memes destinou uma seção exclusivamente para a categoria “Bela, Recatada e do Lar”, explicando que os mesmos se originaram a partir da reportagem da revista Veja. Ver mais em <<https://www.museudememes.com.br/sermons/bela-recatada-e-do-lar/>>. Acessado em 20/10/19.

Embora a reação nas mídias sociais tivesse uma linguagem cômica, a realidade era trágica e perversa: uma mulher jornalista havia escrito uma matéria sobre outra mulher, esposa daquele que viabilizou um golpe político a uma terceira mulher, esta presidenta, que era em muitas nuances o avesso da mulher utilizada como personagem da matéria, elaborada pela mulher jornalista. Em outras palavras, uma mulher estava valorizando amarras machistas sobre outra mulher, para assim perpetuar a misoginia, através do estereótipo machista da mulher ideal/perfeita, padrão de mulher.

Considerando ainda o contexto da época, a reportagem realizava indiretamente uma odiosa comparação de Marcela Temer com Dilma Rousseff: a então ocupante da cadeira da Presidência da República do Brasil naquele momento – por sinal, espaço que pela primeira vez na história do país era ocupado por uma mulher. A misoginia parece ganhar aqui engrenagens ainda mais misóginas: nada mais perverso que uma mulher usar outra mulher para atacar mulheres – todas vítimas do machismo. Infere-se, portanto, que a matéria em questão se apresentava como uma *tentativa retórica* de usar a imagem de uma mulher obediente, cujas prioridades se resumiam ao casamento, bem-estar do marido, filho e cuidado com o corpo como exemplo de dama na sociedade, nesse caso, futura primeira-dama: a *dama Brasil*.

Sob uma perspectiva analítica mais ampla, proponho ainda a existência de uma correspondência metafórica entre a *dama Brasil* – como um exemplo de mulher na sociedade – e o *cidadão de bem* – como um modelo de homem.

Lendo ambos como cânones conservadores contemporâneos brasileiros, entendo também que eles se desenvolvam a partir de uma perspectiva neoconservadora, na medida em que se articulam e se constroem através de eixos-chave – como a *família* e o *discurso religioso* –, realizando um movimento de adequação de aspectos subjetivos em favor de padrões sociais, afetando, e se refletindo, no coletivo. Tendo na família seu elemento central, tanto a *dama Brasil* quanto o *cidadão de bem* compartilham de valores conservadores, sendo *geralmente pessoas declaradamente cristãs, heteronormativas, avessas e reativas a pautas progressistas, principalmente sobre questões relacionadas a gênero*.

Ambos acabam reproduzindo em seus comportamentos pessoais ideais conservadores: enquanto à mulher é reservado a esfera do lar, do privado, sendo ela gestora da família, obediente, garantidora do bem-estar familiar, destina-se ao homem o espaço público, a autoridade, *status* social, decisões importantes, trânsito em espaços relevantes, em resumo, o *próprio conceito de poder*.

A erosão da democracia corresponde também à erosão do público – na forma da privatização e da redefinição do próprio sentido de coletivo. Com o neoliberalismo, para além das novas formas de regulação em favor do mercado e da redefinição da institucionalidade estatal diante da financeirização da economia global, *uma nova racionalidade, baseada na competição, constituiu as interações sociais e a própria subjetividade*. É nesse contexto que o neoliberalismo se torna um “novo regime de evidências”, no qual se reivindica que a democracia atenda à lógica de mercado. *Além da expansão do econômico em detrimento do social e do privado em detrimento do público, expande-se também a “esfera pessoal protegida”*. Nesse ponto, *a família está no centro da dinâmica de privatização*. (grifos meus – BIROLI, 2020)

Tanto a *dama Brasil*, quanto o *cidadão de bem* podem ser lidos como personas possíveis de serem ocupadas por um amplo espectro de atores sociais – desde religiosos (as), até empresários (as), artistas e político (as) – atribuindo-lhes um alcance e audiência bastante desafiadores de serem mensurados, já que são capazes de transitar de forma complexa no tecido e discurso social.

Nesse sentido, a importância de se analisar narrativamente a citada matéria se dá em várias nuances, mas sobretudo pela clara e pretensa rivalidade que a reportagem estabelece, quando indiretamente aciona a percepção de que Marcela Temer (jovem, bela, recatada, participante de concursos de Miss, mãe devota, boa filha e esposa exemplar) contrasta, indiretamente, com a figura de Rousseff: militante de esquerda, prisioneira durante a Ditadura Militar, economista, divorciada, ex-ministra da pasta de Minas e Energia do governo mais popular²⁵³ da história do país, primeira mulher a ocupar o cargo da Presidência da República no Brasil, além de ser uma mulher bem mais madura que Marcela Temer.

Fazendo um paralelo, Dilma Rousseff nunca foi tratada pela mídia como bela: muito pelo contrário, sofreu incontáveis ataques misóginos, ou por não ser magra, ou por não ser considerada bonita²⁵⁴, por exemplo. Sua história e trajetória potentes afastam-na da ideia de que era uma mulher recatada. Embora até pudesse ser considerada tímida, a então Presidenta do Brasil não se escondia, tampouco deixava sua opinião velada.

A exemplo disso, a história por trás da extraordinária foto (Figura 24)²⁵⁵, realizada em novembro de 1970, na qual ela aparece encarando seus algozes durante interrogatório, mostra que, definitivamente, Rousseff não tinha medo. Corajosa e destemida, preferiu ser torturada a

²⁵³ Lula deixou o governo com 87% de aprovação popular. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acessado em 19/11/20.

²⁵⁴ Ver mais em <<https://revistacult.uol.com.br/home/maquina-misogina-e-o-fator-dilma-rousseff-na-politica-brasileira/>>. Acessado em 17/11/20.

²⁵⁵ Ver mais em <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-que-a-foto-de-dilma-sugere-revela-e-esconde/>> e <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2011/12/por-que-os-torturadores-de-dilma.html>>. Acessado em 17/11/20.

delatar seus companheiros, como ela própria respondeu ao então senador José Agripino Maia (DEM-RN), em 2008, durante depoimento à Comissão de Infraestrutura do Senado.

Na ocasião, Agripino mencionou uma entrevista na qual Dilma Rousseff admitia ter mentido sob tortura, quando estava presa pela ditadura militar, insinuando que ela poderia mentir novamente. A resposta de Rousseff foi categórica: “Eu me orgulho muito de ter mentido, senador. Porque mentir na tortura não é fácil. Na tortura, quem tem coragem e dignidade fala mentira”²⁵⁶ (FOLHA DE S. PAULO, online, 2008).

Figura 23 - Foto de Dilma Rousseff em interrogatório durante a ditadura militar.



Fonte: Pragmatismo Político, 2011.

Nem bela, nem recatada, tampouco uma dona de casa submissa: ao se estudar a trajetória de Dilma Rousseff, vemos indiscutível e literalmente que ela não era uma mulher do lar, mas sim, da luta. No entanto, a narrativa construída pela reportagem analisada valoriza aquela que, sobretudo dentro da esfera política, atua como coadjuvante, perpetuando uma lógica patriarcal, a favor do *status quo*.

Assim, a forçosa frivolidade do tom da matéria contrastava com o clima político que naquele momento pairava sobre o país: tão jovem quanto Marcela Temer, a democracia brasileira estava sofrendo, naquele abril de 2016, seu segundo *impeachment* e mais um golpe.

Paralelo ao processo de *impeachment*, cujos contornos e características foram duramente criticados por juristas, advogados e entidades democráticas, infere-se que a figura de

²⁵⁶ Ver mais em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0805200823.htm>>,

<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/494733/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado em 16/11/20.

Dilma Rousseff, já desgastada sob a perspectiva midiática e política (como visto anteriormente), estava sendo estrategicamente esvaziada para, na retórica do golpe, dar lugar a outra figura feminina, esta cuidadosamente vazia: midiaticamente construída a fim de cancelar seu futuro cargo político – o de primeira-dama do Brasil.

Considerando a análise feita anteriormente sobre a persona representada por Marcela Temer e parafraseando a obra de Petra Costa, o protagonismo político feminino brasileiro, mais do que em vertigem, estava em queda-livre. Para além do conteúdo analisado, chama atenção a pressa em publicar a citada matéria, que foi divulgada no dia seguinte à votação que autorizou a abertura do processo de *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff²⁵⁷.

4.1 – Governo Temer: o retrato do patriarcado

Após o golpe, o recém empossado presidente Michel Temer organizou um corpo ministerial que pode ser avaliado como um retrato fiel do patriarcado: as pastas ministeriais foram todas ocupadas por homens, brancos e majoritariamente heterossexuais²⁵⁸, constituindo assim, nas palavras de Renata Gonçalves e Suellen Abreu, um “*machistério*” (grifo meu – GONÇALVES, Renata; ABREU, Suellen., 2018)²⁵⁹. Em artigo publicado na conceituada Revista de Políticas Públicas, da UFMA, elas sinalizaram que “Michel Temer extinguiu de uma só vez o Ministério da Cultura e as Secretarias de Direitos Humanos, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres” (p. 754, 2018)²⁶⁰. Segundo as autoras, “Tratava-se do primeiro ministério sem mulheres desde 1979, quando findava a gestão ditatorial de Ernesto Geisel” (Idem).

Sobre isso, a afirmação de Raissa Araujo e Karla Adrião conota *censura*, no sentido de relacioná-la à ausência da participação política das mulheres no governo de Michel Temer.

A política para as mulheres, juntamente com a política de promoção de igualdade racial e direitos humanos, voltaram a compor o Ministério da Justiça, que passou ser nomeado como Ministério da Justiça e Cidadania. [...] *Além da alteração das pastas, houve uma transformação simbólica notória. O alto escalão do poder executivo foi*

²⁵⁷ Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil?>>. Acessado em 20/07/20.

²⁵⁸ Ver mais em <<https://csalignac.jusbrasil.com.br/noticias/337350980/racismo-machismo-e-lgbtphobia-estruturaram-o-projeto-do-governo-temer>>. Acessado em 08/06/2020, às 19h47.

²⁵⁹ Termo utilizado pela primeira vez por Gonçalves (2016) para enfatizar a ausência de mulheres na composição ministerial do governo de Michel Temer.

²⁶⁰ Ver mais em GONÇALVES, Renata; ABREU, Suellen. *Do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres ao “machistério” de Temer*. REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS (UFMA), v. 22, p. 753-771, 2018. Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/10564/6176> . Acessado em 07/06/2020.

composto exclusivamente por homens, foram então excluídas todas as mulheres e pessoas negras. (grifos meus – ARAÚJO, R; ADRIÃO, K; p. 10, 2017)²⁶¹

As autoras veem na aniquilação daquilo que representa a governamentalidade dos direitos das mulheres (pastas ministeriais voltadas a políticas públicas para as mulheres, por exemplo) um verdadeiro massacre político. Inferre-se, portanto, que *é possível associar estas ações a uma reação diante de possíveis ameaças ao modelo de Estado machista.*

Há, portanto, a morte das mulheres como sujeitos políticos, como sujeitos da cidadania. Em paralelo, com o retorno da vinculação da pasta das mulheres ao Ministério da Justiça, ressurgiu quase com exclusividade o sujeito mulher vítima de violência. (grifos meus – ARAÚJO, R; ADRIÃO, K; p. 10, 2017)

Criada em 2003, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) foi um passo importante na busca por equidade de direitos e visibilidade das mulheres dentro da esfera política e social (GOÇALVES; ABREU, 2018), sinalizando assim o:

[...] compromisso de incorporar a perspectiva de gênero nas políticas públicas reconhecendo e enfrentando as desigualdades entre homens e mulheres nas várias instâncias políticas de gestão governamental, configurando-se enquanto políticas de Estado” (GOÇALVES; ABREU, p. 754-755, 2018).

Em 2004, a SPM-PR promoveu a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, na qual houve participação de “mais de 120 mil pessoas nas plenárias municipais e nas conferências estaduais. Cerca de dois mil municípios realizaram suas plenárias e todas as unidades da Federação realizaram conferências estaduais” (BRASIL, 2004)²⁶², resultando na construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

Portanto, durante o governo interino de Michel Temer, a rearticulação da figura feminina reforça a tese de que se tratava, de fato, de uma reação não apenas às conquistas de direitos e espaços das mulheres²⁶³, mas ao menor risco de que elas pudessem acontecer.

Em nota publicada na página da ONU Mulheres sobre o ranking latino-americano de paridade de gênero na política, em 2017 o Brasil aparecia como *lanterna*, ocupando a penúltima

²⁶¹ Ver mais em ARAUJO, Raissa Barbosa; ADRIÃO, Karla Galvão. Políticas Públicas para as mulheres no Brasil de 1985 a 2016: uma análise sobre sujeitos. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos). Florianópolis: UFSC, 2017, p. 1-10. Disponível em: <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498697119_ARQUIVO_textocompleto-RaissaBarbosaAraujo.pdf>. Acessado em 07/06/2020.

²⁶² Ver mais em <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/8.-Anais-I-confer-politicas-para-mulheres.pdf>>. Acessado em 17/11/19.

²⁶³ Segundo reportagem da Agência Patrícia Galvão, dados do TSE mostram que nas eleições de 2016 a cada 10 candidatos, apenas 3 eram mulheres. Disponível em <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/politica/cada-10-candidatos-apenas-3-sao-mulheres/>>. Acessado em 19/11/19.

posição no ranking de 33 países latino-americanos e caribenhos sobre mulheres nos parlamentos nacionais – ficando atrás apenas de Belize²⁶⁴.

Realidade ainda muito distante no Brasil, a busca pela chamada *democracia paritária*²⁶⁵ sofria no país, literalmente, golpes consecutivos, na medida em que se estabelecia uma retirada das mulheres de cargos, pautas e pastas importantes, representativos e essenciais à luta por igualdade de direitos.

Sobre esse raciocínio, a conjuntura política do país não deixava dúvida de que se tratava de um contra-ataque antifeminista: havíamos acabado de assistir a um golpe parlamentar de uma Presidenta democraticamente eleita, sendo que as primeiras medidas do regime que a substituiu foram centradas em garantir a retirada das mulheres do alto escalão do governo e destruição da pasta ministerial que representava nossos interesses.

Em março de 2017, durante cerimônia do Dia Internacional das Mulheres, o Presidente Temer protagonizou a cena, ao passo que a primeira-dama atuou como mera coadjuvante. Discursando em *homenagem* às mulheres, Temer afirmou:

Tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela [Temer], *do quanto a mulher faz pela casa, pelo lar*. Do que faz pelos filhos. E, se a sociedade de alguma maneira vai bem e os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada formação em suas casas e, seguramente, isso quem faz não é o homem, é a mulher [...] na economia também, a mulher tem uma grande participação ninguém mais é capaz de indicar os desajustes de preços em supermercados do que a mulher. Ninguém é melhor de detectar as eventuais flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico maior ou menor (transcrição e grifos meus – YOUTUBE, online, 2017)²⁶⁶.

Condicionando a mulher única e exclusivamente à realidade do lar, ao papel de cuidadora e serviçal, Temer verbalizou papéis que orientam seu entendimento acerca dos espaços que deveriam ser ocupados pelas mulheres. Marcado por inúmeros retrocessos²⁶⁷ no que tange o combate contra a desigualdade de gênero no Brasil, o governo Temer teve no citado discurso

²⁶⁴ Visto em <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/brasil-e-lanterna-em-ranking-latino-americano-sobre-paridade-de-genero-na-politica/>>. Acessado em 17/11/19.

²⁶⁵ De acordo com a ONU, a democracia paritária implica profundas transformações qualitativas e quantitativas que incluem desde a participação política feminina até o enfrentamento das variadas violações de direitos contra mulheres e meninas. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Nota_Democracia-Paritaria_FINAL.pdf>. Acessado em 03/03/2023.

²⁶⁶ Trecho transcrito do discurso de Michel Temer, na ocasião do Dia Internacional das Mulheres no ano de 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=s8YbfTWmJhU>. Acessado em 20/11/20.

²⁶⁷ Ver mais em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/ministerio-masculino-e-retrocesso-na-luta-por-direitos-das-mulheres/>; <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2016/10/27/especialista-diz-que-governo-temer-representa-retrocesso-para-as-mulheres.htm>; <https://www.brasildefato.com.br/2017/12/22/retrospectiva-2017-mulheres-enfrentam-retrocessos-do-governo-golpista-de-temer>. Acessados em 20/10/19.

proferido no Dia Internacional das Mulheres a coroação do retrato de um decadente cenário político, completamente desalinhado com os pontos mais básicos das pautas feministas.

As falas do presidente interino tiveram ampla repercussão internacional, recebendo críticas, inclusive, de diferentes veículos de comunicação. De acordo com matéria do Pragmatismo Político, a rede de televisão americana CNN qualificou as críticas recebidas por Temer como merecidas, destacando os baixos índices de aprovação do governo, desde que ele assumiu a Presidência²⁶⁸. Em matéria do *El País*, destacou-se ainda o fato de que além de Temer reduzir o papel da mulher à casa, a primeira-dama Marcela Temer havia discursado por menos de dois minutos²⁶⁹.

A casa, o lar, as tarefas domésticas, o cuidado com os filhos são obrigações impostas pela construção social de gênero que ilustram de forma bastante basilar os chamados trabalhos domésticos, sexuais e reprodutivos tão criticados pela teoria feminista – sobretudo pelas autoras feministas marxistas. Ao elogiar, o que para o movimento das mulheres deve ser rechaçado, Temer acena favoravelmente à manutenção de uma lógica essencialmente patriarcal que se estabelece e se mantém a partir da sujeição social da mulher – implicando fundamentalmente na destruição de seu direito político. Segundo Pateman, “Os capitalistas podem explorar os trabalhadores e os maridos podem explorar as esposas porque trabalhadores e esposas constituem-se em subordinados através dos contratos de trabalho e de casamento” (PATEMAN, p. 24, 1993).

Em suma, num dia carregado de simbolismo histórico sobre a luta por direitos das mulheres, o Presidente Michel Temer nos homenageia através da expectativa de que papéis sociais de gênero, amplamente criticados e questionados pelo movimento das mulheres, sejam mantidos e perpetuados.

Em tempo, a palavra *lar*, usada também pela reportagem da revista *Veja*, anteriormente analisada, reaparece na fala do presidente não apenas para designar os afazeres de Marcela Temer, mas sim – de acordo com o entendimento de Temer – de todas as mulheres.

O problema é que numa época em que o contrato tem um grande apelo, a insistência patriarcal na importância política da diferença sexual pode facilmente sugerir que os argumentos que se referem às mulheres *enquanto mulheres* reforçam o apelo patriarcal à natureza (PATEMAN, p. 35, 1993).

²⁶⁸ Ver mais em < <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/03/discurso-de-temer-no-dia-da-mulher-vira-piada-internacional.html>>. Acessado em 04/11/19.

²⁶⁹ Ver mais em < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/08/politica/1489008097_657541.html>. Acessado em 04/11/19.

Dessa forma, a trama narrativa presente na matéria da revista Veja encontra não só correspondência direta na conjuntura política, mas na própria visão pessoal do Presidente – já que Marcela Temer – seja no discurso midiático, ou nas falas do presidente, que é seu marido – desempenha o papel historicamente definido como de esposa exemplar.

Em paralelo, vale lembrar que meses depois do *impeachment*, em entrevista ao canal Al Jazeera²⁷⁰, do Catar, Dilma Rousseff afirmou que Michel Temer a traiu politicamente. Chamando-o de traidor e ilegítimo, ela não demonstra dúvidas sobre os mecanismos que foram utilizados para que Temer assumisse o cargo da Presidência:

Ele obviamente é um presidente ilegítimo do Brasil, porque o processo que o levou ao governo, a dirigir o governo, a ser presidente, é um processo baseado em rasgar a Constituição brasileira, em transformar [...] uma votação no Senado em mecanismo de chegada ao poder. (Transcrição minha – AL JAZEERA ENGLISH, online, 2016).

Durante a entrevista, Dilma Rousseff ainda “mencionou a participação do ‘machismo e da misoginia’ em sua saída” (VEJA, online, 2016)²⁷¹: “Eu fui transformada em uma mulher dura, extremamente dura” [...] “Homem é firme, mulher é dura. Homem é determinado, a mulher é cabeça dura e só faz isso” (Idem). A ex-presidenta relembrou ainda a abordagem midiática que recebeu sobre sua decisão de sacrificar seu cachorro de 14 anos, na época portador de uma doença terminal: “Aí foi dito o seguinte: ‘Ela mata cachorro’” (VEJA, online, 2016) e concluiu: “Tem um processo de desumanização sobre mim muito forte” (Idem).

4.2 – De Guajajara a Marielle Franco: a violência política de raça e gênero

Retomando a linha do tempo proposta para guiar esta pesquisa, chega-se ao ano de 2018. Neste recorte temporal, serão analisadas as experiências de duas mulheres: Sônia Guajajara e Marielle Franco²⁷². Ambas encarnam em seus próprios corpos e trajetórias a síntese das violações, mas também das lutas de mulheres que estavam presentes no Brasil desde o início da construção do Estado brasileiro.

A formação da sociedade brasileira foi marcada por desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero que permanecem muito presentes. Nos mais de trezentos anos de escravidão, *o predomínio de uma elite agrária, proprietária e branca como grupo social dominante produziu profundas violências para as mulheres e especialmente*

²⁷⁰ Ver mais em: < https://www.youtube.com/watch?v=YcUQ_evqEpg>. Acessado em 05/11/19.

²⁷¹ Ver mais em: < <https://veja.abril.com.br/mundo/dilma-chama-temer-de-traidor-e-se-irrita-com-pergunta/>>. Acessado em 05/11/19.

²⁷² Embora Marielle não esteja presente como autora no livro organizado por Manuela d’Ávila, utilizado como objeto de estudo desta pesquisa, a representação da parlamentar mostrou-se, além adequada, necessária para a construção da análise aqui proposta – como será explicado e detalhado no item 4.2.2.

para as mulheres negras e indígenas. O patriarcalismo e a escravidão são constitutivos da sociabilidade burguesa, possuindo expressões específicas em lugares como o Brasil e outros territórios colonizados. (grifos meus – PETRONE, p. 16, 2019)²⁷³

Contemplar estas mulheres é uma ação, apesar de singela, necessária para visibilizar a diversidade das mulheres brasileiras, trazendo um olhar individualizado de suas dores, com o cuidado de alinhá-las à luta coletiva das mulheres que representam. Do ponto de vista metodológico, entendendo subjetividade como “aquilo que se relaciona unicamente a um indivíduo, sendo inacessível a outrem” (MICHAELIS, online)²⁷⁴, para se construir uma análise minimamente justa, infere-se que abarcar os relatos de mulheres diversas é condição *sine qua non* para o sucesso analítico.

Neste sentido, é interessante pensar como tanto Guajajara, quanto Marielle operam como *corpos-território*²⁷⁵: simbolizando em suas próprias carnes e pessoas espaços marginalizados como a floresta e a favela. Outro ponto importante é perceber que estes são territórios eminente e historicamente políticos, cenários de resistência, lutas, lutos, perdas e imensas violações. Estas duas mulheres encarnam também marcadores sociais que permitem – quando não demandam – um olhar racializado sobre as violências que ambas foram acometidas.

4.2.1 – Sônia Bone de Sousa Silva Santos Guajajara

O Brasil é um projeto de democracia. A humanidade, a Terra não existirão sem os povos indígenas. Então, nunca mais este país vai existir sem nós.

(Sônia Guajajara)

Formada em Letras e Enfermagem, além de ser pós-graduada em Educação Especial, Sônia Guajajara²⁷⁶ alcançou projeção internacional principalmente em razão da luta pelos direitos dos povos originários.

²⁷³ Disponível em ARUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Thithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

²⁷⁴ Visto em:

<<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/subjetividade#:~:text=1%20Car%C3%A1ter%20ou%20qualidade%20de,e%20considerados%20por%20ele%20seus.>>. Acessado em 03/03/2023.

²⁷⁵ Expressão cunhada pela autora desta pesquisa para designar o potencial representativo de pessoas oriundas de grupos sub-representados, sendo capazes de simbolizar também a diversidade de territórios dos quais se originam.

²⁷⁶ Sônia Guajajara nasceu Sônia Bone de Sousa Silva Santos Guajajara, sendo que sua trajetória como mulher indígena, guerreira, comprometida com a luta pelo meio ambiente e pelos povos originários a fez mundialmente conhecida como Sonia Guajajara: o nome de seu povo. Visto em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/220643>>; <<https://apiboficial.org/2021/10/31/sonia-guajajara/>>. Acessado em 03/03/2023.

Ser mulher de um povo originário da maior floresta tropical do planeta, a Amazônia, determinou a minha vida e a minha história de luta. *Nós, povos indígenas, sofremos conflitos e ataques há mais de cinco séculos, desde o início da colonização do nosso território, das nossas mentes e do nosso corpo. E, por isso, vivemos em constante luta pelo direito fundamental de existir.* (grifos meus – GUAJAJARA, 2022)

Com participação na Coordenação Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Sônia Guajajara já recebeu diversas honrarias como reconhecimento do seu compromisso e histórico de luta: no ano de 2019 ganhou o Prêmio Packard, da Comissão Mundial de áreas protegidas da União²⁷⁷.

Em 2010, “ela entregou o prêmio Motosserra de Ouro para Kátia Abreu, à época ministra da Agricultura, em protesto contra as alterações do Código Florestal” (ABIP, online, 2021)²⁷⁸. Tendo representação no Conselho de Direitos Humanos da ONU, “há dez anos leva denúncias às Conferências Mundiais do Clima (COP) de 2009 a 2019 além do Parlamento Europeu, entre outros órgãos e instâncias internacionais” (Idem).

Em seu texto-relato²⁷⁹, ela faz um resgate histórico sobre as múltiplas violações e opressões experimentada pelos povos indígenas, trazendo – em muitas nuances – apontamentos importantes para pensar a reprodução da lógica patriarcal e capitalista na expropriação destes grupos.

Não só nosso corpo como nossa alma, nosso ecossistema e nossa cultura. Insistindo em nos vestir com roupas que não eram nossas; ensinando as mulheres a costurar e os homens a plantar; *impondo uma divisão sexual e étnica/racial do trabalho. A intenção subliminar era a convicção de que os “índios” precisavam ser “úteis” para a nação.* (grifos meus – GUAJAJARA, 2022)

Nesse sentido, embora a Constituição de 1988 tenha trazido alguns avanços democráticos, Sônia Guajajara sinaliza que, aos poucos, pode-se perceber o reaparecimento de antigas táticas de dominação sobre seus corpos e forma de vida. A exemplo disso, ela afirma que “Militares voltam a ocupar os postos de governo, reavivando as práticas da ditadura e do colonialismo” (2022). Logo, “Se em determinado período o discurso de subjugação era revestido numa falácia de inclusão, hoje ele se escancara e se apresenta com a ‘face do ódio’. Um ódio que se irradia em quase toda a sociedade” (Idem).

Embora nunca tenha sido criminalizada legalmente, ela sinaliza que, considerando um conceito mais amplo de criminalização, rotineiramente enfrenta *discursos racistas* nas redes

²⁷⁷ Para ver mais, consultar: < <https://conexaoplaneta.com.br/blog/brasileiros-sonia-guajajara-e-carlinhos-dos-santos-recebem-premio-da-uniao-internacional-pela-conservacao-da-natureza/#fechar>>. Acessado em 03/03/2023.

²⁷⁸ Ver mais em: < <https://apiboficial.org/2021/10/31/sonia-guajajara/>>. Acessado em 03/03/2023.

²⁷⁹ GUAJAJARA, Sônia. Mulheres-água, mulheres-terra, mulheres-semente: resistência viva! *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Edição Kindle. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

sociais com comentários que buscam desencorajar e deslegitimá-la. Chamando-a de índia Nutella, ou índia *hightech*, ou ainda acusando-a de não ser índia de verdade²⁸⁰, Guajajara chama atenção, no entanto, para o fato de nunca questionarem se “a história predominante da colonização era de mentira”(2022).

Hoje algumas iniciativas buscam mapear a violência política de gênero nas redes. O MonitorA – projeto da AzMina em parceria com o Instituto Update e InternetLab²⁸¹ – observou o discurso de ódio contra candidatas nas eleições de 2022 e verificou que durante a primeira semana de campanha houve, “[...] 518 aparições de termos como louca, doida, maluca, desequilibrada, histérica e descontrolada relacionados a candidatas” (INTERNETLAB, online, 2022)²⁸².

Os resultados da primeira semana de avaliações mostram que a histórica atribuição de estereótipos de loucura e histeria a mulheres que levantam a voz segue sendo uma das principais ferramentas de tentativas de controle sexista. Adjetivos como “maluca” e “descontrolada” e questionamentos como “você esqueceu de tomar seu remedinho hoje?” aparecem para candidatas dos mais diferentes espectros políticos. (INTERNETLAB, online, 2022)

Tendo analisado 10.346 postagens potencialmente ofensivas, o estudo revelou que “Ao todo, 30,76% das publicações, ou seja, 3.182, tratam as candidatas com algum nível de hostilidade (INTERNETLAB, online, 2022) e que “Em quase 900 delas, foram identificadas pelo menos duas ofensas” (Idem). Considerando que “O discurso misógino é o principal tipo de ofensa, acompanhado de narrativas que diminuem as candidatas subestimando sua capacidade intelectual, insultam seus corpos e questionam sua moral” (Idem), verificou-se ainda que há “[...] presença de termos racistas, com preconceito étnico ou regional” (Idem).

²⁸⁰ Conteúdos de postagens racistas comentadas por Guajajara em seu relato.

²⁸¹ Disponível em: < https://azmina.com.br/projetos/monitora-2020/?utm_source=site&utm_medium=site&utm_campaign=06-09-22monitora-violencia-politica-de-genero>. Acessado em 22/11/2023.

²⁸² Disponível em: < <https://internetlab.org.br/pt/noticias/louca-doida-e-maluca-misoginia-domina-ofensas-a-candidatas-nessas-eleicoes/>>. Acessado em 22/11/2023.

Figura 24 - Infográfico sobre análise das postagens realizadas pelo MonitorA em 2022.



Fonte: AzMina, InternetLab e Núcleo Jornalismo, 2022.

A grande recorrência de ofensas morais, adjetivos agressivos e de cunho sexual apontam para o fato de que “[...] a necessária *divisão entre atuação pública e a vida privada das mulheres não é respeitada*” (grifos meus – INTERNETLAB, online, 2022).

São adjetivos como ‘mal comida’, ‘mal amada’, sempre remetendo ao corpo, à sexualidade, às questões particulares das mulheres, é um conteúdo muito diferente do que os homens recebem. (Idem)

De acordo com Cristiane Brum Bernardes, estas violações são um obstáculo à participação política da mulher ou, em suas palavras, “[...] uma forma muito eficiente de excluir mulheres do jogo político” (Idem). Ainda de acordo com Bernardes, “Este é inclusive um ponto onde as atuais parlamentares concordam: é necessário um ambiente mais saudável para que as mulheres possam atuar politicamente” (Idem).

Vale pontuar ainda que entre as mulheres mais atacadas, que concorrem a uma cadeira na Câmara Federal, estavam a “[...] a ativista pelos direitos dos povos indígenas e já deputada Sônia Guajajara (PSOL-SP), a deputada preta Benedita da Silva (PT-RJ) e a candidata transgênero Duda Salabert (PDT-MG)” (INTERNETLAB, online, 2022).

Nesse sentido, os resultados da investigação realizada pelo MonitorA, articulados ao relato de Guajajara, ajudam a determinar de que forma seu corpo feminino – assim como o de outras candidatas, sobretudo mulheres negras e trans – são objetos de misoginia.

Ao longo da sua trajetória de luta, a líder afirma que as primeiras tentativas de silenciá-la aconteceram quando “ainda estava no processo de organização e de fortalecimento do movimento indígena no Maranhão” (GUAJAJARA, 2022). Superadas estas agressões, ao organizar o enfrentamento da construção da hidrelétrica de Belo Monte, logo após ter assumido a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), um discurso acusatório e também persecutório qualificou seu grupo como contrários ao desenvolvimento, com o argumento de que ““Querem Hilux, geladeira, mas não querem hidrelétrica”” (Idem).

Esse discurso também não era novo. Durante a ditadura militar, as violências praticadas contra indígenas estavam associadas à política desenvolvimentista. Nosso território era colonizado para a implementação do projeto político e econômico capitalista sob a justificativa da integração e da segurança nacional (GUAJAJARA, 2022).

Em 2013, quando iniciou seu mandato na ABIP, Sônia Guajajara sinaliza que, atuando com mais ênfase no Congresso Nacional – “cada vez mais conservador” (2022) –, novos ataques surgiram, buscando novamente silenciá-la. No entanto, após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, Guajajara afirma *existir uma intensificação de articulações visando provocar um movimento de separação entre os próprios indígenas*.

A partir do golpe de Estado em 2016 – liderado por Michel Temer (vice-presidente da República) e Eduardo Cunha (presidente da Câmara dos Deputados) –, fortalecidos pela chegada de Bolsonaro ao comando do país, *o governo e a bancada ruralista começaram a investir em estratégias para provocar o confronto entre indígenas, tentando nos dividir para acabar com os processos de resistência. Houve o resgate dos discursos do integracionismo e das práticas da ditadura, procurando construir a ideia de que o movimento está dividido a fim de atrair indígenas para apoiar o seu projeto.* (grifos meus – GUAJAJARA, 2022).

Com a pauta da luta pelos direitos dos povos originários ganhando atenção internacional, novos ataques surgiram na intenção de fragilizar o movimento sendo que, de acordo com Sônia Guajajara, “A grande razão dessas agressões é o fato de que *nossos enfrentamentos questionam as estruturas da sociedade brasileira e os setores conservadores do poder político e econômico do país*” (grifos meus – 2022).

Em fevereiro de 2018, Guajajara publicou uma carta sobre o lançamento da sua pré-candidatura para disputar as eleições presidenciais daquele ano pelo PSOL.

E quero aqui começar o ano falando sobre candidaturas indígenas em 2018. Diante de todos os ataques e retrocessos que vêm perdurando durante toda a história, se *faz necessário que nós, indígenas, com toda a nossa sabedoria, ancestralidade e articulação, possamos nos adentrar nas candidaturas das próximas eleições para pleitear as vagas nos espaços institucionais ao Parlamento e ao Executivo, conforme forem as nossas articulações políticas partidárias, e, assim, começarmos a ocupar esses espaços que, até hoje, 518 anos depois, é ocupado em sua maioria por representantes muito distantes ou totalmente contrários às causas populares e à diversidade desse país.* (grifos meus – GUAJAJARA, Facebook, 2018)²⁸³

Em tom contundente, ao longo da carta a líder indígena fala sobre a importância de se fortalecer as alianças entre os partidos que se aproximam ou se assemelham dos propósitos e princípios da luta indígena. Afirmando existir uma *guerra* dentro do Congresso Nacional, Guajajara aponta para a urgência de representantes indígenas ocuparem formalmente espaços institucionais.

Nos últimos anos, *tenho acompanhado muito de perto a guerra dentro do Congresso Nacional. É de fato uma guerra sem trégua.* Temos ali alguns poucos aliados que nos apoiam, nos defendem, nos ajudam, mas a nossa presença ali faz muita falta. *Todos os dias, somos alertados de alguma medida, que tem a ver com a nossa pauta, que deve ou não entrar para a ordem do dia (linguagem adotada no Congresso para votar seus projetos de lei ou Pecs). E muitas das vezes já sabemos em cima da hora, o que impossibilita nossas mobilizações.* Mesmo assim temos feito muito. A presença de delegações dos estados tem feito uma grande diferença, *mas a nossa percepção cada dia constata que precisamos ter uns ou umas de nós ali dentro.* (grifos meus – GUAJAJARA, Facebook, 2018)

O lançamento da pré-candidatura de Sônia Guajajara²⁸⁴, na ocasião das eleições de 2018, pode ser considerado paradigmático na história política do Brasil, visto que, de acordo com a própria líder indígena, “*Essa é a primeira vez que uma pré-candidatura à presidência, ainda que pré, é lançada por um setorial amplo, plural e diverso do partido*” (grifos meus – GUAJAJARA, Facebook, 2018). Ainda em sua carta, ela afirma que o manifesto criado por um grupo composto de indivíduos diversos, a fim de oportunizar o lançamento de sua candidatura, obteve assinatura e apoio de milhares de pessoas (de dentro e fora do Brasil), oriundas “*dos mais diversos setores sociais: de indígenas a quilombolas, de operários industriais a sem tetos,*

²⁸³ Trecho da carta de lançamento da pré-candidatura de Sônia Guajajara. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/357075828890494/>. Acessado em 03/03/2023.

²⁸⁴ Em razão da imprecisão de data das informações presentes no relato da líder indígena, para efeitos da localização da sua experiência na linha do tempo elaborada para este trabalho, considera-se que a participação de Guajajara na composição de chapa com Guilherme Boulos já estava sendo articulada dias antes do assassinato de Marielle Franco. Como pode ser visto em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/03/10/psol-lanca-pre-candidatura-de-boulos-a-presidencia.htm>>. Acessado em 03/03/2023.

de ambientalistas a pescadores artesanais, de feministas a estudantes, adultos, idosos, jovens e até crianças”(grifos meus – Idem) – todos pedindo para que ela aceitasse o desafio.

Chama atenção a diversidade de atores sociais que, de acordo com Guajajara, se mobilizou diante sua pré-candidatura: ao refletirem em múltiplas nuances pautas progressistas, além de lutas diversas, o espectro de coalizões dos setores citados por ela cria uma interessante simetria dentro da perspectiva neoconservadora, na medida em que reproduzem o oposto dos argumentos e objetivos das coalizões dos atores que caracterizam a extrema direita do Brasil atualmente.

Compondo chapa com Guilherme Boulos, então líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Sônia Guajajara afirma que sofreu vários ataques através de *fake news*: muitas vezes acusando-a de falsidade ideológica ou associando-a ao tráfico de drogas, por exemplo.

Escreveram matérias tentando argumentar que eu não era indígena, uma vez que o nome “Guajajara” não consta no meu documento oficial. Tentaram também me caracterizar como traficante. Com essa intenção, em várias entrevistas me perguntavam alguma coisa relacionada à maconha como droga. Eu sempre tratei essa planta como uma erva medicinal, pois é isso que ela significa para o meu povo: uma erva, como o alecrim-do-campo, com poder de cura muito grande. (GUAJAJARA, p. 145, 2018)

Fazendo uma brevíssima análise sobre os aspectos das agressões citadas, chama atenção como, ao mirarem em sua identidade, tentando deslegitimá-la enquanto indígena (utilizando aqui a questão do nome de nascimento como argumento), os agressores acabam indiretamente afirmando que caso ela fosse uma *verdadeira indígena* não deveria estar usufruindo de bens e /ou espaços que conotam, do ponto de vista social, civilidade.

Em outras palavras, pode-se inferir que sob a perspectiva dos agressores, sendo ela indígena, seu lugar não é no parlamento, tampouco é permitido a ela usufruir de bens – gerando o raciocínio indireto de que a civilidade não lhe cabe. E aqui há uma perversidade muito particular direcionada a estes grupos, pois, através da lógica exposta, é como se renunciar aos espaços e signos de poder fosse condição necessária para estes indivíduos se validarem enquanto indígenas. Ao mesmo tempo, caso o façam, estes grupos estariam concordando e reforçando uma visão que historicamente sempre visou exterminá-los: eis a atrocidade do jogo político conservador no contexto dos povos originários – ao conjugar aspectos da lógica capitalista, imputa na cena política argumentos para a exclusão destes grupos dos espaços de poder, na medida em que indiretamente os qualifica como selvagens.

Do mesmo modo, também é importante observar a racionalidade por trás da falsa alusão ao tráfico de drogas: sabendo da conexão e relação dos indígenas com a natureza –

principalmente seu conhecimento sobre ervas e plantas – os agressores se utilizam da pauta da descriminalização da maconha, que é sabidamente um tabu social²⁸⁵, para tentarem rotular Sônia Guajajara socialmente, atribuindo-lhe o estereótipo de traficante de drogas.

Neste sentido, é significativo verificar como ao construírem estas narrativas não atingem apenas Guajajara, mas todos os diversos indígenas brasileiros – representados direta ou indiretamente por ela –, visto que, à exemplo desta última análise, a relação em harmonia deles com a natureza é um aspecto comum e central destas comunidades.

Classificando a política como “a ciência de governar” (GUAJAJARA, 2022) a líder indígena explica ainda que as mulheres destes povos originários têm “a capacidade de escutar a terra, os biomas” (Idem). Em seu relato, ela também aciona diferentes marcadores sociais para falar das várias formas de intolerância que caracterizam historicamente o Estado brasileiro, resultando na morte e violação de diferentes grupos sociais. Mulher, nordestina e indígena, além da violência de gênero, ela experimentou ao longo da vida – sobretudo enquanto pessoa política – outro tipo de violência estrutural: o racismo.

As lutas que travamos hoje – indígenas, quilombolas, MTST e outros – abalam as estruturas do Estado capitalista, articulando a resistência contra a dominação, a exploração e o controle sobre os corpos e suas concepções. [...] Para romper com essa realidade, nós temos que derrotar essa estrutura de Estado e o racismo estrutural. O racismo existe contra o preto e contra o indígena, resultando em exclusão e violência. Mas nós resistimos. *Fazemos a nossa própria autodemarcação: elegendo nossos representantes indígenas, demarcando nossas cadeiras no parlamento e formando nossos próprios especialistas acadêmicos e tradicionais.* (grifos meus – 2022)

Nesse sentido, em relação aos ataques citados, Sônia Guajajara é categórica ao afirmar que eles estão associados a criminalização, ao racismo e ao machismo – evidenciando o caráter misógino, mas também racista, das violações experimentadas por ela, sobretudo no âmbito das disputas políticas.

Associo esses ataques a três fatores: a criminalização, o racismo e o machismo. *Por ser uma mulher indígena amazônica e nordestina, eu estava subvertendo um lugar que me fora determinado na história.* A minha militância nasce do meu ser, esta mulher indígena que nunca temeu nenhum desafio e que sempre teve orgulho de suas raízes. Portanto, enfrentar todos esses ataques era somente uma questão de tempo. (GUAJAJARA, p. 145, 2018)

Mais ainda: estas violações relatadas por Guajajara, explicitam como articulações e disputas no cenário político garantem a permanência do capitalismo predatório, enquanto sistema econômico. De acordo com Talíria Petrone, autora do prefácio à edição brasileira do livro *Feminismo para os 99%: um manifesto*,

²⁸⁵ Ver mais em < <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/cannabis-o-tabu-que-virou-lei/>>; < <https://revista.uemg.br/index.php/praxys/article/view/6563>>. Acessados em 03/03/2023.

Para as mulheres negras e indígenas, a realidade brasileira e latino-americana em geral é de segregação e marginalização. No Brasil, o avanço do agronegócio e do modelo extrativista da monocultura, somado a uma série de retrocessos na luta pela demarcação das terras indígenas e quilombolas, mostra a necessidade de o nosso feminismo incorporar a luta por um outro modelo de desenvolvimento que enfrente a predatória lógica produtivista e de expropriação da terra e do território de povos originários, tão parte do modelo colonial que sustenta o capitalismo. (PETRONE, p.17, 2019)

Petrone também chama atenção para como a solidificação do sistema capitalista está conectada com a dominação e invasão dos territórios latino-americano, de maneira que a imposição global “de um *modelo de ser humano universal* moderno” (grifos meus – p. 16, 2019) se reflete “na prática, ao homem, branco, patriarcal, heterossexual, cristão, proprietário (Idem) – em suma, “Um modelo que deixa de fora diversas faces e sujeitos, em especial as mulheres” (Idem). Aqui é interessante notar *como a selvageria do mercado sobrevive através da falsa selvageria atribuída aos povos originários, sobretudo às mulheres.*

Nesse sentido, através de um olhar subjetivo, mas que encontra eco no coletivo, é importante atentar para como a violência política de raça e gênero se desenvolve nas vivências de Guajajara. Sendo indígena, pertinente a um grupo que viveu várias tentativas de extermínio, ela tem em sua própria história e trajetória a resistência como aspecto fundamental para possibilitar sua existência na contemporaneidade. Por ser mulher e nordestina, sua identidade sintetiza outras nuances e lugares de luta, de tal modo que, analisando o conjunto destes três marcadores, ao ocupar espaços negados ao gênero feminino, aos nordestinos e aos indígenas, a pessoa de Guajajara desafia a visão hegemônica de não apenas um, mas de alguns processos históricos interpostos. Dito de outra forma, a partir de uma perspectiva interseccional, infere-se que sua presença nestes territórios políticos é testemunho vivo e resposta-resistência²⁸⁶ às tentativas de apagamentos dos três recortes que ela encarna e representa.

Nesse sentido, afirmando que “A candidatura à copresidência em 2018 foi uma resposta do movimento indígena ao sistema político tradicional” (p. 145, 2018), Sônia Guajajara admite ainda que:

[...] eu assumi um risco pessoal num contexto de ódio, por acreditar que nós, os povos originários, mulheres indígenas, precisamos estar nesse lugar de decisão política para repensarmos esses espaços a partir das nossas perspectivas e assegurar nossos direitos. (grifos meus – 2022)

Reiterando que há uma campanha de ódio em curso no Brasil, Sônia Guajajara chama atenção para o fato de que, além do racismo contra os indígenas não só não ter sido superado, ele se mostra crescente no cenário contemporâneo – acentuando-se “ainda mais – na internet,

²⁸⁶ Expressão cunhada por mim visando dar ênfase ao sentido da palavra “resposta”.

nas rádios, nos jornais” (GUAJAJARA, 2022) e, em de certo modo, também se institucionalizando “porque têm autorização até mesmo do governo” (Idem). Situando-se temporalmente na transição do governo de Temer e de Bolsonaro, a líder indígena não explicita sobre qual governo este trecho de seu relato se refere. Na verdade é uma crítica que pode ser aplicável a ambos: basta lembrar que o governo de Michel Temer foi marcado por grandes retrocessos no que tange os direitos dos povos originários.

Uma reportagem publicada pelo *Le Monde Diplomatique Brasil* – e assinada por Erika Yamada e Luís Donisete Benzi Grupioni²⁸⁷ – trazia graves denúncias de descumprimento das obrigações constitucionais por parte do governo brasileiro em relação à pauta dos direitos indígenas.

O governo de Michel Temer vem colecionando momentos constrangedores em instâncias internacionais por não cumprir seus deveres constitucionais para com os povos indígenas. A repetida ausência de representantes do Ministério da Justiça em audiências e sessões que tratam de violações aos direitos indígenas em organismos internacionais como a ONU e a OEA tem imposto desafios para a diplomacia brasileira, que, diga-se de passagem, não tem se saído bem na defesa do governo, levantando questionamentos sobre o seu real compromisso com a agenda de direitos humanos. (LE MONDE, online, 2017)

A matéria menciona ainda o episódio do 162º período de sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que aconteceu em maio de 2017, na cidade de Buenos Aires. Na ocasião, atendendo ao pedido da “Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em conjunto com a Rede de Cooperação Amazônica (RCA), Plataforma Dhesca e outras 27 entidades indígenas, indigenistas e de defesa de direitos humanos” (LE MONDE, online, 2017), a CIDH realizou uma audiência com representantes do Estado brasileiro para tratar da situação dos direitos dos povos indígenas no país. No entanto, em vez de enviar representantes do Ministério da Justiça e da Funai, “O governo brasileiro foi representado por diplomatas do Itamaraty” (Idem). Tal postura foi contestada por representantes da sociedade civil, presentes na ocasião:

[...] a falta revelava o descaso e a não disposição para o diálogo por parte do governo Temer e de seus sucessivos ministros da Justiça – comprometidos com sua base parlamentar, fortemente composta por defensores do agronegócio e contrária aos direitos indígenas e de comunidades tradicionais. (LE MONDE, online, 2017)

Tanto a OEA²⁸⁸, quanto a CIDH têm realizado análises sobre diferentes casos de violações coletivas e individuais acerca dos direitos humanos dos povos indígenas – como os povos

²⁸⁷ Ver mais em: < <https://diplomatique.org.br/povos-indigenas-na-mira-de-um-governo-ilegitimo/>>. Acessado em 03/03/2023.

²⁸⁸ Abreviação da Organização dos Estados Americanos, que tem a CIDH como seu órgão principal e autônomo, encarregado da promoção e proteção dos direitos humanos no continente americano. A CIDH é integrada por sete

da Raposa Serra do Sol, os Guarani Kaiowá, os Yanomami, os Xukuru e outros –, porém esta teria sido a primeira vez que uma audiência era feita com o intuito de tratar da situação nacional dos povos indígenas, dentro de uma “conjuntura de retrocessos institucionais que tem chamado a atenção da comunidade internacional” (LE MONDE, online, 2017).

Prova disso é que *ao se realizar uma comparação entre 2015 e 2017, verifica-se uma redução de cerca de 80% da verba destinada ao orçamento da Funai*, cujo foco eram “ações voltadas a povos isolados e de recente contato” (LE MONDE, online, 2017), acarretando o fechamento de diversas bases do órgão. Outras graves denúncias também chamam atenção, tais como:

[...] o cancelamento de todas as reuniões de 2017 e inviabilização dos trabalhos do Conselho Nacional de Política Indigenista; o avanço de projetos de lei que visam flexibilizar o licenciamento ambiental e abrir as terras indígenas para a exploração; e as autorizações administrativas de obras e empreendimentos que impactam as terras e a vida de povos indígenas sem sua consulta livre, prévia e informada. (LE MONDE, online, 2017)

Relacionando este cenário desolador ao relato de Sônia Guajajara, verifica-se que, ao trazer perguntas absolutamente pertinentes, a líder revela grandes incoerências sobre a ausência da presença dos povos originários no debate e espaço políticos.

O nosso modo de habitar, o nosso modo de viver e de cuidar da terra, pode salvar o planeta, mas é visto como uma ameaça. Isso é muito controverso. Nós estamos oferecendo apoio, disponibilidade para cuidar da vida de todo mundo, e ainda assim somos vistos como uma ameaça? (2022)

Fazendo uma interlocução com a reportagem trazida anteriormente, a líder indígena lembra que além dos direitos territoriais e culturais, a Constituição garante o direito de ir e vir, de maneira que tais violações significam pragmaticamente “a negação do direito coletivo pelo direito individual” (GUAJAJARA, 2022). Dito de outra forma, “*é a afirmação da ideia de propriedade privada opondo-se à noção de território coletivo e sob a natureza*” (grifos meus – Idem).

Refletindo ainda acerca do abandono e negligência sofridos pelos indígenas, nas palavras de Guajajara, o episódio da pandemia da COVID-19 “escancarou a desigualdade, a exclusão, o racismo e a violência” (2022) contra estes grupos, chamando atenção para o fato de que:

O ano de 2020 começou para os não indígenas como uma novidade, porém, para nós, é uma velha conhecida: pandemia! Não é de hoje que nossa existência é dizimada por ameaças virulentas. Os anciãos de todos os povos, mesmo daqueles que já possuem

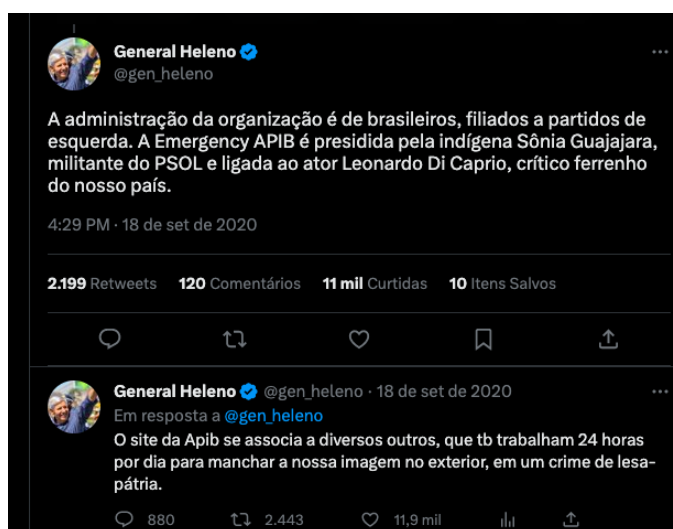
membros independentes que atuam de forma pessoal e tem sua sede em Washington, D.C. Foi criada pela OEA em 1959 e, juntamente com a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH), instalada em 1979, é uma instituição do Sistema Interamericano de proteção dos direitos humanos (SIDH). Para saber mais: < <https://www.oas.org/pt/CIDH/jsForm/?File=/pt/cidh/mandato/que.asp>>. Acessado em 03/03/2023.

longas histórias de contato com a sociedade não indígena, narram episódios a respeito das inúmeras doenças letais trazidas, pelos colonizadores, ao nosso convívio. (GUAJAJARA, 2022)

Ela assinala que com a pandemia de COVID-19, “os não indígenas passaram a experimentar o potencial de destruição que, por inúmeras vezes, dizimou nossos povos e reduziu culturas” (2022). Construindo uma chocante simetria infere-se que a mortalidade do Coronavírus vivenciada pela população brasileira não indígena – articulada à negligência do governo brasileiro no que tange as vacinas – equivale ao abandono secular dos grupos indígenas pela nação, resultando em mortes e extermínio. Em outras palavras, o genocídio²⁸⁹ que experimentamos durante a pandemia de COVID-19 é vivenciado por estes brasileiros e brasileiras há séculos.

Diante das denúncias “sobre as omissões do Estado e sua estratégia institucional de propagação do coronavírus” (GUAJAJARA, 2022), o governo brasileiro respondeu através de ataques endereçados a estes grupos (Figura 25).

Figura 25 - Post do General Augusto Heleno, então ministro do Gabinete de Segurança Institucional.



Fonte: Twitter, 2020.

Por sua grande relevância representativa, principalmente no cenário internacional, boa parte destes ataques recaíram de maneira mais enfática sobre Guajajara.

O ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) caluniou a Apib e a mim, diretamente, pelas redes sociais²⁹⁰. Por fim, o governo publicou a Resolução n. 4, de

²⁸⁹ Ver mais em: BREDA, Tadeu (org.). Bolsonaro genocida. São Paulo: Elefante, 2021.

²⁹⁰ Referindo-se a publicação feita no Twitter pelo perfil do General Augusto Heleno em 18/09/2020. Disponível em: < https://twitter.com/gen_heleno/status/1307038963555860484 >. Acessado em 03/03/2023.

22 de janeiro de 2021/MJSP/Funai, para dizer quem é indígena neste país, reeditando as antigas estratégias coloniais de tutela e etnocídio. (GUAJAJARA, 2022)

Dentro da perspectiva da líder indígena, percebe-se ainda a urgência destes povos ocuparem espaços políticos e institucionais para – nas palavras de Guajajara – realizarem sua própria demarcação. Corroborando o pensamento trazido por ela, em texto publicado no livro *Feminismo para os 99%: um manifesto*, a então deputada Joênia Wapichana, da comunidade indígena Truarú, do Estado de Roraima, sinaliza que é fundamental realizar mudanças nos diferentes elos de poder, a fim de contemplar e garantir participação de um amplo espectro de indivíduos – inclusive dos indígenas.

As relações de poder precisam ser revistas, subvertidas, transformadas – sejam elas entre homens e mulheres, entre seres humanos de culturas e origens diferentes, entre seres humanos e o planeta, entre os donos do capital e dos meios de produção e os que entram com sua força de trabalho e de reprodução social, ou que trazem à humanidade cultura e criatividade. Assim, *é fundamental um olhar específico de inclusão dos segmentos invisíveis nos espaços de poder – um olhar que abarque e seja abarcado pelos Povos Indígenas*. (WAPICHANA, não paginado, 2019)²⁹¹

Infere-se que este processo é fundamental não só para estes grupos resistirem à expropriação de seus corpos e saberes, mas também para assegurar a construção de um projeto coerente de nação – da qual eles legitimamente fazem parte. É um caminho justo para inseri-los em decisões que lhes afetam, resguardando, neste caso, suas subjetividades, mas sobretudo sua identidade enquanto povo brasileiro.

Pessoas nos dizem que se ocuparmos espaços institucionais deixaremos de ser indígenas. *Essa é, em síntese, a violência imposta pelos colonizadores: colonizadores de nossas dores, que colonizam corpos, mentes, terra e sementes*. Colonizadores têm medo de nossa potência, de nossa força, porque somos mulheres-água, mulheres-terra. Se temos sabedoria da terra, temos sabedoria para enfrentar qualquer tempestade. (grifos meus – GUAJAJARA, 2022)

Criado em 2021²⁹², o Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP) tem por objetivo “monitorar indicadores e centralizar estudos sobre a atuação política de mulheres em âmbito federal, estadual e municipal” (CÂMARA, online, 2023)²⁹³. Vinculado à Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e coordenado atualmente por quatro deputadas²⁹⁴ – Yandra

²⁹¹ ARUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Thithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Edição digital. São Paulo: Boitempo, 2019.

²⁹² Disponível em: <https://bancadafeminina.alesc.sc.gov.br/observatorio-da-mulher-publica-estudo-sobre-representacao-feminina-nos-parlamentos-brasileiros/>. Acessado em 22/12/2023.

²⁹³ Visto em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica>. Acessado em 22/11/2023.

²⁹⁴ Dados referentes à composição da Coordenação do Observatório no ano de 2023, disponível na mesma fonte da nota anterior.

Moura (União/SE), Daiana Santos (PCdoB/RS), Amanda Gentil (PP/MA) e Tabata Amaral (PSB/SP) – o órgão divulgou em 2022 uma Nota Técnica²⁹⁵ na qual afirma que:

A qualidade de uma democracia pode ser medida por vários índices. A eficiência da democracia, com alto grau de satisfação da cidadania com o regime político, e a legitimidade do sistema, com a ausência de questionamento a respeito da integridade eleitoral, são dois elementos muito importantes. Mas a representatividade de governos e parlamentos é um dado essencial para verificar a permeabilidade do sistema à diversidade e pluralidade presentes na sociedade. (grifos meus – CAMARA, online, 2023)

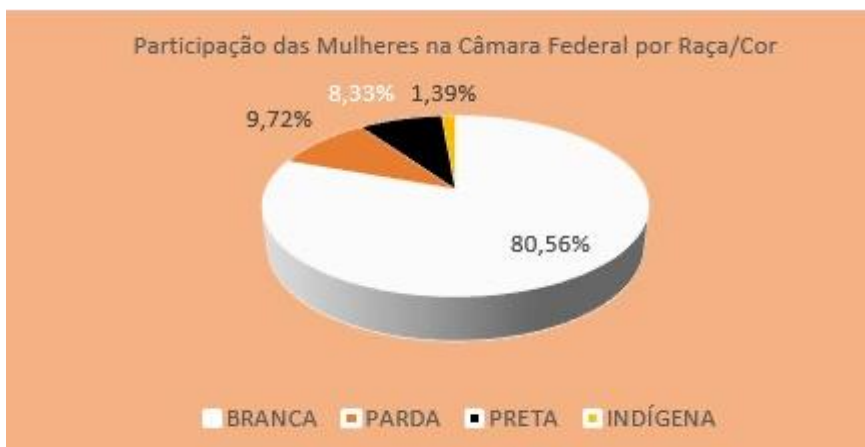
Debruçando-se apenas na questão da representatividade, com foco na dimensão de gênero, o documento explica que mesmo “[...] que a política seja feita por mulheres a todo momento o *poder é essencialmente masculino*” (grifos meus – Idem).

Ao analisar a participação das parlamentares na composição da Mesa Diretora e nas Comissões Permanentes da Câmara Federal, percebe-se que em 2018 “a Câmara Federal conseguiu alcançar um marco importante no que tange à representação feminina, tendo em vista o aumento de 51% de mulheres eleitas em relação ao pleito de 2014” (CAMARA, online, 2023). Porém, apesar deste crescimento ser positivo, “o número anterior era muito discreto, o que não permitiu que, mesmo nesta legislatura, o Brasil superasse países como a Arábia Saudita, cuja porcentagem de mulheres no Parlamento alcança 19,87%” (Idem).

Ainda de acordo com a Nota, em agosto de 2022, o quadro de representação da Câmara Federal por sexo/gênero divide-se em 85,19% de presença masculina e 14,81% de participação feminina: números já bastante elucidativos da baixa representatividade de mulheres nos espaços de poder. No entanto, ao se acrescentar a estes dados “o marcador de raça/cor, outro ângulo mais preocupante se apresenta, tendo em vista que os resultados nos mostram uma outra face do processo de exclusão” (CAMARA, online, 2023).

²⁹⁵ NOTA TÉCNICA 04/2022 - Mulheres em posição de poder nos parlamentos do Brasil – Câmara Federal, Assembleias Legislativas estaduais e do Distrito Federal, de autoria de Ermelinda de Fátima Ireno de Melo e Eneida Desiree Salgado. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/estudos-em-parcerias>. Acessada em 22/11/2023.

Figura 26 - Participação das Mulheres na Câmara Federal - 56a Legislatura - por raça/cor



Fonte: Nota técnica 04/2022 – Câmara dos Deputados/ONMP, 2023.

Ao analisar estes dados verifica-se outras camadas de exclusão, evidenciando que dentro do contexto da participação feminina na cena política, mulheres negras e indígenas são *a minoria da minoria* – sendo Joênia Wapichana (REDE), a primeira mulher indígena a ocupar uma cadeira na Câmara Federal.

A baixa representação de mulheres negras nos espaços do legislativo brasileiro é, com certeza, um dos indicadores que nos mostra como o racismo se estrutura tanto na sociedade quanto nas instâncias partidárias, com vistas a garantir a manutenção do poder nas mãos de uma parcela da população representada pela categoria masculina, branca e burguesa. Por outro lado, não podemos deixar de ressaltar que o racismo operante nestas instituições também fez com que as mulheres negras se recusassem a participar da arena política e poucas se colocassem à disposição para esta disputa da política formal. O homem branco segue, em pleno século XXI, considerando-se capaz de representar toda a universalidade de pessoas. (CAMARA, online, 2023)

A histórica negligência com a qual sucessivos governos trataram os povos originários – resultando em uma respectiva marginalização destes grupos –, confere, não apenas uma grave violação identitária, mas também explicita o racismo estrutural e institucional que cerceia pessoas indígenas e negras de ocuparem espaços políticos, impedindo-os também a participarem e transitarem em diferentes esferas de poder. Tal interdição acaba revelando-se como espelho das múltiplas violências e intolerâncias experimentadas por muitos indivíduos que não se enquadram aos padrões sociais dos grupos dominantes.

Nosso país não tolera a diferença, não tolera indígena, não tolera negro, não tolera pobre, não tolera pessoas da comunidade LGBTQIA+. *É um país da intolerância, da impunidade. Quem não é tolerado é morto, porque o assassino tem certeza da impunidade.* (grifos meus – GUAJAJARA, 2022)

Articulando as percepções do trecho acima, com o título de seu próprio relato “Mulheres-água, mulheres-terra, mulheres-semente: resistência viva!”, Sônia Guajajara parece conseguir sintetizar a complexidade de uma das maiores tragédias do cenário político contemporâneo brasileiro: o assassinato da vereadora Marielle Franco e o consequente levante de resistência acionado por ele.

4.2.2 – Marielle está morta

Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor,
companheira me ajude, que eu não posso andar só! ²⁹⁶

Considerando que esta é uma pesquisa sobre violência política de gênero no Brasil contemporâneo, é, no mínimo, inconcebível não falar da morte de Marielle Franco. Do ponto de vista prático da análise, enfrentei um problema metodológico: partindo da ideia de que um dos principais objetivos do trabalho é investigar a violência política de gênero sob a perspectiva da vítima – através dos relatos presentes no livro organizado por Manuela d’Ávila –, no caso de Marielle Franco isto seria inviável, afinal ela foi morta antes da elaboração e publicação do livro.

No entanto, a justificativa para sua presença no trabalho se desenvolve a partir *de três argumentos principais*. O primeiro reside fundamentalmente na dimensão *pragmático-simbólica* do seu assassinato.

Quinta vereadora mais votada no Rio de Janeiro – eleita com cerca de 46 mil votos, durante as eleições de 2016²⁹⁷ – enquanto retornava para sua casa, no dia 14 de março de 2018, após participar do evento “Jovens Negras Movendo as Estruturas”, na Casa das Pretas²⁹⁸, bairro da Lapa, Marielle foi assassinada com, pelo menos, 4 tiros na cabeça²⁹⁹.

A impossibilidade de Marielle Franco estar presente para se manifestar sobre a violência que sofreu, por ter sido assassinada, representa *pragmaticamente* os apagamentos experimentados por vítimas de homicídios motivados pela condição de ser mulher – os feminicídios. Mas

²⁹⁶ Trecho de uma canção presente em diversas manifestações feministas, inclusive algumas em homenagem a Marielle Franco. Ver mais em: <<https://edicaodobrasil.com.br/2018/03/02/8-de-marco-dia-de-celebrar-uniao-entre-mulheres/>>. Acessado em 20/02/2023.

²⁹⁷ Ver mais em <<https://exame.abril.com.br/brasil/quem-era-marielle-franco-vereadora-do-psol-assassinada-no-rj/>>. Acessado em 30/07/2018.

²⁹⁸ A Casa das Preta é um espaço destinado a encontros, trocas, produção e prática de saberes específicos da vivência das mulheres negras. Ver mais em: https://www.facebook.com/pg/CasaDasPretas1/about/?ref=page_internal. Acessado em 14/07/2018.

²⁹⁹ Mais detalhes sobre o crime disponíveis em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/07/24/o-que-se-sabe-sobre-as-mortes-de-marielle-franco-e-anderson-gomes.ghtml>. Acessado em 27/07/2019

no caso de Marielle é fundamental entender que este aconteceu possivelmente em razão de sua atuação política. Corroborando esta hipótese, Mônica Benicio, viúva de Marielle Franco, em entrevista concedida ao canal Eu, Rio! TV (disponível na plataforma YouTube), diz ter certeza da intenção do crime, principalmente em razão do que a vereadora representava:

Sou convencida de que *foi um crime político* [...] Ela era uma expressão de resistência e a resistência dela “tava” [sic] expressa ali, no corpo dela: mulher, negra, lésbica, favelada [...] que na hora de se pronunciar fazia isso sem nenhum medo, convicta do que “tava” [sic] defendendo. Ela era muito competente tecnicamente e tinha muito carisma. Eu acho *que pra quem não tá interessado em ver alguém que represente de verdade os interesses do povo no poder, a Marielle era um perigo*. (grifos meus – BENÍCIO, YouTube, 2018).³⁰⁰

Tanto as circunstâncias, como também os principais aspectos do assassinato da vereadora impeliram a formulação de um novo conceito teórico: a expressão *feminicídio político* é atualmente trabalhada pela deputada estadual Renata Souza – ex-chefe de gabinete da vereadora assassinada – em seu pós-doutorado³⁰¹, na Universidade Federal Fluminense (UFF). A parlamentar ressalta a urgência em categorizar o crime através da citada expressão, localizando-a dentro do contexto contemporâneo brasileiro, abrindo assim possibilidades para, inclusive, tipificá-la juridicamente.

É relevante o empreendimento desse esforço de categorização da expressão “feminicídio político” uma vez que, *em jargão jurídico, aquilo que não se denomina não existe. E o assassinato de lideranças femininas à frente da política é algo real em nossa sociedade e, em especial, no Brasil, mas pouco visibilizado e problematizado na mídia. O patriarcado deixou o legado de invisibilização das mulheres em vida e em morte*. (grifos meus – SOUZA, p.127, 2020)³⁰²

A ex-chefe de gabinete de Marielle Franco atenta ainda para o fato de que algo muito semelhante aconteceu com a “[...] juíza Patrícia Acioli, ao prender milicianos em São Gonçalo, em 2011; e da Irmã Dorothy Stang ao denunciar fazendeiros latifundiários no Pará, em 2005” (SOUZA, p. 128, 2020).

Após o assassinato da vereadora, em artigo publicado no *El País*, Renata Souza afirmou que “a conceituação de feminicídio político parte da observação inquietante da nossa sociedade e o contexto sobre o qual ocorre a execução sumária de uma mulher com carreira ascendente

³⁰⁰ Trecho transcrito do vídeo referente à entrevista concedida por Mônica para o canal Eu, Rio! TV disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=efECONALrUs>>. Para mais informações, ver em <<http://eurio.com.br/noticia/97/monica-benicio-eu-me-vejo-num-contexto-da-vida-que.html>>. Ambos acessados em 17/07/2018.

³⁰¹ Renata Souza é pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano – Linha de pesquisa “Políticas, discursos e sociedade”/Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS)/Universidade Federal Fluminense (UFF). Deputada Estadual do Rio de Janeiro.

³⁰² Disponível em: < <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/42037>>. Acessado em 20/03/2023.

na política” (online, 2019)³⁰³. De acordo com ela, a interrupção da escalada política de Marielle Franco, mesmo sem que existissem ameaças concretas, “se justifica porque Marielle *representou e ainda representa uma ameaça aos podres poderes aliados às máfias no Rio de Janeiro*” (grifos meus – EL PAÍS, online, 2019). Renata acrescenta ainda que

Marielle em vida e até na sua morte põe luz sobre os fatores que a tornam parte do hall dos seres matáveis, já que *figura em seu corpo e sua pauta política, a mulher, a negra, a lésbica*. Sendo assim, é possível incluí-la nas estatísticas do Atlas da Violência de 2018 que aponta o crescimento de 15% no número de feminicídios de mulheres negras, em apenas 10 anos. *Sem dúvidas o machismo e o racismo são gatilhos letais. A Mari por vezes denunciou que essas mortes também podem ser creditadas ao Estado por sua negligência e omissão diante da inércia em aplicar políticas públicas que preservem a vida das mulheres*. (grifos meus – EL PAÍS, online, 2019)

Para melhor dimensionar as camadas de violação dentro do assassinato da vereadora, é preciso olhar com atenção *duas particularidades* principais a respeito da pessoa Marielle Franco. A *primeira* diz respeito aos vários marcadores sociais que desenham sua identidade: mulher, negra, mãe, lésbica, socióloga (pela PUC-RJ), “cria da favela Maré”³⁰⁴, Marielle, que também é Mestra em Administração Pública pela UFF, teve como tema de dissertação as UPPs³⁰⁵.

E aqui vale observar como sua trajetória pessoal está amalgamada a sua escalada política. Prova disso é sua própria pesquisa de Mestrado, que recebeu como título “UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro”³⁰⁶. A dissertação tinha como objetivo, em linhas gerais, “demonstrar que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), enquanto política de segurança pública adotada no Estado do Rio de Janeiro, reforçam o modelo de Estado Penal absolutamente integrado ao projeto neoliberal.” (FRANCO, p.11, 2014).

Atentando para a perspectiva proposta por Marielle Franco em sua pesquisa, percebe-se que esta se organiza através da relação entre Estado, racismo e violência. Nesse sentido, mobilizando contribuições de Michel Foucault, Achille Mbembe e da própria Marielle Franco,

³⁰³ Ver mais em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/14/politica/1552562116_307529.html. Acessado em 20/09/20.

³⁰⁴ Para mais informações, ver <<https://www.mariellefranco.com.br/quem-e-marielle-franco-vereadora>>. Acessado em 14/07/2018.

³⁰⁵ Segundo site da própria entidade, as Unidades de Polícia Pacificadora consistem em “um dos mais importantes programas de Segurança Pública realizado no Brasil nas últimas décadas”. Ver mais em <http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp>. Acessado em 01/08/2018.

³⁰⁶ FRANCO, Marielle. *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro*. UFF: Niterói, 2014. Disponível em <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2166/1/Marielle%20Franco.pdf>. Acessado em 18/07/2018.

Silvio Almeida, em seu livro *Racismo estrutural*, traz apontamentos importantes sobre o trabalho acadêmico realizado pela vereadora, na medida em que:

Ao analisar a atuação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), implantadas nas favelas do Rio de Janeiro, Marielle Franco procura demonstrar como esta política se desenvolveu em um duplo processo: a instituição de um controle social militarizado nas favelas e, simultaneamente, a abertura do território à lógica da mercantilização. (ALMEIDA, 2019)

No contexto da investigação proposta por Marielle Franco, Almeida explica ainda que ao se analisar a vivência de pessoas que residem em lugares de extrema vulnerabilidade social, cujo cotidiano é marcado pelo convívio com a morte em diferentes nuances e perspectivas – seja por terem a casa invadida diversas vezes, ou por viverem constantemente sob a mira de uma arma de fogo, ou ainda por terem que “pular corpos para se locomover” (ALMEIDA, 2019) – verifica-se a compatibilidade entre estes e outros lugares do mundo, atestando “a universalização da necropolítica e do racismo de Estado, inclusive no Brasil” (Idem). Vale lembrar que sobre o conceito de necropolítica, Achille Mbembe explica que:

[...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder. (p. 5, 2018)

Acionando o discurso biologizante de Foucault, presente em seu texto *Em defesa da sociedade*³⁰⁷, Mbembe indica que “a noção de biopoder é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte” (p. 25, 2016). De acordo com Almeida, “o salto teórico de Mbembe na análise sobre a soberania acontece quando relaciona a noção de biopoder aos conceitos de estado de exceção e estado de sítio” (2019). Fazendo uma articulação com o cenário contemporâneo, mais precisamente com a implantação das UPPs nas periferias do Rio de Janeiro – recorte utilizado por Marielle Franco em sua dissertação –, pode-se inferir que:

A necropolítica, portanto, instaura-se como a organização necessária do poder em um mundo em que a morte avança implacavelmente sobre a vida. A justificação da morte em nome dos riscos à economia e à segurança torna-se o fundamento ético dessa realidade. Diante disso, a lógica da colônia materializa-se na gestão praticada pelos Estados contemporâneos, especialmente nos países da periferia do capitalismo, em que as antigas práticas coloniais deixaram resquícios. (ALMEIDA, 2019)

Ratificando a *dimensão pragmático-simbólica* do assassinato de Marielle Franco, outro ponto importante que deve ser considerado reside em sua própria vivência política, na medida

³⁰⁷ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

em que a vereadora estava envolvida com Projetos de Lei completamente inseridos nas demandas relativas às necessidades cotidianas das mulheres, sobretudo das mais pobres – como, por exemplo, Projeto de Lei #AssédioNãoÉPassageiro³⁰⁸, que propõe ações para encorajar as mulheres a denunciar o assédio sofrido no transporte público, além de impor multa às empresas de ônibus que descumprirem a lei; e a Lei 0265/2017, relativa às Casas de Parto, aprovada em junho de 2017, que visa, de maneira geral, estimular a criação de mais casas de parto, principalmente nas zonas de menor IDH do município³⁰⁹. Marielle Franco também trabalhava incessantemente no projeto de Lei 0016/2017, cujo objetivo em linhas gerais era “garantir o direito a um atendimento humanizado e sem violência às mulheres que estão em situação de aborto legal”³¹⁰.

Ainda segundo informações do seu antigo gabinete, a vereadora atuou em organizações da sociedade civil como a *Brasil Foundation* e o Centro de Ações Solidárias da Maré (CESM). Ela também “coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), ao lado do deputado estadual Marcelo Freixo”³¹¹ (MARIELLE FRANCO, online, 2018)

No contexto do assassinato de Marielle Franco, a violência política de gênero vai ampliando seu bojo de violações e impelindo também uma conotação racial. Dito isto, ao acionar uma leitura racializada, o assassinato de uma mulher negra parlamentar lança luz sobre uma questão basilar: “Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico” (ALMEIDA, 2019). Isto acontece de forma a nos permitir enxergar com clareza que “[...] a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas” (Idem).

Silvio Almeida nos lembra que o racismo é um processo político, “[...] porque, como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende de poder político; caso contrário seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros” (2019). Além da dimensão política, há a importância de apreender o racismo também enquanto processo histórico, “Por ser processo estrutural” (ALMEIDA, 2019), na medida em que não se pode entendê-lo “apenas como derivação automática dos sistemas econômico e político”

³⁰⁸ Ver mais em < <https://www.assedionaoepassageiro.mariellefranco.com.br/>>. Acessado em 28/07/2018.

³⁰⁹ Ver mais em < <https://www.mariellefranco.com.br/projetos-de-lei-marielle-rio>> e < <https://www.facebook.com/MarielleFrancoPSOL/photos/a.219501235102143.1073741829.212989092420024/426708624381402/?type=3&theater>>. Acessados em 28/08/2018.

³¹⁰ Ver mais em < <https://www.prafazervaler.mariellefranco.com.br/>>. Acessado em 28/07/2018.

³¹¹ Embora em junho de 2023 o referido site esteja fora do ar, as informações foram retiradas do endereço < <https://www.mariellefranco.com.br/quem-e-marielle-franco-vereadora>>. Acessado em 28/07/2018.

(Idem), de tal forma que “A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social” (Idem).

Ele atenta ainda para a importância de visualizá-lo também dentro do contexto histórico do século XVI – período que forneceu um significado singular para a construção da ideia de raça:

A expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre *a unidade e a multiplicidade da existência humana*. Se antes desse período ser humano relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no homem universal (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas. (ALMEIDA, 2019)

Outra contribuição significativa do autor para a análise que se pretende efetivar aqui é a classificação de três concepções distintas do racismo: *individualista, institucional e estrutural* – de maneira que, enquanto a primeira relaciona racismo e subjetividade, as duas últimas articulam, respectivamente, racismo a Estado e a economia. O filósofo sinaliza ainda que “deve-se considerar que na sociologia *os conceitos de instituição e estrutura são centrais e descrevem diferentes fenômenos sociológicos*” (grifos meus – ALMEIDA, 2019) e que por isso “os adjetivos institucional e estrutural não são meramente alegóricos, mas representam dimensões específicas do racismo, com significativos impactos analíticos e políticos” (ALMEIDA, 2019).

Almeida ressalta ainda que a contribuição teórica dos autores Charles V. Hamilton e Kwame Ture³¹² pode ser considerada paradigmática, na medida em que estabelece a separação entre racismo individual – correspondente a ações de pessoas brancas agindo contra pessoas negras – e racismo institucional – que acontece de forma mais velada, referindo-se a toda comunidade de indivíduos brancos, contra a comunidade de indivíduos negros.

Exemplificando o que foi dito dentro do contexto brasileiro, infere-se que enquanto o racismo praticado por jovens brancos em relação a um jovem negro em uma escola possa ser considerado como um episódio de racismo individual, o fato das mulheres negras normalmente serem submetidas a um maior número de violações durante o parto – como, por exemplo, a diminuição das chances de realizar cesariana, ou de receberem anestesia³¹³ – é algo que se refere ao racismo institucional.

³¹² De acordo com Silvio Almeida, *Black Power: Politics of Liberation in America* foi a primeira obra a usar o adjetivo institucional para se referir ao racismo. Visto em: ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. Edição Kindle. São Paulo: Pólen, 2019.

³¹³ Informações presentes no artigo “A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil”, fruto de estudo de abrangência nacional com dados oriundos da pesquisa Nascer no Brasil: Pesquisa Nacional sobre Parto e Nascimento. O estudo contou com entrevista e avaliação de prontuários de 23.894 mulheres em

Considerando que cabe às instituições o estabelecimento de padrões e normas que direcionarão a ação das pessoas, entende-se que “é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeito” (ALMEIDA, 2019), na medida em que tanto seus comportamentos, quanto suas ações “são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social” (Idem). Desta forma, de acordo com Silvio Almeida, “as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências” (Idem).

Entendendo que “As sociedades não são homogêneas, visto que são marcadas por conflitos, antagonismos e contradições que não são eliminados, mas absorvidos e mantidos sob controle por meios institucionais” (ALMEIDA, 2019), o autor traz duas conclusões:

a) instituições, enquanto o somatório de normas, padrões e técnicas de controle que condicionam o comportamento dos indivíduos, resultam dos conflitos e das lutas pelo monopólio do poder social; b) as instituições, como parte da sociedade, também carregam em si os conflitos existentes na sociedade. Em outras palavras, as instituições também são atravessadas internamente por lutas entre indivíduos e grupos que querem assumir o controle da instituição. (Idem)

Estes pontos agregam clareza na concepção do racismo institucional, na medida em que “os conflitos raciais também são parte das instituições” (ALMEIDA, 2019). Desta forma, a desigualdade racial torna-se um aspecto da sociedade na qual vivemos, não por conta da “ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas” (Idem), porém essencialmente “porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos” (Idem).

Quando comparada à concepção individualista, a noção do racismo institucional representa um importante avanço teórico, na medida em que a “*concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial. Com efeito, o racismo é dominação*” (grifos meus – ALMEIDA, 2019), de maneira que “*detêm o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade*” (Idem). Porém para garantir a continuidade do poder que foi adquirido, o grupo dominante precisa ter a capacidade de “institucionalizar seus interesses, impondo a toda sociedade regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem ‘normal’ e ‘natural’ o seu domínio” (Idem).

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder

2011/2012, tendo como resultado a identificação de disparidades raciais no processo de atenção à gestação e ao parto evidenciando um gradiente de pior para melhor cuidado entre mulheres pretas, pardas e brancas. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/csp/v33s1/1678-4464-csp-33-s1-e00078816.pdf> >. Acesso em: 21/04/2023.

de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. (ALMEIDA, 2019)

Logo, “o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades, por exemplo – e instituições privadas [...]” (ALMEIDA, 2019) dependerá primordialmente “da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres” (Idem), mas também da “inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos” (Idem).

A ideia de que a concepção do racismo institucional foi um importante ganho teórico, no que concerne aos estudos das relações raciais, se dá na medida em que além de comprovar que o racismo extrapola a dimensão individual, também explicita o poder “*como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro*” (grifos meus – Idem). Dessa forma, “as instituições re-produzem as condições para o estabelecimento e a da ordem social” (Idem).

Para arrematar a classificação proposta por Almeida, verifica-se que a concepção do *racismo estrutural* vai ganhando forma a partir do entendimento de que “se é possível falar de um racismo institucional, significa que a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição *é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar*” (grifos meus – Idem). Logo, como a instituição opera de maneira vinculada a determinada estrutura social preexistente – inclusive com as dissidências e incompatibilidades que lhes são próprios –, “o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura” (Idem).

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. (ALMDEIDA, 2019)

Dessa forma, partindo do entendimento de que “As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos” (ALMEIDA, 2019), chega-se à inevitável conclusão de que “*as instituições são racistas porque a sociedade é racista*” (grifos meus – Idem).

Retomando a justificativa sobre a decisão de contemplar Marielle Franco no presente trabalho, chega-se no *segundo e penúltimo* argumento: sua irmã, Anielle Franco, prefaciou o

livro *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*³¹⁴ – organizado por Manuela d’Ávila e utilizado como objeto de estudo no trabalho.

Pode-se, portanto, inferir que a presença de Anielle Franco se dá principalmente pela ausência de Marielle, o que complexifica a apreensão do contexto narrativo a ser analisado, de modo que o prefácio acaba operando, em parte, como um texto-relato da ausência de Marielle Franco – representada pela presença de Anielle Franco – trazendo um olhar pessoalíssimo sobre a violência sofrida por sua irmã: tão brutal que lhe ceifou a vida.

O texto, que é também escrito em primeira pessoa, já em sua parte inicial indica que a função literal do prefácio, de apresentação da obra, é superada, visto que ele também alcança uma dimensão simbólico-afetiva do assassinato de Marielle Franco.

O dia é 14 de março de 2018, quarta-feira marcada por uma tempestade de chuvas e ventos que lavou as ruas do Rio de Janeiro. Uma tempestade que, para mim e para minha família, dura até hoje. Nós definimos essa data como o dia em que minha irmã foi tirada de nós brutal e covardemente. (FRANCO, 2022)

Anielle Franco, ministra da Igualdade Racial do Brasil do governo Lula, em 2023, e diretora do Instituto Marielle Franco³¹⁵, ao falar sobre a natureza da obra, explica que a mesma traz “histórias vívidas de dor e luta, corpos distintos [...] marcados pela mesma violência política” (FRANCO, 2022) que impediu sua irmã de “exercer seu direito de viver uma vida política plena” (Idem). Mais ainda: corroborando os apontamentos anteriores trazidos por Silvio Almeida ela reforça que:

É sob uma estrutura racista e patriarcal que esses corpos estão expostos e vulnerabilizados a todo e qualquer tipo de ação dessa violência, que tem perspectivas plurais, presentes na agressão física, mas também abrange dimensões psicológicas, sexuais, morais e raciais. (FRANCO, 2022)

A relação entre misoginia, racismo e política encontra no assassinato de Marielle Franco não só eco, mas também comprovação empírica para a violência política de gênero e também de raça, evidenciando suas consequências. Nas palavras de Anielle Franco:

O efeito da violência política é impedir mulheres de se candidatarem, é interferir no exercício de seu mandato e, por fim, desestimular, desanimar, encurtar, abreviar sua carreira política. Ou seja, é uma violência exercida antes, no início, durante e no fim de um mandato, que influenciou no ingresso na política, na permanência e na saída/desistência. (grifos meus – 2022)

³¹⁴ FRANCO, Anielle. “Liberdade é não ter medo”. In: *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Edição Kindle. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

³¹⁵ Anielle Franco foi anunciada como ministra da Igualdade Racial no terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, que se iniciou em 1 de Janeiro de 2023.

A última justificativa para inclusão da violência sofrida por Marielle Franco desenvolve-se a partir da necessidade de pensar sua trajetória e morte sob a *perspectiva política de sua ausência*, no sentido proposto por Sueli Carneiro em seu texto *Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência*³¹⁶. Escritora, filósofa e um dos nomes mais importantes e respeitados do pensamento feminista negro brasileiro, Sueli Carneiro é, nas palavras de Djamila Ribeiro, patrimônio histórico, cultural e político. Em seu livro *Escritos de uma vida* a autora afirma que “A relação entre mulher negra e poder é um tema praticamente inexistente” (grifos meus – CARNEIRO, 2019), indicando que “Falar dele é, então, como falar do ausente” (Idem).

Ausência que no caso do assassinato de Marielle Franco acaba alcançando um sentido literal, corroborando ainda mais o raciocínio proposto por Carneiro que ressalta “como parece insólita, no imaginário social, a presença de mulheres negras em instâncias de poder” (2019). A autora destaca ainda que

[...] as representações consolidadas acerca das mulheres negras determinam tanto a sua íntima presença nas instâncias de poder como as dificuldades adicionais que as espreitam quando ousam romper portas e adentrar lugares para os quais não foram destinadas. (CARNEIRO, 2019)

Utilizando dois exemplos de mulheres negras parlamentares e mobilizando a ideia foucaultiana de *dobrar o delito*, para construção de sua análise, Sueli Carneiro avalia os acontecimentos que levaram a “saída da Ministra Matilde Ribeiro da Secretaria Especial para Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e, antes dela, as circunstâncias que também desalojaram Benedita da Silva da Esplanada dos Ministérios” (2019).

Duas mulheres que ocuparam as instâncias de poder, e é muito curioso o que nos diz o desenlace da presença dessas mulheres nessas instâncias. Na realidade, nas poucas experiências que nós temos nessa relação da mulher negra com o poder emerge, a meu ver, a força que essas determinações de raça e de gênero têm sobre as mulheres negras, mesmo as mais poderosas, conduzindo-as a trajetórias erráticas e diferenciadas nas instâncias de poder a que lhes têm sido possível ascender. (CARNEIRO, 2019)

No caso de Matilde Ribeiro, o foco da análise de Sueli Carneiro reside na “sensível diferença no tratamento que foi dispensado à ex-ministra [...] quando esse tratamento é comparado ao dado a outros casos semelhantes ou mais graves do que o dela” (2019). Da mesma

³¹⁶ Embora esteja presente no livro *Escritos de uma vida*, o texto foi publicado originalmente na Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, da Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, em 2009, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/relatorios_dados_pesquisas_estatisticas/revista_do_observatorio_brasil_da_igualdade_de_ganero.pdf. Acessado em 03/03/2023.

forma, a intelectual chama atenção para “a tônica das manchetes sobre a ascensão de Benedita da Silva ao governo do Rio”, reforçando que:

As ênfases à condição de raça, gênero e de classe da governadora eram exemplares do ineditismo de que o fato se revestia. E, algumas vezes, foram ambíguas o suficiente para deixarem à mostra, misturada à celebração do fato, o desconforto com a sua inadequação. (2019)

Embora a proposta de Sueli Carneiro tenha se desenvolvido a partir de uma análise sobre o discurso midiático acerca das citadas parlamentares, o objetivo aqui não é aplicar esta mesma lente sobre a ascensão e trajetória política de Marielle Franco, mas, sim, utilizar o raciocínio proposto pela filósofa para observar de forma pragmática o incômodo gerado quando mulheres negras chegam ao poder.

Seja em razão dos erros cometidos durante a gestão de Matilde Ribeiro, ou da ascensão política e social alcançada por Benedita da Silva, fato é que quando mulheres negras ocupam espaços de poder parece haver um empreendimento social – em grande parte também midiático – para se passar a ideia de que algo “está fora de lugar”: evidenciando assim o racismo institucional (que também se reflete estruturalmente). Dito de outra forma, utilizando diferentes estratégias discursivas, quando mulheres negras alcançam o poder – sobretudo político –, o racismo tenta pará-las: seja através do escárnio e insulto sobre sua negritude por meio de uma charge³¹⁷, por exemplo, ou – como aconteceu com Marielle Franco – por meio de seu assassinato, sendo que neste caso, o apagamento transgride a dimensão simbólica realizando-se na literal e letalidade do ato, enquanto violência política de raça e gênero. Nas palavras de Anielle, irmã de Marielle Franco:

O assassinato de Marielle e Anderson *expôs ao mundo as rachaduras estruturais presentes na frágil democracia brasileira. Esse assassinato brutal evidenciou a importância de identificarmos a violência política de gênero como um problema de raízes estruturais em nossa sociedade*. Desde aquele fatídico março, venho me dedicando a proteger e apoiar mulheres negras, LGBTQIA+ e periféricas em sua trajetória múltipla de ocupação da política institucional. (grifos meus – FRANCO, 2022)

É importante destacar que o legado político de Marielle Franco tem a força da sua representatividade, na medida em que ela encarna em si, em seu corpo, vida e trajetória, as pautas que defende, as mulheres negras e periféricas que representa³¹⁸.

³¹⁷ Referindo-se às charges sobre Matilde Ribeiro que proliferaram na mídia na época, extrapolando o objeto central da irregularidade da qual ela era acusada. Disponível em: CARNEIRO, Sueli. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. In: CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. Edição Kindle. São Paulo: Pólen, 2019.

³¹⁸ Embora tenha sido assassinada, ela ainda se faz presente no contexto dos ativismos políticos, por isso a escolha em homenageá-la mantendo os verbos referentes a ela flexionados no presente do indicativo.

Pensando dentro do bojo da representatividade, Lélia Gonzalez deu uma resposta contundente sobre o tema, durante entrevista ao jornal *Mulherio*. Quando perguntada sobre o que “[...] acha do slogan: ‘mulher vota em mulher’” (p. 300, 2020), a escritora respondeu:

Esse papo é tão furado quanto aquele que de “negro vota em negro”, e ambos se diferenciam daquele que afirma que “trabalhador vota em trabalhador”. Enquanto esse último tem sua coerência apoiada justamente na denúncia da exploração de classe trabalhadora pela classe dominante, os outros dois escamoteiam essa questão. Afinal, existem mulheres e negros que pertencem e/ou fazem o jogo da classe dominante, buscando perpetuar os privilégios dela e, ao mesmo tempo, participar desses privilégios. Tem muita mulher por aí que, de comum com as lutas das feministas, só tem mesmo uma coisa: o sexo feminino. No restante, elas são tanto ou mais masculinas do que muitos homens que a gente conhece. [...] Digo isso porque ainda amargamos a decepção sofrida com os candidatos que o Movimento Negro Unificado apoiou em 78: tanto os negros quanto os brancos que elegemos nada fizeram pela comunidade negra e todos eram muito progressistas. (grifos meus – GONZALEZ, p. 300, 2020)

Lélia Gonzalez “participou da formação do PT, foi do PDT, atuou nas discussões sobre a Constituição de 1988 e integrou o primeiro Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, na mesma década” (EL PAÍS, online, 2010)³¹⁹, além de concorrer para deputada federal em 1982.

Os apontamentos trazidos por Silvio Almeida sobre *representatividade* conectam-se em grande parte com o argumento de Gonzalez sobre o referido *slogan*. Almeida explica que “o que chamamos de representatividade refere-se à participação de minorias em espaços de poder e prestígio social, inclusive no interior dos centros de difusão ideológica como os meios de comunicação e a academia” (ALMEIDA, 2019). No entanto, logo após localizar o sentido mais amplo da ideia de representatividade, o filósofo faz a seguinte provocação: “*seria, por exemplo, a presença de pessoas negras ou indígenas em posições de poder e destaque suficiente para combater o racismo?*” (grifos meus – Idem).

Ressaltando a relevância de ter pessoas negras ocupando espaços de poder, Silvio Almeida assinala que isto é fundamental para a luta contra o racismo e outras formas de exclusão. Para ele, a representatividade tem dois efeitos notáveis na luta contra à discriminação:

1. propiciar a abertura de um espaço político para que as reivindicações das minorias possam ser repercutidas, especialmente quando a liderança conquistada for resultado de um projeto político coletivo; 2. dismantelar as narrativas discriminatórias que sempre colocam minorias em locais de subalternidade. Isso pode servir para que, por exemplo, mulheres negras questionem o lugar social que o imaginário racista lhes reserva. (ALMEIDA, 2019)

Quando se trata de um cenário dominado pelo racismo, o filósofo destaca que “A força da eleição ou o reconhecimento intelectual de um homem negro e, especialmente, de uma

³¹⁹ Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-10-25/lelia-gonzalez-onipresente.html>>. Acessado em 03/03/2023.

mulher negra, não podem ser subestimados” (2019), pelo contrário, segundo ele: “a representatividade é sempre uma conquista, o resultado de anos de lutas políticas e de intensa elaboração intelectual dos movimentos sociais que conseguiram influenciar as instituições” (Idem).

No entanto, Silvio Almeida explica que por mais fundamental que seja “a representatividade de minorias em empresas privadas, partidos políticos, instituições governamentais não é, nem de longe, o sinal de que o racismo e/ou o sexismo estão sendo ou foram eliminados” (2019). Ainda de acordo com o intelectual, “Na melhor das hipóteses, significa que a luta antirracista e antissexista está produzindo resultados no plano concreto, e na pior, que a discriminação está tomando novas formas” (Idem). Dito de outra maneira, “A representatividade, insistimos, não é necessariamente uma reconfiguração das relações de poder que mantém a desigualdade” (Idem). Isso se dá em grande parte porque a “representatividade é sempre institucional e não estrutural, de tal sorte que quando exercida por pessoas negras, por exemplo, não significa que os negros estejam no poder” (Idem). Corroborando as críticas presentes no argumento de Gonzalez, Silvio Almeida explica que:

*Primeiro, porque a pessoa alçada à posição de destaque pode não ser um representante, no sentido de vocalizar as demandas por igualdade do grupo racial ou sexual ao qual pertença. Este ponto, aliás, encerra uma grande contradição no que se refere aos efeitos do racismo, muito bem apontada pelo filósofo Cornel West: *cultiva-se a falsa ideia de que membros de minorias pensam em bloco e que não podem divergir entre si.* (grifos meus – ALMEIDA, 2019)*

Em última análise, tão importante quanto acessar estes espaços e ocupá-los de forma verdadeiramente representativa, pautando o mandato a partir das lutas dos grupos representados, é conseguir permanecer nele. Do ponto de vista político, tão fundamental quanto ter mulheres negras comprometidas com a luta das mulheres alijadas historicamente do poder é garantir que elas não sofram violências durante o seu mandato, assegurando que o racismo institucional não as silencie, tampouco as aniquile. Ou ainda, de acordo com as palavras de Anielle Franco, “A política só será representativa quando nosso corpo puder ocupar os espaços institucionais sem medo”(2022).

Na construção de proposições sobre a ausência destas mulheres em espaços de poder, Sueli Carneiro sinaliza que um dos grandes desafios para o empoderamento de mulheres negras é “a necessidade de uma política de formação de quadros políticos e de gestores públicos” (2019) e o “fortalecimento das organizações de mulheres negras” (Idem). Fazendo uma correspondência com o trabalho de Lélia Gonzalez, percebe-se que ela também traz importantes contribuições neste sentido.

Em um dos textos presentes no livro *Por um feminismo afro-latino-americano*, a antropóloga discorre sobre a relevância da organização da mulher negra no processo de transformação social. Para ilustrar seu ponto, Gonzalez fala sobre sua experiência no I Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em dezembro de 1988, em Valença (RJ). Na ocasião, ela comenta sobre a postura ideológica adotada pela Comissão Executiva do Encontro revelando a impossibilidade de diálogo do que chamou de “feminismo sexista” (p. 267, 2020). No texto, a autora aponta ainda os perigos que tal perspectiva representa para as mulheres negras, sobretudo “porque descarta a possibilidade [...] de qualquer discussão de caráter político” (Idem).

Sinalizando que no episódio citado “a tática utilizada para descaracterizar o debate no âmbito político foi a de confundi-lo com a questão político-partidária, mediante a acusação de que as mulheres do PT (e do PDT) ali estavam para desarticular o bom andamento do encontro”(GONZALEZ, p. 267, 2020), a filósofa afirma que tal posicionamento gerou “um clima de tensão e desconfiança, levando muitas participantes a se sentirem como policiadas” (Idem). Trazendo como exemplo da postura ideológica assumida pela então Comissão, Gonzalez comenta que “uma componentes da Executiva declarou, com todas as letras, que a *revolução* só pode se dar através da radicalização da luta entre homens e mulheres” (p. 268, 2020), o que a autora considera “uma tradição ideológica não só profundamente deformadora, bem como extremamente dicotômica: a do macho opressor versus a fêmea oprimida” (Idem). A consequência direta de tal ideologia é que, nas palavras de Lélia Gonzalez,

[...] a opressão racial e a exploração de classe ficam devidamente *esquecidas* nos porões de uma sociedade cujos sistemas de classificação social e econômico fazem da mulher negra o foco, por excelência, de sua perversão. *Esquecer* isso é negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral (que nada tem a ver com o eurocentrismo deste tipo de feminismo). *Esquecer* isso significa não querer ver todo um processo de expropriação socioeconômica e de apropriação cultural que as classes dominantes *brancas* têm exercido contra as mulheres e homens negros deste país. (p.268, 2020)

Dentre os aspectos que podem ser visibilizados a partir da “emergência desse tipo de feminismo sexista ” (p. 268, 2020), vale destacar “a aceitação/manutenção do chavão machista de que política é coisa de homem” (Idem). Aqui é oportuno pensar como a perspectiva política do movimento feminista negro possui contornos próprios, embasados em aspectos identitários que transversalizam vida e trajetória das mulheres negras. Lélia Gonzalez exemplifica isso citando a contribuição de um dos nomes mais importantes do feminismo negro estadunidense: Alice Walker – que amplia e aprofunda a reflexão feminista ao introduzir a questão que Gonzalez traduziu como “mulheridade” (p.269, 2020).

De acordo com a autora brasileira, Walker “resgata o pensamento de outra mulher extraordinária, Simone de Beauvoir, quando esta afirma que a gente não nasce mulher, mas se torna” (Idem), destacando que costuma “retomar essa linha de pensamento no sentido da questão racial: a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha, etc., mas se tornar negra é uma conquista” (Idem)

Opondo-se ao papel de passividade da mulher – construído dentro de uma perspectiva ocidentalizada – Gonzalez lembra que “nas sociedades africanas, em sua maioria, [...] o lugar da mulher não era o de subordinação, o da discriminação” (GONZALEZ, p. 269, 2020) pelo contrário: “[...] do Egito antigo aos reinos dos axântis ou dos iorubas, as mulheres desempenharam papéis sociais tão importantes quanto os homens” (Idem), ressaltando que “Em muitos casos, até o poder político era partilhado com elas” (Idem).

A *ancestralidade* mostra-se, assim, como *importante estratégia retórica para mobilizar mulheres negras na luta por seus direitos e agendas*. Mais ainda: é tecnologia do discurso, na medida em que ao ser imputada no debate subverte a ideia tradicional, ocidental e branca de que o poder é algo inédito para as mulheres, pois, embora no contexto contemporâneo brasileiro ele também possa soar como uma conquista, no caso da história cultural e ancestral das mulheres negras ele é, acima de tudo, um resgate.

Do mesmo modo, é importante dimensionar o alcance e conceito da chamada *cultura ancestral* para se entender o sentido fundamental do feminismo negro. Considerando que as “*amefricanas* da chamada América Latina, e do Brasil em particular” (GONZALEZ, p. 269, 2020) têm uma grande resistência ao feminismo, “como se ele fosse algo muito estranho para elas”(Idem), entende-se que isto se dá em grande parte, justamente porque elas são

Herdeiras de uma *outra cultura ancestral*, cuja dinâmica histórica revela a *diferença* pelo viés das desigualdades raciais, elas, de certa forma, sabem mais de *mulheridade* do que de *feminilidade*, de *mulherismo* do que de *feminismo* [...] sabem mais de *solidariedade* do que de *competição*, de coletivismo do que de *individualismo* (grifos meus – GONZALEZ, p. 269, 2020).

Considerando o contexto exposto, Lélia Gonzalez é categórica ao afirmar que “há muito o que aprender (e refletir) com essas mulheres negras que, do abismo do seu anonimato, têm dado provas eloquentes de sabedoria” (p. 269, 2020). Estas percepções vão de encontro com a práxis do pensamento feminista negro: tanto em sua gênese, quanto em sua abordagem epistemológica.

Nesse sentido, Patrícia Hill Collins, traz importantes contribuições teóricas. Trabalhando os conceitos de *interseccionalidade* e *matriz de dominação*, Collins revela como classe,

gênero, raça e sexualidade configuram sistemas de opressão que se retroalimentam (COLLINS, 2019). Embora o recorte adotado no livro seja a vida das mulheres afroamericanas, o mesmo possibilita visualizar “questões mais universais de justiça social” (p. 12).

Para mim, as mulheres negras não são nem super-heroínas destemidas capazes de conquistar o mundo, nem vítimas oprimidas que precisam ser salvas. *Este é um livro sobre mulheres negras comuns que por meio de suas ideias e ações visam melhorar sua vida cotidiana. As ideias centrais do feminismo negro refletem a agência das mulheres negras.* (grifos meus – COLLINS, p. 12, 2019)

Sinalizando a existência de “conexões cada vez mais visíveis entre o feminismo afro-brasileiro e o pensamento feminista negro dos Estados Unidos” (COLLINS, p.13, 2019) a autora sinaliza que esta percepção pode ilustrar “os possíveis benefícios de *um feminismo negro transnacional*” (grifos meus – Idem), na medida em que tanto mulheres negras brasileiras quanto estadunidenses “enfrentam desafios semelhantes: por exemplo, lidar com os legados da escravidão que costumam desvalorizar a condição da mulher negra [...]” (COLLINS, p.13, 2019).

As formas que esse racismo assumiu nessas duas sociedades de colonizadores brancos se mostraram extremamente variadas, assim como as relações das mulheres negras com elas. Há imenso potencial para diálogos contínuos entre o feminismo afro-brasileiro e o afro-americano, o que indica possibilidades ainda mais amplas de diálogos semelhantes em um contexto transnacional.(COLLINS, p. 13, 2019)

Ainda “não é preciso ser uma mulher negra para compreender como um *ativismo intelectual* capaz de produzir novos conhecimentos e transformar a consciência *pode estimular uma política de empoderamento*” (COLLINS, p. 14, 2019).

Organizando as dimensões da opressão em três aspectos principais, Collins afirma que elas são interdependentes e configuram uma “rede supostamente homogênea de economia, política e ideologia” (p.35, 2019), operando “como um sistema altamente eficaz de controle social destinado a manter as mulheres afro-americanas em um lugar designado e subordinado” (Idem).

A dimensão econômica é caracterizada fundamentalmente pela “exploração do trabalho das mulheres negras” (COLLINS, p. 34, 2019), já a perspectiva política consiste na negação às mulheres afro-americanas dos “direitos e privilégios que costumam ser estendidos aos cidadãos brancos do sexo masculino” (Idem). Sobre esta dimensão, Collins afirma que “Proibir mulheres negras de votar, excluir dos cargos públicos afro-americanos e mulheres e recusar tratamento equitativo no sistema de justiça criminal [...] substancia a subordinação política das mulheres negras” (p.34, 2019). Correlacionando estes apontamentos com a realidade brasileira, percebe-se que eles corroboram as percepções tratadas anteriormente, acerca do racismo institucional, encontrando eco também nas palavras de Anielle Franco, pois, segundo ela, é seu “[...] dever,

também, explicitar a responsabilidade do Estado brasileiro por prover mecanismos que garantam o direito ao livre exercício político das populações majoritariamente vulneráveis, especialmente as mulheres” (2022).

Por fim, Collins traz a dimensão ideológica situando-a pragmaticamente nas chamadas imagens de controle, “surgidas na era da escravidão e ainda hoje aplicadas às mulheres negras” (COLLINS, p.35, 2019). De acordo com a autora, tais imagens configuram uma ideologia no sentido de “um corpo de ideias que reflete os interesses de um grupo de pessoas” (p.35, 2019), sendo que, considerando a cultura estadunidense, “as *ideologias racista e sexista permeiam a estrutura social a tal ponto que se tornam hegemônicas, ou seja, são vistas como naturais, normais e inevitáveis*” (grifos meus – Idem).

A autora afirma ainda que “este sistema mais amplo de opressão suprime as ideias das intelectuais negras e protege os interesses e as visões de mundo da elite masculina branca” (p.35, 2019): daí a importância de se apreender não só como essas dimensões funcionam, mas também de que maneira elas são alinhavadas no discurso e tecido social.

Neste sentido, sugiro, como exercício analítico, resgatar a essência das proposições avaliadas articulando-as entre si. Logo, a partir do *incremento dos estudos raciais, privilegiando a agenda das mulheres negras* – aspecto inteiramente conectado com os apontamentos de Patrícia Hill Collins³²⁰ – oportuniza-se a formação de um sólido *quadro político*, proposto por Sueli Carneiro. Articulando estas duas proposições, sugiro, portanto, que o grande objetivo (e êxito) deste empreendimento intelectual é um processo concreto de *transformação social*, mencionado por Lélia Gonzalez.

Em síntese, a *produção intelectual das mulheres negra*, enquanto teoria social crítica, proposta por Collins, configura-se como expressão de conhecimento eficaz para a *formação de um quadro político*, sugerido por Carneiro, na medida em que se respalda em estruturas interpretativas e abordagem epistemológica qualificadas para pensar ativamente a realidade destas mulheres. Como produto da *articulação destes dois pontos*, constrói-se um *horizonte favorável para a transformação social* pautada por Gonzalez.

Fazendo uma correspondência entre o exercício analítico proposto e o assassinato de Marielle Franco, infiro, que no caso do crime analisado, este acabou operando como catalizador da organização das mulheres negras, despertando um pensamento latente e gerando uma mudança no cenário político-social quase instantânea. A dor da perda de Marielle foi respondida

³²⁰ As contribuições de Collins se deram no sentido de construção de uma teoria feminista negra e de uma abordagem epistemológica eficaz para pensar a luta das mulheres negras, com vistas à criação de soluções e estratégias para ocupação de espaços e de mecanismos de resistência.

não apenas através de um luto coletivo, mas também, de um levante de luta e organização na coletividade de mulheres negras.

Neste sentido, chama atenção como, logo após o assassinato da vereadora, mulheres jovens, negras e periféricas, inspiradas pela história e trajetória da parlamentar, “decidiram entrar para a vida política como forma de levar adiante o legado de luta deixado por ela” (EL PAÍS, online, 2018) – gerando um movimento que foi considerado como o “*efeito Marielle*” (grifos meus – Idem).

“Nunca fui filiada a nenhum partido, minhas ações políticas vêm por conta da atuação no movimento social” [...] “A minha cor, gênero e também a condição social me posicionam como um ser político desde sempre” [...] “Uma rápida reflexão me fez perceber quantas coisas tínhamos em comum: mulher, preta, periférica e que iniciou a militância pelos direitos humanos” [...] “bateu um sentimento forte de indignação e injustiça, de que não poderia ficar por aquilo.” [...] “Pensei comigo, tem que ser agora, chegou o momento de lutar por justiça, de evitar que outras vozes sejam caladas, que os corpos negros sejam mortos, de lutar por uma política que priorize a pauta negra, de ser protagonista, representativa e não mais ficar nos bastidores”. (EL PAÍS, online, 2018)³²¹

Observando estas falas de Leticia Gabriella da Cruz Silva nota-se que os aspectos identitários – marcadores/recortes sociais de raça e gênero, mas também de território – criam uma associação direta entre estas jovens e Marielle Franco. E, dentro deste raciocínio, gostaria de destacar como a *ideia da morte iminente* – acionada pelo assassinato de Marielle Franco – parece gerar um pensamento ambíguo, pois ao mesmo tempo que produz a sensação de que poderia ter acontecido com elas – noção sustentada em grande parte pela conexão identitária, responsável pela partilha das experiências do cotidiano –, provoca também nestas mulheres a urgência em se romper com a narrativa da lógica necropolítica.

Urgência cuja pressa se sustenta na própria sobrevivência, encontrando respaldo em uma das principais agendas defendidas e vivenciadas por Marielle Franco durante sua trajetória de vida e na política: a falácia da *guerra às drogas*. Tal pauta foi exaustivamente defendida pela vereadora que “[...] denunciava, munida de dados e também por conhecimento de causa, que os alvos cotidianos e prioritários são jovens negros da favela e periferia”(EL PAÍS, online, 2018)³²².

Na mesma reportagem, Talíria Petrone, “vereadora mais votada de Niterói e amiga de Marielle”(EL PAÍS, online, 2018) falou sobre a sensação em ver o legado da vereadora refletido

³²¹ Falas de Leticia Gabriella da Cruz Silva, de 22 anos, técnica em administração de empresas e estudante de Direito presentes na reportagem citada do El País. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/30/politica/1527707445_080444.html>. Acessado em 03/03/2023.

³²² Ver mais em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/16/politica/1526427937_505226.html#?rel=listaapoyo>. Acessado em 03/03/2023.

na candidatura de mulheres negras, afirmando que “essa é uma forma de *transformar* o luto em luta” (grifos meus – Idem).

Tanto nas palavras de Petrone, quanto nas da jovem Letícia – entrevistada na mesma matéria – chama atenção sobre como a palavra *transformação* se repete, parecendo indicar, dentro da retórica do luto, que o assassinato de Marielle Franco foi sentido – sobretudo pelo coletivo de mulheres negras – não como um convite, mas, sim, como uma intimação à luta³²³.

Pode-se inferir que houve, aparentemente, o entendimento claro de que uma eventual transformação só acontecerá se estes espaços forem ocupados por *outras Marielles* – não no sentido de serem substitutas literais da vereadora, mas, sim, herdeiras de seu compromisso e projeto: eis o legado político de Marielle Franco. A complexidade do efeito da morte de Marielle se dá, portanto, na forma como ela foi experimentada e absorvida na coletividade de mulheres, sobretudo negras.

O título deste tópico da tese afirma que Marielle Franco está morta. É uma frase dura de se escrever, principalmente para quem, assim como eu, acredita na importância do projeto político construído, defendido e implementado por ela. Por outro lado, enquanto pesquisadora, tenho o compromisso em produzir dados autênticos, que retratem o real histórico analisado. E a realidade é que Marielle Franco foi brutalmente assassinada, com tiros de grosso calibre, sem nenhuma chance de defesa, muito provavelmente por razões políticas.

Comecei falando do quão complexo é apreender as consequências sociais da sua morte, porque, apesar de sua morte ser um dado real, uma frase vem sendo repetidamente falada, desde seu assassinato por muitas pessoas, sobretudo mulheres: “*Marielle, presente!*”³²⁴. Frase cujo significado opera como uma síntese da complexidade referida: a resposta para a ausência de Marielle Franco é a permanência e continuidade de seu projeto político, através de outras mulheres negras inspiradas por ela. Mulheres herdeiras do seu legado, que dentro da perspectiva da ancestralidade, o são antes mesmo dela se tornar vereadora.

³²³ Apesar dos partidos políticos permanecerem com maioria de brancos, notou-se um crescimento no número de candidatos negros (soma dos pardos e pretos, segundo critério do IBGE) em 2018 na comparação com 2014, somando 46% dos candidatos. Visto em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45289523>>. Acessado em 20/03/2023.

³²⁴ Ver mais em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/marielle-presente-o-legado-da-vereadora-e-ativista-negra>>; < <https://diplomatie.org.br/simbolo-de-luta-marielle-franco-presente/>>; Acessados em 20/03/2023.

Capítulo 5 – A maior *fraquejada*³²⁵ do Brasil

Desde a sua vitória, nas eleições de 2018, de maneira geral, o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro promoveu um enorme desmantelamento sobre muitos avanços que o Brasil efetuou em diversos campos nos anos anteriores. Seja no descaso em relação à fome³²⁶ que assola milhares de pessoas no país, seja no ataque aos direitos trabalhistas³²⁷, ou ainda na promoção contínua da devastação ambiental³²⁸: parece que nada saiu ileso ao seu governo.

O sucessor de Temer teve sua campanha eleitoral marcada por uma enxurrada de declarações sexistas e racistas³²⁹. Considerando como uma das mais emblemáticas aquela destinada à parlamentar Maria do Rosário, na qual ele afirmou que não a estupraria, porque ela não merece, analisada anteriormente – e apesar de ter sido condenado em maio de 2019 pela juíza Tatiana Dias da Silva Medina, da 18ª Vara Cível de Brasília, a pagar R\$10 mil pelas ofensas proferidas e se retratar publicamente em um jornal de grande circulação e nas redes sociais³³⁰ –, tal declaração lança luz sobre a plataforma valorativa que iria fazer parte do seu governo, caso fosse eleito. E ele foi: com mais de 57 milhões de votos³³¹.

Embora não seja o objetivo desta tese fazer uma avaliação do governo Bolsonaro sob a perspectiva de gênero, entende-se que a partir de uma brevíssima análise de alguns episódios ocorridos no início de sua gestão pode-se verificar o endosso de uma agenda misógina.

³²⁵ Trocadilho referente à fala de Jair Bolsonaro sobre sua filha caçula, na qual ele afirmou: “- Foram quatro homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-moreno/post/em-video-de-palestra-bolsonaro-diz-que-ter-filha-foi-fraquejada.html>. Acessado em 20/06/2023.

³²⁶ No dia 19 de julho de 2019, o presidente Jair Messias Bolsonaro, durante café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, em Brasília, afirmou que “Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira”. Disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/politica/1563547685_513257.html>. Acessado em 21/07/2019.

³²⁷ Dias depois do presidente Bolsonaro afirmar para o Canal da Leda Nagle, no YouTube, que há direitos trabalhistas demais no Brasil, o Plenário da Câmara dos deputados, por meio de votação da MP da Liberdade Econômica, autorizou trabalho aos domingos, com folga a cada 4 semanas sem aval do sindicato por meio de acordo coletivo, contrariando o que até então era garantido pela CLT. Disponível em < <https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-diz-que-no-brasil-ha-direitos-trabalhistas-demaix-05082019>>, < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-08/camara-autoriza-trabalho-aos-domingos-com-folga-cada-quatro-semanas>>. Acessados em 16/08/19.

³²⁸ Ver mais em < <https://oglobo.globo.com/opiniao/o-desservico-que-bolsonaro-presta-ao-meio-ambiente-23859412>>, < <https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/sustentabilidade/meio-ambiente/bolsonaro-ataca-alemanha-e-noruega-por-suspensao-de-repasses,4d97f6c9a653ac0f93ba292c26c96932709157uu.html>>. Acessados em 16/08/19.

³²⁹ Ver mais em < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/06/politica/1538859277_033603.html>. Acessado em 17/07/19.

³³⁰ Disponível em < <https://exame.abril.com.br/brasil/juiza-da-15-dias-para-bolsonaro-pagar-r-10-mil-a-maria-dor-sario/>>. Acessado em 20/07/19.

³³¹ Disponível em < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/com-100-das-urnas-apuradas-bolsonaro-teve-577-milhoes-de-votos>>. Acessado em 29/07/19.

Disto isto, as ofensas de Bolsonaro à Maria do Rosário conectam-se a outra declaração igualmente misógina realizada por ele, fomentando o turismo sexual no Brasil. Ao criticar o turismo *gay* no país, o presidente afirmou que “Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade”³³² (PRAGMATISMO POLÍTICO, online, 2019).

Realizando um breve paralelo entre esses episódios e uma das épocas mais sombrias para as mulheres na Europa no final do século XV, vale lembrar que segundo Federici, “o estupro coletivo de mulheres proletárias se tornou uma prática comum” (p. 103, 2017) sendo que “A legalização do estupro criou um clima intensamente misógino que degradou todas as mulheres, qualquer que fosse sua classe. Também insensibilizou a população frente à violência contra as mulheres, preparando o terreno para caça às bruxas que começaria nesse mesmo período” (FEDERICI, p. 104, 2017). Além disso, a autora também traz a institucionalização da prostituição, por meio do estabelecimento de bordéis municipais, como outro aspecto da política sexual fragmentadora implementada por autoridades e monarcas.

Embora esses acontecimentos tenham ocorrido na Idade Média, e consistam em estratégias políticas para dissolver o protesto de trabalhadores na época, eles ajudam a colocar em perspectiva tanto a questão do disciplinamento, quanto a politização por trás dele: ambos operando a partir do controle de corpos femininos. Tanto nos episódios do século XV, quanto naquele protagonizado por Bolsonaro, as mulheres são objetificadas, a exploração dos seus corpos ora surge como disciplinamento (no caso da Maria do Rosário), ora como estratégia política e comercial (no caso do turismo sexual). O que se mostra bastante grave, pois significa que práticas misóginas e medievais são reatualizadas dentro do senso comum e fomentadas dentro do discurso político (considerando as declarações do então presidente, mencionadas anteriormente).

Seja através dos discursos de autoridades governamentais – que circularam midiaticamente –, seja por meio da composição de Ministérios, ou através da desarticulação de importantes políticas públicas para mulheres, ou ainda no notório e burlesco despreparo dos responsáveis por importantes pastas ministeriais que envolvem os direitos da mulher no Brasil, pode-se inferir que a misoginia foi a principal política destinadas às mulheres na gestão de Bolsonaro.

No dia 8 de março de 2019, à exemplo do que fez seu antecessor (Michel Temer), Jair Bolsonaro também discursou na ocasião do Dia Internacional das Mulheres, afirmando que “pela primeira vez na vida, o número de ministros e ministras está equilibrado” (REVISTA

³³² Ver mais em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/04/jair-bolsonaro-brasil-paraiso-gay.html>. Acessado em 29/07/19.

EXAME, online, 2019)³³³. Sob risos da plateia e considerando que dos 22 ministérios do seu governo, 20 foram representados por homens e 2, por mulheres³³⁴, o Presidente explicou que “cada uma dessas mulheres equivale a dez homens” (PORTAL UOL, online, 2019)³³⁵. Também durante o discurso, Bolsonaro citou a passagem bíblica que diz que a mulher nasceu da costela do homem e que a “mulher sábia edifica o lar” (REVISTA EXAME, online, 2019)³³⁶.

É possível fazer uma rápida correspondência entre as declarações de Temer e Bolsonaro – ambas proferidas na ocasião do Dia da Mulher – com a percepção de Silvia Federici de que “nós somos donas de casa, prostitutas, enfermeiras, psiquiatras” (p. 49, 2019) – sendo que essa é, segundo a autora, “a essência da esposa ‘heroica’ celebrada no Dia das Mães” (Idem). E, por sinal, aparentemente, também o é no Dia Internacional da Mulher no Brasil.

A ideia de que o lugar da mulher é em casa, tomando conta dos filhos está presente em diferentes momentos (e formas) nas declarações e ações tanto de Temer, quanto de Bolsonaro. No caso de Jair Bolsonaro, há no seu discurso também um tom religioso, cristão – haja vista o próprio bordão usado por ele: “Deus acima de todos”³³⁷ – dialogando mais uma vez com valores medievais³³⁸.

Paralelo a isso, apoiada por setores evangélicos, Damares Alves, que também é pastora, assumiu a pasta criada no governo Bolsonaro intitulada “Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos” (AGÊNCIA BRASIL, online, 2019)³³⁹ garantindo que iria se trazer “[...] para o protagonismo políticas públicas que ainda não chegaram até às mulheres, e às mulheres que ainda não foram alcançadas pelas políticas públicas” (Idem).

Deve-se reconhecer, entretanto, que a liderança evangélica feminina de maior destaque tanto na aliança entre os legisladores evangélicos e católicos no Congresso Nacional quanto na promoção da racionalidade neoconservadora na campanha de Bolsonaro foi a já mencionada Damares Alves. Advogada e pastora – inicialmente da Igreja Quadrangular e depois da Igreja Batista da Lagoinha –, Damares atuou na assessoria

³³³ Ver mais em < <https://exame.abril.com.br/brasil/numero-de-ministros-e-ministras-esta-equilibrado-diz-bolsonaro/>>. Acessado em 19/07/19.

³³⁴ O Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos ficou à cargo de Damares Alves, enquanto o da Agricultura, com Tereza Cristina. Disponível na mesma fonte da nota anterior.

³³⁵ Ver mais em < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/03/08/bolsonaro-diz-ter-ministerio-equilibrado-2-ministras-valem-por-10-homens.htm>>. Acessado em 19/07/19.

³³⁶ Disponível em < <https://exame.abril.com.br/brasil/numero-de-ministros-e-ministras-esta-equilibrado-diz-bolsonaro/>>. Acessado em 19/07/19.

³³⁷ A versão completa do bordão usado por Bolsonaro é “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. A primeira parte dela, apesar de ser considerada uma apropriação do brado da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército, é muito questionada devido sua semelhança com o brado nazista “Alemanha acima de tudo” (no alemão, “Deutschland über alles”). Visto em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/brasil-acima-de-tudo-conheca-a-origem-do-slogan-de-bolsonaro-7r6utek3uk1axzyruk1fj9nas/> Acessado em 23/11/23.

³³⁸ Ver mais em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/17/opinion/1542484079_447948.html. Acessado em 23/11/2023.

³³⁹ Ver mais em < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-12/damare-assumira-ministerio-da-mulher-familia-e-direitos-humanos>>. Acessado em 19/07/19.

jurídica de vários políticos no Congresso Nacional, bem como da Frente Parlamentar Evangélica, e foi secretária-geral do Movimento Nacional Brasil sem Aborto, que tem militantes de vários segmentos religiosos. *Esta liderança desempenhou e segue desempenhando um papel fundamental na difusão entre os evangélicos brasileiros da lógica normativa centrada na família, na educação religiosa das crianças e no combate às perspectivas de gênero e da diversidade sexual.* (grifos meus – MACHADO, 2020)

No entanto, logo após assumir o cargo, ela protagonizou a primeira de muitas polêmicas que se envolveu. Em vídeo que circulou nas redes sociais, Damares Alves afirmou que “É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa”³⁴⁰ (PORTAL G1, online, 2019). Vale lembrar também que durante seu discurso na solenidade de transmissão de cargo, ela disse que “*O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã*” (grifos meus – PORTAL G1, online, 2019)³⁴¹.

O uso do adjetivo *cristã*, precedido pelo advérbio *terrivelmente* cria uma assimilação retórica, em razão do seu tom inquisidor, com um período histórico extremamente violento vivenciado pelas mulheres: a caça às bruxas. A entonação da afirmação realizada pela ministra revela sua intenção, preceitos, valores e, também, seu (s) suposto (s) alvo (s).

A soma dos fatos, ameaças e declarações até aqui analisados não deixam dúvidas de que, em muitos momentos trata-se de perseguição, ódio e guerra (sobretudo aos direitos) das mulheres. Dentro desse tom persecutório e a partir da lógica cristã evocada por Damares Alves, a figura do herege – no sentido daquele que comete uma heresia, um pecado – vai emergindo e assumindo cada vez mais contornos femininos. Assim como aconteceu no século XV, “a figura do herege se tornou cada vez mais a de uma mulher, de forma que [...] a bruxa se transformou no principal alvo da perseguição aos hereges” (FEDERICI, p. 86, 2017).

Em um país onde se sobrevaloriza midiaticamente a figura da *mulher bela, recatada e do lar*, ao mesmo tempo que se estupra simbolicamente³⁴² a presidenta da República (que é o oposto da figura de mulher valorizada pelo discurso midiático), não é difícil imaginar de que maneira essas ideias possam ser assimiladas do ponto de vista social e político. A menção a passagens bíblicas durante discursos oficiais e em datas emblemáticas para as mulheres, além do fato da ministra da pasta referente aos direitos das mulheres ser uma pastora, revelam que os caminhos para implementação dessa lógica se dariam principalmente pela via moral e

³⁴⁰ Disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>>. Acessado em 28/07/19.

³⁴¹ Disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>>. Acessado em 28/07/19.

³⁴² Referente aos adesivos comercializados com a figura de Dilma, de pernas abertas, a ser colado na entrada do tanque de combustível.

religiosa – o que já era possível de ser notado nos próprios (as) aliados (as) de Bolsonaro durante sua campanha política.

Marisa Lobo, embora também tenha procurado articular suas posições com a gramática dos direitos humanos, parece ter visto no discurso católico da “ideologia de gênero” um poderoso recurso para sua luta contra os movimentos LGBTQI e para o lançamento de sua carreira política, apesar de não obter muito sucesso nas disputas eleitorais. [...]De forma sintética, Marisa Lobo tornou-se uma ativista dos movimentos antigênero no Brasil e, no processo eleitoral de 2018, fez campanha para o candidato católico Jair Bolsonaro. (MACHADO, 2020)

Nesse sentido, com o avanço do neoconservadorismo no Brasil, materializado de maneira mais enfática no governo Bolsonaro, inaugura-se um tempo ainda mais sombrio para os grupos sub-representados. E, dentro desse raciocínio, mulheres que desafiam a ordem social e, sobretudo, política estabelecidas estão ainda mais vulneráveis a serem atacadas, perseguidas, ou até mortas.

5.1 – Eu sou, porque nós somos: Marielle, presente!

Talíria Petrone começa a narração pedindo licença para dividir, nas suas palavras, “experiências a partir de um texto desprezioso e pessoal”, lembrando que “Neste caso, e em muitos outros, o *pessoal é extremamente político*” (2022)³⁴³. Logo nas primeiras linhas de seu relato, a parlamentar começa a rememorar o dia do assassinato de Marielle Franco. O caráter pessoal do seu texto é intensificado pelo fato de, além de correligionárias, Petrone era amiga pessoal de Marielle.

Era uma quarta-feira qualquer. O ano, 2018. Depois de mais um dia intenso e tenso no plenário da Câmara Municipal de Niterói, onde eu era vereadora, fui comemorar o aniversário de um grande amigo da Maré. Comíamos pizza, bebíamos cerveja, ríamos alto, brincávamos com as crianças. Estávamos felizes. Éramos felizes e não tínhamos ideia do que aquela noite nos reservava. A coincidência de estar com amigos da favela da Maré só deixa mais dolorosa a lembrança desse dia. Não tenho dúvida de que o aniversário do Jonas nunca mais será como antes. Certamente, ele também não tem. Nesse dia, nessa quarta-feira, 14 de março de 2018, mataram uma mulher negra, lésbica, mãe, favelada da Maré. Uma mulher eleita. Mataram a vereadora Marielle Franco, eleita no Rio de Janeiro com mais de 45 mil votos. *Mataram nossa amiga Mari. A esposa de Monica Benicio. Filha de seu Toinho e Dona Marinete. Irmã de Anielle e mãe de Luyara.* (grifos meus – PETRONE, 2022)

No trecho seguinte, Talíria Petrone repete o verbo matar, como se quisesse enfatizar a natureza letal da violência perpetrada: “*Mataram* minha companheira de luta, com quem *eu*

³⁴³ PETRONE, Talíria. Até que todo corpo de mulher seja livre. In: D’ÁVILA, Manuela (org). *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Edição Kindle. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

dividia tantos desafios da ocupação da política institucional enquanto mulher negra. Mata-ram” (grifos meus – 2022). Trazendo outros detalhes do dia do assassinato de Marielle Franco, a parlamentar lembra que mais cedo naquele 14 de março de 2018, Mari, como chama sua amiga, sugeriu de se encontrarem, mas, por conta das atribuições de agenda, combinaram de se falarem na manhã do dia seguinte: reunião que jamais aconteceu.

O amanhã nunca chegou. Eu nunca mais vi Marielle. Nem no velório. Os tiros que a mataram acertaram seu rosto e o caixão não pôde ser aberto. O amanhã não chegou para Mari. O amanhã não chegou para nosso encontro. Quantas lutadoras tiveram, têm ou terão seu amanhã interrompido pela brutal violência política que assola nosso país? (PETRONE, 2022)

Para Petrone, “A *execução política* de Marielle explicitou uma fraturada democracia brasileira, que nunca teve chance de se consolidar” (grifos meus – 2022), uma vez que “desde 2016 a história vem mostrando (de forma mais aguda!)” (Idem) diversas ações de caráter antidemocrático. Tendo como ponto de partida o golpe de 2016, Petrone descrevendo violações e ataques ocorridos desde então.

Golpe institucional. Prisões políticas e ilegais. Execução de vereadora. Exílio de deputado gay. Exílio de intelectuais de esquerda. Torturas em presídios cada vez mais legitimadas. Jovens negros assassinados todos os dias por armas do Estado. *Milícias dominando territórios e elegendo os seus. Crianças assassinadas por armas do Estado*. Homens negros enforcados em supermercados. (grifos meus – PETRONE, 2022)

Ao citar as milícias e a territorialização do terror nas favelas, infere-se que as percepções da parlamentar vão de encontro às ideias defendidas por Marielle Franco – que são reforçadas por Silvio Almeida, como apontado anteriormente.

Mais ainda: atentando para a relevância em se estabelecer uma leitura holística e histórica acerca do clima que se vivencia no Brasil desde então, Petrone sinaliza que “A *execução política* de Marielle expressa um tempo duro da conjuntura. [...] E, ainda que seja um fato drástico, não está isolado” (grifos meus – 2022). Reforçando a concepção de que o crime teve motivação política, ela também chama atenção para a ideia de que o assassinato de Marielle Franco “*Não é exceção*, mas a triste revelação de um Brasil em que é perigoso fazer política enfrentando as elites. *Especialmente para mulheres. É ainda mais duro para mulheres negras.*” (grifos meus – Idem).

A escolha em iniciar seu relato a partir do assassinato de Marielle Franco se expressa pelo fato dela entender o crime como um “novo marco” (2022) da violência política no Brasil. Ao nomeá-la de violência política *de raça e gênero*, Talíria Petrone mostra a necessidade de

uma leitura interseccional, capaz de visibilizar tanto as mulheres, quanto as camadas de subjetividade atingidas.

A parlamentar reforça ainda que “a trágica execução de Marielle [...] não existe apartada de uma realidade brutalmente violenta. *Historicamente violenta.*” (grifos meus – Idem).

A violência política de raça e de gênero por aqui se inicia antes mesmo de existir o que hoje chamamos de Brasil. Ela começou com a invasão portuguesa, se construiu com pilhas de corpos indígenas, com o sequestro, a expatriação e a tortura de milhares de corpos de pessoas do continente africano e fundou o Estado brasileiro. (PETRONE, 2022)

A partir disso, pode-se inferir que *violência política de raça e gênero é* – assim como o racismo na visão de Silvio Almeida – um *processo histórico*. A violência política experimentada por grupos minorizados fundamenta a formação do Estado brasileiro, na medida em que, considerando que o Brasil é um país de base escravagista, entende-se que por séculos a apropriação (de terras, mas também de corpos e imaginários), tanto de negros, quanto de indígenas, foi amplamente naturalizada enquanto método de dominação. Ao longo da história do país, indivíduos de ambos os grupos foram completamente excluídos e apartados das decisões econômicas e políticas do Brasil, dominados por grupos representados por homens, brancos e membros da elite.

Articulando as bases epistemológicas do pensamento feminista negro e lançando mão das ideias de interseccionalidade (CRENSHAW, 1991) e sistema de opressões (DAVIS, 2016), ao se adotar um recorte de gênero, percebe-se que estas violações são ainda mais profundas para as mulheres pertencentes a estes grupos.

Vale repetir: as mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava; e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência. Essa deve ter sido uma terrível descoberta para os proprietários de escravos, pois aparentemente eles tentavam quebrar essa cadeia de igualdade por meio da repressão particularmente brutal que reservavam às mulheres. Mais uma vez, é importante lembrar que os castigos infligidos a elas ultrapassavam em intensidade aqueles impostos aos homens, uma vez que não eram apenas açoitadas e mutiladas, mas também estupidadas. (grifos meus – DAVIS, p. 39, 2016)

O sexismo constitui, portanto, camada importante na conjugação das opressões sofridas pelas mulheres negras – que, diferente dos homens negros, não sofriam apenas violências psicológicas e físicas, oriundas de suas funções de trabalho, mas também sistemáticas violações sexuais.

Articulando as ideias produzidas por Angela Davis e Kimberlé Crenshaw, a socióloga e intelectual Patricia Hill Collins se utiliza tanto da noção de *interseccionalidade*, quanto de *matriz de dominação* para investigar de que maneira ocorrem as opressões sobre as mulheres negras. Realizando uma distinção entre os termos, a autora sinaliza que enquanto “A ideia de *interseccionalidade* se refere a formas particulares de opressão interseccional, por exemplo, intersecções entre raça e gênero, ou entre sexualidade e nação” (grifos meus – p. 57, 2019), “[...] a ideia de *matriz de dominação* se refere ao modo como essas opressões interseccionais são de fato organizadas” (Idem).

Atualizando as contribuições teóricas sobre o tema para o contexto brasileiro, nas palavras de Lélia Gonzalez, “Ser negra e mulher no Brasil [...] é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” (p. 58, 2020). A autora sinaliza ainda que no geral “a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação ‘profissional’: doméstica e mulata” (p.59, 2020).

A partir disto é possível afirmar que além de consistir em processo histórico, a *violência política de raça e gênero* é um processo duplamente político, pois estando a população negra apartada da política desde o início da formação do Brasil enquanto nação, pode-se considerar que as mulheres negras são duplamente atingidas: tanto em função dos tipos de violações aos quais estão submetidas, quanto no próprio processo histórico-político, na medida em que – como já foi falado anteriormente – apesar de terem participado ativamente do movimento pelo sufrágio feminino, a conquista do voto, em 1932, inicialmente não se estendeu a elas. Alijadas historicamente de espaço e voz, também é possível inferir que a *violência política de raça e gênero* tem raízes econômicas, estando a mulher negra na base da matriz de dominação – o que as torna marginalizadas em múltiplos níveis.

Dando continuidade ao relato de Talíria Petrone, ela sinaliza que, de acordo com um levantamento realizado também pelas organizações sociais e de direitos humanos Terra de Direitos e Justiça Global, “desde 2016, 327 pessoas foram vítimas de violência política” (2022). De acordo com a pesquisa, considerando o período de 2016 a 2020, “A violência contra a vida de representantes de cargos eletivos, candidatos ou pré-candidatos tem aumentado significativamente nos últimos quatro anos” (TERRA DE DIREITOS, online, 2020)³⁴⁴.

³⁴⁴ Disponível em: < <https://terradedireitos.org.br/acervo/publicacoes/livros/37/violencia-politica-e-eleitoral-no-brasil/23478>>. Acessado em 20/03/2023.

Outra informação relevante trazida em relatório publicado pelas citadas organizações, acerca da situação do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas – a partir de dados contidos no estudo realizado pela Global Witness³⁴⁵ – é a de que, em 2021, o Brasil ocupou “[...] o quarto lugar em ranking global de assassinatos de defensores e defensoras de direitos humanos” (JUSTIÇA GLOBAL, online, 2021)³⁴⁶.

Munida de dados, Talíria Petrone afirma que *sua experiência não é isolada*. Segundo ela, tal violência manifesta-se de diversas formas: “*Quantas vezes interrompida? Quantas vezes objetificada? Quantas vezes ridicularizada? Quantas vezes vítima de mentiras? Quantas vezes ameaçada?*” (grifos meus – PETRONE, 2022) – concluindo que “Não é possível quantificar tamanha violência” (Idem).

Lembro-me do primeiro dia na Câmara de Vereadores e Vereadoras de Niterói, em 2017. Eu era a única mulher em exercício. Vinte homens e eu. Numa reunião na sala da presidência, a primeira, recordo-me do constrangimento que me causaram as conversas misóginas que travavam ali. Em algum momento falaram das pernas de uma ex-vereadora. Eu, em silêncio, tinha vontade de dar um tapa na mesa e pedir respeito, mas não tive força. Afinal, era só o primeiro dia. A verdade é que não imaginava o que estava por vir. (PETRONE, 2022)

Com um cotidiano marcado por ameaças, ofensas e mensagens de cunho racista e misógeno, desde os primeiros meses de seu mandato, Petrone explica que “Não é razoável conviver com mensagens como ‘negra nojenta’, ‘volta para senzala’, ‘puta’, ‘vagabunda’, ‘se encontro na rua dou paulada’ [...] ‘tem que morrer desgraçada’, ‘precisa de *um pau grosso e que doa muito*’” (grifos meus – PETRONE, 2022).

A parlamentar chama atenção ainda para o fato de que, após o assassinato de Marielle Franco, ao fazerem alusão à forma como sua amiga fora executada, as mensagens ficaram ainda piores: não só por elevarem o tom das ameaças, mas também pela violência simbólica e psicológica perpetradas através delas. Diziam: “‘essa é a próxima a ter a cara furada’, ‘você merece morrer com um tiro na cara para estragar o velório, macaca fedorenta’” (PETRONE, 2022).

Propondo uma tripla reflexão, a parlamentar indaga ao leitor “Que Brasil é esse revelado nessas agressões? O que motiva esse tipo de violência? Como permanecer na vida pública?” (PETRONE, 2022). Estas perguntas mostram-se muito coerentes, na medida em que, ao se analisar as violações sofridas durante o dia a dia da autora, consegue-se imaginar minimamente a

³⁴⁵ Ver também: < <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/last-line-defence/>>. Acessado em 20/02/2023.

³⁴⁶ Visto em: < <https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Relatorio---Comeco-do-Fim.pdf>>. Acessado em 20/03/2023.

dimensão da resistência que precisa ser realizada todos os dias para que mulheres negras possam ocupar com seus corpos espaços políticos – e, principalmente, permanecer neles.

Ao elucidar a primeira questão proposta, Petrone explica que “é impossível apartar esses ataques nas redes sociais da compreensão de que o racismo nos estrutura” (2022). Dito de outra forma, ela avalia que “Nenhuma relação social no Brasil pode ser pensada sem a dimensão racial” (2022). Corroborando os apontamentos realizados anteriormente acerca das diferentes dimensões/concepções do racismo, Talíria Petrone explica que:

O mesmo mecanismo racista que permite que uma vereadora ou deputada seja chamada de “negra nojenta” possibilita um jovem negro ser encarcerado injustamente por um retrato falado que descreve “um negro magro”. Esse mesmo mecanismo permite que mulheres negras sejam as maiores vítimas de violência obstétrica. Esse mecanismo está evidente no feminicídio, que é negro; na mortalidade materna, que é negra; nas vítimas da letalidade policial, negras. *Esse mesmo mecanismo permite que ainda existam “quartinhos de empregada” no Brasil – sem janelas e sem direitos –, permite que a execução de Marielle – mulher preta –, na ocasião da publicação deste livro, quatro anos depois, ainda não tenha solução.* (grifos meus – PETRONE, 2022)

Articulando a perspectiva estrutural e institucional da questão – indo de encontro novamente com as proposições de Silvio Almeida, trabalhadas anteriormente – a parlamentar explica que “A cruel ligação do racismo que estrutura todas as instituições brasileiras com o patriarcado e com a barbárie do capitalismo é cada vez mais escancarada” (PETRONE, 2022). E, reforçando os apontamentos de Lélia Gozalez, Talíria Petrone afirma que, sim, “*é violento ser mulher negra na política, porque é violento ser mulher negra neste Brasil*” (grifos meus – Idem).

As experiências trazidas ao longo de seu relato impressionam pela violência perpetrada, sendo que dois eventos chamam atenção pelas articulações que oportunizam. O primeiro ocorreu em 2017, na cidade de São Gonçalo, em Niterói, Rio de Janeiro, onde uma operação conjunta entre Polícia Civil e Exército, na comunidade do Complexo do Salgueiro, resultou na morte de 8 pessoas. De acordo com matéria da Agência Pública, este foi “[...] um dos episódios mais sombrios das operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) realizadas pelo Exército no Rio de Janeiro, que ficou conhecido como a *chacina do Salgueiro*”. (grifos meus – PÚBLICA, online, 2018)³⁴⁷

Talíria Petrone, que tem uma forte conexão com o bairro, sinalizou que não poderia deixar de se posicionar diante do que considerou ser uma chacina. No entanto, segundo ela, o singelo pedido de um minuto de silêncio, em homenagem às vítimas, gerou reações

³⁴⁷ Disponível em: <https://apublica.org/2018/11/um-ano-depois-sobreviventes-da-chacina-do-salgueiro-nao-foam-ouvidos-pela-justica-militar/>. Acessado em 27/03/2023.

supreendentemente violentas: na ocasião, “Um vereador – policial militar – chegou a bater na calça, como se tivesse um coldre com arma, em tom ameaçador” (PETRONE, 2022).

Após o ocorrido, Talíria Petrone afirma que “As ameaças de morte nas redes sociais chegaram a níveis muito sérios” (2022): “[...] depois do pronunciamento de um coronel – hoje deputado estadual, na altura comandante do batalhão de São Gonçalo” (Idem) rechaçando a atitude da parlamentar e tentando deslegitimá-la através da publicação de uma nota, “[...] foram centenas de ataques coordenados” (Idem) a sua página, muitos contendo “ameaças explícitas de morte”(Idem).

As ameaças extrapolaram as redes. Um homem ligou por horas, de números diferentes, para a sede do Psol na minha cidade, Niterói, e de forma agressiva começou a questionar: “Você tem o telefone desta *vereadora piranha* que vocês elegeram? Me dá o telefone desta vereadora piranha. Vocês são uns babacas... Me dá o telefone desta *piranha que vocês elegeram*, se não der o telefone *eu vou na sede deste partido e vou jogar uma bomba*, estou perto da sede. *Me dá o telefone daquela piranha.*” (PETRONE, 2022)

O trecho acima, presente em seu relato, é permeado por muitas camadas de violência – explicitando a amplitude do espectro de violações sofridas por Talíria Petrone. Insultos, ofensas, ameaças que enfatizam sobretudo a lógica misógina destes ataques.

Segundo a parlamentar, a identidade do sujeito responsável pelas ligações foi descoberta, sendo que o mesmo afirmou, durante depoimento à polícia, que *foi estimulado a realizar os telefonemas depois de uma publicação sobre Petrone* “[...] na página de um vereador bolsonarista, atualmente também deputado federal, eleito pelo PSL” (grifos meus – PETRONE, 2022).

O episódio da chacina do Salgueiro ilustra dois aspectos importantes de considerarmos para as articulações desenvolvidas até aqui: o primeiro é o recrudescimento da lógica necropolítica, cujo método, na época, acabou encontrando respaldo nas ações do governo federal, na medida em que a citada operação ocorreu menos de um mês após o então presidente, Michel Temer, sancionar um projeto de lei (PL) que “[...] transferia para a Justiça Militar a investigação e o julgamento de homicídios cometidos por militares durante operações de segurança pública em território nacional” (EL PAÍS, online, 2019)³⁴⁸. Vale dizer que embora o argumento principal dos favoráveis ao projeto residisse na ideia de uma suposta ‘segurança jurídica’, de acordo

³⁴⁸ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/17/politica/1555513598_215678.html. Acessado em 27/03/2023.

com alguns especialistas e organizações de direitos humanos o PL nº 44/2016³⁴⁹ consistia em uma *licença para matar*³⁵⁰.

A partir disso, tem-se também outro ponto importante de ser avaliado: o avanço das forças conservadoras no cenário político contemporâneo brasileiro. Este aspecto, exacerbado desde os acontecimentos que orbitaram o golpe de 2016, começa a ganhar contornos cada vez mais reais, e claramente fascistas³⁵¹, na medida em que, a partir das articulações e eventos analisados até aqui, percebe-se tanto um aumento de poder dos atores conservadores (militares, políticos de ultradireita, por exemplo) na cena política, quanto uma maior intensidade nos ataques sofridos por grupos minorizados – impactando diretamente, inclusive, na vivência de mulheres parlamentares como Talíria Petrone.

O segundo episódio mencionado no relato da parlamentar, que merece destaque, ocorreu em 2019 : Petrone foi informada pela Polícia Federal de que estava “correndo um risco de ‘cunho racista’” (PETRONE, 2022). Em um chat na *deep web*³⁵², diante de uma foto sua abraçada a Marielle Franco, homens falavam que estava chegando o momento de cumprirem o que prometeram. Na conversa, chamando-a de *escrava*, diziam que estavam programando um ataque para *mandá-la ao inferno junto com Marielle*³⁵³. Diante deste cenário, a parlamentar, que tinha acabado de ser mãe, saiu do Rio de Janeiro com sua filha e marido.

O último risco, que envolve possível planejamento de milicianos para me executar, obrigou-me a deixar temporariamente o meu estado, o lugar que me elegeu deputada

³⁴⁹ Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?mime=application/pdf&disposition=inline&dm=4073429>.
Acessado em 27/03/2023.

³⁵⁰ Ver mais em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/10/02/julgamento-de-militares-nao-deve-ser-diferenciado-dizem-analistas.htm>; https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/12/politica/1507840831_336832.html;

<<https://ponte.org/lei-considerada-por-especialistas-como-licenca-para-matar-e-sancionada-por-michel-temer/>> .
Acessados em 27/02/2023.

³⁵¹ A qualificação do governo de Jair Messias Bolsonaro como fascista tem respaldo de nomes contemporâneos importantes para pensar o debate como, por exemplo, Mike Godwin: advogado famoso por defender a liberdade da internet e sobretudo por criar a Lei de Godwin – cujo objetivo é mostrar, segundo ele, que a maioria das comparações com Hitler e os nazistas que via na internet eram hipóboles, exageros excessivos. Godwin chegou a afirmar em seu perfil no Twitter que a comparação de Bolsonaro com um nazista fazia sentido – compartilhando, inclusive a hashtag #EleNão. Além dele, a antropóloga Adriana Dias, que estuda sobre neonazismo há 15 anos, afirmou que o discurso de Bolsonaro é similar ao que Hitler pregava em sua campanha, na Alemanha de 1932. Visto em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/criador-da-lei-de-godwin-diz-que-e-ok-chamar-bolsonaro-de-nazista.shtml>; <https://www.vice.com/pt/article/qv9qzw/falamos-com-o-pai-da-lei-de-godwin-que-autorizou-comparar-bolsonaro-a-hitler>; < <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/17/bolsonaro-e-fascista-listamos-13-frases-do-candidato-para-reflexao>>. Acessados em 15/05/2023.

³⁵² Traduzida literalmente como “internet profunda”, a *deep web* é a camada que fica logo abaixo da internet “rasa” - aquela que aparece nos mecanismos de busca e que fornece conteúdo aberto para qualquer pessoa conectada. Visto em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/agencia-brasil-explica-entenda-deep-web-e-dark-web>. Acessado em 27/03/2023.

³⁵³ Ver também: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/policia-federal-descobre-plano-contra-deputada-taliria-petrone-na-deep-web/>>. Acessado em 27/03/2023.

federal com mais de 107 mil votos, a nona mais votada do Rio de Janeiro. Fiz o que tinha que ser feito. Em plena licença-maternidade, com uma bebê de três meses, eu e meu companheiro deixamos o Rio de Janeiro e não vemos a hora de voltar. *Fizemos isso porque eu não quero ser mártir, e só se faz política viva. Eu quero, exijo estar viva para fazer política.* (grifos meus – PETRONE, 2022).

A escolha em destacar ambos os episódios reside, principalmente, na tentativa de se elucidar o *caráter sistêmico e estrutural* da violência política de raça e gênero, que ao se estabelecer através de uma sociedade claramente racista e misógina, consegue implementar de forma contínua e bem-sucedida múltiplas violações: minando a força das mulheres ocupantes de cargos políticos e ameaçando concretamente àquelas que pensam em disputá-los. Dessa forma, mobilizando as contribuições epistemológicas do feminismo negro, pode-se construir a ideia alegórica de que se a mulher negra se encontra na base da matriz de dominação, ela possivelmente representa o grupo de maior vulnerabilidade em relação à violência política.

Prova disso, é que além dos episódios citados, Talíria conta que a violência é experimentada por ela nos espaços políticos que trafega de forma cotidiana: seja barrando-a na porta, ou silenciando seu microfone, ou ainda chamando-a de “favelada louca” (PETRONE, 2022), várias são as violações que ela e, conseqüentemente, sua equipe precisam enfrentar diariamente.

Se o primeiro dia como vereadora foi difícil, estar no Congresso Nacional, no centro da política brasileira, tem sido ainda mais desafiador. Quantas vezes fui barrada na porta, mesmo com o broche me identificando como deputada? *Até na posse fui barrada!* Em reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, na qual representava meu partido, já fui chamada de “favelada louca” (como se isso efetivamente fosse algo ofensivo. Meu abraço aos loucos. Meu abraço a cada favelada); já tive que ouvir de deputados coisas como “façam essa menina se calar”. Meu microfone foi sistematicamente desligado mesmo quando eu, corretamente, reivindicava artigos do regimento da Casa (que, obviamente, estudei) para ter direito à fala garantido. (PETRONE, 2022)

As violências experimentadas por Talíria Petrone, enquanto uma mulher negra parlamentar, vão de encontro ao que Sueli Carneiro³⁵⁴ já havia falado a respeito dos “estigmas e estereótipos que desvalorizam socialmente as mulheres negras e que carecem de *estratégias* para serem repelidos” (grifos meus – p. 256, 2019). Tal urgência tática conecta-se com as proposições reiteradamente trabalhadas pela teoria crítica do feminismo negro e encontram também respaldo pragmático nas ideias defendidas por Petrone ao sinalizar que: “Sem a organização popular não é possível mudarmos efetivamente tantas coisas que nos violentam” (2022).

A parlamentar é categórica ao afirmar que “Nós mulheres precisamos estar organizadas. Em um partido, em um movimento, em um sindicato, nas lutas dos bairros” (Idem), de maneira

³⁵⁴ Proposições presentes em: CARNEIRO, Sueli. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. In: CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. Edição Kindle. São Paulo: Pólen, 2019.

que é possível – através de sua fala – inferir que o espectro de luta é vasto e precisa ser concretamente ocupado e sistematizado: “Nos organizemos! Foram as mulheres organizadas ao longo da história, que pavimentaram tanta coisa até aqui” (Idem), argumenta.

Os trechos finais do relato de Talíria Petrone são permeados fortemente pela ideia de *resistência*. Conjugando uma perspectiva de passado e futuro, ela mostra que *resistir* foi o que permitiu indivíduos pertinentes a grupos historicamente subalternizados chegarem até aqui. E é o que garantirá que diferentes territórios de poder sigam sendo ocupados por corpos diversos.

É preciso dizer que a resistência começou quase no mesmo momento. Teve início quando a primeira flecha voou pelos ares destas terras para expulsar os invasores. Seguiu com Palmares permanecendo de pé durante 100 dos nossos 522 anos. Avançou com Canudos, que precisou de um exército – quando este nem existia – para ser derubado. Seguiu com as barricadas organizadas pelo capoeirista Prata Preta no bairro da Saúde, no Rio de Janeiro, ou com as lutadoras e os lutadores da ditadura militar. E nos trouxe vivos aos dias de hoje para podermos cumprir nosso papel histórico. A resistência – expressa nas figuras de Dandara, Luiza Mahin, Tereza de Benguela – deve sempre nos guiar. Deve ser sempre nosso sul. *Devemos permanecer vivas e lutar por elas, por Marielle Franco e por tantas que abriram caminhos para nós. Por uma geração de meninas que têm o direito de ser felizes. Lutemos, nos organizemos, façamos isso até que todo corpo de mulher – e todos os corpos – seja livre.* (grifos meus – 2022).

O significado de resistir, nas palavras da autora, se desenvolve em sua própria literalidade. Resistir é sobre não ceder, suportar, não sucumbir³⁵⁵. No entanto, do ponto de vista político, o termo parece ganhar uma camada extra de sentido, na medida em, a partir dos relatos analisados, entende-se que a ideia de resistência é, pragmaticamente, inerente a de luta.

Vale lembrar que, em seu relato, Guajajara usa a expressão *mulheres-semente*, referindo-se a ideia de que não foram capazes de silenciar a voz de suas ancestrais, uma vez que, segundo ela, “Não conseguiram nos matar: nós, que somos *mulheres-semente*, pois somos mulheres-broto, *mulheres do brotar da resistência*” (grifos meus – 2022). Aqui é interessante notar como a expressão utilizada por Sônia Guajajara se conecta à frase amplamente difundida após a morte da vereadora³⁵⁶, sendo possível inferir que no caso de Marielle Franco ela se faz presente, porque a ausência gerada por seu assassinato a fez semente.

Em outras palavras, principalmente do ponto de vista do coletivo de mulheres negras, o choque em perceber que seu corpo está morto, inerte, é superado pela necessidade quase imediata em continuar seu legado político, que se mantém vivo graças a *tecnologia da*

³⁵⁵ Consultado em < <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=resistir>>. Acessado em 27/03/2023.

³⁵⁶ A frase *Marielle, presente!* se tornou um símbolo do legado de Marielle Franco, presente em diferentes textos, matérias e protestos. Alude tanto a luta, quanto as pautas defendidas pela vereadora, sinalizando que permanecerão vivas no imaginário social. Ver mais em: < http://www.defensoriapublica.go.gov.br/depego/index.php?option=com_content&view=article&id=1191:marielle-presente&catid=8&Itemid=180>. Acessado em 27/03/2023.

ancestralidade: perspectiva que atribui permanentemente relevância a vivência de pessoas que, embora já não estejam vivas, foram reconhecidamente fundamentais para introduzir – ou abrir caminho, como se costuma dizer na filosofia africana – aos jovens integrantes destes grupos minorizados.

Este reconhecimento – aparentemente comum tanto aos indígenas, representados por Sônia Guajajara, quanto aos negros (sobretudo mulheres negras) representados (as) por Marielle Franco – denota que ambos os grupos partilham desta tecnologia ancestral, que ao ser implementada em seus respectivos discursos transforma-se em linguagem, tornando-se também meio e tecnologia não só para a construção de estratégias discursivas, mas também políticas: de luta, resistência e ocupação de espaços, em diferentes esferas de poder, inclusive na arena política.

Infere-se, portanto, que a perspectiva ancestral também pode ser lida como uma *tecnologia do discurso*, uma vez que as bases epistemológicas dos estudos e teorias críticas de raça a acionam recorrentemente para construção de aportes teóricos diversos e interseccionais – alinhando-os em ações que transitam entre passado, presente e futuro. Memórias, histórias e feitos passados tornam-se motivações e mapas para ações presentes, visando êxitos futuros. A ancestralidade é, assim, meio, mas também fim. De natureza mobilizadora, ela opera como lógica-espelho da mensagem *ubuntu*, frequentemente citada por Marielle Franco: “eu sou, porque nós somos” (PETRONE, p.22, 2019)³⁵⁷.

No cenário político contemporâneo brasileiro, embora as mulheres negras representem o maior grupo demográfico, elas têm uma baixíssima participação política³⁵⁸. Neste caso, as tentativas de apagamento, com a que ocorreu com Marielle Franco, acabam alcançando uma forte dimensão pragmático-simbólica, pois sendo um grupo sub-representado nas esferas institucionais, quando uma mulher negra é executada esta tentativa de silenciamento afeta milhares de outras mulheres por ela representada.

Por outro lado, a partir dos relatos analisados até aqui, entende-se que Marielle Franco se faz presente através do seu legado, que graças a tecnologias ancestrais, mantém vivos seus projetos e memórias. Assim, a ideia de que ela se tornou semente nasce da resistência de mulheres negras e diversas. Sua morte parece ter surtido o efeito de um chamado que, apesar da

³⁵⁷ ARUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Thithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

³⁵⁸ Apesar das mulheres negras representarem 28% dos brasileiros, dados das eleições municipais de 2016 mostram que o número de eleitas, tanto para vereadoras quanto para prefeitas, não chegou a 5%. Visto em: <https://agencia-brasil.etc.com.br/eleicoes-2020/noticia/2020-10/negras-sao-28-dos-brasileiros-mas-tem-baixa-participacao-politica>. Acessado em 27/03/2023.

sub-representação, vem sendo atendido por estas mulheres, indicando que mais do que ouvir, é fundamental eleger “Marias, Mahins, Marielles, Malês” (CARTA CAPITAL, online, 2019)³⁵⁹.

5.2 – Brasil, o teu nome é Dandara³⁶⁰

Nas palavras de Petrone, a violência política de raça e de gênero é aspecto “fundante do Estado brasileiro” (2022), sendo possível inferir – através dos relatos analisados até aqui – que ela vem sendo instrumentalizada para perpetuar apagamentos de vozes e sujeitos, a partir de vários tipos de violações, inclusive aniquilamento de corpos.

Dentro deste contexto, o citado enredo da Estação Primeira de Mangueira, no ano de 2019, trouxe um olhar importante sobre resistência: ao homenagear personagens vítimas de diversas violações, e marginalizadas ao longo da nossa história, privilegiou as versões que não são mencionadas nos livros didáticos, apresentando “o outro lado da História do Brasil” (G1, online, 2019)³⁶¹.

Aqui é importante frisar, que embora carnavalizado, o espaço onde acontecem os desfiles é também político em muitos aspectos. Dentre eles, vale destacar que as narrativas destas obras são encarnadas todos os anos, predominantemente, por pessoas que partilham dos mesmos marcadores sociais das citadas personagens violadas.

Entre as personagens citadas, o referido samba enredo fala também de Dandara: “mulher de Zumbi dos Palmares” (G1, online, 2019), que “Ao ser capturada, em 1694, se jogou de uma pedreira para não voltar à condição de escrava” (Idem).

Ao afirmar que o nome do Brasil é Dandara, infere-se que esta é uma forma simbólica de homenagear a luta de Dandara Palmares. Porém, fazendo um exercício dialético dentro da contemporaneidade, proponho pensar em *outras Dandaras*, aqui representadas por Dandara dos Santos: travesti “Espancada por pelo menos dez pessoas, entre adolescentes e adultos” (O POVO, online, 2017)³⁶², no ano de 2017.

Após sofrer humilhação, violência física e psicológica, todas registradas em vídeo que foi publicado nas redes sociais, Dandara é erguida pelo seus agressores e colocada em

³⁵⁹ Disponível em < <https://www.cartacapital.com.br/justica/brasil-chegou-a-vez-de-ouvir-as-marias-mahins-marielles-males/>>. Disponível em 27/03/2023.

³⁶⁰ O título do tópico refere-se a um dos versos do samba enredo da Estação Primeira de Mangueira, do ano de 2019. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/wantuir/historias-para-ninar-gente-grande/>. Acessado em 27/03/2023.

³⁶¹ Visto em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2019/noticia/2019/03/08/conheca-os-herois-citados-no-samba-e-no-enredo-da-mangueira-no-carnaval-de-2019.ghtml>. Acessado em 27/03/2023.

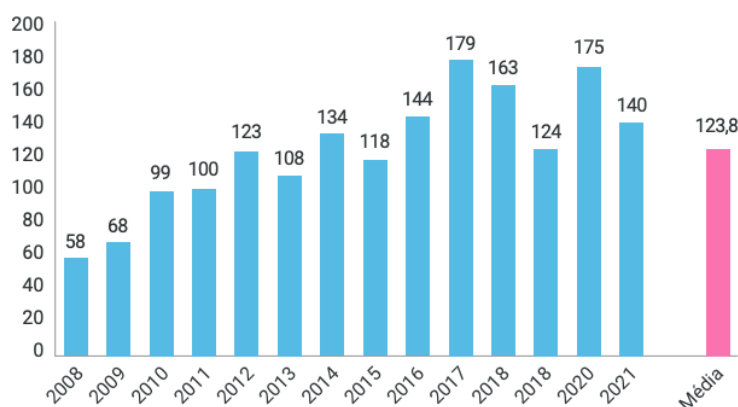
³⁶² Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/02/15/ha-tres-anos--dandara-dos-santos-era-torturada-e-morta-em-rua-de-fortaleza.html>. Acessado em 27/03/2023.

uma carrinho de mão. Embora tenha pedido pela vida utilizando o nome da mãe, ela nunca se reuniria novamente com sua genitora. A travesti Dandara foi morta naquele mesmo dia. (O POVO, online, 2017)

Avaliando brevemente estas histórias, pode-se considerar que ambas Dandaras morreram³⁶³ por não abrirem mão de suas respectivas liberdades. Mesmo em diferentes nuances, fundamentalmente ambas resistiram até onde foi possível. Seus corpos encarnavam também a luta por suas resistências. E, embora haja uma distância de quase quatro séculos entre suas mortes, ainda hoje negras e travestis são interrompidas, perseguidas, desrespeitadas e violadas, inclusive – e talvez sobretudo – nos espaços institucionais e políticos.

Infere-se dialeticamente, portanto, que há dois sentidos em qualificar o Brasil como Dandara: de um lado, significa homenagear a luta de uma das mulheres mais importantes na história política do Brasil e, por outro, denota também reconhecer que este é um país forjado a partir da violência. É um país racista, transfóbico, que ainda hoje persegue e violenta corpos de mulheres diversas. Prova disso são os dados divulgados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), os quais apontam que só no ano de 2021 foram “pelo menos 140 (cento de quarenta) assassinatos de pessoas trans, sendo 135 (cento e trinta e cinco) travestis e mulheres transexuais, e 05 (cinco) casos de homens trans e pessoas transmasculinas” (ANTRA, p.30, 2022)³⁶⁴. A entidade também ressalta neste relatório que “a média dos anos considerados nesta pesquisa (2008 a 2021) foi de 123,8 assassinatos/ano [...]” (Idem), sendo que “Observando o ano de 2021, com 140 casos encontrados, vemos que ele continua acima de média de assassinatos em números absolutos”³⁶⁵ (Idem).

Figura 27 - Dados dos Assassinatos de pessoas trans no Brasil entre 2008 e 2021.



Fonte: ANTRA, 2022.

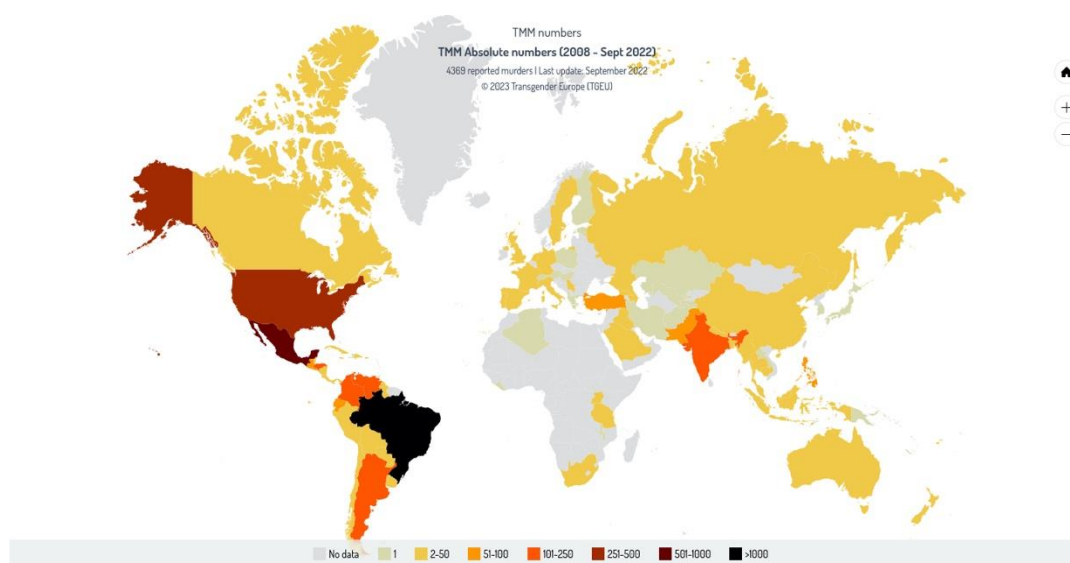
³⁶³ Assume-se aqui a leitura de que a responsabilidade pela morte de Dandara Palmares não é dela, mas sim de seus captores.

³⁶⁴ Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acessado em 27/03/2023.

³⁶⁵ No relatório, a ANTRA pontua que dados entre 2008 e 2016 foram publicados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB).

De acordo com o mapeamento *Trans Murder Monitoring* (TMM)³⁶⁶, organizado pela *Transgender Europe* (TGEU)³⁶⁷, dos 4.639 assassinatos relatados entre 2008 e setembro de 2022, 1.741 aconteceram no Brasil, ou seja: somos atualmente o país que mais mata pessoas trans no mundo (Figura 27). Segundo relatório emitido pela ANTRA, a situação é ainda pior, visto que o Brasil ocupa esta posição pelo 14º ano consecutivo (ANTRA, p. 9, 2023)³⁶⁸

Figura 28 - Mapa de monitoramento do número de assassinatos de pessoas transgênero ao redor do mundo, reportados até setembro de 2022.



Fonte: Trans Murder Monitoring (TMM), 2022.

No entanto, embora o Brasil seja o país que mais assassine pessoas transexuais, é também o que mais consome pornografia trans. De acordo com relatório publicado pelo *Pornhub* – maior portal de conteúdo pornô do mundo – “O Brasil foi o único país com Transgênero como sua categoria principal” (tradução minha – PORNHUB, online, 2022)³⁶⁹, como pode ser visto na Figura 28.

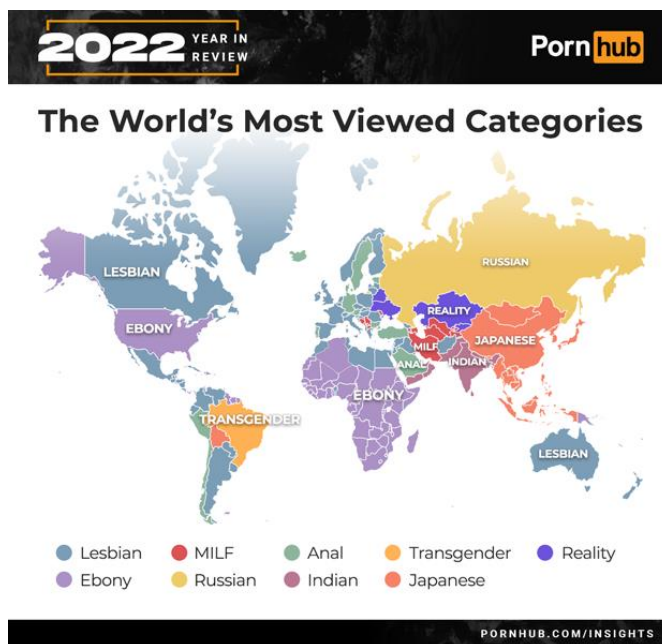
³⁶⁶ Disponível em: <https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/#>. Acessado em 27/03/2023.

³⁶⁷ Para saber mais, acessar: <https://tgeu.org/>. Visto em 27/03/2023.

³⁶⁸ Visto em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Para mais informações ver também: <https://revistahibrida.com.br/brasil/brasil-lider-assassinatos-trans/>. Ambos acessados em 27/03/2023.

³⁶⁹ Disponível em: <https://www.pornhub.com/insights/2022-year-in-review#top-seraches-pornstars>. Acessado em 27/03/2023.

Figura 29 - Mapeamento das categorias mais vistas no mundo.



Fonte: Pornhub, 2022.

O que pode parecer um paradoxo é, nas palavras da transativista Bruna Benevides, “um processo histórico de hipersexualização e fetichização em relação aos corpos trans, lidos como fantasia, sem subjetividade, vontade ou desejo, mas sempre à disposição para quem nos procura” (BENEVIDES, online, 2020)³⁷⁰.

Muitas vezes objetos de desejo, eles causam simultaneamente repulsa entre quem se percebe compelido a buscá-los ou cogitar envolvimento, afetivo ou sexual, com pessoas trans. Em especial as travestis e mulheres transexuais que, não por acaso, são as mais buscadas nos sites pornográficos e também a maioria de 95% entre as assassinadas, de acordo com a Antra. (BENEVIDES, online, 2020)

Este aspecto escancara o conservadorismo em diferentes níveis, sobretudo social, mas atingindo também dimensões subjetivas e simbólicas.

São comuns os relatos de pessoas trans que contam sobre homens que, depois do gozo, mudam completamente a forma de tratamento à pessoa com quem acabaram de se relacionar, muitas vezes adotando posturas agressivas, repulsivas e violentas. Isso está diretamente relacionado ao avanço do pensamento fundamentalista cristão junto ao Estado e seu impacto no controle do corpo, do desejo e das relações afetivas e sexuais que seguem normatizando a função do homem de casar e ter filhos. (grifos meus – BENEVIDES, online, 2020)

³⁷⁰ Disponível em: <https://brunabenevidex.medium.com/o-paradoxo-entre-o-porn%C3%B4-e-o-assassinato-de-pessoas-trans-no-brasil-ea86ce786a51>. Acessado em 27/03/2023.

Aplicando as formulações da transativista no objeto de estudo da pesquisa, percebe-se que foi exatamente na dimensão simbólica que Duda Salabert – mulher trans, mãe, professora de Literatura, ambientalista, idealizadora da ONG Transvest e candidata ao Senado em 2018 – construiu sua resistência para disputar as eleições.

5.2.1 – Professora, Travesti, Lésbica e Vegana³⁷¹

Inicialmente, o relato de Duda Salabert³⁷² chama atenção pelo formato: dividido em trechos datados, ele remete a um diário. E, após lê-lo, é possível fazer uma simetria circunstancial entre ele e dois tipos principalmente de diários: os pessoais e os de bordo – registros organizados cuidadosamente para detalhar diariamente uma viagem, que no caso da correspondência aqui proposta, pode-se considerar uma jornada cheia de perigos para Salabert.

Seu texto-relato tem início no dia 13 de março de 2018. Um dia antes de Marielle Franco ser assassinada, Duda Salabert divulgou sua candidatura ao Senado, explicando que naquele momento “Vivíamos a maior crise do capitalismo desde a grande depressão de 1929” (SALABERT, 2022). Ao contextualizar o momento de sua pré-candidatura ao Senado, Salabert afirma que a crise numa sociedade capitalista “é sinônimo de retirada de direitos que nos fazem humanos e da tentativa de nos reduzir a máquina, a objeto que se limita a trabalhar e a produzir” (2022). Esta percepção fez com que a pré-candidata organizasse sua resistência a partir da perspectiva declaradamente simbólica.

Nesse cenário de crise econômica aguda, entendi que seria importante construir a resistência disputando a dimensão simbólica. Simbólico é tudo aquilo que não é concreto, não é material. É no simbólico que moram a fé, os sonhos, as paixões, as utopias – instâncias essas que nos humanizam e nos fazem diferir das máquinas e dos objetos. Nesses momentos de crise, urge gritar que a gente não quer só comida, mas também bebida, diversão e arte. Parafraseando Trótski, a gente luta não apenas pelo pão, mas também pela poesia. E arte e poesia são expressões maiúsculas da dimensão simbólica, da dimensão humana. (SALABERT, 2022)

Salabert explica que, do ponto de vista etimológico, o termo *senado* carrega a ideia de *senhores*, sendo, portanto, “a *casa dos senhores*” (2022). Somado a isso, a professora lembra que “o primeiro banheiro feminino no Senado brasileiro foi construído somente em 2016”³⁷³

³⁷¹ Frase que estampou uma blusa vestida por Duda Salabert, em uma foto publicada por ela nas redes sociais, durante campanha para as eleições do Senado em 2018.

³⁷² SALABERT, Duda. Não se combate a escuridão com mais escuridão. In: D’ÁVILA, Manuela (org). *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Edição Kindle. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

³⁷³ Até dezembro de 2015, o banheiro das parlamentares era o do restaurante anexo ao Plenário, disponível desde 1979, quando foi eleita a primeira senadora Eunice Michilis. Visto em: <

(2022). Estes dois aspectos ilustram de forma bastante assertiva a natureza do simbolismo da candidatura de Duda Salabert, já que, em suas próprias palavras, “ter uma travesti querendo penetrar o espaço dos senhores seria extremamente simbólico”(Idem).

Sob a perspectiva de uma mulher trans, o relato da parlamentar traz também outras camadas do citado simbolismo como, por exemplo, o fato da idade mínima para pleitear o cargo de senador ser equivalente à expectativa de vida de uma travesti no Brasil, em torno de 35 anos de idade³⁷⁴.

Além disso, o Senado é uma casa tradicionalmente ocupada por senhores moralistas. O corpo de uma travesti – que é socialmente lido como imoral – ousar adentrar tal espaço seria, em síntese, uma grande afronta à ordem estabelecida e faria a candidatura extrapolar o plano da concretude, do ordinário, e alcançar o plano do simbólico, do extraordinário. (grifos meus – SALABERT, 2022)

Então professora de Literatura no Colégio Bernoulli, em Belo Horizonte – MG³⁷⁵, em seu primeiro dia de trabalho após a divulgação de sua candidatura, Duda Salabert afirma que em seu íntimo um pensamento lhe causava grande angústia: “*Meu corpo, que já é um alvo ambulante, estará a partir de agora na mira dessa estrutura de ódio da política institucional*” (SALABERT, 2022). Para ela, estava claro que a partir daquele momento teria que “viver sob a lente de ódio de políticos, de militantes e de partidos reacionários” (Idem).

Fiquei o dia inteiro pensando em retirar minha pré-candidatura. No fim do dia, concluí: por Marielle, manterei a candidatura. Pelas travestis e transexuais, aceitarei colocar meu corpo na linha de frente do processo eleitoral nesse contexto de crise, de ódio e de ascensão do neofascismo. (grifos meus – SALABERT, 2022)

É no plural que Duda Salabert constrói o argumento de sua resistência, que apesar de atravessar questões simbólicas, também possui motivações bastante concretas. O coletivo protagoniza, portanto, a justificativa pela qual ela escolhe permanecer candidata. A partir dos relatos analisados até aqui, infere-se que mulheres, sobretudo aquelas que pertencem a grupos minorizados – negras, indígenas, trans –, organizam sua resistência no coletivo, sendo esta a perspectiva que também organizará a lógica das pautas que de suas lutas³⁷⁶.

<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/bancada-feminina-do-senado-conquista-direito-a-banheiro-feminino-no-plenario>>. Acessado em 27/03/2023.

³⁷⁴ Ver mais em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/expectativa-de-vida-de-trans-no-brasil-se-equipara-com-idade-media-diz-advogada/>. Acessado em 27/03/2023.

³⁷⁵ Informação disponível tanto no relato da parlamentar, quanto em sua página no LinkedIn, estando também disponíveis em algumas matérias jornalísticas. Ver mais em: https://br.linkedin.com/in/duda-salabert-7a9747135?original_referer=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F. Acessado em 27/03/2023.

³⁷⁶ Exemplo disso é o Projeto de Lei 960/23 que estabelece reserva de vagas do Sistema Nacional de Empregos (Sine) para pessoas em situação de rua, travestis e demais pessoas trans. Disponível em: <https://pdt.org.br/index.php/projeto-de-duda-salabert-reserva-vagas-de-emprego-para-pessoas-em-situacao-de-rua-travestis-e-trans/>. Acessado em 27/03/2023.

Em seu relato, Duda Salabert também menciona um episódio ocorrido em julho de 2018, quando ao publicar uma foto com uma camisa que trazia as palavras “Professora, Travesti, Lésbica e Vegana” (SALABERT, 2022), ela recebeu centenas de mensagens com discurso de ódio e destacou que a palavra mais utilizada era *nojo*. Embora inicialmente não tenha se surpreendido, após as mensagens se multiplicarem significativamente, Salabert percebeu que “duas pessoas da família do presidenciável de extrema direita tinham compartilhado em suas redes” (Idem) a referida foto. Como consequência, ela afirma ter recebido tantas mensagens de ódio a cada minuto que o *Instagram* acabou bloqueando sua conta, fazendo com que, no meio de uma campanha eleitoral, ela ficasse sem poder publicar tanto nesta mídia social, quanto no *Facebook*.

Não satisfeitas com as mensagens de ódio, as pessoas começaram a avaliar negativamente a página do Facebook da escola em que trabalho há doze anos. Começaram a telefonar e a mandar e-mails para a escola, pedindo minha demissão. Pais de alunos, após a repercussão, marcaram reuniões com a direção do colégio por entender que minha presença seria um problema. *Houve uma mãe que me acusou de ser traficante e afirmou que a polícia deveria me prender.* (grifos meus – SALABERT, 2022)

O trecho acima presente no relato de Duda Salabert mostra que ela teve seu sustento seriamente ameaçado. Embora afirme também que tinha ciência de que havia grandes chances de ser demitida por conta de sua candidatura ao Senado, chama atenção como, em seu caso, as violações tentavam construir respaldo na existência de Salabert. É importante atentar para o fato de que, neste trecho específico, ela não mencionou *fake news* quando abordou o estopim dos ataques, mas sim que eles se iniciaram a partir do compartilhamento de sua foto por pessoas de extrema direita, resultando em muitas mensagens odiosas. Pode-se inferir, portanto, que os argumentos das pessoas que exigiam sua demissão baseavam-se, em grande parte, apenas em ódio – e não em uma informação falsa.

Embora não seja o objetivo desta pesquisa, é importante nos indagarmos se este tipo de violência também aconteceria – desta mesma forma e com este mesmo argumento – com mulheres cis³⁷⁷. A hipótese de que este é um tipo de violação que vitimiza em maior grau mulheres transexuais é corroborada pela própria autora do relato ao afirmar que “[...] 90% das travestis e transexuais do país estão na prostituição por causa de um preconceito odioso que estrutura nossa sociedade e que exclui as identidades trans do mercado formal de trabalho” (SALABERT, 2022). Os apontamentos de Duda Salabert encontram respaldo nos dados apresentados pelo *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*, de

³⁷⁷ Abreviação de cisgênero. Ver mais em: <https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%80NERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acessado em 27/03/2023.

autoria de Bruna Benevides e Sayonara Nogueira, organizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) e pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE)³⁷⁸:

Com aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e de miseráveis, a crise econômica, a política e aumento do desemprego, acreditamos que se mantém atual a estimativa de que apenas 4% da população trans feminina se encontra em empregos formais, com possibilidade de promoção e progressão de carreira. Da mesma forma, vemos que apenas 6% estão em atividades informais e subempregos, mantendo-se aquele que é o dado mais preocupante: 90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte primária de renda (BENEVIDES; NOGUEIRA, ANTRA e IBTE, 2021)

Salabert é categórica ao afirmar que “Para nós, travestis, a prostituição é quase obrigatória, é *compulsória*” (grifos meus – 2022). Esta impossibilidade de escolha profissional surge também em outros levantamentos, como a Edição 21 do InfoReggae³⁷⁹, que traz resultados do Projeto Além do Arco Íris: lançado em 2013, pelo AfroReggae, a iniciativa se define como uma “busca ativa permanente de transexuais e travestis em situação de risco social”³⁸⁰ (AFROREGGAE, p.2, 2013). Tendo como “público-alvo aquelas cidadãs que, mesmo dentro da comunidade LGBT, são marginalizadas pela sua identidade de gênero ou por outros marcadores sociais que atravessam a questão de gênero e sexualidade” (AFROREGGAE, p.4, 2013), a referida edição do projeto ouviu “as demandas de mulheres transgêneras, especialmente aquelas em maior risco social: dependentes químicas, em situação de prostituição compulsória ou sem renda fixa” (Idem).

Contando com a participação de 25 travestis e transexuais, de acordo com o InfoReggae, destas, quando perguntadas sobre suas respectivas ocupações profissionais, 25% afirmou ser cabelereira e 21%³⁸¹, atuar na prostituição, sendo que entre estas, 100% afirmou que gostaria de atuar em outra área profissional (Figura 29).

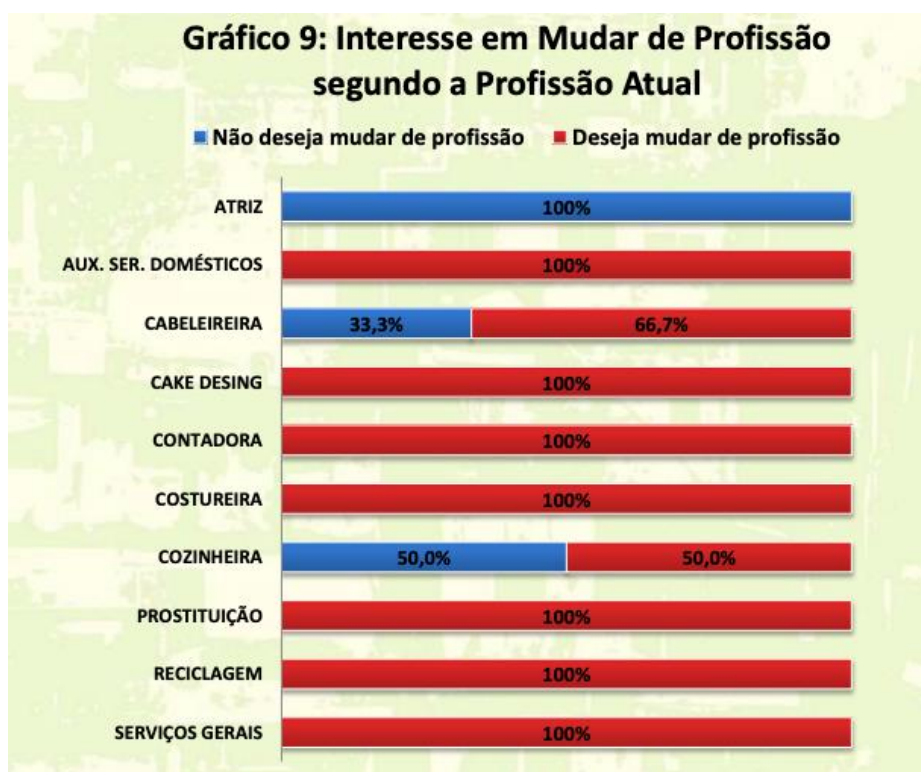
³⁷⁸ Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acessado em 27/03/2023.

³⁷⁹ Publicação semanal e desenvolvida pela Editora AfroReggae, disponível em: <https://www.afroreggae.org/wp-content/uploads/2014/05/InfoReggae-Rio-Ed.-21-Evento-Alem-do-Arco-Iris.pdf>. Acesado em 27/03/2023

³⁸⁰ De acordo com o InfoReggae, o contato com elas foi realizado “através de buscas ativas em pontos de prostituição e abrigos públicos, aproveitando a rede de contatos das próprias, para divulgar o evento e aproximar o projeto desta parcela da população” (AFROREGGAE, p.4, 2013).

³⁸¹ Importante considerar as limitações amostrais dentro da proposta do estudo.

Figura 30 - Gráfico presente na Edição 21 do InfoReggae – Encontro Além do Arco Íris.



Fonte: InfoReggae, 2013.

Duda Salabert explica que a decisão em manter sua candidatura foi motivada pela expectativa em modificar o cenário mencionado. Ela afirma ainda que conseguiu chegar até o final da campanha para o Senado sem ser demitida e sem pedir licença do trabalho, o que a demandou trabalhar “cinquenta horas por semana” (SALABERT, 2022).

Salabert precisou ainda enfrentar muitos desafios ao longo de sua campanha, inclusive orçamentário, uma vez que enquanto “Os outros candidatos ao Senado – Dilma Rousseff, Rodrigo Pacheco, Carlos Viana – fizeram campanhas milionárias” (SALABERT, 2022), seus recursos foram de R\$15.690 (SALABERT, 2022), o que reforçava a ideia de que as chances de vitória eram, de fato, pequenas.

Embora tenha perdido as eleições de 2018, ela foi a quarta mulher mais votada da história eleitoral de Minas Gerais, computando votos em todas as urnas e cidades dos estados. Apesar destes aspectos positivos, ela afirma que a maior vitória foi “saber que mais de 350 mil

pessoas se permitiram sentir-se representadas por uma travesti” (SALABERT, 2022): o que para ela teve o significado de uma vitória simbólica.

Na data de 28 de outubro, dia da votação do segundo turno da eleição presidencial, Duda Salabert afirma que “o resultado da eleição veio como um relâmpago: rápido, fulminante e devastador” (2022).

No chão, pessoas chorando. Era um choro coletivo de desespero que nunca antes vi. Muitos gritavam: “Ele vai nos matar!” Nas ruas, carros de luxo buzinando. No céu, muitos fogos de artifício.

Eu e minha companheira pegamos um táxi. Ao chegar em casa, ela foi para o quarto chorar. Eu, na sala, me desesperava ao ver um carro estacionado exatamente na porta da minha casa com o motorista gritando “Bolsonaro”, buzinando e jogando farol alto contra a minha janela. Pensei comigo: eles sabem onde moro. Estou correndo risco de morte. Tenho que me mudar. (SALABERT, 2022)

Dois anos depois da disputa pelo Senado, Salabert trocou de partido e permaneceu ministrando aulas na mesma escola. Nas eleições de 2020, ela decidiu pleitear o cargo de vereadora, na cidade de Belo Horizonte (MG). Surpreendentemente, como sinalizou em suas próprias palavras, ela não sofreu ataques de ódio durante a campanha, tornando-se “a pessoa mais votada da história de Belo Horizonte e a primeira transexual a se eleger vereadora na capital” (SALABERT, 2022). Segundo ela, esta foi uma vitória concreta, mas também simbólica, “Uma vitória da democracia, dos direitos humanos e dos movimentos sociais” (Idem), cuja votação recorde contou com mais de 37 mil votos³⁸². No entanto, Duda Salabert sinaliza que além da felicidade pela vitória, também sentiu uma grande preocupação, já que seu corpo “estaria, a partir daquele momento, em evidência e em exposição para todo país” (Idem).

Os episódios subsequentes narrados ao longo de seu relato são permeados por extrema violência. No dia seguinte ao resultado das eleições, ao abrir o aplicativo de mensagens instantâneas, Salabert se deparou com imagens suas circulando em vários grupos de WhatsApp: vídeos que expunham sua identidade e imagem antes da transição de gênero. Explicando o significado da violência experimentada, ela explica que:

Para nós, travestis e transexuais, uma das maiores violências recebidas é a exposição de um passado que sepultamos, que não nos serve mais. Quando entrei no Instagram, vi que esses vídeos estavam também circulando em páginas de disseminação de ódio, que expunham não apenas o passado que sepultei como também minha família, minha filha. Fiquei muito assustada! (grifos meus – SALABERT, 2022)

³⁸² Ver mais em: < <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-16/belo-horizonte-elege-sua-primeira-vereadora-trans-duda-salabert-que-faz-historia-com-votacao-recorde.html> >. Acessado em 27/03/2023.

No mesmo dia, Salabert concedeu entrevistas aos canais de televisão. A primeira pergunta que um dos repórteres lhe fez ao vivo foi sobre qual banheiro ela usaria na Câmara, sendo que esta, segundo ela foi apenas uma das “inúmeras perguntas transfóbicas” (SALABERT, 2022) que lhe fizeram.

Em seu relato, Duda Salabert fala também sobre o desconforto gerado em outro episódio no qual jornalistas, ao se apropriarem do fato de um bolsonarista ter ficado em segundo lugar nas eleições³⁸³, elaboraram uma retórica belicosa e maniqueísta entre a vereadora eleita e o então candidato. Traçando uma correspondência entre este comportamento midiático e episódios anteriores – protagonizados por Bolsonaro e Jean Wyllys – ela demonstra como a mídia acaba não apenas promovendo discurso de ódio, mas também fomentando-o. Na perspectiva de Salabert, sua imagem “que já estava sendo veiculada nas redes de difamação e de fake news, atraía agora mais um exército de pessoas odiosas” (2022).

[...] os jornais Construíram um cenário belicoso, roteirizando em suas capas a ideia de bem *versus* mal – típico das telenovelas. Esse cenário de Pólvora explodiu na capa de um jornal que estampava a frase do bolsonarista, afirmando que me trataria no masculino e que não respeitaria minha identidade de gênero. [...] Compreendi que alguns setores do jornalismo queriam, na verdade reeditar em mim e a pessoa que ficou em segundo lugar a polarização Jair Bolsonaro *versus* Jean Wyllys, a fim de vender notícias e de alimentar posturas intolerantes na sociedade. (SALABERT, 2022)

Ela então decidiu entrar em contato diretamente com o então candidato “convidando-o para o diálogo e para a briga de ideias, não de pessoas” (SALABERT, 2022), divulgando logo em seguida esta informação em seu perfil no *Twitter*, gerando duas consequências imediatas: a primeira delas foi o fato das páginas de ódio não divulgarem mais sua imagem, nem de sua família e, a segunda, a indignação da esquerda por ela não ter ido para o confronto com o bolsonarista – postura da qual ela se pergunta, em seu relato, se “não aprenderam nada com a Marielle e com o Jean Wyllys” ? (SALABERT, 2022)

Assim como Talíria Petrone, Duda Salabert expressa o claro entendimento de que pertence a um grupo sub-representado, sobretudo nos espaços de poder, e, por isso, “Para construir políticas que melhorem minimamente a vida das travestis, dos transexuais e dos grupos de vulnerabilidade social” (Idem) *é preciso “[...] estar viva e no Brasil”* (grifos meus – Idem).

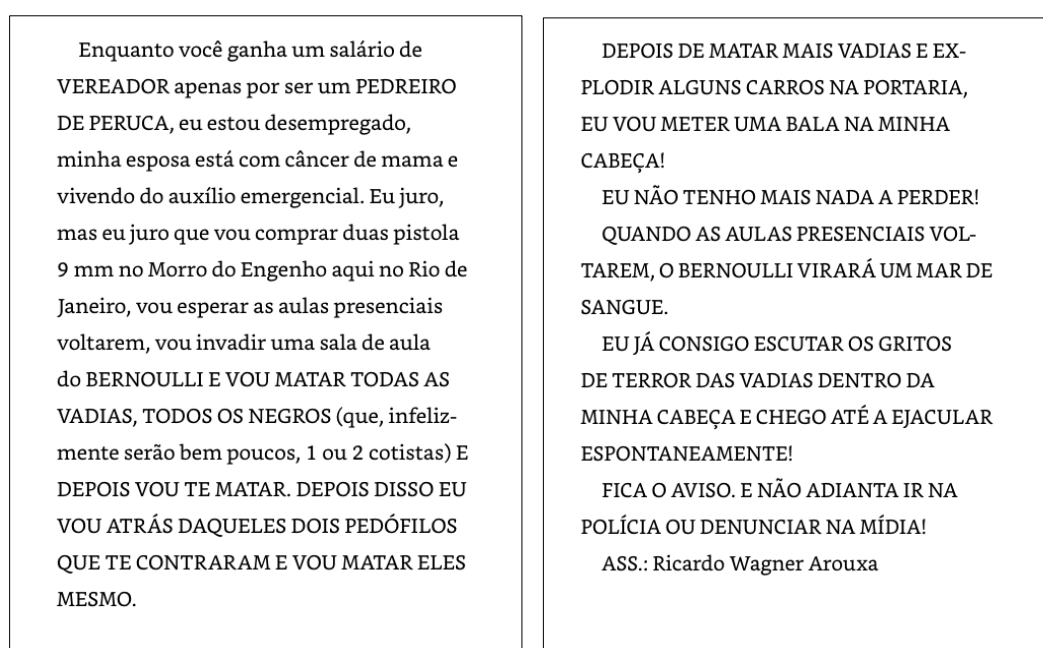
Admiro quem vai para o enfrentamento direto com os *neofascistas*. Mas sou uma travesti no país que mais mata pessoas trans, sendo que 80% desses assassinatos ocorrem com violência exagerada: paus enfiados no ânus, corpos esquartejados. A minha forma de fazer enfrentamento é, então, outra: disputar o Senado ou me tornar a pessoa mais votada da história de Belo Horizonte. Repito: a pessoa mais votada da história

³⁸³ Ver mais em: <https://noticias.r7.com/eleicoes-2020/bh-tem-a-1-trans-e-um-bolsonarista-entre-os-vereadores-mais-votados-16112020>. Acessado em 01/04/2023.

de Belo Horizonte é uma travesti! E dificilmente alguém quebrará esse recorde de votos. Essa é minha estratégia de incomodar, de lutar e de mudar a realidade estabelecida. (SALABERT, 2022)

Um pouco mais de um mês após as eleições, mais especificamente em 3 de dezembro de 2020, Duda Salabert conta que recebeu um e-mail, cujo conteúdo está reproduzido na íntegra em seu relato (Figura 30). O autor, que logo na primeira frase a chama de *aberração* e *pedreiro de peruca*, segue proferindo ameaças extremamente odiosas, de cunho transfóbico, misógino e racista.

Figura 31 - Reprodução na íntegra do citado e-mail, presente no relato de Duda Salabert (p. 68 e 69).



Fonte: SALABERT, 2022.

O texto do e-mail é, em síntese, ódio. Literalmente. Ódio não apenas por Duda Salabert, ou pelo grupo de mulheres que ela representa, mas especificamente também por ela estar ocupando um lugar de poder, já que a narrativa construída parte de uma suposta *injustiça social*, na qual o autor se insere como parâmetro para comparar sua situação de vida com a da parlamentar. E aqui é interessante perceber, que apesar de menos evidente, o ódio de classe também contribui para ampliar as hipotéticas motivações do discurso de ódio proferido por ele.

No outro momento do e-mail, ele conta em detalhes como planeja executar Duda Salabert, mas não apenas ela: aqui a ameaça se estende também a mulheres e pessoas negras – as quais ele projeta diretamente na figura dos cotistas. No entanto, levando em consideração o

histórico de ataques às políticas afirmativas promovidos por alas e pessoas conservadoras, o autor acaba expressando uma contradição, pois ao lamentar que os cotistas sejam quantitativamente poucos, ele conota a ideia de que, na verdade, as cotas não representam um número robusto ou expressivo de vagas, e, conseqüentemente, não impactam efetivamente na disputa das vagas de ampla concorrência – contrariando, assim, argumentos muitas vezes presentes no senso comum de pessoas que defendem a ideia de meritocracia³⁸⁴.

O autor do e-mail segue estendendo as ameaças aos donos do colégio, qualificando-os de pedófilos – adjetivação que é atribuída diretamente ao fato de terem contratado Duda Salabert, o que sugere que ele faz uma associação direta entre a identidade de gênero e orientação sexual da parlamentar às ideias de imoralidade e pedofilia. Infere-se que, ao estender as ofensas a quem não adota uma postura transfóbica, nem odiosa, estes também passam a se tornar alvos do autor.

Próximo do fim do e-mail ele verbaliza seu ódio e misoginia, afirmando ejacular ao se imaginar assassinando mulheres. Nesse contexto, pode-se afirmar que o gozo, portanto, surge como consequência imediata da matança de mulheres.

Apesar de assinar o e-mail, Salabert explica que o nome presente na assinatura vem sendo utilizado de maneira indevida pelo “maior grupo de propagação de ódio da internet brasileira” (2022), que “se articula no Dogolachan³⁸⁵, um fórum da *deep web* que dissemina mensagens neonazistas, racistas e lgbtfóbicas” (Idem).

Esse fórum foi utilizado pelos assassinos do Massacre de Suzano, que resultou na morte de 5 alunos e 2 funcionárias da Escola Estadual Professor Raul Brasil. Para propagar medo e violência, essa rede de ódio se apropriou de forma criminosa do nome e dos dados pessoais do analista de sistemas Ricardo Wagner Arouxa o qual é também vítima desse grupo desde 2017. (SALABERT, 2022)

Importante dizer ainda que o referido e-mail foi também endereçado tanto para a secretaria a escola na qual Duda Salabert trabalha, quanto para os proprietários da instituição. Segundo ela, além de ameaça de morte e atentado psicológico, isto também configurou uma forma de tentar forçar sua demissão. O crime foi denunciado por ela em uma delegacia neste mesmo dia.

³⁸⁴ Ver mais em: <https://brasilescola.uol.com.br/educacao/sistema-cotas-racial.htm>. Acessado em 01/04/2023.

³⁸⁵ Consiste em um dos fóruns mais extremistas da internet, reunindo de forma completamente anônima usuários que incentivam crimes e atitudes de ódio. Nas postagens, é comum ver menções a pedofilia, nazismo, racismo e homofobia. Ver mais em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/dogolachan-o-forum-extremista-que-e-celeiro-de-atos-violentos-14032019>. Acessado em 01/04/2023.

Nos dias seguintes, a parlamentar traz em seu relato as muitas camadas de tensão geradas por estas violações que variavam desde pais e diretores de alunos preocupados com as crianças, à possibilidade de queda de receita da escola.

Em 6 de dezembro de 2020, ela recebeu um outro e-mail do mesmo grupo. No entanto, este trazia informações pessoais suas e ameaça de morte explícita aos donos da escola, sendo também enviado para outros departamentos do colégio.

Citando os versos da música “O Calibre”³⁸⁶, Duda Salabert finaliza seu relato questionando até quando resistirá. Sem resposta para tal, ela afirma que a única certeza que possui é sobre a *necessidade de fortalecimento das redes de solidariedade, luta e acolhimento*. Seu texto-relato termina com uma indefinição: até o dia 15 de Janeiro de 2021 ela não havia sido demitida, porém foi convocada para uma reunião nas semanas que se sucederam.

A incerteza com a qual a professora conclui seu relato é bastante simbólica: remete ao medo experimentado por todas as mulheres que ocupam cargos políticos, principalmente aquelas que pertencem a grupos minorizados. Nesta perspectiva, corpos diversos são alvos mais visados. No entanto, o próximo relato mostra que mesmo mulheres dentro de um suposto padrão estético e social não estão imunes de serem violentadas, tocadas e assediadas: nem mesmo em plena sessão de trabalho, dentro das casas legislativas.

5.3 – “Sou feminista, sou revoltada, indignada e sou rotulada assim: como puta!”³⁸⁷

Declaradamente bissexual e militante dos direitos LGBTQIA+, Isa Penna – então deputada estadual pelo PSOL/SP –, em 3 de outubro de 2019, usou seu espaço e tempo na tribuna para se posicionar contrariamente ao projeto de lei 346/2019³⁸⁸, de autoria do deputado Altair Mores (Republicanos), que em linhas gerais previa “o critério biológico como único princípio de seleção de jogadores em atividades esportivas, excluindo a identidade social de transgêneros na separação de equipes masculinas e femininas” (O GLOBO, online, 2019)³⁸⁹.

Na ocasião, manifestando discordância da proposta, Penna recitou o poema *Sou Puta*, da autora Helena Ferreira, durante sua fala no plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo

³⁸⁶ Obra dos Paralamas do Sucesso, os versos citados por Duda Salabert compreendem o trecho que diz “Eu vivo sem saber até quando ainda estou vivo / Sem saber o calibre do perigo / Eu não sei d'aonde vem o tiro”. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/os-paralamas-do-sucesso/69953/#:~:text=Composi%C3%A7%C3%A3o%3A%20Herbert%20Vianna>. Acessado em 01/04/2023.

³⁸⁷ Verso do poema *Sou puta*, de Helena Ferreira. Ver mais em: <https://www.socialistamorena.com.br/o-poema-feminista-que-esta-fazendo-a-extrema-direita-querer-cassar-uma-deputada/>. Acessado em 01/04/2023.

³⁸⁸ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000261787>. Acessado em 01/04/2023.

³⁸⁹ Visto em: <https://oglobo.globo.com/politica/deputada-do-psol-denuncia-ameacas-de-morte-estupro-apos-recitar-poema-feminista-na-assembleia-de-sao-paulo-24026070>. Acessado em 01/04/2023.

(ALESP). Como consequência, a parlamentar foi ameaçada de cassação pelo deputado Douglas Garcia (PSL)³⁹⁰, sendo julgada pela Comissão de Ética da casa, que decidiu pelo arquivamento do processo³⁹¹.

Isa Penna foi eleita deputada estadual por São Paulo, em 2018, atuando também – entre março de 2019 e março de 2022 – como membro titular na Comissão de Mulheres da ALESP, apresentando mais de 32 projetos de lei, “a maioria voltados para a igualdade de gênero e a segurança pública” (PENNA, 2022). No entanto, isso não a protegeu de sofrer violência política de gênero. Pelo contrário, em 2020, Penna foi vítima de um dos episódios contemporâneos mais emblemáticos deste tipo de violação: em 17 de dezembro a parlamentar foi assediada, tendo um dos seus seios apalpados, durante sessão plenária na ALESP³⁹².

Figura 32 - Momento no qual Isa Penna é assediada pelo deputado Fernando Cury.



Fonte: Carta Capital, 2020.

³⁹⁰ Ver mais em: <https://oglobo.globo.com/politica/deputada-ameacada-de-cassacao-apos-recitar-poema-na-assembleia-de-sp-23992165> . Acessado em 01/04/2023.

³⁹¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/alesp-rejeita-cassar-deputada-que-recitou-poema-feminista-1-24520715>. Acessado em 01/04/2023.

³⁹² Ver mais em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/isa-penna-e-assediada-pelo-deputado-fernando-cury-na-alesp-veja-o-video/>>. Acessado em 01/04/2023.

Em seu relato³⁹³, Isa Penna afirma que recebeu uma “encoxada” e foi tocada pelo deputado estadual Fernando Cury (Cidadania/SP), esquivando-se rapidamente (PENNA, 2022).

Essa invasão me trouxe na hora *aquela conhecida sensação*. Para mim, ela sempre foi uma mistura de ânsia de vômito com vontade de chorar. Um sentimento de incômodo com o meu corpo, como se a minha pele estivesse se lembrando do toque a todo momento, e uma corrente de aflição e desconforto passeasse sobre as regiões em que fui tocada. Para quem nunca teve essa sensação, isso é o mais preciso que consigo descrever sobre ela. (grifos meus – PENNA, 2022)

A então deputada, detalha também em seu relato memórias pessoais do que se sucedeu logo após o episódio de assédio:

Depois do ocorrido, tive uma breve discussão com o deputado e me afastei. Por um instante, olhei para trás e o vi de soslaio, rindo em uma roda com outros deputados. Fui em sua direção, firme, encarando, olho no olho. Passo firme e sangue quente. “Você tá rindo do quê, infeliz? Tá rindo porque me assediou? Isso o que você fez é assédio”. [...] Quando finalmente pude me sentar, liguei para meu companheiro, que já havia tentado falar comigo algumas vezes, e contei o que ocorreu. Desabei. (PENNA, 2022)

Isa Penna conta ainda que “alguns *corajosos*, como os deputados Gilmaci Santos (Republicanos/SP), Teonilio Barba (PT/SP) e Carlão Pignatari (PSDB/SP)” (grifos meus – 2022) solidarizaram-se e “afirmaram que viram a cena” e que estariam ao seu lado (Idem).

Chama atenção aqui o adjetivo usado pela parlamentar para se referir aqueles que lhe acolheram após o episódio: é como se precisasse ter coragem para reagir com humanidade diante de uma violência sexual praticada na frente de todos, durante uma sessão de trabalho, dentro de uma casa legislativa. Mais ainda: vale pensar sobre como os marcadores sociais que Isa Penna carrega – mulher branca, cis, oriunda de classe mais abastada, advogada – foram insuficientes para deter seu violador, ou protegê-la. Nem mesmo o lugar onde o assédio ocorreu foi capaz de inibi-lo, o que amplia ainda mais as camadas de vulnerabilidade, quando pensamos em outras ocasiões e perfis de mulheres.

“O modo como um assédio é percebido, e até mesmo se é percebido, depende, primeiramente, do produto daquilo que chamamos de marcadores de interseccionalidade: identidade de gênero, cor de pele, local de origem, classe social e identidade política. Eles são importantes para nos ajudar a entender o lugar de opressão ou de privilégio que cada indivíduo ocupa na sociedade” (PENNA, 2022).

No dia seguinte, Penna contou o ocorrido para sua equipe, sinalizando que ainda não tinha certeza como iria proceder, porém a ajuda de um dos seus assessores foi determinante: no momento em que Isa Penna estava se questionando sobre a possibilidade de comprovar o

³⁹³ PENNA, Isa. Assédio é sobre poder. In: D’ÁVILA, Manuela (org). *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Edição Kindle. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

ocorrido, ele apareceu em sua casa dizendo que estava acompanhando a sessão através do canal televisivo da ALESP e que ela poderia solicitar as imagens, porque ele havia visto tudo que ocorreu através das câmeras. Segundo ela, “Foi o trabalhador, negro, periférico e sem-teto, com os seus olhos de águia, que viu o momento em que um ruralista, branco e rico me ‘encoxou’ e passou a mão em mim” (PENNA, 2022).

Quando solicitei as gravações e vi o vídeo junto desse anjo da guarda e do meu marido, desabei novamente. Entendi o tamanho da humilhação que aquele sujeito havia me feito passar e que *havia premeditado*. Esse deputado estadual nunca havia se apresentado a mim. Esse foi o primeiro contato que tive com ele e luto para que tenha sido o último. (grifos meus – PENNA, 2022)

Quando assistimos às imagens, percebe-se que antes do momento propriamente dito do assédio, o violador parece falar algo no ouvido de seu colega, Alex Madureira (PSD), que aparentemente tenta segurá-lo antes de Cury ir em direção a Isa Penna (Figura 32). Na sequência, durante a reação da deputada, que reage e o afasta ainda diante de Cauê Macris, Madureira assiste a cena e se afasta.

Figura 33 - Momento em que o deputado Alex Madureira (PSD) parece tentar segurar Fernando Cury (Cidadania), antes deste se dirigir a deputada Isa Penna.



Fonte: UOL, 2020.

Mesmo com imagens e registros de todos os fatos deste dia, mesmo sendo chamado para depor no processo sobre o caso de Penna, em março de 2021, Alex Madureira escolheu não comparecer. Em outra ocasião, durante sessão do Conselho de Ética da ALESP, ocorrida em maio de 2022, questionado pela deputada Erica Malunguinho (PSOL/SP) sobre o que Fernando Cury havia lhe falado, Alex Madureira respondeu que ela nunca iria saber, pois, segundo ele, a

deputada nunca lhe perguntou informalmente e só estaria o fazendo naquele momento para dar *showzinho* diante das câmeras (UOL NOTÍCIAS, 2022)³⁹⁴.

Longe de realizar uma investigação mais aprofundada e, embora nem mesmo Isa Penna tenha se referido ao comportamento de Madureira em seu relato, chama atenção dois aspectos da postura do deputado: o primeiro seria a forma como, a partir do desencadeamento das ações registradas nas imagens, ele parece tentar evitar que o seu colega faça algo. Logo, se ele tenta impedir, infere-se que Cury não só contou o que faria, como reforça a ideia do assédio ter sido algo premeditado (percepção citada por Isa Penna em seu relato). O segundo aspecto que se destaca no posicionamento de Alex é seu silêncio, que diante da situação, denota proteção a seu colega: um código comportamental bastante comum partilhado entre os homens, inclusive (ou talvez principalmente) em situações de violência e assédio.

Penna termina seu relato explicando que “A violação sexual é um subtipo de crime antigo na história da humanidade e sempre foi um ato de extrema violência e de colonização” (2022). Dessa forma, ela conclui que “Ultrapassar o último limite, dominar o corpo das mulheres, sempre foi um gesto de poder” (Idem). E, exatamente por isso, ela acredita que o deputado Fernando Cury precisa ser cassado, na medida em que “é preciso tirar o poder dele e de homens como ele” (Idem).

Em nota de atualização, ela conta que três meses após o episódio, “a ALESP aprovou por unanimidade, em decisão inédita, a suspensão temporária do mandato [...] por 180 dias” (2022) de seu violador, sendo que em novembro de 2021, “o partido Cidadania expulsou o deputado estadual de ser quadro”. Em dezembro, “o deputado tornou-se alvo de uma investigação criminal relativa a esse caso de assédio, aberta pelo Ministério Público de São Paulo e autorizada pelo Tribunal da Justiça de São Paulo (Idem).

O relato de Isa Penna traz novas camadas da violência política de gênero: diante das circunstâncias de sua violação – onde ocorreu, por quem foi perpetrada, o tipo de violência que sofreu – , pode-se pensar que talvez – do ponto de vista de uma mulher ocupante de cargo político – *não tenha como piorar*. Mas o fato é que aparentemente, a violência política sofrida por mulheres parece sempre ter a possibilidade de se tornar pior e mais pessoal, em muitos níveis.

³⁹⁴ Visto em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/05/10/testemunha-fernando-cury-alesp-isa-penna-assedio.htm>>. Acessado em 01/04/2023.

5.4 – “A última é sempre pior e perde apenas para a que virá”

O último relato analisado é o da Manuela d’Ávila³⁹⁵. Apesar do episódio principal de violência ter acontecido meses antes do assédio de Isa Penna, opta-se por terminar a pesquisa com o texto da parlamentar que teve a ideia de publicar os relatos em razão de sua grande relevância simbólica: arrematando também narrativamente a proposta desta pesquisa.

Levando em consideração que um dos objetivos do trabalho é acessar as subjetividades intrínsecas a episódios de violência política de gênero – provando que no caso das mulheres o político sempre atravessa o pessoal – o relato de d’Ávila tem uma contribuição de extrema importância: mais do que a violência em si, a parlamentar traz um olhar relevante para pensar este tipo de violação, na medida em que argumenta, e prova, – através de sua própria experiência – que a última violência sofrida é sempre a pior da trajetória de uma mulher parlamentar, perdendo, em peso, apenas para aquela que ainda virá.

Manuela d’Ávila abre seu relato em um tom de desabafo:

Eu repetia sem parar, chorando, em casa, após o último debate do primeiro turno das eleições de 2020. Meu cansaço se misturava em um dueto de indignação e perplexidade: *quão longe a violência política de gênero poderia chegar? Mal reconhecia em mim a mulher forte que havia disputado sete eleições, construído votações extraordinárias e enfrentado o machismo desde sempre*, sobretudo nos últimos anos após a ascensão da extrema direita no país. Dessa vez eles tinham conseguido me fazer pensar em desistir, *me fizeram sentir vergonha, medo, raiva. levaram me a um limite que eu não sabia que existia em mim*. Naquela noite, a do último debate do primeiro turno, na mesma eleição em que vi a cidade tomada de esperança de dias melhores, eu não conseguia acreditar que eles eram capazes de lançar esse conjunto de ações violentas, mesmo tendo consciência das consequências que são capazes de provocar. (grifos meus – D’ÁVILA, 2022)

D’Ávila explica de forma profunda as sensações e sentimentos que o último episódio de violência despertou. É importante considerar que *a mulher que afirma ter sentido medo, raiva e, principalmente, vergonha, é um dos principais nomes do cenário político contemporâneo brasileiro, tendo um histórico expressivo de luta*: foi a vereadora mais jovem de Porto Alegre, a deputada federal mais votada no Brasil – presidindo a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos deputados, em 2011 e 2012 – e a deputada estadual mais votada em 2014. Estamos falando da mulher que concorreu à vice-presidência do país em 2018, enfrentando de forma contundente o projeto fascista que estava para se instaurar no Brasil. Mais ainda: trata-se da mulher, que diante da prisão de Lula, a poucas semanas da eleição, desistiu

³⁹⁵ D’ÁVILA, Manuela. Eu sempre soube que seria difícil, mas não é justo que seja tão difícil assim. In: D’ÁVILA, Manuela (org). *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Edição Kindle. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

de sua própria candidatura – oficializada em agosto de 2018, pelo PCdoB – para, através de uma aliança com o PT, compor chapa com Fernando Haddad, tornando-se vice do petista³⁹⁶. Acionar seu histórico político é importante para dimensionar o significado de uma pessoa com tanta experiência e respeitabilidade política sentir-se acuada e envergonhada.

Antes de falar sobre o episódio citado, Manuela d’Ávila retoma outras situações violentas, como em 2016, quando um coordenador de campanha de um de seus adversários teria se matado por não aguentar os ataques de ódio e as *fake news*. Aparentemente referindo-se a disputa municipal de 2016, a jornalista afirma que “era a mulher que liderava as pesquisas de opinião para a Prefeitura da capital do estado e tinha sido atacada no primeiro turno inteiro, em público, diante de sorrisos irônicos de cumplicidade e do silêncio total de candidatos homens” (D’ÁVILA, 2022). Ao projetar o silêncio destes homens públicos no âmbito doméstico, d’Ávila afirma ter entendido o significado de “denunciar, punir e desconstruir a violência política de gênero”(Idem).

Não, nós não somos mulheres especiais, não merecemos mais do que nenhuma outra. Mas, quando o espaço público é ocupado pela violência contra nós, *como tem acontecido desde o processo de impeachment contra Dilma Rousseff*, a maneira como respondemos a essa violência passa a ser entendida como um sinal para a sociedade. Se nos calamos, o sinal é o de que está tudo certo, de que está liberado agredir mulheres. Se enfrentamos e punimos, o recado é o de que a sociedade não compactua com isso, que a violência contra as mulheres não faz parte do que é aceitável. (grifos meus – D’ÁVILA, 2022)

Neste trecho, ela traz dois aspectos importantes para análise: o primeiro é o significado da violência política de gênero dentro do contexto do imaginário social. Ou seja, o silêncio diante deste tipo de violação na esfera política traz como consequência imediata um eco social. O outro ponto que merece destaque é o recorte temporal utilizado por ela para se referir a episódios de violência política de gênero no Brasil. Logo, adotando como ponto de partida o *impeachment* de Dilma Rousseff, d’Ávila corrobora uma das hipóteses trabalhadas nesta pesquisa – a de que o golpe de 2016 é paradigmático, não apenas na história política do país, mas também para a luta das mulheres, *configurando um marco da violência política de gênero no Brasil*.

Manuela d’Ávila afirma que decidiu transformar a dor que experimentou em debate, a fim de que mais mulheres não passassem futuramente por aquilo que ela estava passando. Após o segundo turno, ela *decidiu que o livro não seria escrito apenas por ela, mas por várias mulheres*.

³⁹⁶ Ver mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/por-que-comunista-elogiada-por-lula-abriu-mao-de-liderar-chapa-para-ser-vice-do-pt-7nxcmkct283rn2ppuh4ifcpvy/>; <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/elogiada-por-lula-manuela-abriu-mao-de-liderar-chapa-para-ser-vice-do-pt.shtml>. Acessados em 15/05/2023.

Escreveríamos, várias de nós *que vivemos experiências comuns*. Afinal, não é sobre mim e sobre uma violência rara que sou que eu sofri. *É sobre nós e sobre a nossa rotina quando decidimos ocupar o espaço público. E é também sobre o silêncio. O silêncio ensurdecedor e cúmplice do sistema político e das instituições*. (grifos meus – D'ÁVILA, 2022)

Pensar a obra como uma criação coletiva, funciona como boa metáfora de resposta sobre as violências sofridas por mulheres, já que constituem violações comumente experimentadas pela coletividade de mulheres – em diferentes graus e nuances, a depender do grupo que estamos nos referindo. Além disso, ao afirmar que existe cumplicidade das instituições e sistema político, a parlamentar denota que a violência política de gênero é institucional. E aqui é importante observar como ela acaba sendo instrumentalizada em todos os momentos da trajetória política das mulheres que ocupam esses espaços: tanto durante a campanha (como é o caso da própria Manuela d'Ávila, mas também de Duda Salabert), quanto ao longo do mandato.

Ao fazer uma retrospectiva sobre sua própria trajetória política, Manuela d'Ávila traz um ponto interessante para acessar os atravessamentos e subjetividades quando se fala em mulheres e poder. Ela explica que apesar de fazer parte de uma geração de mulheres militantes de esquerda, não há “uma compreensão enraizada das questões de gênero” (2022). Segundo ela, lançar luz a este entendimento é importante para “desmistificar a ideia de que já nascemos feministas e *com a consciência de que somos vítimas de violência enquanto mulheres*” (grifos meus – Idem).

Em outras palavras, ela afirma que “Mesmo com consciência sobre a necessidade de luta pela transformação do Brasil, *ignorava que as questões de gênero (e de raça ainda mais fortemente) estruturam as desigualdades em nosso país*. (grifos meus – D'ÁVILA, 2022). Inere-se, portanto, que além de institucional, a partir de seu relato, a jornalista corrobora a ideia de que tais violações estão presentes na estrutura da nossa sociedade. E aqui é importante ressaltar a relação simbiótica entre a misoginia, presente na estrutura, e aquela outra que ocorre nas instituições: tal qual a análise feita por Almeida anteriormente, elas se retroalimentam, o que reforça o apontamento trazido por d'Ávila, de que é fundamental combatê-la na esfera política para enfraquecê-la na esfera social – já que ela é estrutural.

Em seu relato, fica claro também que *a experiência enquanto mulher parlamentar foi fundamental para que ela passasse a dimensionar a importância da adoção de um recorte de gênero no debate político*.

Tudo isso mudou, quando aos 23 anos, assumi meu primeiro mandato de vereadora e já na primeira semana ouvi de um parlamentar, com a idade de meu avô, que *meu decote provocava*. Depois, em Brasília, *isolada na condição de parlamentar mulher jovem sem parentes importantes, mesmo recordista de votos, fui apelidada de “musa”*

e permanentemente posta à prova: a bonitinha não poderia ter capacidade, não é mesmo? (grifos meus – D'ÁVILA, 2022)

Para além do assédio que sofreu, este trecho de seu relato revela que a noção da necessidade de uma leitura de gênero sobre a esfera política nasce da sua experiência enquanto parlamentar: e vai sendo, a partir dela, intensificada e ampliada. Em outras palavras, quando d'Ávila assume seu mandato e começa a transitar pelos espaços institucionais, ela experimenta a sensação de como seu corpo de mulher, jovem, é, metaforicamente, *um corpo estranho dentro do ecossistema político*.

Mais ainda: ao adotar um recorte de gênero, idade, (*mulher, jovem*), além da inexistência de histórico familiar na política (*sem parentes importantes*), ela aponta para nuances interessantes de ser consideradas, pois fosse ela um homem maduro com familiares influentes, infere-se que o mesmo não passaria pela situação narrada. Nesse sentido, a alcunha de *musa* parece coroar didaticamente a leitura que fazem sobre ela neste cenário: histórica e artisticamente, musas servem de inspiração de beleza, e só. Obras que, inclusive, é possível de terem sido feitas sem o consentimento das *musas* que as inspiraram.

Outro aspecto que chama atenção, trazido por Manuela d'Ávila, é a percepção de que com o passar do tempo a leitura que faziam sobre ela foi se modificando, assim como os adjetivos utilizados para qualificá-la: mais madura – e notoriamente com uma carreira política em ascensão – de musa, jovem, provocativa e ousada, ela passou a drogada – denunciando aqui discretamente uma outra possível camada de violência que precisa ser melhor explorada em trabalhos futuros: a do etarismo.

Na primeira eleição majoritária, em 2008, aos 26 anos, não era tratada como a jovem corajosa e ousada, já vereadora e deputada federal, mas como a “drogada”, um adjetivo que os setores conservadores sempre usam para explicar todos aqueles que eles não conseguem entender. Recordo também uma charge que circulava em Porto Alegre, em que eu segurava um urso de pelúcia e estava desenhada como uma criança de mãos dadas com o meu então candidato à vice, que me dava ordens ou seja, era uma mulher retratada como infantilizada, que seria mandada pelo homem. (grifos meus – D'ÁVILA, 2022)

Neste trecho, Manuela d'Ávila evidencia o jogo retórico da narrativa política e midiática sobre ela. Chama atenção aqui a correlação que ela faz entre o adjetivo *drogada* e os setores conservadores: dentro da perspectiva da moralidade, estes grupos instrumentalizam estigmas sociais – como no caso dos dependentes químicos, que sabidamente são alvos de desprezo social – para deslegitimar d'Ávila, cuja persona (*mulher, jovem, engajada, feminista*) se conecta a estereótipos construídos e usados pelas alas conservadoras.

Ela afirma ainda que as eleições de 2014, nas quais ela venceu como deputada mais votada do Rio Grande do Sul pela terceira vez³⁹⁷, foram um divisor de águas pela “dimensão alcançada pelas redes de disseminação de *fake news*” (D’ÁVILA, 2022), sendo que entre 2014 e 2020 ela havia se tornado “um dos *alvos* preferenciais das máquinas de destruição de reputação de mulheres” (grifos meus – Idem). Seu texto é permeado por pistas importantes: embora traga uma perspectiva pessoal, a partir das subjetividades, inerentes ao seu ponto de vista, pode-se alcançar engrenagens estruturais.

Nesse sentido, as metáforas que ela usa para construir sua narrativa são importantes de serem analisadas: ao se autoneamar como *alvo*, ela traz a dimensão simbólica, mas também pragmática, da violência política de gênero. Pode-se considerar que um dos sentidos da ideia de *alvo* é ser um ponto de mira, ou ainda algo que se deseja alcançar – no contexto político, destruir. Além disso, quando a parlamentar fala sobre *as máquinas de destruição de reputação de mulheres*, ela constrói uma assimilação metafórica entre as redes de *fake news* e as citadas máquinas. E, ao se assumir que as redes de *fake news* são organizadas muitas vezes com a ajuda de políticos e veiculadas através das redes sociais, infere-se que as instituições representadas por elas – Estado e Mídia – são, de fato, protagonistas na perpetuação da violência política de gênero.

Após as eleições presidenciais em 2018, d’Ávila afirma em seu relato que por várias vezes, quando perguntada se já estava pronta para uma nova disputa eleitoral, ela respondia fazendo outra pergunta: “O que pode ser pior do que disputar a eleição contra Bolsonaro?” (2022).

“Colhi os frutos” dessa destruição permanente e continuada nas eleições de 2018, quando todos os atributos negativos construídos a meu respeito foram utilizados ao mesmo tempo: A Manuela “hipócrita”, que defendia o socialismo mas fazia enxoval milionário em Miami; a Manuela “drogada”, com tatuagens horrorosas e olheiras profundas; a Manuela “vagabunda”, que tinha fotos (falsas) nua circulando por aí; a Manuela “ardilosa”, que articulava o assassinato do seu adversário; a Manuela que manifestava ora uma fé, ora outra, *em montagens e edições exibidas inclusive em canais televisivos*. (grifos meus – D’ÁVILA, 2022)

Apesar das velhas práticas, a eleição de 2018 trouxe para cena política contemporânea brasileira um elemento novo: Bolsonaro. Novo, porque apesar de ter aspectos da velha política, o discurso do parlamentar era fortemente organizado a partir de ataques “contra as políticas de

³⁹⁷ Ver mais em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2014/noticia/2014/10/nao-sou-um-fenomeno-diz-deputada-mais-votada-pela-terceira-vez-no-rs.html>. Acessado em 01/05/2023.

gênero, deboche dos direitos das mulheres e a defesa da ditadura militar, e em alguns momentos até mesmo a defesa pública da tortura” (CARTA CAPITAL, online, 2018)³⁹⁸.

O então candidato, que surge inusitadamente em um cenário de pós-golpe, tem falas conhecidamente misóginas, racistas e homofóbicas. Durante sua campanha, explicou que tem 5 filhos: “4 homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher” (REVISTA FORUM, online, 2017)³⁹⁹. Na mesma ocasião, diante de uma plateia composta majoritariamente por judeus, na Hebraica, ele afirmou que se fosse eleito iria acabar com todas as reservas de terra indígena e quilombola, afirmando que estes, os quilombolas, não servem nem mais para procriarem⁴⁰⁰. Em campanha eleitoral no Acre, sobre um carro de som, Bolsonaro esbravejava “Vamos fuzilar a petralhada” (VEJA, online, 2018)⁴⁰¹.

Resgatar estes fatos, mesmo que brevemente, nos ajuda a dimensionar quem era o opositor político da chapa de Fernando Haddad e Manuela d’Ávila que – apesar de ser candidata a vice-presidência e perder a eleição – afirma que os “os ataques seguiram, relançados ou reeditados com pequenas variações” (2022).

Embora tenha sido vítima de diversas violações ao longo de sua trajetória política, a eleição de 2020 foi bastante emblemática para a parlamentar:

Eu imaginava que nada seria pior do que o que já havia vivido. Mas ignorava que *o ponto de partida deles na eleição de 2020 era exatamente este: tudo de pior que eu havia vivido*. Ou seja, eles começam sempre do acúmulo da destruição da minha imagem promovido ao longo de todos estes anos de vida política, e, sobretudo, exponencialmente depois da utilização das tecnologias para distribuir *fake news*. (D’ÁVILA, 2022)

D’Ávila conta que o cenário das eleições que disputou para a prefeitura de Porto Alegre, era totalmente diferente: em razão da pandemia, todos os processos que envolvem os preparativos e planejamento de campanha foram feitos dentro do contexto do isolamento social, ou seja, dentro de casa. Tal conjuntura, segundo ela, “resultaria num processo eleitoral novo” (2022). A parlamentar conta ainda que cuidou para simplificar os procedimentos, reduzindo ao máximo o número de pessoas envolvidas.

³⁹⁸ Visto em: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-trajetoria-politica-de-jair-bolsonaro/>>. Acessado em 01/05/2023.

³⁹⁹ Visto em: < <https://revistaforum.com.br/politica/2017/4/5/bolsonaro-eu-tenho-filhos-foram-homens-quinta-eu-dei-uma-fraquejada-veio-uma-mulher-19902.html>>. Acessado em 01/05/2023.

⁴⁰⁰ Disponível em: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>>. Acessado em 01/05/2023.

⁴⁰¹ Visto em: < <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/em-2018-bolsonaro-defendeu-fuzilar-a-petralhada>>. Acessado em 01/05/2023.

Em função do contexto pandêmico, sua aparência havia se modificado: “[...] meu cabelo estava comprido para os meus parâmetros e eu engordei dez quilos durante aqueles meses trancada em casa” (2022). As alterações físicas foram suficientes para atacarem-na.

Quando viram a foto escolhida para a urna, naturalmente com uma Manuela diferente dos anos anteriores, rapidamente construíram um conjunto de ataques virtuais com grande distribuição: eu estaria tentando parecer uma crente, mãe de família (*juro que não entendo o que eles acham que é parecer uma mãe de família*, já que com qualquer cabelo e roupa e deveria parecer aquilo que realmente sou: uma mãe. (grifos meus – D’ÁVILA, 2022)

A situação é bastante burlesca: a citada foto se trata daquela usada como imagem do (a) candidato (a) na urna, sendo que todo material da campanha havia sido “[...] feito a partir de uma ilustração do artista gráfico Cris Vector” (D’ÁVILA, 2022), na qual ela estava com o cabelo pintado de rosa. Neste momento do seu relato, Manuela d’Ávila se pergunta: “Como alguém que pintava o cabelo de cor-de-rosa imaginaria que as pessoas esqueceriam sua imagem?” (2022). E responde logo em seguida: “Mas não é sobre ter sentido, é apenas sobre a destruição da imagem a partir do machismo e da misoginia” (grifos meus – Idem).

Durante debate marcado na primeira manhã da eleição, d’Ávila conta que apesar de já ter um método de estudo para se preparar nestas situações, esta se diferenciava das já vivenciadas: além dela “ser um alvo preferencial dos ataques por liderar todas as pesquisas” (2022), *um parlamentar com quem tinha se relacionado, há uma década, seria um de seus oponentes*. Pode-se considerar que o ocorrido durante este debate foi um prenúncio do que ainda estava por vir: “Num dos blocos, o debate deveria acontecer entre nós dois, e eu fui surpreendida, por um conjunto de ataques absolutamente violentos contra mim, minha honra e meu caráter” (D’ÁVILA, 2022).

Manuela d’Ávila conta ainda que apesar dos ataques acontecerem diante de candidatos – que expressaram diferentes reações – “alguns riam, outros ficaram impactados” (D’ÁVILA, 2022) –, na ocasião ela se indagou: “a serviço de qual de meus adversários essa candidatura laranja de um ex-namorado havia sido construída?” (Idem).

Entendi, de maneira clara, que ele faria uso, para me atacar, da legitimidade que homens com os quais mulheres se relacionaram têm socialmente. *Percebi que o tal de “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” seria validado como máxima por adversários e pela imprensa*. Mesmo que não se tratasse de um marido, mesmo que nada tivesse de pessoal naqueles ataques. (grifos meus – D’ÁVILA, 2022)

A partir da análise da parlamentar, pode-se inferir que a dinâmica e retórica da violência doméstica estendem-se também a espaços de poder, sendo instrumentalizada por instituições políticas e chanceladas pela mídia. Dito de outra forma, a experiência de Manuela d’Ávila nos

mostra que a partir do momento em que se entende que a vítima se relaciona ou já tenha se relacionado com o seu violador, a violência sofrida parece não ser importante. É como se as tensões e opressões, muitas vezes vivenciadas no espaço privado, fossem transportadas para a esfera pública e, tendo a vítima já se relacionado com seu agressor, cabe a ela lidar com a situação que “criou”⁴⁰².

A não intromissão, ou intervenção, da audiência simboliza tacitamente o raciocínio de que, seja no espaço privado ou no público, a vítima tem responsabilidade sobre a violência que foi submetida – denotando a força desta lógica misógina na estrutura da sociedade.

Embora na ocasião as parlamentares Maria do Rosário (PT/RS) e Jandira Feghali (PCdoB/RJ) tenham se posicionado através de uma manifesto sobre a violência política de gênero que d’Ávila sofreu (D’ÁVILA, 2022), a reação das outras pessoas provocou na parlamentar a sensação de que o imaginário social naturalizou esta postura em relação às mulheres que ousam ocupar o território da política. Nesse sentido, ela afirma que “As pessoas pareciam *acreditar fortemente que tudo aquilo que eu vivia era parte natural do fazer política, um preço que eu deveria pagar por estar nesse espaço masculino da disputa de poder*” (grifos meus – 2022).

Chama atenção também a impressão da parlamentar sobre a lógica punitivista da dinâmica em torno da violência política de gênero: tal qual a violência doméstica, que além de responsabilizar a vítima, utiliza-se de supostos pretextos para ser argumentada – sendo, na maioria das vezes, justificativas sobre tarefas domésticas supostamente mal realizadas –, a violência política de gênero traz também como característica a penalização, sendo que no caso dela, a presença das mulheres em espaços políticos historicamente ocupados apenas por homens, brancos e mais maduros surge como argumento principal.

O único debate televisivo do primeiro turno aconteceu na emissora Band, alguns dias após o citado episódio. Repleto de ataques pessoais, este foi ainda mais violento que o primeiro:

Quando cheguei, preparada e entusiasmada para apresentar nossas ideias, vi vários candidatos rindo, trocando piadas com aquele candidato vulgar. Os sorteios – nunca tive sorte com eles – fizeram com que no primeiro bloco eu perguntasse para esse candidato. *Na réplica, um ataque pessoal em que ele dizia que eu havia traído todas as minhas amigas, amigos e a ele, “claro”, usou com sarcasmo. De qual traição ele falava? Pessoal ou política? Pouco importa para quem escuta. [...] Fosse qual fosse a traição de que ele me acusava, só reforçaria a ideia de que eu era uma puta, ou uma mulher abjeta.* (grifos meus – D’ÁVILA, 2022)

⁴⁰² Leitura muitas vezes adotada pelo senso comum para negligenciar violências sofridas por mulheres em suas residências, responsabilizando-as.

Em seu relato, Manuela d'Ávila conta que saiu do debate “sentindo uma solidão e uma vergonha indescritíveis e que só cresceriam nos dias seguintes” (2022). Ela lembra que assim como já explicou Perla Haydee da Silva em sua pesquisa de doutorado, “mulheres públicas são sempre loucas, burras, putas, abjetas e nojentas” (Idem).

A parlamentar fala ainda que os ataques se intensificaram conforme sua liderança nas pesquisas ia se consolidando. Em suas palavras, a partir deste momento, “todas as *fake news* foram reeditadas” (D'ÁVILA, 2022) e “O submundo foi acionado: Eduardo Bolsonaro e Olavo de Carvalho declararam guerra à minha candidatura em suas redes sociais” (Idem).

Nesse contexto, um dado trazido pela parlamentar chama bastante atenção: por decisão judicial, foi determinada a retirada de quinhentas mil postagens⁴⁰³ falsas a seu respeito. O número impressiona tanto por se tratar de uma cidade com cerca de um milhão e meio de habitantes⁴⁰⁴, quanto por não contemplar nem as informações que circularam no WhatsApp e tampouco os “conteúdos misóginos” que faziam alusão a vida privada, corpo e aparência da parlamentar (D'ÁVILA, 2022).

Apesar de presenciar o envolvimento de muitas pessoas na campanha, em paralelo, Manuela d'Ávila também via crescer “os relatos de pessoas acreditando em *fake news*” (2022), a maioria embasada em argumentos conservadores: “‘Ela vai fechar todas as igrejas!’, diziam; ‘Ela vai liberar a maconha nas nossas escolas e obrigar todos os banheiros a serem unissex!’” (Idem). Em outro debate na Rádio Guaíba, ela relata que foi novamente atacada de maneira muito dura:

Esse debate, assim como os dois anteriores me fez lembrar daquela frase de Martin Luther King sobre *o silêncio dos bons ser mais espantoso que o barulho dos maus. Afinal, escutar e compreender a quietude das candidaturas e dos jornalistas, durante e depois do debate, naturalizando o que eu vivia e tratando tudo como parte do processo político*, era ainda mais espantoso que o conjunto de ataques misóginos e machistas do adversário o candidato laranja/ex-namorado. (grifos meus – D'ÁVILA, 2022)

Aqui, surge novamente em seu relato uma crítica clara em relação ao comportamento de políticos e da própria mídia, representada pelos jornalistas. A partir de seu ponto de vista, pode-se inferir que ataques misóginos são naturalizados em disputas eleitorais e dinâmicas políticas, sendo muitas vezes usados – como foi no caso de d'Ávila – para minar a imagem política da candidata mulher.

⁴⁰³ Ver mais em: < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rosane-de-oliveira/noticia/2020/11/justica-manda-excluir-meio-milhao-de-compartilhamentos-de-noticias-falsas-sobre-manuela-ckhb6m9w3004p016gaghf821x.html>>. Acessado em 01/05/2023.

⁴⁰⁴ Ver mais em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>>. Visto em 01/05/2023.

Houve ainda um outro debate, que embora Manuela d'Ávila não tenha participado, em razão do não atendimentos a regras sanitárias, o candidato que ela havia se relacionado na juventude agrediu seu oponente, José Fortunati (PSB), chamando-o de “pau-mandado”, em função da forma como ele se relacionava com a esposa. A ofensa deixa ainda mais claro não só o teor misógino do discurso, mas também o entendimento implícito de que caso um candidato, homem, cis, casado, tenha um comportamento parceiro em relação a sua companheira, isso irá ser usado contra ele, evidenciando o quanto a misoginia está entranhada no jogo político.

Manuela d'Ávila afirma ainda que não conseguiu se desvencilhar do imbróglio criado com base na ideia de que os ataques se tratavam de uma questão pessoal entre eles, já que o então candidato tinha sido deixado por ela: visão que d'Ávila refuta com veemência, explicando que caso de fato fosse algo pessoal, ele não esperaria 10 anos para falar sobre suas mágoas. Na perspectiva da parlamentar:

Era uma estratégia política bem definida: construir um enfrentamento fora do terreno das ideias, fora das propostas para a cidade, promover a disputa a partir do comportamento moral da candidata mulher. Lembrar a população, mesmo que de maneira indireta, que eu não era uma “mãe de família”, expressão que eles amam usar, mas uma mulher capaz de terminar um namoro, de “abandonar” um homem. Uma puta. Uma sem moral. (grifos meus – D'ÁVILA, 2022)

De uma maneira muito lúcida, d'Ávila vai demonstrando narrativamente *como os ataques foram instrumentalizados pelo seu oponente para minar sua imagem política*. Apropriando-se dos estigmas e estereótipos presentes no imaginário social, o candidato foi construindo uma narrativa conservadora na qual, ao conflitar o comportamento da parlamentar com as atribuições sociais que se espera de uma mulher, acabava por deslegitimar sua capacidade política.

Uma mãe que não se encaixa no cânone conservador de *mãe de família*, uma mulher que trai seu namorado e depois o abandona, uma drogada, uma sem moral, uma *puta*: a partir desta construção retórica, acessa-se subjetivamente o território da moralidade e é aqui, neste contexto, e não o da arena política, que mulheres – sobretudo progressistas – são julgadas enquanto parlamentares. Reduzidas a ideia de *putas*, e, conseqüentemente, tornando-se sinônimos dela, as mulheres vão perdendo a chance de se tornarem eleitas. Afinal, e parafraseando Spivak, pode uma *puta* governar?

Dentro desse raciocínio, infere-se que até a ideia de meritocracia opera de forma distinta para as mulheres, pois não importa seu histórico político: para merecer ser eleita, avalia-se seu histórico pessoal.

De acordo com Manuela d'Ávila, o último debate do primeiro turno foi o mais baixo e o mais violento: chegando ao ponto do candidato afirmar que, em respeito filha dela, ele não

falaria mais sobre a vida da parlamentar, pois senão *a destruiria*⁴⁰⁵. Apesar disso, d'Ávila destaca que nesta ocasião Fernanda Melchiona (PSOL), durante uma de suas respostas, nomeou a violência que estava sendo direcionada a ela, visibilizando-a.

Em seu relato, ela sinaliza que este foi um dos grandes momentos do debate, pois a partir disso *houve uma mudança de comportamento notória do candidato*, dando a entender que, pela primeira vez, ele se sentiu *freado*. Do ponto de vista de Manuela d'Ávila, a sensação é que pela primeira vez “[...] a sociedade pareceu ver aquilo que estava acontecendo ao longo de 45 dias e que já havia resultado no ingresso de duas ações judiciais (uma civil e outra criminal) contra o então candidato”(2022).

Ao repercutir nas redes, a parlamentar afirma que, pela primeira vez, o silêncio em torno da violência política de gênero foi quebrado (D'ÁVILA, 2022), gerando uma importante reflexão sobre a necessidade de envolvimento social para que de fato se visibilize a violação. Nesse sentido, ela afirma que “[...] quando nós mesmas somos as únicas a falar sobre o que vivemos, não conseguimos romper o espaço que nos trata como exageradas, ‘vitimistas’ ou mesmo *responsáveis/culpadas* pelo que estamos vivendo” (grifos meus – 2022). Ela lembra ainda que inusitadamente sua denúncia sobre sua própria dor não foi escutada, “Como não são escutadas as denúncias de mulheres todos os dias” (Idem).

Embora d'Ávila tenha percebido e presenciado o envolvimento e engajamento de boa parte da cidade, abraçando sua candidatura – principalmente jovens e mulheres –, ela entende que *perdeu para a misoginia*. Um multidão de pessoas decidiu não votar, votar branco ou nulo – repetindo um comportamento já mapeado no primeiro turno. Em seu relato, ela afirma que compreende o porquê: “[...] numa eleição marcada pela baixaria, escolher quem? A baixaria e a violência política atingem os que acreditam nelas, mas atingem também multidões que se tornam apáticas a política, que passam a acreditar que ela é um espaço sujo” (2022).

No entanto, segundo ela, este comportamento também reflete um outro silêncio: “o da vergonha de não votar a favor de um projeto e sim contra o outro” (Idem).

As pessoas não estavam apaixonadas pela ideia de transformar a cidade com meu oponente. *Elas estavam convencidas de que precisavam impedir a cidade de ser transformada, impedir que uma mulher tão, mas tão profundamente abjeta governasse a cidade de seus filhos*. O cabelo, o ex, a inexperiência (mesmo tendo mais experiência que meu adversário, apesar de menos idade), o falso uso das drogas ilícitas (elemento permanentemente utilizado de forma sagaz por meu oponente, quando dizia que eu enfrentaria a drogadição, tentando acionar o conjunto de *fake news* a meu respeito relacionadas ao tema)... *As pessoas não gostam de dizer que votam em alguém porque*

⁴⁰⁵ Ver mais em: < <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/03/01/manuela-davila-violencia-politica-de-genero.htm>>. Acessado em 01/05/2023.

não querem votar em outro alguém. Mas elas fazem isso. e fizeram isso motivadas pela misoginia em Porto Alegre. (D'ÁVILA, 2022)

Infere-se também que, dentro do contexto narrado por d'Ávila, a mídia teve um papel relevante: “Na internet, as *fake news*. Na televisão, os ataques. Nos debates, a desqualificação pessoal. Nos caminhões de som, as mentiras” (D'ÁVILA, 2022). Apesar de não aprofundar a análise, o relato da parlamentar indica que muitas das violações que sofreu aconteceram, ou em espaços midiáticos, ou foram veiculadas através deles.

Resgatando o golpe sofrido por Dilma Rousseff, ela explica que “o *impeachment* serviu para dar vazão a um projeto ultraliberal, antinacional, antipopular e antidemocrático” (2022), porém “o caminho percorrido foi o da misoginia, da violência política de gênero e machismo” (Idem). Fazendo um comparativo com a sua própria experiência, d'Ávila evidencia a instrumentalização da misoginia na arena política, na medida em que “*O machismo e a violência política não são o fim em si. São apenas o caminho com mais legitimidade social para a implementação de ideias absolutamente despreocupadas com o povo*” (grifos meus – 2022).

O candidato vitorioso não foi seu ex-namorado, Rodrigo Maroni, mas sim Sebastião Melo, o que não a surpreendeu. Segundo ela, não há surpresas no fato do vencedor ter sido “[...] um homem que no último debate eleitoral exibiu orgulhosamente para os fotógrafos uma pasta preta, anunciada como ‘dossiê’, com o nome de meu ex-namorado/candidato laranja” (2022), concluindo que “Em uma eleição em que o silêncio foi cúmplice, permitindo que a violência política de gênero crescesse dia após dia, só poderia mesmo triunfar quem se associasse a ela” (Idem).

Ela termina seu relato comentando que logo após a eleição, apesar de achar que levaria bastante tempo para uma mulher parlamentar passar pelas violações que ela havia vivenciado, se deparou com as notícias sobre a violência sofrida por Isa Penna (PSOL/SP): “[...] apalpada nos seios dentro do plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo” (D'ÁVILA, p. 115, 2022). Manuela d'Ávila afirma que quando viu as imagens, “funcionou como um gatilho”(Idem).

Neste momento ela se deu conta de que “[...] nunca é apenas sobre uma de nós, mas sobre todas nós” (D'ÁVILA, 2022). O episódio de assédio vivenciado dentro de uma casa legislativa por sua colega parlamentar indica que “Um novo limite foi ultrapassado para violentar Isa. *Um novo limite está colocado*” (Idem).

Considerações finais

Retomando a hipótese central do trabalho, conclui-se que *a misoginia é instrumentalizada nos espaços institucionais de poder*, de tal forma que os relatos analisados ilustram – através de diferentes situações – ela sendo *utilizada como dispositivo para dissuasão e obstrução da trajetória política de mulheres*. Chama bastante atenção, inclusive, a recorrência de impressões muito negativas sobre as primeiras experiências das autoras nos espaços políticos – sugerindo, metaforicamente, que a *primeira vez* é quase sempre traumática para as mulheres, não importa o contexto.

A dedução de que é no território da subjetividade – contemplando a intimidade e individualidade – das mulheres onde se concentram os ataques às vítimas de violência política de gênero também é confirmada – configurando, assim, um padrão. Ataca-se ora a sexualidade da vítima (como o ocorrido com Maria do Rosário, Dilma Rousseff e Isa Penna), ora sua imagem e personalidade (marcadamente como houve com Rousseff, mas também com d'Ávila), ora características étnico-raciais (como Sônia Guajajara e Talíria Petrone experimentaram), ora sua identidade de gênero (como houve com Duda Salabert), ora sua vida íntima e privada (como o que ocorreu marcadamente com Manuela d'Ávila) e, por fim, ameaçando sua própria vida – como ocorrido com Talíria Petrone e Salabert – chegando a consequências brutais, como no caso de Marielle Franco. Dessa forma, apesar das experiências trazerem diferentes expressões da violência política, existe um padrão na medida em que é na subjetividade, individualidade e/ou intimidade das vítimas que os ataques vão se desenvolver.

O objetivo principal do trabalho foi alcançado uma vez que a análise dos relatos de vítimas de violência política de gênero possibilitou visibilizar diversos episódios vivenciados pelas autoras – elucidando-se inclusive os impactos subjetivos de tais violações. Além dos sentimentos de medo, vergonha, raiva e indignação, elas também partilham de outros aspectos comuns como, por exemplo: memórias marcantes sobre as primeiras experiências nos espaços políticos – no início de suas trajetórias, diferentes tipos de assédio no dia a dia e uma espécie de *solidão política* – não em relação a suas colegas, mas no sentido do impacto experimentado diante da diferença quantitativa de homens e mulheres nestes lugares.

Vale ressaltar que a adoção da perspectiva da vítima é fundamental para elucidar as dinâmicas e tensões em torno das diversas situações analisadas. Nesse sentido, o espectro amostral composto por mulheres diversas permitiu que singularidades também pudessem ser avaliadas.

A linha do tempo proposta, entre 2016 e 2020, teve sua singularidade comprovada sobretudo por contemplar eventos entendidos como paradigmáticos, tanto para história política do Brasil, quanto, principalmente, dentro do contexto da violência política de gênero – visão compartilhada, inclusive, por diferentes autoras dos relatos, quando estas mencionam como *marcos* o assassinato da vereadora Marielle Franco e o *impeachment* de Dilma Rousseff, por exemplo,.

Dessa forma, o recorte temporal adotado também se mostrou eficaz dentro da proposta metodológica da pesquisa, de tal modo que as articulações realizadas permitiram visualizar o contexto dos episódios analisados fazendo com que, dentro de uma perspectiva mais macro, fosse possível avaliar também aspectos do fenômeno neoconservador no Brasil. Apesar de não estar contemplado no citado recorte, é importante frisar que o ano de 2022 traz um marco importante no cenário político brasileiro, na medida em que esta foi a primeira eleição na qual a violência política de gênero está tipificada criminalmente (por meio da Lei 14.192, de 4 de agosto de 2021) – sendo fundamental considerar este novo aparato legislativo em investigações futuras sobre o tema.

Retomando os objetivos específicos, o primeiro capítulo do trabalho mostra que uma leitura política da contemporaneidade demanda um arcabouço teórico capaz de localizar no tempo presente mudanças ou movimentos importantes de serem considerados na análise. Assim, a noção de neoconservadorismo, formulada por Flávia Biroli, mostrou-se uma chave de leitura eficiente não apenas para compreender aspectos relacionados ao fenômeno, mas também enquanto arranjo metodológico: possibilitando articulações com o cenário brasileiro.

Considerando as cinco dimensões características do neoconservadorismo, infere-se que a chamada *ideologia de gênero* atue como uma ferramenta estratégica acionando aspectos basilares do fenômeno: operando em contextos democráticos e transnacionais, ela mobiliza desde a coalizão de diferentes atores sociais, como também a regulação da moralidade, com vistas a garantir a centralidade social da família.

Enquanto dispositivo político, a partir de alguns exemplos contemporâneos é possível visualizar como a *ideologia de gênero* vem sendo apropriada no cenário brasileiro. Dentro do discurso social – amplamente atravessado por *fake news* – ela vai sendo revestida de novas camadas de sentido, tornando-se um receptáculo abstrato de imoralidades, e, pouco a pouco, sinônimo de ideias socialmente nefastas, como, por exemplo, a pedofilia.

Ideologia de gênero, cultura de morte, marxismo cultural: terminologias vagas que operam como pretensa justificativa para atos injustificáveis – cujo argumento central é comumente organizado em torno da defesa da família. No Brasil, foi visto que os ataques a filósofa Judith

Butler (rotulada como a *mãe da ideologia de gênero* por setores conservadores) foram fomentados e apoiados por diferentes atores sociais – desde políticos aliados a extrema direita, como Alexandre Frota, até membros da igreja católica, como o padre José Eduardo de Oliveira e Silva. Além disso, o episódio da quebra da placa de Marielle Franco – vereadora conhecida por pautas progressistas, feministas e anti-homofóbicas – carrega um simbolismo importante e essencial de ser apreendido: considerando os múltiplos marcadores sociais que caracterizavam a parlamentar – mulher, mãe, negra, lésbica, *favelada* –, entende-se que a destruição física da placa revela a intenção simbólica do ato: ou seja, destruir tudo aquilo que Marielle representava.

Co-protagonizado por Daniel da Silveira e Rodrigo Amorim, não surpreende que ambos também tenham organizado a *vistoria* no colégio Pedro II, na qual fizeram fotos de tudo que acreditavam ter *conotação política*. Aqui é interessante perceber como o *político* é entendido como algo inadequado, ou perigoso. Vale notar também que Silveira, em texto presente no seu endereço eletrônico oficial, fala da necessidade de salvar o Brasil da *ideologia de gênero e da doutrinação em sala de aula* – de modo que, organizadas na mesma sentença, mostram-se como ideias complementares, podendo ainda ser lidas nesta perspectiva como expressões pertinentes a um mesmo arcabouço valorativo.

Operando ora como pauta, ora como bandeira política, a *ideologia de gênero* vai sendo acionada no discurso político como algo necessário de ser combatido. Presente no vocabulário dos parlamentares de forma mais enfática a partir de 2013 e alcançando seu pico de citações em 2017⁴⁰⁶, a intensificação do uso da expressão *ideologia de gênero* reflete o avanço da ala conservadora no cenário político brasileiro. Mais ainda: trazendo *gênero* como um de seus eixos cognitivos, ela aciona dialética e simbolicamente uma agenda antigênero – de cunho essencialmente misógino.

No capítulo 2, buscou-se articular algumas formulações de Silvia Federici – acerca da expropriação e controle de corpos femininos ao longo do tempo – com a realidade contemporânea brasileira, a partir, novamente, de aspectos essenciais para pensar o neoconservadorismo. Nesse sentido, o entendimento técnico obtido através dos apontamentos de Marcelo Sabino corrobora a existência de engrenagens jurídicas misóginas, mobilizando a necessidade de revisões e alterações da lei. Como resultado desta parte da investigação, cunhou-se a expressão *retórica feminicida*, elaborado originalmente nesta pesquisa. Fruto de observações feitas a partir da análise documental realizada durante a pesquisa, somada à leitura da obra de Sabino, o termo

⁴⁰⁶ Referente a Figura 4 (página 47) que traz o gráfico elaborado por Raniery Teixeira, mostrando o número de discursos em Plenário e em Comissões na Câmara dos Deputados nos quais aparece o termo ideologia de gênero.

nasce da hipótese de que há um padrão e/ou recorrências nos argumentos presentes em depoimentos de assassinos de mulheres – impelindo a necessidade de pesquisas qualitativas futuras para ser apropriadamente validada.

Além disso, a ideia de que a violência é a principal ferramenta política usada contra as mulheres, desde os tempos coloniais, pode ser atestada a partir dos resultados obtidos pelo projeto DNA do Brasil, analisados ao longo do segundo capítulo.

Nesse sentido, entende-se que a violência política de gênero não é algo novo. Pelo contrário: ela pode ser considerada como fundante do Estado brasileiro, uma vez que foi ferramenta aplicada, desde os tempos coloniais, para dominar corpos de mulheres indígenas e negras, lendo-os com propriedade – política e econômica – de metrópoles e senhores: que por muito tempo também foram donos absolutos de suas subjetividades. Violência esta que, amalgamada à visão europeia de subserviência e subalternização da figura da mulher, garantiu o pleno funcionamento de uma importante reprodução de mão de obra e consequente popularização da colônia: marcadamente através do estupro e expropriação de corpos femininos, sobretudo de mulheres escravizadas e/ou membros de povos originários.

Dessa forma, a adoção de uma perspectiva contemporânea resulta na atualização da experiência de vítimas da violência política de gênero. Desde a conquista do sufrágio feminino, mulheres começaram a pleitear também a ocupação de cargos políticos – ampliando a luta por direitos. A partir deste momento, para além do direito ao voto, passaram a buscar o direito de serem votadas e de uma participação cada vez mais ativa na política: enquanto sujeitos, mas também como candidatas, parlamentares e, consequentemente, autoridades de governo. Mais ainda: ao ocuparem o espaço político, as mulheres inauguram uma nova perspectiva – historicamente inacessível a elas, sendo dominada até então por homens, brancos, conservadores e membros da elite.

Arrematando o segundo capítulo, Marlise Matos fornece insumos importantes para pensar o tema. Destacando o pioneirismo latino-americano na construção de arcabouço conceitual e jurídico sobre a violência política contra a mulher, a autora sinaliza que tal violação *pode ser identificada a partir de omissões ou atos que produzem danos à permanência ou inserção das mulheres nos espaços de poder* (MATOS, 2022) – tendo como objetivo último obrigar as mulheres a abandonar a política: primeiro enquanto candidatas, depois, caso eleitas, pressionando-as a desistir.

Estas formulações conceituais foram base para a proposta desta investigação. Através da *análise interpretativa* dos relatos de vítimas de violência política de gênero, buscou-se

visibilizar as situações de violência às quais elas foram expostas – de tal modo que, considerando as cinco expressões mais recorrentes deste tipo de violação (presentes na cartilha *online* elaborada pelo Nepem)⁴⁰⁷, entende-se que é possível também utilizá-las para *classificar os principais episódios de violência*, identificados nos citados relatos⁴⁰⁸. Tal exercício consiste em um desdobramento do empreendimento teórico deste trabalho, a fim de contribuir metodologicamente nos debates e pesquisas sobre violência política de gênero no Brasil, gerando como resultado o quadro analítico presente no Anexo A.

Retomando às considerações capitulares, entendido como um marco importante para a violência política de gênero no cenário brasileiro, o golpe de Dilma Rousseff é inclusive abordado em diferentes produtos audiovisuais, como ocorreu, por exemplo, em *Democracia em Vertigem* – nome que inspirou o título do terceiro capítulo do trabalho: responsável por introduzir na pesquisa a análise dos relatos elencados. Iniciando-o pelo artigo escrito por Maria do Rosário, os três episódios de violência política vivenciados por ela, elencados para análise, sugerem que a parlamentar sofreu *violência sexual, psicológica, moral e simbólica*.

Ocorridos em 2003, 2014 e 2016 – o primeiro no Salão Verde da Câmara e os outros durante sessões plenárias – ao analisar os citados episódios infere-se que Rosário foi vítima de *violência sexual*, em razão da ofensa de estupro – realizada por Bolsonaro em 2003 e repetida na tribuna da Câmara em 2014 – e também de *violência psicológica e moral*, em função das calúnias e difamações que sofreu – sobretudo em 2014, chamada de *mentirosa deslavada e covarde* na tribuna pelo mesmo parlamentar, que também se referiu às falas da ministra como sendo *asneiras*. Em 2016, o mesmo a acusou de defender um menor estuprador, gerando ainda o entendimento equivocado de que ela teria um suposto histórico negativo – acionado pela *falsa ideia* de que a mesma teria uma vida pregressa – configurando assim, uma *violência simbólica*. Apesar de Rosário não especificar ou detalhar as violações experimentadas, entende-se que os referidos episódios constituem memórias pessoais e, por isso, atravessamentos importantes para elaboração de seu relato.

Seu texto também traz um saldo teórico importante para a pesquisa, na medida em que, ao afirmar que a *violência política é matriz de outras violações* – validando que *seu principal objetivo é a destruição da imagem pública da mulher, desvalorizando-a e minando sua confiança* – a parlamentar também atesta e reforça a *necessidade de se realizar uma compreensão*

⁴⁰⁷ As cinco formas mais recorrentes de expressão da Violência Política de Gênero – citadas na cartilha – são: violência física, psicológica e moral, sexual, simbólica e econômica, e estão presentes no Capítulo 2, item 2.4 (página 71).

⁴⁰⁸ Para efeitos do quadro, foram considerado os episódios mais emblemáticos, para cada vítima.

mais aprofundada acerca de todas as suas expressões, a fim de que este tipo de violência seja *culturalmente enfrentada e socialmente desmantelada* (ROSÁRIO, 2022).

O texto-relato de Dilma Rousseff também é bastante elucidativo, pois revela de maneira bastante clara a percepção, por parte da ex-presidenta, sobre a instrumentalização da *misoginia* pelas instituições. Classificando-a como *arma de controle*, ela denuncia a letalidade da violência política de gênero. Manifestando-se sobretudo em períodos eleitorais, na atividade parlamentar e durante governos, a citada violação *descapacita as mulheres a permanecerem nestes espaços* (ROUSSEFF, 2022), ocasionando, conseqüentemente, a morte de seus sujeitos políticos.

Tendo sofrido reiterado ataques ao longo de sua trajetória política, sobretudo a partir do final do primeiro mandato, Dilma Rousseff foi alvo de uma enxurrada de manchetes, matérias e capas com conteúdos explicitamente misóginos – como mostrou a pesquisa de Leticia Sallorenzo, ao analisar 340 manchetes e títulos dos jornais O Globo e Folha de S.Paulo, publicados nas quatro semanas finais da campanha do segundo turno (2014) – e também de *fake news*, configurando *violência moral, psicológica e simbólica*.

Para além dos exemplos misóginos presentes nas narrativas midiáticas, em um outro momento, Dilma Rousseff surge de pernas abertas, sorrindo e sendo penetrada durante o momento do abastecimento dos carros: o adesivo, que foi *comercializado* no ano anterior à abertura do processo de *impeachment*, possibilita dimensionar o quanto ela teve sua honra, dignidade e imagem violadas – consistindo em uma *violência sexual*. Mais ainda: pode-se inferir que o material também operou como uma espécie de publicidade do golpe que estava sendo organizado, pois, considerando o momento de sua comercialização, o referido adesivo pode ser lido como uma metáfora extremamente misógina e grosseira do que estava acontecendo com o governo de Dilma Rousseff no cenário político. Ainda dentro desta leitura metafórica, é importante notar, para efeitos da proposta da pesquisa, o simbolismo de violentarem o corpo de Rousseff: como se para destituírem-na do governo, fosse necessário atacar sua *pessoa*.

Sobre este contexto, outro ponto que chama atenção é que tanto o referido material, quanto as notícias que retratavam Dilma Rousseff – como uma mulher desequilibrada, louca, histérica, furiosa – eram *comercializados*: percepção relevante para a construção da ideia de que a misoginia vende, engaja e produz lucro.

Além da pesquisa realizada por Perla Haydee⁴⁰⁹ – demonstrando a *violência moral, psicológica e simbólica* sofrida por Rousseff –, o livro intitulado *Dilmês é* categórico enquanto exemplo da institucionalização da misoginia: escrito por um jornalista, ao apresentar a ex-presidenta como *uma nova espécie* evidencia a tentativa de desumanizá-la em muitos níveis – configurando, novamente, *violência moral e psicológica*.

Por sua vez, tais violações se repetiram na votação do *impeachment* – podendo este ser considerado como o momento mais simbólico da violação política sofrida por Rousseff, tendo no discurso criminoso e impune de Jair Bolsonaro a expressão máxima de sua síntese. Palco performativo de misoginia, este momento também é marcado pelo uso altamente recorrente das palavras *Deus e família* durante a justificativa dos votos: observação que se conecta diretamente com aspectos centrais do neoconservadorismo – afetando também a laicidade do Estado.

Pensando na narrativa do golpe de 2016, do ponto de vista retórico, percebe-se que sua natureza é eminentemente misógina desde seu início – que pode ser estabelecido a partir da campanha para o segundo mandato de Dilma Rousseff. Resumidamente, verifica-se que desde sua campanha eleitoral (em 2013) até o *impeachment*, a ex-presidenta sofreu *violência psicológica, moral, simbólica e sexual*.

Podendo ser considerado *paradigmático na história política do país – em razão sobretudo de sua natureza e dos mecanismos políticos adotados* –, o golpe sofrido por Rousseff também opera como um marco importante no contexto da *violência política de gênero* – sendo mencionado com recorrência por diferentes autoras nos relatos analisados (como Rosário e d’Ávila, por exemplo).

A partir do golpe de 2016 sugere-se ainda o exercício intelectual de pensá-lo como uma *tentativa de morte do sujeito político de Dilma Rousseff*. Morte esta que, em pesquisas futuras, merece uma investigação mais aprofundada, objetivando a construção de caminhos e terminologias para se pensar também acerca de *mortes simbólicas do sujeito político das mulheres* – como pode ser ilustrado pelo *impeachment* de Rousseff –, para além das mortes literais, como o assassinato de Marielle Franco – cuja reflexão resultou no termo *Feminicídio Político*, cunhado por Renata Souza.

A segunda parte da pesquisa faz, através de seu título – *Brasil acima de tudo, Deus acima de todas* –, uma referência ao contexto e natureza dos relatos que o quarto capítulo abarca: todos ocorridos a partir de 2017, um período marcado pelo avanço da extrema direita

⁴⁰⁹ Como foi visto, em 2019, Perla Haydee defendeu a tese intitulada “De Louca a Incompetente: Construções Discursivas em Relação à Ex-Presidente Dilma Rousseff em uma rede social”. Focando a análise nos comentários feitos na página do MBL, na rede social Facebook, semanas antes e após o *impeachment*.

no cenário político brasileiro. Dessa forma, os primeiros tópicos do capítulo 4 têm como proposta analisar brevemente – privilegiando a perspectiva de gênero – os relatos que se localizam no período de transição entre o governo de Temer e o início do mandato de Jair Bolsonaro.

Nesse sentido, a análise da reportagem intitulada *Bela, recatada e do lar*, publicada pela revista Veja, foi fundamental para apreender a dimensão simbólica da narrativa midiática em torno da imagem de Marcela Temer. Dentro da perspectiva do senso comum, a figura da primeira-dama assume um papel decorativo: cujo significado é permeado por representações sociais historicamente atribuídas às mulheres. Nesse sentido, é bastante simbólico que, através de uma reportagem em um veículo de grande circulação, indiretamente se fomente o retorno destas atribuições.

É ainda mais simbólico pensar no contexto histórico da matéria: circulando no dia seguinte à votação que autorizou a abertura do processo do *impeachment* de Dilma Rousseff, pode-se inferir que *a reportagem estava contribuindo para reorganizar a narrativa da cena política do país* que, dentro de uma visão conservadora, precisava garantir que as mulheres retornassem a *seus devidos lugares* no espaço político. Para isso, Rousseff estava sendo retirada da Presidência e Marcela Temer estava pronta para substituí-la: não na Presidência, mas no *lugar não-político* que supostamente as mulheres devem ocupar.

A expressão *dama Brasil*, cunhada pela autora desta pesquisa, nasce justamente deste empreendimento teórico: observando a persona representada por Marcela Temer, chega-se em uma sugestão de cânone conservador para as mulheres – sobretudo no espaço político – podendo funcionar como um exercício dialético para pesquisas futuras, inclusive na construção de contrastes com outras personas, como o *cidadão de bem*, por exemplo.

Os apontamentos realizados ao longo da análise da citada reportagem são confirmados no tópico seguinte do capítulo, quando se avalia brevemente o governo Temer. Ora, lendo a composição de seu corpo ministerial, sob uma perspectiva teórico-feminista, percebe-se claramente um projeto político para apartar as mulheres destes espaços. Formado unicamente por homens, o *machistério* funciona como uma representação simbólica de grande relevância sobre o cenário político brasileiro daquele momento.

Ainda neste capítulo, também foi analisado os textos de Sônia Guajajara e de Anielle Franco. Começando pelo relato da líder indígena, chama bastante atenção as características da violência política direcionada a ela: com apelo racista, observa-se com recorrência ataques pautados em uma lógica persecutória que não admite que membros de povos indígenas, sobretudo mulheres, ocupem lugares de poder.

O episódio do lançamento de sua pré-candidatura, em 2018, protagoniza a análise do seu relato. Na época, de acordo com Sônia Guajajara, matérias traziam o *falso* argumento de que ela não era indígena pelo fato de *Guajajara* não constar no seu documento oficial – acusando-a de falsidade ideológica. Além disso, houve também tentativas de classificá-la como traficante – de modo que o discurso midiático muitas vezes mostrava-se conivente com essa narrativa, principalmente através de perguntas capciosas e frequentes sobre a maconha, durante entrevistas com a líder.

Ciente de sua múltipla representação social, em razão dos marcadores que carrega – mulher, indígena e nordestina – Guajajara responsabiliza a criminalização, o racismo e o machismo pelas violações sofridas. Apesar de não atuar como parlamentar, o relato da líder indígena é importante para elucidar quando o objetivo dos ataques é minar as chances de uma mulher ser eleita, de forma que seu gênero, raça e origem – aspectos eminentemente identitários – parecem ser o argumento central para desvalidá-la. De acordo com seu texto, boa parte das ofensas e calúnias tinham o foco de tentar deslegitimá-la enquanto indígena, gerando a ideia indireta de que, caso de fato a fosse, não poderia pleitear cargos políticos. Vítima de violência política de gênero, pode-se considerar que Guajajara sofreu *violência moral e simbólica*.

O texto de Anielle Franco é centrado no assassinato de sua irmã, Marielle. Ao longo do prefácio, ela corrobora a ideia de que a morte de Marielle Franco evidencia rachaduras na democracia brasileira, mostrando que a violência política de gênero é um problema de raízes estruturais (FRANCO, 2022).

O crime pode ser considerado também *paradigmático no contexto da violência política de gênero*, sobretudo em razão da grande possibilidade de motivação política, mas também por tantas mulheres que Marielle Franco representava. Negra, mãe, favelada, mestra, lésbica: os múltiplos marcadores sociais que a vereadora encarnava revelam a importância de sua representatividade na arena política. Parafraseando Sueli Carneiro, se falar sobre a relação da mulher negra com o poder é como falar do ausente, é na dimensão simbólica e pragmática da ausência de Marielle que Anielle Franco a torna presente em seu texto. Apesar da vereadora ter enfrentado sabidamente várias situações de violência ao longo de sua trajetória política, centrando a análise em seu assassinato, infere-se que ela sofreu a última instância da *violência física*, levando a sua morte em 2018.

O chamado *efeito Marielle*⁴¹⁰ é didático para pensar a força da coletividade, mostrando que este é um caminho concreto para se enfrentar a violência política de gênero. Mobilizada e

⁴¹⁰ Apesar de mapeado, o citado movimento carece de estudos para aprofundamento e balizamento teórico.

acionada – com mais ênfase principalmente por mulheres oriundas de grupos minorizados –, a coletividade surge como *tecnologia ancestral* de enfrentamento deste tipo de violação. Ela amplia a participação de mulheres e, conseqüentemente, a vocalização de direitos – ao mesmo tempo que serve como rede de apoio, forma de reconhecer suas dores e base para lidar com futuros desafios.

O capítulo 5 é introduzido pelo relato de Talíria Petrone. Nele, a parlamentar fala das muitas violações cotidianas experimentadas no espaço político, que vão desde as interrupções, ofensas e ridicularizações, chegando a mentiras e calúnias a seu respeito.

No entanto, dois episódios protagonizam seu texto: o primeiro deles, referente a chacina do Salgueiro, em 2017, consistiu em várias ameaças de morte, através de telefonemas e mensagens nas redes sociais, – intensificadas após pronunciamento de um político (e também policial), que na ocasião havia se dirigido a parlamentar em tom ameaçador, chegando a bater em seu coldre – configurando uma *violência física*, mas também *psicológica e moral*. No segundo episódio, Petrone se viu tendo que deixar sua casa com seu marido e sua bebê para proteger sua vida, em função da ameaça de morte interceptada pela Polícia Federal, em um chat da *deep web* – consistindo assim em outra situação de *violência física, mas também psicológica*.

Seu relato traz apontamentos importantes para pensar a violência política de gênero vivenciada por mulheres, negras e, também, mães, sendo necessário destacar dois aspectos trazidos por elas: a própria parlamentar sinaliza que sua experiência não é isolada e, a partir de sua localização social, Talíria Petrone aborda em seu texto a *violência política de raça e gênero* – acionando uma interseção de grande relevância para esta e futuras análises sobre o assunto.

A partir do relato de Petrone percebe-se ainda que o impacto sobre os filhos (as) é um aspecto transversal em alguns dos relatos analisados – surgindo também nos textos de Salabert e d'Ávila. Nesse sentido, considerando que a *diferença sexual implica marcadamente em uma diferença política* (PATEMAN, 1993), sugere-se também, enquanto encaminhamentos futuros a partir desta pesquisa, a realização de investigações qualitativas, com um espectro amostral composto por homens e mulheres candidatos (as) e parlamentares que tenham filhos, para a comprovação de como a parentalidade tem atravessamentos diferentes a depender do gênero.

Retomando aos apontamentos presentes no quinto capítulo, o relato de Duda Salabert revela camadas singulares: possíveis de serem experimentadas apenas por mulheres transgênero. Organizado como um diário e tendo como ponto de partida a campanha para o senado, realizada em 2018, Salabert fala das mensagens transfóbicas que recebeu depois de compartilhar sua foto – com a camisa trazendo as palavras *Professora, Travesti, Lésbica e Vegana*. As

ofensas e ameaças foram ainda mais intensificadas após a citada imagem ter sido compartilhada por pessoas da família Bolsonaro. Estes episódios configuram *violência psicológica e moral*.

Outro ponto que se destaca no seu relato é o impacto negativo sobre sua campanha: em razão do número vertiginoso de mensagens de ódio, na ocasião, o *Instagram* bloqueou sua conta, impossibilitando-a de publicar conteúdos durante disputa eleitoral. Além disso, de acordo com Duda Salabert, as pessoas começaram a avaliar negativamente a página do *Facebook* da escola em que ela trabalhava há mais de uma década, chegando a contatar a instituição – através de *e-mails* e telefonemas – solicitando sua demissão. A parlamentar sinaliza que estas ações ameaçaram seriamente seu sustento, sendo – *entre todas as mulheres aqui elencadas – a única a sofrer violência econômica*⁴¹¹, o que aprofunda ainda mais os impactos em sua subjetividade, considerando as possibilidades de caminhos profissionais para as mulheres trans no cenário contemporâneo.

Chama atenção aqui como, *no caso de Salabert, a engrenagem de ódio prescinde de fake news para ser acionada e estabelecida*: aparentemente sua identidade de gênero é suficiente para ela ser odiada – que somada a sua orientação sexual, parece atuar como um potente gatilho para grupos de extrema direita.

Em 2020, embora não tenha narrado ataques ao longo da campanha para vereadora de Belo Horizonte, logo após o anúncio de sua vitória nas eleições, Salabert foi vítima de diversas violações. Podendo ser considerada a mais simbólica, em razão do impacto na subjetividade da parlamentar, a *divulgação de suas imagens antes da transição de gênero* consiste em uma situação de *forte violência psicológica*, podendo também ser considerada uma *violência sexual* – uma vez que as fotos divulgadas são extremamente íntimas.

Apesar de mencionada no esquema que traz a representação das definições gerais e específicas sobre as formas de Violência Política Contra as Mulheres (Figura 8, página 75), ao focarmos nas *formas mais recorrentes de expressão da violência política de gênero*, vale atentar aqui sobre a constante necessidade de ampliação deste mapeamento conceitual, pois nas referidas expressões presentes na cartilha⁴¹² não há algo que se relacione diretamente a situações de transfobia. Tal observação aponta, novamente, para a necessidade de pesquisas que possam mapear progressivamente diferentes formas de expressão da violência política, a fim de incrementar tais categorizações e, principalmente, compreender os impactos nas *diversas* subjetividades dos diferentes grupos de mulheres.

⁴¹¹ Percepção inferida a partir das informações contidas nos relatos e analisadas na pesquisa.

⁴¹² Violência física, psicológica e moral, sexual, simbólica e econômica.

Outro episódio trazido por Salabert também bastante simbólico, ocorrido em 2020, foi a pergunta de um repórter sobre qual banheiro ela usaria na câmara que, articulada à retórica belicosa presentes nas capas mencionadas pela parlamentar – estimulando, segundo ela, uma reedição de Jean *versus* Bolsonaro – aponta para o quanto a mídia contribui não só para a construção, mas também circulação de narrativas transfóbicas. Neste sentido, esta situação pode ser considerada como uma *violência psicológica*.

Por último, configurando também uma *violência física*⁴¹³ (*além de violência moral e psicológica*), Salabert fala de um episódio ocorrido em dezembro de 2020, no qual recebeu um e-mail com ameaça de morte e tom altamente transfóbico – repleto de ofensas e injúrias. Estendendo as ameaças também aos seus patrões, este episódio reproduz mais uma vez uma situação de *violência econômica*, na medida em que, segundo a própria parlamentar, isto configurou uma tentativa de forçar sua demissão.

No penúltimo relato analisado, Isa Penna fala do *assédio sexual* que sofreu na ALESP, em 2020, por Fernando Cury. Tendo seu seio apalpado, durante uma sessão plenária, a narração do impacto da violência – sob a perspectiva de Penna – traz à tona os caminhos mentais percorridos para legitimar as ações práticas a serem tomadas.

O registro das imagens foi decisivo para a parlamentar denunciar seu abusador. Fato que possibilita algumas indagações: caso o assédio não tivesse sido gravado, a denúncia seria possível? Neste cenário, formalizaram a denúncia, caso Isa Penna a fizesse? Quantas testemunhas seriam necessárias para tal? Para efeitos do trabalho, o objetivo destas perguntas não é, em si, respondê-las, mas, sim, expor o quanto o espaço político é sexista e misógino – ou ainda, pontuar sobre *como homens se sentem autorizados a violar sexualmente mulheres dentro de casas legislativas, no exercício dos seus mandatos, no meio de uma sessão de trabalho*.

Além disso, a partir das informações levantadas sobre o caso, por meio de análise documental, chama bastante atenção o *silêncio* de Alex Madureira – que aparece nas imagens como se tentasse impedir o colega de ir até Isa Penna, momentos antes de Cury cometer o ato de assédio. Silêncio este que remete a um código comportamental comumente partilhado entre os homens, revelando que – mesmo se tratando de uma *situação explícita de violência sexual dentro de uma casa legislativa* – a cumplicidade é um comportamento naturalizado, reforçando a ideia de institucionalidade da misoginia. Além do cunho sexual, vale ressaltar ainda que a

⁴¹³ Como foi visto na página 76, de acordo com a cartilha do NUPEM, a violência física abrange danos corpóreos que podem resultar em ameaça a vida ou a integridade física, como ameaças de morte, assassinato, tentativa de assassinato, espancamento, tortura, etc.

experiência de Penna também se configura como uma *violência psicológica* – sobretudo em razão da parlamentar ter sua intimidade violada.

Por fim, chega-se no relato de Manuela d’Ávila: idealizadora e organizadora do livro utilizado como objeto de estudo nesta pesquisa. Em seu texto, a parlamentar retoma sua trajetória desde 2008 – quando participou de sua primeira eleição majoritária – onde parece ter experimentado de maneira mais enfática a violência política de gênero, sendo, na época, chamada de drogada e retratada em uma charge como se fosse uma criança. Entre 2014 e 2020, de acordo com a d’Ávila, ela se tornou alvo de muitas *fake news*.

No ano de 2018, ao ser candidata a vice-presidência na chapa com Fernando Haddad, pelo PT, pode-se considerar que as violações foram ainda mais agravadas, possivelmente pelo fato de, naquele momento, ela estar em um confronto direto com o maior representante da extrema-direita brasileira: Jair Messias Bolsonaro.

No entanto, foi durante disputa para a prefeitura de Porto Alegre, em 2020 – ainda dentro de um contexto pandêmico – que Manuela d’Ávila vivenciou episódios muito marcantes de violência política de gênero. E, em razão de seu grande impacto sobre a subjetividade da vítima, enfatizado ao longo de seu relato, optou-se por focar nesta experiência para se efetuar a classificação presente no quadro analítico (Anexo A, no final do trabalho) – identificando, a partir dela, expressões da violência política de gênero.

Sobre o citado episódio, desde os primeiros debates – ocorridos no início da campanha eleitoral –, a parlamentar conta que foi alvo de um conjunto de ataques misóginos contra sua honra e caráter, reforçando que, mesmo nos espaços políticos, é na individualidade e subjetividade da mulher que normalmente os agressores focam. Tais ataques configuram *violência moral e psicológica*.

Vítima frequente de *fake news*, a retirada de mais de 500 mil postagens falsas por decisão judicial a seu respeito é uma prova cabal da *violência simbólica* sofrida – sendo importante observar ainda o quanto a narrativa contida nestes materiais dialoga com argumentos bastante conservadores, mobilizando, por exemplo, o medo da candidata fechar igrejas, liberar o consumo indiscriminado de maconha e obrigar todos os banheiros a serem unissex (D’ÁVILA, 2022). É interessante observar aqui como a reação às poucas conquistas de corpos diversos em espaços institucionais se organize a partir da fabulação de que estes, caso alcancem o poder, irão impor a todos (as) sua vontade – refletindo um medo indireto, das alas conservadoras, de experimentarem a arbitrariedade que, muitas vezes, defendem.

A experiência na Rádio Guaíba, narrada por d'Ávila, reforça a noção de institucionalização da misoginia na medida em que o silêncio dos jornalistas, durante e após os ataques, aponta para a naturalização da violência política de gênero – como parte do processo político – também *nestes e por estes espaços*. Nesse sentido, os momentos em que ela fala da omissão dos repórteres – ou da própria audiência, no caso dos debates com plateia – simbolizam tacitamente o raciocínio de que, *seja no espaço privado ou no público, a vítima tem responsabilidade sobre a violência que está sendo submetida – denotando a força desta lógica misógina em toda a estrutura da sociedade*.

Para efeitos da análise, a situação experimentada por Manuela d'Ávila nas eleições de 2020 permite uma *perspectiva singular*, pois, tendo ela se relacionado com um de seus oponentes, a partir de sua experiência é possível inferir *o quanto o espaço político funciona como um espelho do espaço doméstico no caso das mulheres*. Dito de outra forma, sugere-se que *a retórica da violência doméstica se estende também a espaços de poder, sendo instrumentalizada por instituições políticas e chancelas pela mídia*.

Chama atenção também a *lógica punitivista da dinâmica em torno da violência política de gênero, cabendo aqui uma outra analogia com a violência doméstica* – na qual, a não realização de hipotéticas funções da mulher é comumente usada como argumento. Se na *violência doméstica* a mulher é punida por não *fazer o que deve*, na *violência política de gênero* ela parece ser atacada *por estar onde não deve*: como se sua presença em espaços políticos – historicamente ocupados apenas por homens, brancos e mais maduros – já pudesse ser considerada, em si, um forte motivo para serem atacadas.

A suposta traição dramaticamente denunciada pelo seu ex, durante o único debate televisivo da referida eleição, ajuda a dimensionar o quanto para as mulheres o político é pessoal, afinal, em pleno debate eleitoral, foi na intimidade e contexto pessoal de d'Ávila que seu adversário buscou deslegitimá-la. Considerando apenas este episódio, pode-se identificar: *violência psicológica e moral* – em razão da violação da intimidade da candidata –, *violência sexual* – por divulgar fatos relacionados a vida afetiva e sexual de Manuela d'Ávila, sem a permissão da mesma – e *violência simbólica* – já que houve a intenção de inferiorizá-la, conotando, inclusive, na aposta de que isso poderia influenciar a opinião pública.

Em suma, a força do relato de d'Ávila reside, em grande parte, na *validação da violência política de gênero como estratégia política*: mirando na sua intimidade e subjetividade, busca-se minar sua pessoa política. Dito de outra forma, apropriando-se de estigmas e estereótipos sociais, foi-se construindo uma narrativa conservadora na qual, ao conflitar o comportamento

da parlamentar com os papéis tradicionalmente sociais da mulher, deslegitima-se a capacidade política de Manuela d'Ávila. Dentro deste raciocínio, um amplo arcabouço valorativo é acionado para – por meio de uma lógica belicosa e maniqueísta – se construir um conflito tácito entre uma mulher – que trai seu namorado e depois o abandona; uma drogada, uma sem moral, uma puta – e a sociedade, cuja maior preocupação é a defesa da *família*.

Outro ponto importante exposto também através da experiência de Manuela d'Ávila é a relevância e potência, da nomeação da violência para conter o violador. De acordo com seu relato, depois identificada a violação, é muito importante que ela repercuta: sendo este, de acordo com o texto de d'Ávila, um movimento decisivo para chancelar a versão da vítima: observação que permite, novamente, estabelecer uma simetria com situações de violência doméstica, nas quais a versão da mulher é sempre questionada, ou negligenciada.

Por fim, a ideia de que a última violência sofrida é sempre a pior – perdendo apenas para a que virá (D'ÁVILA, 2022) – traz uma contribuição especialíssima para o tema, na medida em que valida – através de uma experiência subjetiva e pessoal, mas observada com recorrência nos relatos analisados – a *violência política de gênero como um dispositivo com caráter sistêmico e natureza cumulativa*, mostrando que o último limite atingido será exatamente a linha de partida para o próximo ataque.

O livro utilizado como objeto de estudo para esta pesquisa é obra obrigatória e de grande relevância para trabalhos sobre a violência política de gênero na contemporaneidade – tanto por oportunizar metodologicamente o entendimento qualitativo sobre como esta violência se desenvolve, quanto por privilegiar o olhar das vítimas – possibilitando, inclusive, a percepção de uma clara simetria entre as violações sofridas pelas autoras dos relatos e àquelas experimentadas pelos grupos de mulheres que estas representam.

Sendo uma construção coletiva, a obra acaba operando também como uma metáfora para pensar enfrentamentos deste tipo de violência, remetendo indiretamente a ideia da ancestralidade enquanto tecnologia e da coletividade enquanto método para tal – sugerindo que é através da partilha das experiências que se constrói caminhos de resistência.

Visualizar de que maneira se desenvolve este tipo de violação na atualidade é, portanto, ponto de partida fundamental para pensar estratégias de permanência, pois, mais do que ocupar espaços, permanecer viva neles é o único caminho possível para garantir o pleno gozo dos direitos políticos das mulheres – fazendo com que pautas importantes tornem-se agendas, projetos de Lei e garantias de direitos.

A partir da análise dos relatos é possível visualizar diferentes situações de violência, revelando que seu *modus operandi* é focado na individualidade, intimidade e subjetividade das mulheres: corpo, aparência, vida amorosa e sexual tornam-se argumentos e disputas narrativas comumente usados na arena política. Em paralelo, quando se trata de corpos femininos, territórios formalmente políticos, como as casas legislativas, mostram-se incapazes de garantir respeito à pessoa humana – reforçando a noção de institucionalidade da violência política de gênero.

Inferese, portanto, que a violência política de gênero é institucional, porque a violência contra a mulher é estrutural. A verificação de uma relação especular entre a dinâmica da violência política de gênero e a da violência doméstica surge com um dos resultados desta investigação, evidenciando que, no caso das mulheres, suas subjetividades são – historicamente – ora propriedade privada de homens, ora um bem público.

Os exemplos aqui analisados ajudam a elucidar que o ódio às mulheres faz parte de um projeto político, constituindo uma fissura perigosa dentro do Estado democrático de direitos. A misoginia não é apenas fim, mas também meio: um dispositivo histórico de silenciamento e apagamento das mulheres não só na esfera social, mas também, e sobretudo, nos espaços políticos. Nesse sentido, a pesquisa conclui que se para as mulheres o pessoal é entendido como político é porque, histórico e pragmaticamente, o político sempre *violou* o pessoal.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. Edição Kindle. São Paulo: Pólen, 2019.

ANGENOT, M. *El discurso social. Los límites de lo pensable y lo decible*. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2010.

APOLINÁRIO, José Antônio Feitosa; MARCELINO, Ariel Sharon de Araújo Nogueira, NASCIMENTO, Thais Nunes do; NASCIMENTO, Maciel Silva. *O uso medicinal de cannabis: tabus morais, conflitos éticos e legais*. Revista Ciência et Praxis: UEMG, v.15, n.26, jan/jun, p.58-72, 2022.

ARAÚJO, Celso Arnaldo. *Dilmês: o idioma da mulher sapiens*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016

ARENDR, Hannah. *As Origens do Totalitarismo: imperialismo, a expansão do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976.

_____. *O que é política?* Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1999.

ARUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy; *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BAHIA, Sil; GONÇALVEZ, Marcia; AIRES, Janaine; BARROS, Chalini; SANTOS, Suzy; SCHRAMM, Luanda. *Nós, as economistas políticas da comunicação: um conto de sub-representações e apagamentos em busca de um final feliz no reino encantado da EPC brasileira*. Revista Eptic (UFS), v. 22, n. 3, p. 139 – 157, 2020.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 3.ed. Ed. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BERTH, Joice. *O que é empoderamento?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. Edição Kindle. Boitempo Editorial, 2022.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11.ed. Rio de Janeiro, 2012.

BREDA, Tadeu (org.). *Bolsonaro genocida*. São Paulo: Elefante, 2021.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Edição Kindle. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. In: CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. Edição Kindle. São Paulo: Pólen, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. *Aprendendo a ser outsider within: a significação sociológica do pensamento negro*. Revista Sociedade e Estado, v. 3, n. 1, 2016.

CORRÊA, Sônia. *A “política do gênero”*: um comentário genealógico. Cadernos Pagu, n. 53, 2018.

COWAN, Benjamin. *“Nosso Terreno”*: crise moral, política evangélica e a formação da ‘Nova Direita’ brasileira. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 30, nº 52, p.101-125, jan/abr 2014.

D’ÁVILA, Manuela (org). *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*. Edição Kindle. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*, trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: UFRN, 1995.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FALUDI, Susan. *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Tradução de Mario Fondelli. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação produtiva*. Tradução coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

_____. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

_____. *Notas sobre gênero em O Capital de Marx*, Cadernos CEMARX, n. 10, 2017. (p 83-96).

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRANCO, Marielle. UPP – *A redução da favela a três letras: uma análise da política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro*. UFF: Niterói, 2014.

GONÇALVES, Renata; ABREU, Suellen. *Do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres ao “machistério” de Temer*. *Revista de Políticas Públicas (UFMA)*, v. 22, p. 753-771, 2018.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Org. Flávia Rios, Márcia Lima .1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

hooks, bell. *Olhares Negros*. 1 ed. São Paulo: 2019

_____. *O feminismo é pra todo mundo: políticas arrebatadoras*. 6 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012.

JINKINS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

KARAWEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)*. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

_____. *Suffragettes nos trópicos?! A primeira fase do movimento sufragista no Brasil*. Revista de história: Juiz de Fora, 2014. v. 20, n. 1, p. 327-346.

KAKUTANI, Michiko. *A morte da verdade*. André Czarnobai, Marcela Duarte. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KROOK, M; SANÍN, J. *Gender and political violence in Latin America – Concepts, debates and solutions*. Política y gobierno. Volume: XXIII, número: 1. P. 125-157. México: 2015.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de . *Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil, 1916 a 1962. Ou, como são feitas as leis*. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), v. 16, p. 463-488, 2008.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Universidade de Brasília, p. 63-116, 2013.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PRONER, Carol. Golpe branco no Brasil: Dilma alerta na ONU. In: _____; CITTADINO, Gisele; TENENBAUM, Marcio; RAMOS, Wilson Filho (Orgs.) *A resistência ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016.

RESSA, M. *Como enfrentar um ditador: a luta pelo nosso futuro*. 4.ed. Companhia das Letras, 2022.

ROCHA, E.; SAMARA, E. *Entre a pena e a espada: a trajetória de Leolinda Daltro (1859-1935)- patriotismo, indigenismo e feminismo*. 2002. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIORDAN, Ellen. Interseccions and New Directions: on Feminism and Political Economy. In: MEEHAN, R. Eileen; RIORDAN, Ellen (EDS.). *Sex & Money: Feminism and Political Economy or Media*. Minneapolis-MN: University of Minnesota Press, p. 3-16, 2002.

RUSSEL, Diana; RADFORD, Jill (Orgs). *Femicide: The Politics of Women Killing*. New York, Twayne Publisher, 1992.

SABINO, Marcelo. *Feminicídio: uma tragédia brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

SALLORENZO, L. *Gramática da manipulação: como os jornais trabalham as manchetes em tempos de eleições (e em outros tempos também)*. Belo Horizonte: Quintal Edições, 2018.

SEGATO, Rita Laura. *Que és un feminicídio*. Notas para un debate emergente. Série Antropologia, 401, Brasília-DF, Universidade de Brasília, 2006.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de Revista*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

SILVA, Perla Haydee da. *De louca a incompetente: construções discursivas em relação à ex-presidenta Dilma Rousseff*. UFMT: Cuiabá, 2019.

SODRÉ, Muniz. *O emotivo e o indicial na mídia*. In: _____. *As Estratégias Sensíveis: afeto, mídia e política*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

SONTAG, Susan. *Sobre a fotografia*. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, R. *Feminicídio Político: um estudo sobre a vida e a morte de Marielles*. Cadernos de Gênero e Diversidade, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 119–133, 2020.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEIXEIRA, Raniery Parra. *“Ideologia de gênero”? : as reações à agenda política de igualdade de gênero no Congresso Nacional*. Orientadora: Flávia Millena Biroli Tokarski. 2019. Dissertação (Mestrado). Curso do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

VAN DIJK, Teun A. *How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff*. *Discourse & Communication*, v. 11(2) 199–229, 2017.

WENDY, Brown. *American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization*. *Political Theory*, v. 34, No. 6, p. 690-714, 2006.

XAVIER, Giovana. *Direitos autorais de uma prática linda e preta*. Folha de S. Paulo, 19 jul. 2017.

ZUBOFF, S. *The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power*. New York: Public Affairs, 2019.

Anais de Congressos:

ARAUJO, Raissa Barbosa; ADRIÃO, Karla Galvão. *Políticas Públicas para as mulheres no Brasil de 1985 a 2016: uma análise sobre sujeitos*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos). Florianópolis: UFSC, 2017, p. 1-10.

Legislações:

BRASIL. Lei Nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Dispõe sobre o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1916.

SANTA CATARINA. Lei Nº 145, de 12 de outubro de 1948. Institui o Dia do Professor e declara-o feriado escolar. Santa Catarina, SC: Diário Oficial da União, 1948.

BRASIL. Lei Nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1962.

BRASIL. Lei Nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Lei Nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1997.

BRASIL. Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. Lei Nº 13.134, de 16 de junho de 2015. Conversão da Medida Provisória nº 665, de 2014. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.

BRASIL. Projeto de Lei da Câmara Nº 44, de 2016. Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016.

Documentos:

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Anais da Conferência - Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. 164 p. (Série Documentos) 1.

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009. 88 p.

Antra – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. BENEVIDES, Bruna G. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.109p

NEPEM – Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher. Cartilha violência Política contra as mulheres. Minas Gerais: UFMG, 2020.

CEPAL. Consenso de Quito. Décima Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe. Equador, 2007. CEPAL.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Nota Técnica – Violência doméstica durante a pandemia do Covid-19. 3. ed. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. 10 p.

Observatório Nacional de Mulheres na Política – Câmara Federal. Nota Técnica 04/2022 – Mulheres em posição de poder nos parlamentos do Brasil – Câmara Federal, Assembleias Legislativas estaduais e do Distrito Federal. MELO, Ermelinda de Fátima Ireño; SALGADO, Eneida Desiree. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/estudos-em-parceria>.

Terra de Direitos e Justiça Global. LAURIS, Élide; HASHIZUME, Maurício Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020. Curitiba: Terra de Direitos e Justiça Global, 2020. 129 p.

Terra de Direitos e Justiça Global. Começo do fim? O pior momento do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, 2021. 50 p.

Obras Audiovisuais:

JUNHO: O MÊS QUE ABALOU O BRASIL. Direção: João Wainer. Globoplay. 2014.

DEMOCRACIA EM VERTIGEM. Direção: Petra Costa. Produção: Joanna Natasegara, Shane Boris e Tiago Pavan. Netflix. 2019.

THE SOCIAL DILEMMA. Direção: Jeff Orlowski-Yang. Netflix. 2020.

Entrevista:

SANEMATSU, Marisa. [A abordagem jornalística nos casos de feminicídio]. São Paulo, 2019. Entrevista concedida a Déborah Veviani no Instituto Patrícia Galvão em 19 de julho de 2019.

Sites:

<https://almapreta.com>

<https://acervo.oglobo.globo.com>

<https://www.afroreggae.org/>

<https://gauchazh.clicrbs.com.br>

<https://agenciabrasil.ebc.com.br>

<https://agenciapatriciagalvao.org.br>

<https://www.al.sp.gov.br>

<https://apublica.org>

<https://antrabrasil.org/>
<https://apiboficial.org/>
<https://archive.nytimes.com>
<https://www.assedionaoepassageiro.mariellefranco.com.br/>
<https://azmina.com.br/>
<https://bancadafeminina.alesc.sc.gov.br/>
<https://www.bbc.com>
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>
<https://blogdaboitempo.com.br>
<https://blogs.oglobo.globo.com>
<https://www.brasildefato.com.br/>
<https://brasile scola.uol.com.br>
<https://brasil.elpais.com>
<https://brasil.un.org>
<https://brunabenevidex.medium.com>
<https://www.camara.leg.br>
<https://www.campograndenews.com.br>
<https://cee.fiocruz.br/>
<https://www.cnnbrasil.com.br/>
<https://www.cartacapital.com.br>
<https://catracalivre.com.br>
<https://conexaoplaneta.com.br/>
<https://www.correiobraziliense.com.br/>
<https://congressoemfoco.uol.com.br/>
<https://covid.saude.gov.br/>
<https://cidades.ibge.gov.br/>
<https://cultura.estadao.com.br>
<https://www.culturagenial.com>
<https://csalignac.jusbrasil.com.br>
<https://datafolha.folha.uol.com.br>
<https://www.deputadodanielsilveira.com>
<https://www.diariodocentrodomundo.com.br>
<https://diplomatie.org.br/>
<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br>
<https://www.editoracontexto.com.br>
<https://economia.uol.com.br>
<https://edicaodobrasil.com.br/>
<https://epoca.globo.com>
<https://www.estadao.com.br>
<http://eurio.com.br>
<https://exame.com>
<https://extra.globo.com/>
<https://www.facebook.com>
<https://www1.folha.uol.com.br>
<http://forum.jogos.uol.com.br>
<https://forumseguranca.org.br>
<https://www.gazetadopovo.com.br>
<https://www.geledes.org.br>
<https://www.geronumero.media>
<https://www.globalwitness.org>

<https://www.google.com>
<https://gizmodo.uol.com>
<http://g1.globo.com>
<https://www.hypeness.com.br>
<http://informe.ensp.fiocruz.br>
<https://internetlab.org.br/pt>
<https://www.instagram.com/>
<https://www.institutomariadapenha>
<http://www.ipea.gov.br>
<https://www.iprade.com.br/>
<https://istoe.com.br/edicoes/page/8/>
<http://www.jb.com.br>
<https://jornal.usp.br/>
<https://jusbrasil.com.br>
<https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>
<https://www.lettras.mus.br/>
<https://br.linkedin.com/>
<https://www.mariellefranco.com.br>
<https://www.meioemensagem.com.br>
<https://www.metro1.com.br>
<https://michaelis.uol.com.br>
<https://www.museudememes.com.br>
<https://nacoesunidas.org>
<https://natelinha.uol.com.br>
<https://www.newstatesman.com/culture/>
<https://www.netflix.com/br>
<https://noticias.uol.com.br>
<https://noticias.r7.com/>
<https://news.un.org/>
<https://www.oabrj.org.br>
<https://www.oas.org/>
<https://odia.ig.com.br/>
<https://www.oecd.org>
<https://oglobo.globo.com>
<https://www.olharconceito.com.br>
<http://www.onumulheres.org.br>
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br>
<https://pge.rj.gov.br>
<https://www.poder360.com.br/>
<https://politica.estadao.com.br>
<https://www.politize.com.br/>
<https://ponte.org/>
<https://portal.stf.jus.br/>
<https://www.pornhub.com>
<http://www.planalto.gov.br>
<https://www.pnas.org/>
<https://www.prafazervaler.mariellefranco.com.br/>
<https://www.pragmatismopolitico.com.br>
<http://publiabril.abril.com.br>
<https://revistacult.uol.com.br>

<https://revistagalileu.globo.com>
<https://revistaforum.com.br/>
<https://revistahibrida.com.br>
<https://www2.senado.leg.br>
<https://seer.ufs.br>
<https://sxpolitics.org/>
<https://www.socialistamorena.com.br>
<https://www.terra.com.br>
<https://theintercept.com>
<https://tgeu.org/>
<https://www.tjdft.jus.br>
<http://transformatoriomargaridas.org.br>
<https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/>
<https://twitter.com>
<https://www.uol.com.br/>
<https://www.vaticannews.va>
<https://veja.abril.com.br>
<https://www.washingtonpost.com/>
<https://www.wsj.com/>
<https://www.youtube.com>

Anexos

Anexo A – Quadro analítico dos episódios de VPG analisados

Em razão da grande quantidade de informações levantadas ao longo da pesquisa, é importante ratificar que, para efeitos da compreensão do quadro proposto, foram considerados os principais episódios de violência política de gênero – vivenciados por cada autora – classificando-os a partir da cartilha do NEPEM|UFMG, que traz as formas mais recorrentes de expressão desta violação.

AUTORA/ VÍTIMA DE VPG	POSIÇÃO/CARGO NA OCASIÃO DA VPG	PARTIDO *	ANO	EPISÓDIOS DE VIOLÊNCIA CONSIDERADOS	FORMAS DE EXPRESSÃO DA VPG (CARTILHA DO NEPEM UFMG)
1 MARIA DO ROSÁRIO	Deputa federal (RS)	PT	2003	Discussão no Salão Verde da Câmara dos Deputados com Jair Bolsonaro - onde o mesmo realizou ofensas de estupro.	Violência sexual, moral e psicológica
	Ministra dos Direitos Humanos		2014	Declarações caluniosas de Jair Bolsonaro, repetindo a ofensa de estupro, durante sessão plenária, na Câmara dos Deputados.	
	Ministra dos Direitos Humanos		2016	Declarações caluniosas e injuriosas de Jair Bolsonaro, em sessão plenária, na Câmara dos Deputados.	Violência psicológica, moral e simbólica
2 DILMA ROUSSEFF	Presidenta da República	PT	2013 - 2015	Discurso midiático com conteúdo misógino (capas de revista, manchetes, matérias e notícias, citadas por Dilma em seu relato) e o adesivo com incitação de estupro.	Violência psicológica, moral, simbólica e sexual
		PT	2016	Comentários caluniosos e injuriosos sobre Dilma na página do MBL semanas antes e após o impeachment (analisados na pesquisa de Perla Haydee), livro Dilmês, discurso de Bolsonaro na votação do impeachment, homenageando Brillante Ustra.	Violência psicológica, moral e simbólica
3 SONIA GUAJAJARA	Candidata a copresidência da República	PSOL	2018	<i>Fake news</i> durante campanha eleitoral acusando-a de falsidade ideológica e tráfico de drogas.	Violência moral e simbólica
4 MARIELLE FRANCO **	Vereadora (RJ)	PSOL	2018	Marielle foi assassinada no centro do Rio de Janeiro, bairro do Estácio, após participar do evento “Jovens Negras Movendo as Estruturas”, na Casa das Pretas (região da Lapa).	Violência física (<i>Feminicídio Político</i> , de acordo com Renata Souza)
5 TALÍRIA PETRONE	Vereadora (RJ)	PSOL	2017	Reação violenta do vereador (e também policial militar) após a parlamentar se solidarizar ante a chacina do Salgueiro, potencializando ofensas e ameaças de morte recebidas através de telefonemas e mensagens nas redes sociais.	Violência física, moral e psicológica
	Deputa federal (RJ)	PSOL	2019	Ameaças de morte encontradas em <i>chat</i> da <i>deep web</i> pela Polícia Federal.	Violência física e psicológica
6 DUDA SALABERT	Candidatata ao senado	PSOL	2018	Mensagens de ódio com ofensas e injúrias nas redes sociais, intensificadas com o compartilhamento de sua foto por pessoas da família Bolsonaro, resultando no bloqueio de sua conta de Instagram, em plena disputa eleitoral. Avaliação negativa da página da escola que Duda trabalhava, pedindo sua demissão.	Violência psicológica, moral e econômica
	Candidata a vereadora (BH)	PDT	2020	Fotos íntimas, antes da transição de gênero, compartilhadas em grupos de WhatsApp e pergunta sobre qual banheiro usaria na Câmara (feita por repórter), logo após anúncio da vitória na eleição. E-mail com ofensas e ameaça de morte, inclusive direcionados aos proprietários do colégio que Duda trabalhava.	Violência sexual, psicológica, moral e econômica
7 MANUELA D'ÁVILA	Candidata a prefeitura de Porto Alegre (RS)	PCdoB	2020	Ataques a sua honra e caráter ao longo da campanha, <i>fake news</i> e acusação de traição, em pleno debate televisivo, durante disputa eleitoral para prefeitura de Porto Alegre	Violência psicológica, moral, sexual e simbólica
8 ISA PENNA	Deputada estadual (SP)	PSOL	2020	Assédio sexual cometido por Fernando Cury, durante sessão plenária, na Alesp	Violência sexual e psicológica

Observações referentes ao Anexo A:

VPG – abreviação de violência política de gênero

*PARTIDO – partido da vítima na época do episódio de VPG

**MARIELLE FRANCO – analisada a partir do texto de Anielle Franco